

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS  
JUCEMAT – 51300007746 em 25/11/2003 – C.N.P.J. 06.023.921/0001-56  
ATA DA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2004

Página: 2 de 2

O presente documento acima transcrito é cópia fiel do Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

Presidente: ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN


Conselheiro: JOSÉ EPAMINONDAS MATTOS

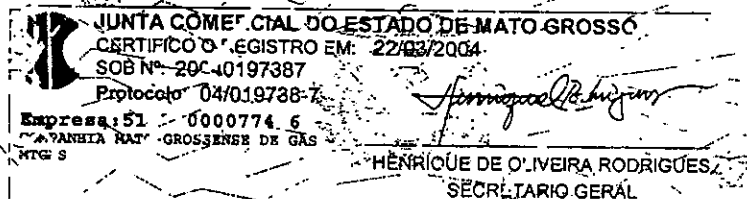


SEÇÃO DE SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
DA 1ª. CIRCUNSCRIÇÃO - CUIABÁ - MT.  
Confere com a original que me foi apresentada. Dou fé.

Conselheiro: CLÓVES FELÍCIO VETTORATO

08 NOV. 2005

em test.  da verdade  
☐ Regina Maria Teixeira Coelho - Notária  
☐ Benelina Lara de Souza - 1ª. Notária Subst.  
☐ Odilza Domingues Veras Otácio - 2ª. Notária Subst.  
☐ Maria Lúcia Guimarães de Siqueira - Escrevente Juramentada  
☒ Maria Cristina Domingues Pimenta - Escrevente





**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

**ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DE ENVELOPES.  
CARTA CONVITE - EDITAL Nº 001/2006.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2006/MTGás.**

Aos 13 (treze) dias do mês de Abril de 2006, nesta cidade de Cuiabá-MT, na sala de licitações da MTGás, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2254 – Cj. 704 – Ed. American Business Center, reuniram-se a partir das 14:00 horas, em sessão pública, para receberem os Envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços, os membros da Comissão: **ANGELA MARIA DA SILVA BASTOS ZUBA, PRESIDENTE, KARINA OLIVEIRA MIRANDA e REA SILVIA GARCIA ALVES, MEMBROS PRESENTES**, instituídos e designados pela Portaria MTGás nº 002/2006, abaixo assinados, encarregados, nos termos do Processo nº 002/2006/MTGás, para dirigirem, examinarem e julgarem, consoante o determinado no Edital Carta Convite nº 001/2006, destinada a selecionar a melhor proposta de *empresa que prestará Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005*. Na abertura da sessão registramos a presença das empresas convidadas: **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes**, que enviaram os envelopes de habilitação e proposta via sedex conforme prevê o edital. Todas as empresas foram convidadas na forma da lei, dentro do prazo, conforme se vê nos contra recibos que farão parte do processo licitatório. Prosseguindo, a Presidente da Comissão fez a abertura dos envelopes de documentos, sendo vistados pelos membros da Comissão e após analisados ficou constatado que as empresas **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes** ficaram **HABILITADAS**. As Certidões do FGTS e INSS foram confirmadas sua validade via Internet. Prosseguindo a sessão, foram abertos os envelopes das empresas habilitadas, contendo as propostas de preços, cujos documentos foram vistados pela Comissão, sendo registrados os valores e prazos apresentados pelas empresas: **KPMG – Auditores Independentes Ltda apresentou proposta no valor de R\$ 35.500,00 (Trinta e cinco mil e quinhentos reais); BDO Trevisan Auditores Independentes apresentou proposta no valor de R\$ 29.298,00 (Vinte e nove mil duzentos e noventa e oito reais) e Boucinhas & Campos Sotenconti Auditores Independentes apresentou proposta no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)**. As empresas **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes** ficaram **CLASSIFICADAS** por atenderem as exigências do Edital, oferecendo prazo de conclusão e entrega dos serviços de 10 (dez) dias úteis. Todas as empresas apresentaram a validade das propostas de 60 (sessenta) dias. Os representantes das empresas terão o prazo recursal de dois dias úteis conforme prevê a Lei Federal 8.666/93 para interpirem recurso. Elaborado o quadro comparativo de preços, ficou constatado que o menor valor global apresentado foi da empresa **BDO Trevisan Auditores Independentes respectivamente R\$ 29.298,00 (Vinte e nove mil duzentos e noventa e oito reais)**. Dessa forma e pelo menor valor apresentado, a Comissão declara **VENCEDORA** do certame licitatório a empresa **BDO Trevisan**.

*[Handwritten signature]*



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

**Auditores Independentes** e recomenda-lhe a adjudicação dos serviços. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou os trabalhos da Comissão, da qual lavrou-se a presente Ata, que foi digitada por KARINA OLIVEIRA MIRANDA, Membro, e conforme o ocorrido na sessão vai assinada pelos membros da Comissão e representantes presentes à sessão. Cuiabá, 13 de Abril de 2006.

**PRESIDENTE:**

*[Handwritten signature]*

**MEMBRO:**

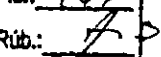
*Karina Oliveira Miranda*

**MEMBRO:**

*[Handwritten signature]*

# **BDO Trevisan**

Auditoria, Consultoria e Outsourcing

MTGás  
Fls.: 462  
Rub.: 

Brasília, 17 de abril de 2006.

Comissão de Licitação  
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS

Ref: Convite no. 001/2006 – Processo Administrativo no. 002/2006/MTGás

## **O que podemos oferecer**

Os sócios e profissionais da **BDO Trevisan** se orgulham da sua posição e da responsabilidade de uma grande firma de auditoria e consultoria no mercado há 22 anos. Para nós, o conceito de prestação de serviços é complexo e abrangente. Nós nos vemos como parceiros de nossos clientes e procuramos alcançar todos os objetivos estratégicos da sua empresa.

A **BDO Trevisan** é uma das maiores empresas de auditoria, consultoria e educação da América do Sul, e a maior genuinamente brasileira do País. Com marcante presença nacional, a **BDO Trevisan** possui 15 escritórios nas principais cidades do Brasil e mantém uma equipe de mais de 900 profissionais altamente especializados, distribuídos em suas unidades de negócios: auditoria, consultoria, tributos, outsourcing e educação.

## **Identificação da Companhia Mato-Grossense de Gás - MTGás**

A MTGás, tornou público, o Edital de nº 001/2006, através da modalidade Convite, do tipo Menor Preço, para a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de auditoria independente, em conformidade com as especificações descritas no Edital. Desta forma, estamos apresentando a seguir a nossa proposta para prestação de serviços.

## **Identificação dos serviços**

Auditoria independente, nos moldes da Lei no. 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

## **Prazo para Execução dos Trabalhos**

O prazo máximo para execução dos trabalhos será de 10 (dez) úteis, contados a partir da celebração e assinatura do contrato e os serviços serão entregues ao Diretor Presidente da MTGás.



## Nosso compromisso e honorários

Nós queremos estabelecer um relacionamento de longo prazo. Por isso, acreditamos que se cobrarmos um valor justo por nosso trabalho e entregarmos um serviço da mais alta qualidade, no prazo esperado pela entidade, nossos honorários nunca estarão em questão. Servir a nossos clientes é a principal prerrogativa de nossa firma.

Por nossa experiência podemos dizer que nenhuma outra firma de auditoria oferece honorários significativamente mais baixos que os nossos sem reduzir substancialmente o nível do serviço. Esse diferencial normalmente ocorre quando a firma oferece honorários iniciais muito baixos e não-realistas para conquistar um novo cliente, com a expectativa de aumentá-los de forma substancial em anos futuros. Alternativamente, essa situação pode resultar em um nível inferior de serviço, qualidade e staff designados. Nós estabelecemos nossos honorários em um nível que, ao mesmo tempo em que se adapta ao ambiente de negócios altamente competitivo, reflete o alto nível do serviço que nossos clientes recebem e merecem.

Os nossos honorários (total e unitário) são de R\$ 29.298,00 (vinte e nove mil e duzentos e noventa e oito reais) e serão pagos em conformidade com as especificações do Edital.

Declaramos que os honorários apresentados são irrealizáveis e nos mesmos estão incluídos todas as despesas e custos, de qualquer natureza incidente sobre o objeto desta licitação.

Nossa estimativa leva em conta que receberemos toda colaboração possível na pronta prestação de informações, na localização de documentos e na elaboração de certas análises e demonstrações necessárias, que serão solicitadas com antecedência.

O cronograma de desembolso proposto em algarismos arábicos, calculado os preços os totais, está sendo apresentado em anexo.

## Validade da proposta

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias contados da data da abertura dos envelopes.

## Responsável pela execução dos trabalhos de auditoria

O responsável pela execução dos trabalhos de auditoria é o Sr. Alexandre Ralf Slavic, sócio contador da BDO Trevisan Auditores Independentes, portador do RG no. 19.640.110-0 SSP/SP e inscrito no CPF no. 182.787.488-02

**IBDO Trevisan**

Auditoria, Consultoria e Outsourcing

MT GAS  
Fls. 44  
Rub. 7/2

## Informações adicionais

### Identificação social

RAZÃO SOCIAL: BDOTREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES

Conta corrente 4.224, Agência 1516-4 do Banco do Brasil S.A.

CNPJ/MF: 52.803.244/0004-59 - Filial Brasília; e

CNPJ/MF: 52.803.244/0001-06 - Matriz São Paulo

END: SCN Quadra 1, Bloco "C", Ed. Brasília Trade Center, salas 1405 a 1407,

CEP: 70.711-902, Brasília-DF

TEL: (61) 326-7646

FAX: (61) 326-7646

## Declaração

Declaramos que temos total conhecimento e concordância com os termos deste Edital.

Atenciosamente,

ALEXANDRE RALF SLAVIC

Sócio

BDO Trevisan Auditores Independentes

*[Handwritten signature]*

## ANEXO - Cronograma de desembolso propostos em algarismos arábicos, calculados os preços os totais

### COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

OBJETO E ENTREGA PREVISTA	VALOR
O objeto do presente Convite é a seleção de empresa que prestará Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76 para as demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005. Entrega prevista 10 dias úteis após a assinatura do contrato.	29.298,00

DATA: 17/04/2006

RAZÃO SOCIAL: BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES

REPRESENTANTE DA EMPRESA: ALEXANDRE RALF SLAVIC

Brasília, 17 de abril de 2006.

*[Handwritten signature]*  
R. 4

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**  
CONVITE Nº 001/06/MTGÁS

A Companhia Mato-grossense de Gás - MTGÁS torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do CONVITE nº 001/2006/MTGÁS, cujo objeto é a seleção da empresa que prestará auditoria independente nos moldes da Lei nº 8.446/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, tendo como vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA VENCEDORA	VALOR ADJUDICADO
BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES	R\$ 29.294,00

Cuiabá, 19 de Abril de 2006.

ANGELA MARIA DAS SILVA BASTOS ZUBA  
Presidente da Comissão de Licitação

FTO-2974

**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2006/INDEA**

**OBJETO:** Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Limpeza, Conservação e Higiene, de acordo com as especificações em Edital, destinados ao Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso.

**ABERTURA DA SESSÃO:** ABERTURA, CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: Dia 02 de Maio de 2006, a partir das 08:30 horas.

**LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:** Sala de Pregão Nº 03 da Secretaria de Estado de Administração - SAD, Bloco III, Palácio Palagatus - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** Site: [www.sad.mt.gov.br](http://www.sad.mt.gov.br).  
**INFORMAÇÕES:** INDEA/MT - Telefone: (0xx) 65-3613-6004/6035 - Fax: (0xx) 65-3644-2547.

PREGOEIRO: Mauro Carlos Vieira

E-mails: [cpd@indea.mt.gov.br](mailto:cpd@indea.mt.gov.br) / [cad@indea.mt.gov.br](mailto:cad@indea.mt.gov.br)

FTO-2984

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO-CRMV/MT**  
**EXTRATO DE EDITAL**

1. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO-CRMV/MT, pessoa jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, inscrita no CNPJ sob o nº 00.963.637/0001-83, com sede na Rua Rio Grande do Norte nº 81, bairro Jardim Paulista, nesta Capital, torna público que no certame licitatório na modalidade de CARTA CONVITE, que tem como objetivo selecionar e contratar pessoa jurídica do ramo partilhado para aquisição de **MATERIAL DE EXPEDIENTE E DE INFORMÁTICA**, a Comissão Permanente de Licitação, à usucuidade de seus membros, julgou classificada, por terem apresentado propostas com "menor preço por item" as licitantes: Papeteria Pantanal Ltda, inscrita no CNPJ/MT sob o nº 07.298.918/0001-08, e I.E. nº 13.300.514-3; Castilho Nogueira Com. Rep. Ltda, inscrita no CNPJ/MT sob o nº 07.204.177/0001-59 e I.E. nº 13.293.401-9 e Papeteria & Informática Centros Ltda no CNPJ/MT sob o nº 00.539.955/0001-11 e I.E. nº 13.161.747-8, Cuiabá 18 de Abril de 2006.

DAVIENRIQUE DE SOUZA  
Presidente da CPL

DMT/DO

GR-5290

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE**  
**AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/06**

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitação e a Comissão Técnica, torna público, para conhecimento dos interessados que, na Licitação Modalidade Concorrência Pública nº 001/06, as empresas: **SME - SOCIEDADE DE MONTAGEM E ENGENHARIA LTDA, CONSTRUTORA NEAMBIQUARAS LTDA, LUMEN CONSULTORIA CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, foram habilitadas para o certame. Fica designado para o dia 02/05/2006 às 09:30 a Abertura da PROPOSTA DE PREÇOS.

Várzea Grande - MT, 18 de abril de 2006.  
JAQUELINE FAVETTI  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL Nº 010/2006**

O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO - Edital Nº 010/2006, tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTOS DOS PROGRAMAS HIPERTENSÃO E DIABETES** da Secretaria de Saúde, com realização prevista para o dia 04 de maio de 2006, às 15 horas (horário de Brasília-DF), no site <http://www.bolasant.com.br/pregaoonline/>. O Edital completo está a disposição dos interessados, gratuitamente, nos sites: <http://www.vazzeagrande.mt.gov.br> - LEGISLAÇÃO e <http://www.bolasant.com.br/vazzeagrande>.

Luciano Raci de Lima  
Pregoeiro

Bolsager José de Almeida  
Secretário Municipal de Fazenda

FTO.3012

**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 12/2006 - Nº PROCESSO 045/2006**  
**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 12/2006**

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1166/2006 de 31/03/2006, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no próximo 11/05/2006, às 08:00 horas no endereço: Av. do Contorno, s/nº, Colniza/MT, a reunião de abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 12/2006 na modalidade Tomada de Preço, tendo como objeto de licitação, o seguinte: **Aquisição de veículo equipado tipo microônibus, para atender o município de Colniza, conforme Edital. Valor do Edital R\$ 200,00.**

Colniza-MT 19 de abril de 2006.

Jair Habowski - Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
OP- 735

ASP/DO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO**  
**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2006**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Licitação desta Prefeitura, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, que se abre a presente licitação, regida pela Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, suas alterações posteriores demais normas complementares pertinentes e pelas condições expressas neste edital e seus anexos.

**LOCAL:** - Sala de Licitação, localizada na sede da Prefeitura, sito a rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444 Porto Esperidião - MT. **DATA:** 04/05/2006 - **HORA:** 15:00 horas - **OBJETO:** 1-Aquisição de uma RETROESCAVADEIRA, USADA, ANO DE FABRICAÇÃO 2002, ou acima, tração 4X4, acionada por motor diesel, com potência líquida mínima de 83HP, chassi monoblocado não aparafusado, toldo com para brisa, força de desagregação da canga frontal mínima de 6.300KG, peso operacional mínimo de 6.500 KG e em boas condições de uso e funcionamento.

O Edital completo deverá ser adquirido na tesouraria municipal, mediante pagamento de 100,00 (cem reais). Na sede da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião - MT.

Eliane Garcia Dias de Andrade  
Presidente da Comissão de Licitação  
OP- 735

ASP/DO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Dispensa de Licitação nº 006/2006. Objeto: Aquisição de Papeis para as Frotas das Secretarias Municipais de Educação, Vição e Urbanismo. Total de Item Licitação: 01. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Manutenção dos Veículos e Máquinas da Frota destas Secretarias. Declaração de Dispensa em 18/04/2006, JAIR PATRICIO CORREIA - Secretário Municipal de Finanças - Castanheira-MT. Refundição em 19/04/2006, GENES OLIVEIRA RIOS - Prefeito Municipal de Castanheira-MT. Contratado(s): AMARILDO S. ALVES-EFF. Valor: R\$ 7.900,00.

IVAN PEREIRA RIOS  
Presidente do CPL  
Prefeitura de Castanheira

DMT/DO

GR-5290

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÁ DO NORTE**  
**AVISO LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2006**

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se abre a Concorrência Pública nº 01/2006, que trata da Construção do Hospital Municipal e Pronto Atendimento no município de Guarantã do Norte/MT, observando, em sua íntegra, todas as especificações, planilha de custos e condições constantes do EDITAL, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. A abertura dos envelopes está prevista para o dia 22/05/2006 às 16h00, na Sala de Licitação, localizada na Rua das Oliveiras, 135 - Bairro Jardim Vitória - Guarantã do Norte/MT, no horário de atendimento ao público. Cópias do Edital e demais elementos da Licitação, bem como quaisquer outras informações, poderão ser obtidas na Sala de Licitação, mediante comprovação de recolhimento de R\$ 300,00 (quinhentos reais), valor não reembolsável, junto a Assessoria de Tribunação, localizada na Av. Jatoá, nº 1170, Centro, Guarantã do Norte - MT, nos horários de expediente da Prefeitura Municipal.

Guarantã do Norte/MT, 19 de abril de 2006.

NILTON GUIMARÃES SILVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DMT/DO

GR-5290

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA/MT**  
**RE-RATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 08/2006, DE 11 DE ABRIL DE 2006.**

1) Onde se lê procedimentos médicos hospitalares, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia/Traumatologia, Oftalmologia e Clínica Geral, leia-se procedimentos médicos hospitalares, Ginecologia/Obstetrícia, Ortopedia/Traumatologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Enfermeiros e Clínica Geral.  
2) Permanecem inutilizados os demais itens do referido Edital.

Juara-MT 18 de Abril de 2006

ANTONIO BATISTA MOTA

Comissão de Licitação

OSCAR MARTINS BEZERRA

Prefeito Municipal

DMT/DO

GR-5290

**PREFEITURA MUNICIPAL DE POXOREU**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 006/2006**

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Poxoreu torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, estará realizando Licitação na modalidade Tomada de Preço para Execução de Obras de Pavimentação e Drenagem. A abertura das propostas será realizada em 06/05/2006, a partir das 9:30 horas, na sala de Licitação da Prefeitura de Poxoreu s/A, Brasília 509 Jardim das Américas, Poxoreu - MT. Melhores informações e cópia completa do edital poderão ser obtidas no endereço acima citado com a Comissão. Os interessados poderão retirar o Edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, mediante o recolhimento do DAM no valor de R\$200,00 (duzentos reais) na tesouraria.

Poxoreu - MT, 19 de Abril de 2006.

DULCELEI ISOLDE HINTZ

Presidente da C. P. L.

GR-5290

DMT/DO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO 005/2006**

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 006/2006, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 005/2006 no dia 03/05/2006 às 08:00 horas (Horário de Brasília), que será regida pela Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, pelos Decretos nºs 3.552/2000, 3.784/2001 e 5.450/2005; com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 005/2006. **OBJETO:** Aquisição de medicamentos da "farmácia básica". **REALIZAÇÃO:** Pregão Eletrônico nº 005/2006. **ABERTURA DA SESSÃO:** 09:00 horas. **ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇOS:** 09:00 horas. O Edital contendo as instruções está a disposição dos interessados no aplicativo denominado "Licitação-e", desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, ou diretamente no site [www.bolasant.com.br](http://www.bolasant.com.br).

Água Boa, 19 de Abril de 2006.

FABIO TADEU WEILER

Pregoeiro Oficial do Município de Água Boa

DMT/DO

GR-5290

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.**  
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2006"**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 016/2006, realizada na Sala de Licitação da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS DE USO MÉDICO-HOSPITALAR PARA SEREM UTILIZADOS JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL"**, que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participantes, foram consideradas **HABILITADAS** do presente certame as empresas:

- DITAL BIOMÉDICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;
- WORKMED COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA-ME;
- ODONTOPAN EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA;
- SERCON INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS MÉDICOS LTDA;
- MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E LABORATÓRIOS LTDA;
- MEDLAB COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- VMI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;
- CASA DO RADIOLOGISTA CENTRO BRASILEIRO ELETRÔNICOS LTDA;
- BIOSENSOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;
- BIOMEDIC EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA;
- INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- STETOS MED DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA;
- LIFEMED INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA;
- SISMADEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA;
- COLLIER COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA;
- TRADENTES MÉDICO-HOSPITALAR LTDA;
- SULMED ARTIGOS HOSPITALARES LTDA;
- BIOSAN COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA.

Foi considerada **DESABILITADA** a empresa: **SEIMADU DO BRASIL COMÉRCIO LTDA**, por ter descumprido o subitem 2.6.1.2. "b" e "c" do edital. A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que transcorrido o prazo recursal, proceder-se-á a abertura dos envelopes contendo as propostas comerciais das empresas habilitadas no dia 05/05/2006, às 09:00 horas, no mesmo local da abertura. A Comissão informa ainda que, caso seja proposto recurso administrativo dessa decisão, o procedimento ficará suspenso, até final julgamento do recurso.

Rondonópolis-MT, 19 de abril de 2006.

SILVIA MARIA DE MOURA BONJOUR

Presidente da Comissão de Licitação.

DMT/DO

GR-5290

**ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA RODOVIA DA PRODUÇÃO (NOVA MUTUM - MT)**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2006**

A ASSOCIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA RODOVIA DA PRODUÇÃO (NOVA MUTUM - MT), torna público que realizará, nos termos da Lei 8.666/93, a Licitação na Modalidade de Tomada de Preço nº 001/2006, tendo como objeto: "Contratação de serviços com empresa especializada em obra rodoviária para execução de serviços complementares de pavimentação asfáltica na Rodovia MT-23 compreendendo o trecho que liga Nova Mutum - MT à Santa Rita de Triveletto - MT". No dia 05/05/2006 às 09:00 horas, em sua Sala de Vendas do Camêro, nº 611 W, Centro, Nova Mutum - MT, a sala de Licitação, podendo os interessados adquirir o Edital e informações no horário de expediente da Associação, mediante o pagamento de taxa não reembolsável de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Nova Mutum - MT, 19 de abril de 2006.

ALBERTINHO NOVELLI

Presidente da CPL

DMT/DO

GR-5290

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2006.

**PARTICIPANTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SEDER e SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA - SICME.

**OBJETIVO:** Tem por objetivo a execução de JORNADAS TÉCNICAS, com realização de palestras em 60 (sessenta) municípios de Mato Grosso, sob a coordenação direta da SEDER, a fim de repassar conhecimentos técnicos e científicos para produtores, proporcionando o aumento de sua rentabilidade, através de manejo, comercialização, melhoramento genético, sanidade do seu rebanho..

**VALOR TOTAL:** Os recursos financeiros necessários para execução deste Termo de Cooperação são no valor total de R\$ R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

pela SICME, na seguinte dotação:

Projeto Atividade: 3647  
Elemento de despesa: 3390.39  
Fonte: 130

**PRAZO:** O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de abril de 2006.

**ASSINAM:** Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan - Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Clóves Felício Vettoraro - Secretário de Desenvolvimento Rural.

P = 17/04/2006

SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO MINAS E ENERGIA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 07/2005.

**CONVENIENTE:** FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - FIEMT

**CONCEDENTE:** SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA - SICME.

**OBJETIVO:** Prorrogação do prazo de vigência original do Convênio em questão, tendo em vista o atraso no repasse dos recursos financeiros, portanto este convênio passará a ter o prazo de vigência para o dia 30/11/2006, quando deverá ser encaminhada a respectiva prestação de conta.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio original, sendo que, os custos unitários devem seguir a Instrução Normativa 01/2005.

**DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 21 de março de 2006

**ASSINAM:** Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan - Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia.

18/04/2006

Errata referente a publicação do dia 07 de abril de 2006

Comunicamos que se torna sem efeito a publicação do dia 07 de abril de 2006, referente ao 1º Termo aditivo ao Convênio 015/2005, firmado entre a Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia e a Prefeitura Municipal de Colider.

FTO-3145

TERMO DE ADESAO

A SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira, MÂRCIO LUIZ DE MESQUITA, adere ao Pregão nº 042/2005/SAD, de Registro de preços nº 019/2005, publicado no Diário Oficial de 27/10/2005, com vigência até 27/04/2006, conforme processo nº 56959/2005, de 31 de março de 2006, com objetivo de fornecimento pela empresa de papel A4 Indústria Gráfica Leonora Ltda. As despesas decorrentes da execução deste Termo de Adesão são estimadas em R\$ 7.240,00 (sete mil duzentos e quarenta reais) e convertido por conta da dotação orçamentária do Órgão: 17101 e 17601; Projeto/Atividade: 1844, 1839, 1849, 2482, 2483, 3646, 2007, 1837; Elemento de Despesas 3000 Fonte: 116, 123, 127 e 130.

Cuiabá, 20 de abril de 2006.

  
Márcio Luiz de Mesquita  
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira

FTO-3143

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/06/MTGás**  
Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás - MTGás  
Contratada: BDO Trevisan Auditores Independentes  
Objeto: Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Vigência: 10 dias úteis  
Valor: R\$ 29.298,00

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 17502, Região: 0600 do Projeto Atividade: 2007, Natureza de Despesa: 3390.3500, Fonte: 246, para o exercício de 2006.

Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente - MTGás e Representante legal da Contratada  
Cuiabá, 24 de Abril de 2006.

FTO- 3131

INFRA-ESTRUTURA

Extrato de Termo Aditivo e de Re-Ratificação nº 290/2005/04/01-ASJU  
Processo nº 0.642.287-8/2006 - SINFRA.  
Objeto do Contrato: Restauração e Revitalização do "Cine Teatro Cultural de Mato Grosso, situado na Av. Getúlio Vargas, em Cuiabá - MT.  
Objeto do Termo: Aditar ao Instrumento Contratual nº 290/2005/00/00 ASJU, o valor de R\$ 116.234,06 (Cento e Dezenove Mil, Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Seis Centavos), correspondente a 20,13% do valor do contrato a preços fixos e Selo Contínuo, correspondente a 20,13% do valor do contrato a preços fixos e Selo Contínuo, correspondente a 20,13% do valor do contrato a preços fixos e Selo Contínuo, correspondente a 20,13% do valor do contrato a preços fixos e Selo Contínuo.  
Partes: GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA e SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA.  
FTO-3108

PORTARIA/SINFRA/Nº 197/06

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, em Cuiabá-MT, 24 de Abril de 2006.

uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

INSTITUIR, considerando o que consta do processo nº 0.044.981-4/2006-SIE, de 11/04/06, uma Comissão constituída pelos servidores adiante nomeados, para apurar o fisco ocorrido com o servidor Geraldo Pereira da Silva, anulado pela SEMA, por transporte ilegal de Petróleo, utilizando o veículo caminhonete desta SINFRA, onde ambos foram apreendidos.

**COMISSÃO:**  
LUIZ TERCIO OKAMURA DE ALMEIDA - PRESIDENTE  
MARCUS ROGERIO FERNANDES - MEMBRO  
JOSE DIRCEU GRANDO - MEMBRO

**CUMPRAM-SE:**

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, em Cuiabá-MT, 24 de Abril de 2006.

MT, 19 de abril de 2006.

FTO-3108

PORTARIA / SINFRA/Nº/198/2006

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

INSTITUIR, o fiscal para acompanhar, fiscalizar e efetuar medições, e uma comissão formada pelos servidores abaixo com a finalidade de proceder recebimento dos serviços referente à Execução de Drenagem de Águas Pluviais e Serviços de Complementares de conformidade com o Termo de Convênio nº005/05, assinado em 10/05/05, entre a Secretaria de Estado de Infra Estrutura e a Prefeitura de Água Boa.

**COMISSÃO:**

**FISCAL:** ARQTº NELSON ANTONIO MASSA  
**MEMBROS:** ENGº ARTHUR JORGE DOS SANTOS WAQUED  
ENGº RODINEY ALVES CASTELHANO  
ENGº ELEONORA MARIA NADAF BATISTA

**CUMPRAM-SE:**

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, em Cuiabá-MT, 24 de Abril de 2006.

FTO- 3132

A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA - ESTRUTURA, através da Superintendência de Obras e Transportes - SUOT, toma público que, pelos expedientes abaixo relacionados Ordem de Realização das Obras, conforme estão discriminadas, todas do sistema de Rodovias Pavimentadas.

EXPEDIENTES	SERVIÇOS	INSTRUMENTO CONTRATUAL	EMPRESAS CONTRATADAS	RODOVIA
SUOT/06/Nº1706	RESTAURAÇÃO	006/05/0000 - ASJU	ENSCON LTDA	MT - 483/136
SUOT/06/Nº1806	RESTAURAÇÃO	396/04/0000 - ASJU	T.C.O LTDA	MT - 246
SUOT/06/Nº1906	PONTE EM CONCRETO PROTENDIDO	218/03/0000 - ASJU	VIAPONTE LTDA	MT - 233
SUOT/06/Nº 2006	PAVIMENTAÇÃO	439/04/0000 - ASJU	LAJE LTDA	MT - 170

Cuiabá, 24 de abril de 2006.

Engº Nilton de Brito  
Superintendente de Obras Transportes  
FTO- 3133

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 016/06

PROCESSO: 40.261-0/06

**OBJETO:** O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica e Parceria entre as partes, visando a Conservação de Rodovias não Pavimentadas localizadas no Município de São José dos Quatro Marcos.

**OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

2.1 - OBRIGAÇÕES DA SINFRA  
2.1.1. Fornecer ao Município, a quantidade de 10.000 (Dez Mil) litros de óleo combustível (Diesel), objetivando a conservação de rodovias localizadas no Município, conforme relação constante no projeto básico.

2.2 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.2.1. Para cumprimento do presente Termo, caberá ao Município a responsabilidade de execução dos serviços de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas, relacionadas no Projeto Básico, arcando com outros custos operacionais e administrativos de utilização de suas máquinas e operadores.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste instrumento é de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

**CONVENIENTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 037/06

PROCESSO: 43.642-9/06

**OBJETO:** O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica e Parceria entre as partes, visando a Conservação de Rodovias não Pavimentadas localizadas no Município de São José dos Quatro Marcos.

**OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

2.1 - OBRIGAÇÕES DA SINFRA  
2.1.1. Fornecer ao Município, a quantidade de 10.000 (Dez Mil) litros de óleo combustível (Diesel), objetivando a conservação de rodovias localizadas no Município, conforme relação constante no projeto básico.

2.2 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.2.1. Para cumprimento do presente Termo, caberá ao Município a responsabilidade de execução dos serviços de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas, relacionadas no Projeto Básico, arcando com outros custos operacionais e administrativos de utilização de suas máquinas e operadores.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste instrumento é de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

**CONVENIENTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 038/06

PROCESSO: 44.784-4/06

**OBJETO:** O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica e Parceria entre as partes, visando a Conservação de Rodovias não Pavimentadas localizadas no Município de Rondolândia.

**OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

2.1 - OBRIGAÇÕES DA SINFRA  
2.1.1. Fornecer ao Município, a quantidade de 15.000 (Quinze Mil) litros de óleo combustível (Diesel), objetivando a conservação de rodovias localizadas no Município, conforme relação constante no projeto básico.

2.2 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.2.1. Para cumprimento do presente Termo, caberá ao Município a responsabilidade de execução dos serviços de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas, relacionadas no Projeto Básico, arcando com outros custos operacionais e administrativos de utilização de suas máquinas e operadores.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste instrumento é de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

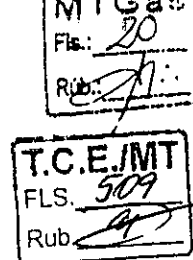
**CONVENIENTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 035/06

PROCESSO Nº: 36.261-1/05



Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2006

Valor R\$ 50.468,39

(cinquenta mil quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos)

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA, que entre si celebram:

A **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.023.921/0001-53, com sede administrativa na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.254, Edifício American Business Center, sala 704, na cidade de Cuiabá – MT, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. **Helny Paula Campos**, portador da cédula de identidade RG n.º 025.316 SSP/MT e CPF n.º 112.328.541-15, residente e domiciliado nesta capital, e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. **Geraldo Luiz de Araújo**, portador do RG 4.720.774-6 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 203.167.551-68, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro lado a empresa **BRASIL TELECOM S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.535.764/0329-32, estabelecida na Rua Barão de Melgaço, nº3.209, Centro, Cuiabá, MT, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sra. **Sonia Regina Leite e Silva Cardoso**, brasileira, casada, administradora de empresa, Diretora Filial Mato Grosso, RG 349.004 SSP/MS e CPF 108.182.941-91 e o Sr. **Franco Alves de Amorim**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, Gerente de Planejamento, RG 0600260-9 SJ/MT e CPF 527.742.791-00, resolvem celebrar o presente contrato para prestação de serviços de telefonia, para atender as necessidades do Órgão/Entidade, em conformidade com a Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 4.733, de 02 de agosto de 2002, e ainda de conformidade com a documentação constante do processo n.º 190838/2006, conforme autorização para adesão a ata de Registro de Preços n.º 010/2006, emanada pela Secretaria de Estado de Administração, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

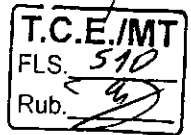
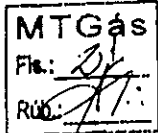
O presente contrato tem por objeto o registro de preços para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), originados de terminais fixos e móveis, para atender a demanda da **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**, conforme especificações do edital de Pregão n.º 006/2006 e seus anexos, parte integrante deste Instrumento.

Av. Hist. Rubens de Mendonça 2254 – Cj 704 – Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso  
Fone: (65) 542-4423  
CEP 78050 000





Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global, com fornecimento de toda mão-de-obra, materiais e ferramentas, necessários à execução dos serviços, objeto da presente licitação.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

3.1 Constituem parte integrante deste contrato, estando a eles vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

- a) Ata de Registro de Preços; e
- b) Proposta de Preços da Contratada.

3.2 Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

A Contratante pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados, conforme especificado na Proposta de Preços, de total responsabilidade da CONTRATADA, o valor mensal estimado de R\$ 4.205,69 (quatro mil duzentos e cinco reais e sessenta e nove centavos), totalizando o valor total estimado de R\$ 50.468,39 (cinquenta mil quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos) com base no total de serviços efetivamente utilizados, ao preço unitário indicado na proposta de preço, inclusive todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

A prestação do serviço terá início a partir de 1º de setembro de 2006.

### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste contrato é de 12 meses, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, por meio de termo aditivo, com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93.

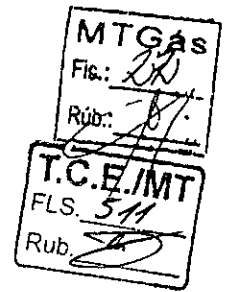
### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Av. Hsi Rubens de Mendonça 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Curitiba - Mato Grosso  
Fone: (65) 642-4423  
CEP 78000-000





Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

7.1 A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8666/93.

7.1.1 Caso haja supressão que exceda o limite estipulado no § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, a mesma pode ser realizada desde que resultante de acordo entre as partes, conforme disposto no inciso II do § 2º do mesmo artigo.

7.2 O presente contrato, mediante instrumento específico, poderá ser objeto de aditamento que importe em alteração de condições contratuais, desde que seja assinado pelos representantes legais das partes, observados os limites e as formalidades legais.

### CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO

8.1 Os preços propostos não serão reajustados durante o período de (doze) meses, na forma do § 1º do art. 28, da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995, Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 e Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997. Poderão ser alterados após esse período mediante índice divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

8.2 O reajuste de que trata o item 8.1 poderá ser aplicado com periodicidade inferior, se assim vier a ser autorizado de acordo com o § 5º, do art. 28 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995. De maneira análoga, caso o órgão regulador (ANATEL) venha determinar redução de tarifas, essas serão estendidas à Contratante.

8.3 Caso a CONTRATADA venha oferecer descontos promocionais a assinantes em geral esses deverão ser estendido à Contratante.

### CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo circunstanciado, emitido pela Contratante e, posteriormente, será emitido o termo de recebimento definitivo, no prazo de até 05 dias a contar do recebimento das faturas.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado à CONTRATADA mensalmente no 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da realização do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura discriminada, com antecedência mínima de 07(sete) dias, a qual será devidamente atestada pelo servidor designado pela Contratante, cumpridas todas as exigências contratuais.

10.2 As Notas Fiscais/Faturas deverão mencionar o n.º deste Contrato, conter todas as informações necessárias à conferência do serviço executado, especificamente para esta contratação, não podendo incluir serviços relativos a outros contratos.

Av. Hist. Rubens de Mendonça 2254 – C, 764 – Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso  
Fone: (65) 642 4423  
CEP 78000-000

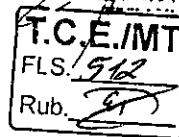


HA





Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

10.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser atestada pela Contratante e, no caso de identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciado a partir da reapresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida.

10.3.1 A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal/Fatura, por parte da Contratante, deverá ocorrer em no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo Gestor do contrato.

10.4 Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, o fato será informado à CONTRATADA para que seja feita a devolução do valor correspondente, no próximo documento de cobrança.

10.5 O pagamento mensal dependerá da real utilização do serviço, podendo haver variação entre a quantidade de minutos efetivamente utilizados e a quantidade de minutos, constantes do Termo de Referência.

10.6 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome da COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS, com o seguinte Avenida Historiador Rubens de Mendonça, n.º 2.254, Edifício American Business Center, sala 704, na cidade de Cuiabá - MT, - CNPJ: 06.023.921/0001-53 deverão ser entregues neste local

10.7 O pagamento mensal será efetuado por meio de crédito em nome da CONTRATADA, na conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no edital e neste instrumento contratual.

10.8 Desde já fica estabelecido que o comprovante de depósito bancário se constituirá para a Contratante em documento hábil e comprobatório da efetivação do pagamento.

10.9 Será comprovada a regularidade da CONTRATADA, mediante consulta *on-line* da situação da empresa junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores - SICAF ou Cadastro Geral Estadual de Fornecedores/MT, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

10.10 Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive.

10.11 Havendo atraso de pagamento, o valor será atualizado desde a data final do período previsto para o adimplemento até a do efetivo pagamento, tomando por base o Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna - IGP/DI do mês anterior, *pro rata tempore*, sobre o valor da fatura, vedada a antecipação de pagamento a qualquer título.

10.12 A atualização monetária prevista no item 10.11 será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

**10.13 Será retido na fonte o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição sobre o Lucro Líquido, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, de acordo com a legislação vigente.**

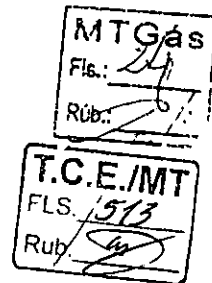
Av. Hist. Rubens de Mendonça 2254 - C, 704 - Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso,  
Fone: (65) 542-4423  
CEP 78050-000





Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



10.14 Após o encerramento do contrato, o serviço utilizado por força desta contratação deverá ser cobrado em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução deste Contrato correrá à conta de créditos orçamentários consignados à Contratante para o exercício de 2006, sob a seguinte classificação Trabalho Resumido: 036; Projeto/Atividade: 2007; Elemento de Despesa 33903900 e Fonte 246.

### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO EMPENHO DA DESPESA

Para atender as despesas do presente Contrato foi emitida a Nota de Empenho nº 175206000074, datada de , no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), sem prejuízo da emissão de reforços ou anulações, em razão da disponibilidade orçamentária.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações constantes deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no Edital do Pregão para Registro de Preço n.º 006/2006, em seus anexos, na proposta de preço, executando-as sob sua inteira e exclusiva responsabilidade e, em especial a:

13.1 Acatar as exigências da Contratante quanto ao regular cumprimento do objeto, de acordo com as cláusulas deste contrato, normalizando imediatamente as faltas identificadas em desconformidade com as especificações.

13.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados.

13.3 Avocar os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a Contratante procedentes da prestação dos serviços do objeto deste Contrato.

13.4 Não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto, sem autorização, por escrito, da Contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

13.5 Manter durante a vigência contratual, todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal e cadastramento junto ao Sistema de Cadastramento Estadual de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

13.6 Atender todas as observações, reclamações e exigências efetuadas, no sentido do cumprimento deste Contrato e da melhoria dos serviços executados.

13.7 Fazer com que seus empregados se submetam, durante o período em que permanecerem nas dependências da Contratante, aos regulamentos de disciplina e segurança por esta estabelecida.

Av. Hist. Rubens de Mendonça 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Curitiba - Mato Grosso  
Fone: (65) 642-4423  
CEP 78050-000

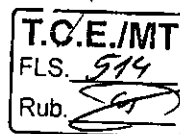


A



Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



13.8 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

13.9 Não se valer deste contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito, a serem auferidos em função dos serviços prestados, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização.

13.10 Levar ao conhecimento do gestor do contrato, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

13.11 Designar consultor para acompanhamento do objeto contratado e atendimento das reclamações feitas pela Contratante.

13.12 Prestar o serviço, objeto desta contratação, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Contratante.

13.13 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação da Contratante.

13.14 Apresentar, mensalmente, fatura do serviço prestado, devendo ser fornecida tanto em papel quanto em arquivo magnético:

13.14.1 O formato do arquivo magnético e seu mecanismo de entrega deverão ser definidos em conjunto com a empresa contratada.

13.15 Fornecer número telefônico para registro das reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.

13.16 Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa pela qualidade dos serviços contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

13.17 Aceitar nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

13.18 Repassar à Contratante, durante a vigência do contrato, todos os preços e vantagens oferecidos no mercado, sempre que esses forem mais vantajosos do que os constantes no instrumento contratual.

13.19 Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados no instrumento contratual.

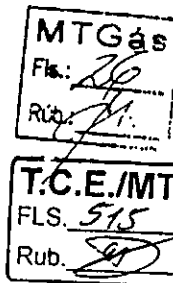
13.20 Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos, contribuições, indenizações vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

Av. Hely Rubens de Mendonça 2254 - Cj 704 - Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso  
Fone (65) 512-4473  
CEP 78050-000





Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

13.21 Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas através desta contratação, considerando os recursos disponibilizados pela empresa CONTRATADA.

13.21 Responder, por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos causarem a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da incompatibilidade de ação ou omissão culposa, incluindo os danos decorrentes de sinistros havidos nas redes de comunicação instalada e central telefônica, procedendo imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis e assumindo inteiramente o ônus decorrente.

13.22 Iniciar e executar o serviço no prazo estabelecido pela Contratante, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, em perfeitas condições.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante deverá fiscalizar a execução deste Contrato, bem como:

14.1 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias, após a aceitação dos serviços.

14.2 Promover a fiscalização do contrato, acompanhar o desenvolvimento, conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja em conformidade com os termos deste Contrato.

14.3 Proceder as advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste Contrato.

14.4 Observar para que, durante toda a vigência deste Contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

14.5 Comunicar à CONTRATADA, toda e qualquer ocorrência relacionada com a prestação do serviço.

14.6 Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA, antes de efetuar cada pagamento devido.

14.7 Designar servidor para fiscalizar a execução deste contrato.

14.8 Reter do primeiro pagamento o valor da(s) penalidade(s), garantida a ampla defesa, caso haja descumprimento da Cláusula Décima Sexta e seus subitens, deste contrato.

14.9 Permitir que o pessoal técnico da CONTRATADA, desde que credenciado e devidamente identificado, tenha acesso às dependências da ANS quando da realização do serviço, observadas as normas e condições de segurança existentes.

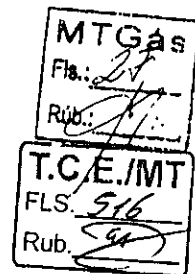
### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Av. Hist. Riberes de Mendonça 2254 - Cj 704 - Ed. American Business Center  
Guaia - Mato Grosso  
Fone (65) 542-4423  
CEP 78050-000





Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

15.1 A fiscalização deste contrato caberá a Contratante, por intermédio de servidor designado, a quem competirá acompanhar a evolução e verificar a fiel observância das disposições do presente Contrato, anotando as ocorrências relacionadas a sua execução em registro próprio, nos termos do Art. 67, da Lei n.º 8.666/93. A fiscalização deverá:

15.1.1 Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos.

15.1.2 Assegurar-se que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais concessionárias de forma a garantir que aqueles continuem os mais vantajosos para a Administração.

15.1.3 Documentar as ocorrências havidas, fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, inclusive quando a não interrupção dos serviços prestados.

15.1.4 Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

15.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, resultantes de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 No caso de inexecução total ou parcial deste Contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, rescindir o contrato e/ou, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades ou sanções:

- a) advertência;
- b) multa no percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento), por ocorrência, do valor anual do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com o Estado de Mato Grosso, por um período não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no disposto na alínea anterior.

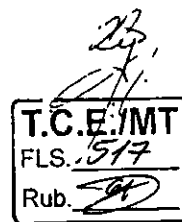
16.2 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", do subitem 16.1, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" retro.

Av. Hist. Rubens de Mendonça 2204 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso  
Fone (65) 642 4473  
CEP 78050-000





Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

16.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do subitem 16.1, somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da Contratante e apresentadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que a CONTRATADA for notificada. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada e não dá direito à CONTRATADA a qualquer contestação.

16.4 A sanção estabelecida na alínea "d" do subitem 16.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

16.5 As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 16.1, poderão também ser aplicadas à CONTRATADA ou aos profissionais que, na execução do contrato:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6 A advertência também será aplicada nos casos em que o serviço não for executado de acordo com o recomendado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, ou deixar de ser feito.

16.7 A multa também deverá ser aplicada quando houver a aplicação por 03 (três) vezes de advertência, com aplicação de multa de 0,5% do valor mensal do contrato.

16.8 O não cumprimento, pela CONTRATADA do prazo de início dos serviços ensejará a aplicação de multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor do contratado, limitada a 10% (dez por cento) deste.

16.9 A aplicação de multa de mora estabelecida no subitem anterior não impede que a Contratante rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as sanções previstas no subitem 17.1 deste instrumento, sem prejuízo do ajuizamento das ações cabíveis.

16.10 A Contratante formalizará comunicado à CONTRATADA sobre as multas aplicáveis, ficando assegurada a esta, a garantia de prévia defesa, a qual deverá ser apresentada à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação.

16.11 Será de responsabilidade da CONTRATADA o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de qualquer de seus empregados, prepostos ou contratados.

16.12 Obriga-se também a CONTRATADA por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais, inclusive trabalhistas, que venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento do presente contrato.

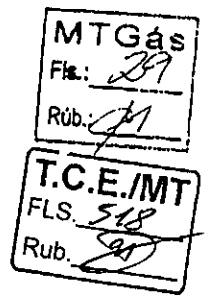
Av. Hise Rubens da Moura nº 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Cidade: Anápolis - GO  
Fone (65) 642 4423  
CEP 78000-000





Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1 Constituem motivos para a rescisão do Contrato, assegurados a ampla defesa e o contraditório, nos termos do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93:

- a) o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) a lentidão na execução do seu objeto sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
- c) atraso injustificado no início do serviço;
- d) a paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Contratante;
- e) o desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do artigo 67, da Lei n.º 8.666 / 93;
- g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) a dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;
- i) a alteração da razão social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- k) a supressão, por parte da Contratante, de serviços, acarretando modificação do valor do Contrato além do limite permitido no § 1º do artigo 65, da Lei n.º 8.666 / 93, ressalvado o disposto no inciso II do § 2º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;
- l) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou, ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) o atraso superior a 90 (noventa) dias do pagamento devido pela Contratante decorrente de serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

Av. Hisl. Rubens de Mendonça, 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Cidade: Mato Grosso,  
Fone: (65) 642-4423  
CEP 78050-000





Governo do Estado de Mato Grosso

MTGás	
Fls.	30
Rúb.	11
T.C.E./MT	
FLS.	519
Rub.	5

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

n) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

o) descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.2 A rescisão deste contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, observado o disposto no artigo 109, "I", letra "e", da Lei n.º 8.666/93;

b) amigável, por acordo entre as partes, desde que, cumprido o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93;

c) judicial, nos termos da legislação vigente.

17.3 A rescisão do Contrato obedecerá ao que preceituam os artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

17.4 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.5 A rescisão do contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATADA, a retenção dos créditos decorrentes do contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Instrumento e em Lei, até a completa indenização dos danos.

17.6 A Contratante poderá rescindir o presente contrato de pleno direito, mediante comunicação por escrito, no caso de ocorrência das hipóteses previstas no artigo 78, incisos I e XVIII, da Lei n.º 8.666/93, não cabendo à CONTRATADA o direito de qualquer ação ou reclamação com base em prejuízos ou lucros cessantes, exceto o recebimento dos serviços já prestados.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução do presente contrato e aos casos omissos aplicam-se as disposições contidas na Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n.º 9.961, de 28 de janeiro de 2000, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000 e demais normas estabelecidas pela ANATEL.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA deverá observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, conforme a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE

Av. Hist. Rubens de Mendonça 2254 - Cj 704 - Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso  
Fone (61) 542 4123  
CEP 78050-000



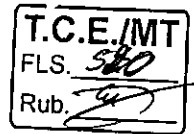
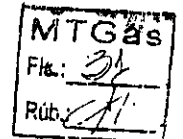
A

E





Governo do Estado de Mato Grosso



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

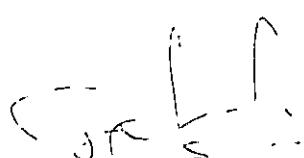
A Contrante providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo máximo de vinte dias, daquela data.

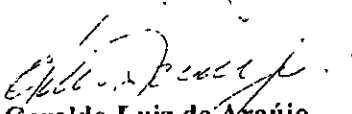
### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

O Foro da capital do Estado de Mato Grosso será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer questões que possam vir a decorrer do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que possa vir a ser.

Para firmeza e como prova de haverem entre si, justos e avençados, é lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelos representantes legais das partes.

Cuiabá-MT, 1º de Setembro de 2006.

  
**Helny Paula Campos**  
Diretor Presidente da MTGás

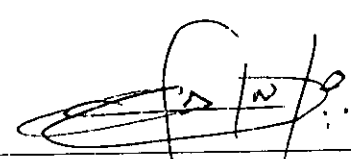
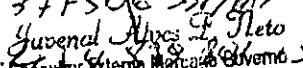
  
**Geraldo Luiz de Araújo**  
Diretor Adm. Financeiro da MTGás

  
**Sonia Regina Leite e Silva Cardoso**  
Contratada

  
**Franco Alves de Amorim**  
Contratada

**José Sampaio de Medeiros**  
Diretor Institucional  
Consil Telecom - Filial MT

### TESTEMUNHAS

  
RG. 377506 SSP/MT  
CPF.   
Guberaldo Alves de Flete  
Consultor Externo Mercado Governo  
Brasil Telecom S/A - Filial MT

RG.  
CPF.

  
**Júlia de Miranda Menezes**  
Jurídico - Matriz  
BRASIL TELECOM S.A.

Av. Hist. Rubens de Mendonça 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso  
Fone (65) 442.4423  
CEP 78050-000



CNPJ Nº: 04.028.318/0001-60	End. Praça da República, Nº. 101, Bairro: Centro - CUIABÁ-MT
Objeto	O presente TERMO tem por finalidade prorrogar o prazo da vigência do contrato original, por mais 12 (doze) meses.
Vigência	O presente TERMO terá vigência de 12 (doze) meses a contar do término do prazo anterior, que é a data de 14 de outubro de 2006.
Valor Total	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Recursos	Recursos Próprios
Fundamento legal	Artigo 62, § 3º, inciso I da Lei Nº. 8665 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Data	Cuiabá-MT 16 de outubro de 2006
Assinam	Senhor ÉDER DE MORAES DIAS - Diretor Presidente da MT FOMENTO e Senhor LUIZ CARLOS ARMANI - Diretor Administrativo - Financeiro da MT FOMENTO e Senhor NILTON DO NASCIMENTO - Diretor Regional e Senhora EUENE NEVES PAES DE MELO - Gerente de Vendas da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

**ÉDER DE MORAES DIAS**  
Diretor Presidente da MT FOMENTO

**LUIZ CARLOS ARMANI**

Diretor Administrativo - Financeiro da MT FOMENTO

## MT GÁS

### COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS

#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2006

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás  
Contratada: Brasil Telecom, inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0329-32.  
Objeto: Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), originados de terminais fixos e móveis.  
Vigência: 12 meses.  
Assinam: Helny Paulz Campos - Diretor Presidente; Geraldo Luiz de Araújo - Diretor Adm. e Financeiro; Brasil Telecom - Contratada.  
Cuiabá/MT, 1º de setembro de 2006.

#### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2005

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás  
Contratada: AUTOPEPETRO CALIFÓPNIA LTDA, "Posto Mãe Bonifácia", inscrita no CNPJ sob nº 01.578.055/0001-81.  
Objeto: Prorrogação de prazo e aumento de quantidade.  
Vigência: 31 de outubro de 2006.  
Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente; Geraldo Luiz de Araújo - Diretor Adm. e Financeiro; Autopetro Califórnia Ltda - Contratada.

Cuiabá/MT, 11 de setembro de 2006.

## EVENTOS DE PESSOAL

## SECRETARIAS

### SAD

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 03/SAD/00353/2006 DE: 16/10/2006

O Secretário de Estado da Administração  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,  
Resolve: DEFERIR  
Evento: 110000/1104 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
Processo Numr.: 250076/2006  
NOME: (796930015) JOAO CARLOS CORREA DE CERQUEIRA  
A Partir de: 18/09/2006 Ata 17/10/2006  
PUBLICADA,  
REGISTRADA,  
CUMPRE-SE  
Secretaria de Estado da Administração,  
em Cuiabá, 11 de Outubro de 2006.  
Geraldo Aparecido De Vito Junior  
Secretário de Estado da Administração  
Secretaria de Estado da Administração

PORTARIA Nº 03/SAD/00354/2006 DE: 16/10/2006

O Secretário de Estado da Administração  
no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,  
Resolve: CONCEDER  
Evento: 115002/1210 - LICENÇA PREMIO - CONCESSÃO  
Processo Numr.: 206608/2006  
NOME: (483620010) ADAO BATISTA DE SOUZA  
Em: 29/09/2006  
Qtde Dias T S Data de Início Data Término  
90 01/04/1994 31/03/1999  
Processo Numr.: 150561/2006  
NOME: (533640024) ADELICIO MARCIANO DE ALMEIDA  
Em: 03/10/2006  
Qtde Dias T S Data de Início Data Término  
90 05/09/2000 04/09/2005  
Processo Numr.: 214163/2006  
NOME: (90040015) ADILSON BARLOSA DA SILVA  
Em: 02/10/2006

Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	04/06/2001	03/02/2006
Processo Numr.: 150699/2006		
NOME: (945050011) ANDRÉZA CASTILHO FAIVA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	06/06/2001	05/06/2006
Processo Numr.: 150706/2006		
NOME: (944930018) ANTONIA DE FATIMA TEIXEIRA CORREA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	01/06/2001	31/05/2006
Processo Numr.: 119647/2006		
NOME: (278740014) ANTONIO CORREIA DA SILVA		
Em: 03/10/2003		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	17/09/2000	16/09/2005
Processo Numr.: 150705/2006		
NOME: (734240058) ARLENE JAMISSARA DE OLIVEIRA ALCANTARA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	14/09/2000	13/09/2005
Processo Numr.: 112283/2006		
NOME: (797260013) AVANI CARDOSO DE LARA		
Em: 04/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	12/08/2001	11/08/2006
Processo Numr.: 150568/2006		
NOME: (944190014) AVELINO DA SILVA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	29/05/2001	28/05/2006
Processo Numr.: 217486/2006		
NOME: (817850015) BENEDITA PAULINA DA CRUZ		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	29/10/1999	28/10/2004
Processo Numr.: 227295/2006		
NOME: (80760015) BENEDITO ANTONIO FIRMIANO		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	19/08/2001	18/08/2006
Processo Numr.: 227306/2006		
NOME: (80960014) BENEDITO PEREIRA TOCANTINS		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	26/11/2000	25/11/2005
Processo Numr.: 208592/2006		
NOME: (863130011) CELIA BEZERRA DOS SANTOS SANTANA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	17/03/2000	16/03/2005
Processo Numr.: 227806/2006		
NOME: (921610017) CLAUDIA DIVINA SILVA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	12/03/2001	11/03/2006
Processo Numr.: 195753/2006		
NOME: (946030014) CLEONAR RODRIGUES NERY		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	25/06/2001	24/06/2006
Processo Numr.: 227773/2006		
NOME: (92660010) CREUNICE TEODORA SANTANA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	12/08/2001	11/08/2006
Processo Numr.: 227920/2006		
NOME: (204700019) DEROCI ALVES DA SILVA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	04/03/2000	03/03/2005
Processo Numr.: 208602/2006		
NOME: (944420010) EDIR FERREIRA DE ALMEIDA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	08/06/2001	07/06/2006
Processo Numr.: 157478/2006		
NOME: (944410014) EDNEIA DE LAET FERREIRA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	30/05/2001	29/05/2006
Processo Numr.: 157484/2006		
NOME: (944050018) ELI DINIZ		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	06/06/2001	05/06/2006
Processo Numr.: 227312/2006		
NOME: (384760015) JORGE ITIRO USSUI		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	01/10/2000	30/09/2005
Processo Numr.: 157961/2006		
NOME: (323680011) JOSE CARLOS DE BARROS		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	23/03/2001	22/03/2006
Processo Numr.: 157469/2006		
NOME: (945200013) JOSE MARCIO FARIA LEITE		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	29/05/2001	28/05/2006
Processo Numr.: 157451/2006		
NOME: (479370044) JUCIANE ALVES DA SILVA		
Em: 03/10/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	03/04/2001	02/04/2006
Processo Numr.: 157970/2006		
NOME: (64110010) JUVENILIA SANTOS DA SILVA		
Em: 29/09/2006		
Qtde Dias T S	Data de Início	Data Término
90	01/07/2001	30/06/2006

I I RELATORIO - SIA005  
I EXTRATO DE EMPENHO DATA: 10/01/2006 PEDIDO: 175026000078 EMPENHO: 175026000074  
I I PAGINA - 0001

I CREDOR : 95000488  
I NOME .. - BRASIL TELECOM SA  
I ENDEREÇO- RUA BARAO DE MELGACO 3209  
I CENTRO SUL CUIABA 78020 MT  
I FONE .. - CODIGO - 95000488 IDENTIFICACAO - CGC 76535764032932  
I  
I CARACTERISTICAS : DOT. ORCAMENT. -17 502 2.007 0600.3390 3900.246  
I RECURSO ..... -NORMAL OBRA E SERV. ENG. - NAO  
I TIPO EMPENHO -ESTIMATIVA DIFERIDO ... -  
I ESCRITURAL .. -NAO PAGTO. NOB...:SIM ADIANTAMENTO - NAO DATA-LIMITE -

I HISTORICO : REF A ESTIMATIVA DE SERV. TELEFONICO  
I  
I CONTROLES FINANCEIROS :  
I VALOR DO EMPENHO..... 40.000.00 TOTAL ESTORNADO..... 0.00  
I TOTAL LIQUIDADO..... 27.818.81 TOTAL PAGO..... 27.818.81  
I SALDO A LIQUIDAR..... 12.181.19 SALDO A PAGAR..... 0.00  
I TOTAL RECOLHIDO..... 0.00

I DATA	I OCORRENCIA	I VALOR	I DOCUMENTO	I HISTORICO
26/01/2006	LIQUIDACAO	3.678.03	175026000084	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF A PGTO FATURA JAN/06 N. 060100134737
26/01/2006	LIQUIDACAO	26.34	175026000092	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF A DIF.DA FATURA DO MES JAN/06 CONF N. 060100
26/01/2006	PAGAMENTO POR NOB	26.34	175026000011	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026000092 DO EXERCICIO
26/01/2006	PAGAMENTO POR NOB	3.678.03	175026000119	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026000084 DO EXERCICIO
23/02/2006	LIQUIDACAO	2.647.05	175026000424	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF A FATURA DO MES 02/2006 CONF N. 60200133065
23/02/2006	LIQUIDACAO	36.96	175026000432	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF A DIF DA FATURA DO MES 02/06 CONF N 60200194
23/02/2006	PAGAMENTO POR NOB	36.96	175026000364	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026000432 DO EXERCICIO
23/02/2006	PAGAMENTO POR NOB	2.647.05	175026000380	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026000424 DO EXERCICIO
14/03/2006	LIQUIDACAO	2.822.40	175026000793	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF A FATURA DO MES 03/06 CONF N.60300130131
14/03/2006	PAGAMENTO POR NOB	2.822.40	175026001158	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026000793 DO EXERCICIO
17/04/2006	LIQUIDACAO	3.540.24	175026001137	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF A FATURA DO MES 04/06, CONF NF 60400128008
17/04/2006	PAGAMENTO POR NOB	3.540.24	175026001930	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026001137 DO EXERCICIO
10/05/2006	LIQUIDACAO	3.646.36	175026001749	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇO DE TELEFONIA SEDE MTGAS MÊS 05/2006
10/05/2006	PAGAMENTO POR NOB	3.646.36	175026002928	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026001749 DO EXERCICIO
12/06/2006	LIQUIDACAO ESTORNADA	3.000.52	175026002540	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074

EXTRATO DE EMPENHO DATA: 10/01/2006 PEDIDO: 175026000078 EMPENHO: 175026000074				RELATORIO - SIA005	
				PAGINA - 0002	
DATA	OCORRENCIA	VALOR	DOCUMENTO	HISTORICO	
12/06/2006	NOB ESTORNADA TOTAL	3.000.52	175026004262	REF AO SERVIÇO DE TELEFONIA MÊS 06/2006 PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026002540 DO EXERCICIO	
14/06/2006	NOB DE ESTORNO	3.000.52	175026004335	ESTORNO PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQ 175026002540 DO EXERCICIO	
21/06/2006	NOB ESTORNADA TOTAL	3.000.52	175026004343	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026002540 DO EXERCICIO	
26/06/2006	LIQUIDACAO DE ESTORNO	3.000.52	175026002850	ESTORNO DE LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 17502600007 ALTERAÇÃO DE VENCIMENTO NOB N ELETRÔNICA	
26/06/2006	NOB DE ESTORNO	3.000.52	175026004629	ESTORNO PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQ 175026002540 DO EXERCICIO	
28/06/2006	LIQUIDACAO	3.000.52	175026002869	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇO DE TELEFONIA MÊS 06/2006	
28/06/2006	PAGAMENTO POR NOB	3.000.52	175026004645	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026002869 DO EXERCICIO	
13/07/2006	LIQUIDACAO	2.041.69	175026003253	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇO DE TELEFONIA SEDE MTGÁS MÊS 07/2006	
13/07/2006	PAGAMENTO POR NOB	2.041.69	175026005412	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026003253 DO EXERCICIO	
06/08/2006	LIQUIDACAO	2.123.90	175026004179	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA MÊS 08/2006	
06/09/2006	PAGAMENTO POR NOB	2.123.90	175026006923	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026004179 DO EXERCICIO	
14/09/2006	LIQUIDACAO	1.369.23	175026004420	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA MÊS 09/2006	
14/09/2006	PAGAMENTO POR NOB	1.369.23	175026007385	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026004420 DO EXERCICIO	
29/09/2006	LIQUIDACAO	152.12	175026004551	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇOS NÃO INCLUIDOS REF AOS MESES DE DEZ/	
29/09/2006	PAGAMENTO POR NOB	152.12	175026007652	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026004551 DO EXERCICIO	
23/10/2006	LIQUIDACAO ESTORNADA	3.99	175026004896	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 DIFERENÇA DO PAGAMENTO FATURAS DE SERVIÇOS DOS M	
23/10/2006	NOB ESTORNADA TOTAL	3.99	175026008233	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026004896 DO EXERCICIO	
24/10/2006	LIQUIDACAO DE ESTORNO	3.99	175026005000	ESTORNO DE LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 17502600007 VALOR A SER CORRIGIDO.	
24/10/2006	NOB DE ESTORNO	3.99	175026008276	ESTORNO PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQ 175026004896 DO EXERCICIO	
26/10/2006	LIQUIDACAO	4.24	175026005019	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 DIFERENÇA DO PAGAMENTO DE FATURAS DE SERVIÇOS DO	
26/10/2006	PAGAMENTO POR NOB	4.24	175026008349	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026005019 DO EXERCICIO	
01/11/2006	LIQUIDACAO	1.236.00	175026005108	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA MÊS OUTUBRO/2006	
01/11/2006	PAGAMENTO POR NOB	1.236.00	175026008586	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026005108 DO EXERCICIO	
14/11/2006	LIQUIDACAO	1.493.73	175026005299	LIQUIDACAO DO EMPENHO NR. 175026000074 REF SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMPETÊNCIA 11/200	
14/11/2006	PAGAMENTO POR NOB	1.493.73	175026008764	PGTO (NOB) DO EMPENHO 175026000074 E LIQUIDACAO 175026005299 DO EXERCICIO	

21/11/2006 14:14:12 48B.AGX1410R

I 17502 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS PERIODO: 01 01 2006 A 30 09 2006 FONTE 100 A 800  
I PAGAMENTOS EFETUADOS POR CREDOR NAT INI: 00 NAT FIM: 00

T.C.E./MT  
FLS. 524  
Rub. 92

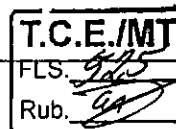
I EMPENHO LIQUIDACAO PAGAMENTO TIPO DATA PAGAMENTO DOTACAO  
I HISTORICO

VALOR

I CODIGO: 98010832 NOME: TELEMAT CELULAR S A

I 600014-7	600011-4	600009-7	NOB	777	26/01/2006	2007.0600.3390.3900.246	1.718.15
I REF A FATURA DO CELULARES CONF NF 003023							
I 600026-0	600012-2	600010-0	NOB	777	26/01/2006	2007.0600.3390.3900.246	(1.796.75)
I REF A FATURA CONF N.003126							
I 600056-2	600049-1	600032-1	NOB	777	15/02/2006	2007.0600.3390.3900.246	2.088.64
I REF A FATURA DO MES JAN/06 CONF N.026.519							
I 600056-2	600066-1	600105-0	NOB	777	09/03/2006	2007.0600.3390.3900.246	2.352.35
I REF A FATURA DE 02/01 A 01/02 CONF N. 023895							
I 600056-2	600088-2	600098-4	NOB	777	24/03/2006	2007.0600.3390.3900.246	1.817.66
I REF A FATURA DO MES 02/06 NF 016.443							
I 600145-3	600154-4	600240-5	NOB	777	25/04/2006	2007.0600.3390.3900.246	1.328.65
I REF A SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL MÊS 03/2006 MTGÁS NF 023.622							
I 600145-3	600217-6	600363-0	NOB	777	25/05/2006	2007.0600.3390.3900.246	1.241.01
I REF A SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL MÊS 04/2006. NF 023.362							
I 600152-6	600277-0	600449-1	NOB	777	21/06/2006	2007.0600.3390.3900.246	2.028.61
I REF A SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL MÊS 05/2006. NF 022.959							
I 600145-3	600345-8	600568-4	NOB	777	21/07/2006	2007.0600.3390.3900.246	1.246.99
I REF A SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL MÊS JUNHO/2006 NF 021.995							
I 600152-6	600401-2	600664-8	NOB	777	22/08/2006	2007.0600.3390.3900.246	1.178.32
I REF A SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL MÊS 07/2006 NF 021.580							
I 600152-6	600450-0	600754-7	NOB	777	25/09/2006	2007.0600.3390.3900.246	1.196.99
I REF A SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL MÊS 08/2006 NF 021.019							
							17.994.12
TOTAL DO ORGAO							17.994.12

Cristiane



De: rejane [rejane@mtgas.com.br]

Enviado em: quarta-feira, 24 de maio de 2006 13:00

Para: 'Cristiane'

Assunto: CONTROLE TELEFONES



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS-MTGÁS

CONTROLE APARELHOS TELEFÔNICOS

Seq	Telefone	MODELO	Funcinário	Cargo/Função
1	9971-4783	Nokia 6235 prata	Katia Kato	Assessora Especial
2	9981-3659	Nokia 6235 prata	Helny Paula	Diretor Presidente
3	9981-9231		Notebook - Helny Paula	Diretor Presidente
4	9982-7255	Nokia 6235 prata	Márcio Guimarães	Diretor Técnico-Comercial
5	9983-3567	Nokia 6235 prata	Ewerton Rodrigo	Assist. do Diretor Presidente
6	9983-3879	Nokia 6255 CDMA prata	Vania da Silva	Recepcionista
7	9983-7399	Nokia 6285i Prata	Geraldo Luiz	Diretor Adm. e Financeiro
8	9983-8111	EVDO Motorola V3 Executive preto	Geraldo Luiz - V3 Exec	Diretor Adm. e Financeiro
9	9983-8115	Nokia 3125 Prata	City Gate - Acelino Capistrano	Gerente de Desenvolvimento
10	9983-9304	Nokia 6235 prata	Rejane Garcia Leite	Gerente Adm. e Financeiro



Rejane M<sup>a</sup>. de Oliveira Garcia Leite  
Gerente Administrativo e Financeiro

"A prosperidade revela melhor os vícios,  
mas a adversidade revela melhor as virtudes."

[rejane@mtgas.com.br](mailto:rejane@mtgas.com.br)

Tel: (65) 3642-4423 Cel.: (65) 9983-9304

I SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO  
I SUPERINTENDENCIA DO TESOURO ESTADUAL  
I SIAFMT-SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

I REL.: SIA680  
I PAG.: 0001  
I DATA: 21/11/2006

I 17502 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS  
I PAGAMENTOS EFETUADOS POR CREDOR NAT INI: 00 PERIODO: 01 01 2006 A 30 09 2006 FONTE 100 A 800  
I NAT FIM: 00

T.C.E./MT  
FLS. 626  
Rub. *[assinatura]*

I EMPENHO LIQUIDACAO PAGAMENTO TIPO DATA PAGAMENTO DOTACAO  
I HISTORICO

VALOR

I CODIGO: 24018570 NOME: JAMILA ABRAO NONAKA

I 600055-4	600031-9	600058-5	NOB	777	13/02/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF A	LOCACAO DA SALA 707						900.00	I
I 600055-4	600152-8	600238-3	NOB	777	25/04/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF PAGAMENTO	ALUGUEL MÊS 02/2006 SALA 707 DA SEDE MTGÁS						900.00	I
I 600055-4	600153-6	600239-1	NOB	777	25/04/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF PAGAMENTO	ALUGUEL MÊS 03/2006 DA SEDE MTGÁS						900.00	I
I 600055-4	600238-9	600379-7	NOB	777	31/05/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF ALUGUEL SALA MTGÁS MÊS 04/2006							941.67	I
I 600217-4	600266-4	600442-4	NOB	777	20/06/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF ALUGUEL MÊS MAIO/2006	DA SALA 707 MTGÁS						941.67	I
I 600217-4	600303-2	600494-7	NOB	777	04/07/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF ALUGUEL SALA MTGÁS MÊS 06/2006							941.67	I
I 600303-0	600375-0	600621-4	NOB	777	04/08/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF ALUGUEL SALA 707 DA MTGÁS MÊS 07/2006							941.67	I
I 600303-0	600415-2	600678-8	NOB	777	29/08/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF PAGAMENTO ALUGUEL SALA 707 MÊS AGOSTO/2006							941.67	I
I 600303-0	600453-5	600762-8	NOB	777	27/09/2006	2007.0600.3390.3600.246		I
I REF ALUGUEL SALA 707 SEDE MTGÁS MÊS SETEMBRO/06							941.67	I
							8.350.02	I
TOTAL DO ORGAO							8.350.02	I

*Na nota de liquidação INRF OK Base INRF 1.28... ? 1200,00*

CAD		
70.01.00	Licitação e Leilões	
70.01.01	Venda de Produtos de Licitação	1,78
70.01.02	Bens Móveis	Conf. Avaliação
70.01.03	Bens Imóveis	Conf. Avaliação
70.02.00	Taxa de Expediente	
70.02.05	Fornecimento de Copias Xerox (por Folha) Até 10 folhas	0,04
70.02.06	Fornecimento de Copias Xerox (por Folha) Acima de 10 folhas	0,91
70.02.07	Fornecimento de Hológrafos, Fichas e outros documentos impressos em preto e branco Até 05 folhas ou impressões coloridas (por Folha)	0,15
70.02.08	Fornecimento de Hológrafos, Fichas e outros documentos impressos em preto e branco Acima de 05 folhas (por Folha)	0,42
70.03.00	ADMINISTRAÇÃO	
70.03.01	Taxa de Despesa de Transporte de Material Para Serviço aos Laboratórios	1
70.03.04	Taxa de deslocamento do veículo oficial (por Km rodado)	0,533
70.03.05	Indenizações e ressarcimentos	Conf. Cálculo
70.04.00	CURSOS/REINAMENTOS	
70.04.01	Treinamento em análise de solventes por profissional	43
70.04.02	Cursos - por pessoa	8

PT0.107

## INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINAS E ENERGIA

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

Interviente: Companhia Mato-grossense de Gás - MTGás  
 Intermediária: Centro Oeste Gás e Serviços Ltda  
 Objeto: compra de gás natural importado da Bolívia para a distribuição pela MTGÁS em sua área de concessão a todos os segmentos do mercado.  
 Vigência: 02 (dois) anos  
 Quantidade: 15.000 m³ (quinze mil metros cúbicos) por dia na fase de comissionamento e 250.000 m³ (duzentos e cinquenta mil metros cúbicos) por dia na fase operacional.  
 Preço: no ponto de entrega é fixado em US\$ 4,00 (quatro dólares norte americanos) por MMBtu.  
 Assinam: José Carlos Pagot - Diretor Presidente - MTGÁS e Alexandre Carqueja da Silva - Diretor - Centro Oeste Gás e Serviços Ltda.  
 Cuiabá, 10 de novembro de 2005.

PT6 119



Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2005.

**OBJETO DO CONTRATO:** Contratação Fornecimento parcelado de gasolina comum, por meio de ticket-combustível ou ordem de fornecimento, filtros de ar, filtros de óleo e fluido e etc, nas quantidades previstas na proposta de preços e termo de referência do edital Pregão 016/2005 (numeração da SAD).

**FINALIDADE DO TERMO:** O presente Termo tem por finalidade alterar o instrumento Contratual nº 007/2005, no que tange a cláusula quarta para prorrogar a vigência do contrato original por mais 12 (doze meses), a contar de 31 de dezembro de 2005.

**RETIFICAÇÃO:** Em decorrência do aditamento, a Cláusula Quarta do Instrumento Contratual nº 007/2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2006, podendo ser prorrogado se subsistir o quantitativo do objeto licitado, ou por interesse da Administração.

**NDAMENTO LEGAL:** Art. 57 da Lei n. 8666/93, com redação dada pela Lei n. 8883 de 08 de junho de 1994, artigo que sustenta a redação da cláusula quarta do contrato n. 007/2005.

**RATIFICAÇÃO:** Ficam perfeitamente ratificadas as demais disposições do Instrumento Contratual nº 007/2005, inclusive os valores, ao qual se integra este Termo Aditivo.

**PARTE:** Junta Comercial do Estado de Mato Grosso - JUCEMAT e a Empresa Petropaulo Comércio de Derivados De Petróleo Ltda.

PT0.106

## INFRA-ESTRUTURA

Extrato do Instrumento Contratual Nº 507/2005/0040-ASJU

Processo nº 0037.345-1/2005-SINFRA

Modalidade: Tomada de Preços nº 125/2005

Objeto do Contrato: Construção de Quadras Poliesportivas Coberta no Distrito de Perezópolis no Município de Nova Brasilândia - MT.

Valor: R\$ 268.000,00 (Duzentos e sessenta e oito mil reais).

Prazo: 90 (noventa) dias.

Dotação: 25 101 1820 9900 4490 5100, Fonte: 100, empenhada conforme NE nº 25101584950-5.

Partes: TEXAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA e a SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

Extrato do Instrumento Contratual Nº 520/2005/0040 - ASJU

Processo nº 006.334-0/2005 - SINFRA

Modalidade: Tomada de Preços nº 102/2005

Objeto do Contrato: Reforma Geral e Adequação ao PNEE na Escola Estadual "Alda Gawlinski Scopel" no Município de Primavera do Leste - MT

Valor: R\$ 492.625,23 (Quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e vinte e três reais).

Prazo: 90 (noventa) dias

Dotação: 14 301 3098 9900 4490 5100, Fonte: 122 - FEE, NE nº 14301514170-6 e 14 301 3100 9900 4490 5100, Fonte: 122 - FEE, NE nº 14301514169-2.

Partes: MR CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA e a SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

PT0.101

Extrato do Termo Aditivo Nº 555/2004/01/02-ASJU.

Processo nº 0.039.053-4/2005 - SINFRA.

Objeto do Contrato: Pavimentação, Drenagem, Recuperação e Lapa Asfáltica nos seguintes locais: Campos da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Mini Distrito Industrial no CPA, acesso ao Jardim das Aroeiras, BARRIOS Pedra Noventa e Nossa Senhora Aparecida, no município de Cuiabá-MT

Objeto do Termo Aditivo: Aditar ao Instrumento Contratual nº 555/2004/00/00 - ASJU, o valor de R\$ 371.534,96 (Trezentos e Setenta e Um Mil, Quinhentos e Trinta e Quatro Reais e Noventa e Seis Centavos) correspondente a 24,98 % do valor do contrato a preços fixos.

Partes: AGRIMAT ENGENHARIA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA e a SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

PT0.110

## FAZENDA

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ÓRGÃO DE CONTROLE E JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

EDITAL DE INTIMAÇÃO \*

Pelo presente, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica intimada a empresa OLVEPAR S/A IND. COM., Inscrição Estadual nº 13.180.751-0, a apresentar defesa em sustentação oral junto ao Conselho Administrativo Tributário do Estado de Mato Grosso, relativa ao Processo Administrativo nº 006/01 (089/2005-CAT), oriundo do AIDM nº 25.099 de 22/06/01, em sessão a realizar-se no dia 31 de janeiro de 2006, às 8:00 horas, na Sala das Sessões deste Colegiado, localizada à Av. Rubens de Mendonça, nº 3.415-B, Ed. Antonio Astero Pais de Barros, Secretaria de Estado de Fazenda, Complexo II, 2º Andar, Centro Político Administrativo, em Cuiabá-MT.

Conselho Administrativo Tributário, em 22 de dezembro de 2005.

Patrícia Diniz dos Santos Moreira

Presidente do CAT/CAT

\* republica-se por ter sido com erro.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ASSESSORIA DE REGIMES ESPECIAIS

COMUNICADO SURF Nº: 007/2006

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o credenciamento e cadastramento do contribuinte abaixo relacionado, pelo CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL CEDEM, no Programa de Desenvolvimento Econômico do Estado "PROARROZ".

CONSIDERANDO o disposto § 1º, no artigo 21 do Decreto 4366/2002, resolve,

COMUNICAR que o contribuinte abaixo relacionado, está credenciado no Programa "PROARROZ/IND." fazendo jus aos benefícios previstos no Art. 20 do Decreto 4.366/2002.

EMPRESA	INS. EST.	RESOL	D.O.E
IZA IND. COM. DE CEREJAS LTDA	13.211.412-7	04505	11/10/05

1 - Fica o contribuinte acima identificado, informado de que está obrigado à apresentação da GIA-ICMS de acordo com o disposto no Art. 4º da Portaria nº 030/2002 de 30/04/02.

2 - Obrigam-se ainda, o contribuinte, à emissão de documentos fiscais e escrituração, por sistema eletrônico de processamento de dados, dos seguintes livros: Registro de Entradas; Registro de Saídas; Registro de Controle da Produção e do Estoque; Registro de Inventário; Registro de Apuração do ICMS, observados nos Capítulos I a III do Título IV do Livro I do Regulamento do ICMS e na Portaria nº 080/99 - SEFAZ-MT de 21/09/99 e alterações.

3 - O descumprimento das normas constantes do referido Decreto ou de qualquer outra disposição tributária, implicará no cancelamento automático do credenciamento no programa.

Superintendência da Receita Pública, em Cuiabá - MT, 06 de Janeiro de 2006.

ALFARO SÁTIRO DOS REIS FILHO

SUPERINTENDENTE DA RECEITA PÚBLICA EM EXERCÍCIO

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ASSESSORIA DE REGIMES ESPECIAIS

COMUNICADO SURF Nº: 006/2006

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o contribuinte abaixo relacionado estava cadastrado no programa PROMADEIRA com extinção em 09/12/2005;

CONSIDERANDO o enquadramento no Programa PRODEC através do Comunicado 67/2005-PRODEC: os contribuintes anteriormente enquadrados no Programa Promadeira conforme aprovação dos termos da Resolução nº 036/2005-CEDEM de 28 de novembro de 2005;

CONSIDERANDO a migração automática somente para as empresas que estejam em situação regular perante a Secretaria de Indústria Comércio, Minas e Energia-SICME e Secretaria de Estado de Fazenda-SEFAZ;

CONSIDERANDO o que dispõe o § 1º, artigo 1º do Decreto 3.810/04 de 31 de Agosto de 2004, resolve;

COMUNICAR que o contribuinte abaixo relacionado, está enquadrado no Programa Projec, fazendo jus ao regime especial que dispõe o artigo 1º do Decreto 3.810 de 31/08/2004:

INS. EST.	CONTRIBUINTE
13.172.647-1	NAVARRO IND. COMERCIAL MADEIREIRA LTDA

1 - Fica o contribuinte acima identificado informado de que está obrigado à apresentação da GIA-ICMS Eletrônica, de acordo com o disposto no Art. 4º da Portaria nº 030/2002 de 30/04/02.

2 - Obrigam-se ainda, o contribuinte, à emissão de documentos fiscais e escrituração, por sistema eletrônico de processamento de dados, dos seguintes livros: Registro de Entradas; Registro de Saídas; Registro de Controle da Produção e do Estoque; Registro de Inventário; Registro de Apuração do ICMS, observadas as regras contidas nos Capítulos I a III do Título IV do Livro I do Regulamento do ICMS e na Portaria nº 080/99 - SEFAZ-MT de 21/09/99 e alterações.

3 - O descumprimento das normas constantes do referido Decreto ou de qualquer outra disposição tributária, implicará no cancelamento da presente comunicação.

Superintendência da Receita Pública, em Cuiabá - MT, 06 de Janeiro de 2006.

ALFARO SÁTIRO DOS REIS FILHO

SUPERINTENDENTE DA RECEITA PÚBLICA EM EXERCÍCIO

PT0.121



## CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

1.1. As partes concordam em dar as seguintes definições aos seguintes termos utilizados neste CONTRATO:

- 1.1.1. **ANO:** É um período de tempo contado a partir de um determinado dia até o dia e mês correspondente do ano seguinte.
- 1.1.2. **CONTA-GRÁFICA:** É o controle contábil que registrará, ao longo do período compreendido entre duas DATAS DE REAJUSTE, determinados créditos e débitos oriundos da variação da taxa de câmbio, nos termos da Cláusula Décima Primeira deste CONTRATO.
- 1.1.3. **CONDIÇÕES BASE:** Temperatura e pressão de referência que servem de base para a determinação do poder calorífico. Para fins deste CONTRATO observar-se-á o disposto na cláusula 7.2.3.
- 1.1.4. **CONTRATO DE CONEXÃO:** Contrato a ser celebrado entre a TRANSPORTADORA e a MTGÁS, a fim de que seja implantado e transferido para a MTGÁS o RAMAL DE CONEXÃO necessário para a conexão da MTGÁS às instalações de transporte de GÁS do GASODUTO LATERAL CUIABÁ.
- 1.1.5. **DATA DE INÍCIO DO FORNECIMENTO DA FASE DE COMISSIONAMENTO:** será a data efetiva na qual se dará o início de fornecimento de gás sob este CONTRATO, em condições precárias e temporárias, com base nos volumes de gás disponibilizados precariamente à CGS, já cumpridas todas as condições suspensivas previstas na 4.1, inclusive a obtenção de licença de importação junto à Agência Nacional do Petróleo - ANP pela CGS.
- 1.1.6. **DATA DE INÍCIO DO FORNECIMENTO DA FASE OPERACIONAL:** será a data efetiva na qual se dará o início de fornecimento de gás sob este CONTRATO, já cumpridas todas as condições suspensivas previstas na Cláusula Quarta, inclusive a assinatura e eficácia do contrato de compra e venda de GÁS com o SUPRIDOR.
- 1.1.7. **DATA DE REAJUSTE:** Corresponde a data de assinatura do CONTRATO após o período de 12 meses a cada ano durante a vigência do CONTRATO, ou a(s) data(s) mais próxima(s) e/ou freqüente(s) que decorra(m) de menor periodicidade de reajuste que venha a ser admitida em Lei com relação à aplicação de índices locais sobre preços expressos em reais, observado o disposto na Cláusula Décima Primeira do CONTRATO.
- 1.1.8. **DIA:** a expressão "dia" é interpretada como período de 24 horas consecutivas a começar às 0:00 horas da manhã de um dia e terminando às 24:00 horas da manhã do dia seguinte.
- 1.1.9. **DIA OPERATIVO:** Significa um período de 24 horas consecutivas, com início às 6 horas da manhã de um dia e término às 6 horas da manhã do dia seguinte.
- 1.1.10. **ELEMENTO PRIMÁRIO:** corresponde ao medidor utilizado para a medição de GÁS (tipo diafragma, turbina ou rotativo, etc.).
- 1.1.11. **ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP):** são as instalações da TRANSPORTADORA, no município de Cuiabá (MT), Brasil, destinadas a regular a pressão e a medir e registrar os volumes, pressões e temperaturas do GÁS objeto deste CONTRATO.

- 1.1.12. **FASE DE COMISSIONAMENTO:** É a fase, que se iniciará na DATA DE INÍCIO DE COMISSIONAMENTO e que se findará na data de 31 de dezembro de 2005] ou a DATA DE INÍCIO DA FASE OPERACIONAL o que ocorrer primeiro, na qual a CGS fornecerá gás para a MTGÁS em caráter precário e temporário.
- 1.1.13. **FASE OPERACIONAL:** É a fase, que se inicia na DATA DE INÍCIO DE FORNECIMENTO DA FASE OPERACIONAL e termina quando do término deste CONTRATO por qualquer motivo.
- 1.1.14. **FATOR DE CONVERSÃO:** É definido como a divisão entre a TAXA DE CONVERSÃO média do MÊS de competência ponderada pelos volumes diários devidos, tal como definido 5.11. deste Contrato, e a TAXA DE CONVERSÃO média ponderada pelos volumes diários devidos, tal como definido no item 5.11., relativa ao MÊS anterior ao MÊS de reajuste.
- 1.1.15. **GÁS:** É a mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso nas CONDIÇÕES BASE. Quando grafado em letras maiúsculas representa o gás objeto deste CONTRATO.
- 1.1.16. **GASODUTO LATERAL CUIABÁ:** É o trecho brasileiro do duto de transporte de gás natural, cuja propriedade e responsabilidade pela operação e manutenção é da TRANSPORTADORA, com origem na fronteira entre a Bolívia e o Brasil, no município de Cáceres (MT), até a EMRP.
- 1.1.17. **MÊS:** Significa o período compreendido entre 00:00h (zero horas) do primeiro DIA e às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA do mês calendário civil.
- 1.1.18. **MÊS OPERATIVO:** Significa o período compreendido entre o início do primeiro DIA OPERATIVO do mês e o término do último DIA OPERATIVO do mesmo mês.
- 1.1.19. **METRO CÚBICO (m³):** É o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.
- 1.1.20. **MMBtu** – Significa 1 (um) milhão de Unidades Térmicas Britânicas (BTUs), que corresponde a quantidade de calor necessária para elevar a temperatura de uma libra de água a 39,2°F. Para efeito desse contrato 1 (um) MMBTU será igual a 251,966 Kcal.
- 1.1.21. **PARADAS PROGRAMADAS:** são situações transitórias previstas e comunicadas com a antecedência de no mínimo 30 (trinta dias), que demandem a interrupção no fornecimento ou no recebimento de GÁS, para fins de manutenção ou reparo, tecnicamente recomendadas, em equipamentos (*lato sensu*) ou condutos vinculados:
- i - ao fornecimento do GÁS pela CGS à MTGÁS (PARADAS PROGRAMADAS da CGS), ou
  - ii - ao recebimento de GÁS pela MTGÁS para manutenção dos equipamentos (PARADAS PROGRAMADAS da MTGÁS).
- 1.1.22. **PODER CALORIFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** Significa o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) de 9.200 Kcal/m³ (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO).
- 1.1.23. **PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** É o poder calorífico superior correspondente à quantidade de calor produzida pela combustão à pressão

Paul

Levi

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE  
COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL IMPORTADO  
CELEBRADO ENTRE CENTRO OESTE GÁS E  
SERVIÇOS LTDA. E COMPANHIA MATO-GROSSENSE  
DE GÁS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir identificadas:

**CENTRO OESTE GÁS E SERVIÇO LTDA.**, sociedade limitada com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.731, 8º andar, sala 801, Edifício Centro Empresarial Paiaguás, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá, MT, CEP.: 78050-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 01.717.813/0001-60, daqui por diante designada **CGS**, neste ato representada na forma de seu Contrato Social e **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**, sociedade de economia mista com sede na Cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, na Rua Historiador Rubens Mendonça, nº 2254, Edifício American Business Center, 7º andar, sala 704, Bairro Jardim Aclimação, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob nº 06.023.921/0001-56, doravante designada **MTGÁS**, por seus representantes abaixo assinados, resolvem aditar o Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Importado (doravante denominado "Contrato"), firmado em 10 de novembro de 2005, no seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

1.1 O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração no item 1.1.12 da Cláusula Primeira do Contrato:

**"CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES  
(...)**

**1.1.12. FASE DE COMISSIONAMENTO:** É a fase que se iniciará na DATA DE INÍCIO DE COMISSIONAMENTO e que se findará na data de 31 de dezembro de 2006 ou na DATA DE INÍCIO DA FASE OPERACIONAL, o que ocorrer primeiro, na qual a CGS fornecerá gás para a MTGÁS em caráter precário e temporário."



1



## CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 Tendo em vista que as partes aditaram verbalmente o Contrato em 31 de dezembro de 2005 e que através do presente instrumento, as partes resolvem formalizar referido aditivo verbal, fica certo e ajustado entre as mesmas, que os efeitos do presente aditivo retroagem a data de 31 de dezembro de 2005, convalidando ainda, todos os atos praticados até a presente data.

## CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 Permanecem inalteradas e ficam por este aditivo ratificadas, todas as demais cláusulas e condições do Contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Cuiabá, 04 de maio de 2006.

### CENTRO OESTE GÁS E SERVIÇOS LTDA.

Nome: PETER WILLIAMS BODOLAY  
Cargo: DIRETOR

Nome: João Carlos R. de Albuquerque  
Cargo: DIRETOR

### COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS S.A.

Nome: Márcio A. P. Guimarães Jr.  
Cargo: Diretor Técnico - Comercial

Nome: Helny Paula Campos  
Cargo: Diretor - Presidente - MTGás

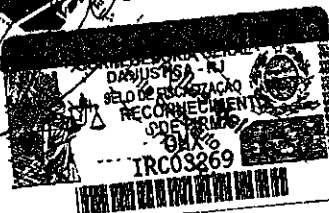
### TESTEMUNHAS:

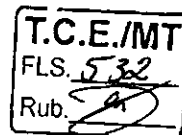
Nome: SUSANA WOJCIK  
RG: 2080465-2 SSP-MT

Nome: Helny Paula Campos  
RG: 3272451-3

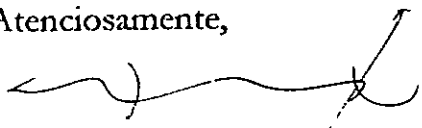
7º OFÍCIO DE NOTAS - EDYANNE MOURA DA FROTA CORDEIRO - TABELA  
Rua do Rosario, 78 - RJ - Tel. (21) 2283-0688  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s):  
(IRC03269) PETER WILLIAMS BODOLAY  
Rio de Janeiro, 11/05/2006 09:13:30  
Em testemunho da verdade.

Flavio Ornellas Melo - Substituto  
P/Firma: R\$0.70 Dados: R\$2.54 FETJ: R\$0.64 Total: R\$3.88





## COMUNICAÇÃO INTERNA

De: DTC/MTGás	Para: Presidência	Data: 24/04/06	C.I. Nº 009/06
<p style="text-align: center;"><b>Solicitação,</b></p> <p>Tendo em vista a necessidade de elaborar estudos de Impacto Ambiental e respectivos relatórios para a autorização de execução do projeto dos primeiros 54 Km de tubulação, contando com duas estações de redução de pressão, solicito a contratação de empresa apta a elaborar o programa de controle ambiental.</p> <p style="text-align: center;">Atenciosamente,</p> <p style="text-align: center;"> <b>Marcio A. de Pádua Guimarães Junior</b> <b>Diretor Técnico-Comercial</b></p>			
Assinatura:	Recebi em:		
	Às horas		



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

## COMUNICAÇÃO INTERNA

De: DAF/MTGás	Para: Jurídico	Data: 25/04/06	C.I. N° 006/06
<p>Tendo em vista a Autorização do Diretor Presidente para contratação de empresa, com o objetivo de elaborar estudo de impacto ambiental e respectivos relatórios, indico o Instituto ARCO de Desenvolvimento Ambiental, Social, Empresarial e Público para a execução.</p> <p>Para tanto, solicito análise da proposta, exame da documentação do Instituto e parecer jurídico sobre a possibilidade de contratação nos moldes da Lei Federal n° 8.666/93</p> <p>Atenciosamente,</p> <p><i>Geraldo Luiz de Araujo</i> <b>GERALDO LUIZ DE ARAUJO</b> <i>Diretor Administrativo e Financeiro - MTGás</i></p>			
Assinatura:	Recebi em:		
	Às                      horas		



Cuiabá, 11 de abril de 2006.

**MT GÁS COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS**  
**Sr. MARCIO GUIMARÃES**

Ref.: Apresentação de Proposta para elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e respectivos relatórios para a autorização de execução do projeto dos primeiros 54 km de tubulação, contando com duas estações de redução de pressão.

#### Objetos

São objetos desta proposta:  
Estudos para elaboração de Programa de Controle Ambiental, Programa de Degradação Ambiental conjugados com outros estudos de verificarmos a necessidade durante as seguintes fases:

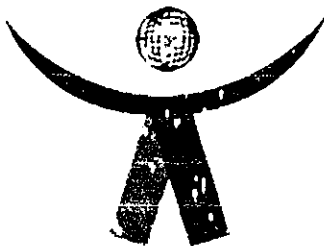
- . Dimensionamento do Problema a ser Estudado.
- . Diagnóstico Ambiental da Área de Influência.
- . Prognóstico do Impacto Ambiental do Projeto Proposto e de suas alternativas.
- . Síntese dos Resultados preliminares dos Estudos e Propostas para Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos.

#### Detalhamento da Proposta

##### Fase I - Dimensionamento do Problema a Ser Estudado:

Conhecimento da atividade a ser implantada em função de suas características locais e tecnológicas, dos recursos tecnológicos e financeiros para controlar os efeitos, do contexto sócio-econômico, dos objetivos da política de uso e ocupação do solo, da legislação em vigor, etc...

Essa análise objetiva a identificação preliminar dos efeitos ambientais potenciais do empreendimento e da ordem de importância desses efeitos, fornecendo as bases para que sejam definidos o método a ser utilizado na condução do estudo; as alternativas tecnológicas e locais do projeto, plano ou programa proposto; os critérios para delimitação da área de influência direta (critérios ecológicos, em função dos fatores naturais mais afetados) e indireta (critérios ecológicos e sócio-econômicos), análise do uso e ocupação do solo, atual e planejado, visando identificar os fatores que condicionam a implantação do empreendimento, tais como: a legislação federal,



estadual e municipal vigentes; a situação fundiária; políticas públicas; planos diretores; planos setoriais; zoneamentos; unidades de conservação; disponibilidade de água e de infraestrutura, detalhamento do método escolhido para a condução do estudo, com definição, inclusive, dos métodos e técnicas a serem empregados pelas diferentes áreas de conhecimento científico na identificação, previsão da magnitude e interpretação dos prováveis impactos ecológicos, econômicos e sociais do empreendimento.

#### **Fase II - Diagnóstico Ambiental da área de Influência**

Análise do meio físico e biológico, de forma sistêmica, considerando as características dos recursos naturais, especialmente no que se refere às funções básicas de suporte tais como: produtividade, capacidade de informação e auto-regulação. Descrição e análise do meio sócio-econômico no que se refere aos efeitos ambientais resultantes do uso existente e / ou planejado na área de influência do empreendimento. Integração dos resultados das análises dos meios físicos e biológicos e do sócio-econômico, resultando no diagnóstico ambiental da área de influência. Caracterização da qualidade ambiental futura, na hipótese da realização do empreendimento e/ ou da sua não realização.

#### **Fase III - Prognóstico do Impacto Ambiental do Projeto Proposto e de suas Alternativas**

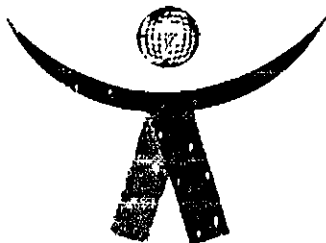
Comparação entre o projeto proposto e cada uma das suas alternativas, tendo como base os respectivos efeitos ambientais potenciais e as possibilidades de prevenção, controle, mitigação e reparação dos efeitos negativos.

#### **Fase IV - Síntese dos Resultados Preliminares dos Estudos e Propostas para acompanhamento e monitoramento dos Impactos**

Avaliação do impacto ambiental da(s) alternativa(s) do projeto, através da integração dos resultados da análise dos meios físico e biológico com os do meio sócio-econômico;  
Análise e seleção de medidas eficientes, eficazes e efetivas de mitigação dos impactos negativos do empreendimento, inclusive modificações necessárias dos equipamentos de controle e sistemas de tratamento, definindo a periodicidade em que essas medidas devem ser monitoradas e / ou auditadas.

#### **Fase V - Elaboração da versão da versão Final do Relatório**





Preparação da Versão Final do Estudo de Impacto Ambiental e do seu respectivo Relatório de Controle Ambiental .

#### **PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo para elaboração e execução do estudo, objeto desta proposta, é de 60 (sessenta dias), contados a partir do aceite da proposta.

#### **NÃO ESTÃO INCLUSOS NESTA PROPOSTA**

- a) Elaboração de projeto executivo (cálculo estrutural e montagens eletromecânicas) das unidades e sistemas de controle, bem como instalações dos mesmos;
- b) Custos com análises físico-química ou bacteriológica de efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;
- c) Testes de perfuração e bombeamento;
- d) Serviços topográficos e perfurações de solo, caso sejam necessários;
- e) Acompanhamento jurídico de qualquer natureza;
- f) Custos e taxas cobrados pelos órgãos ambientais;
- g) Plano de recuperação de área degradada - PRAD; Projeto técnico de Recuperação da Flora - PTRF; Projeto de Educação Ambiental - PEA.

Nota: Caso seja necessário elaborar algum dos serviços discriminados na alínea "g", nova proposta deverá ser solicitada.

#### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

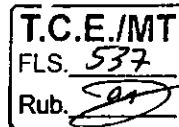
- . Indicar um representante da empresa para acompanhar os trabalhos;
- . Fornecer as informações solicitadas pela equipe técnica;
- . Pagamento das taxas cobradas pelo poder público;
- . Fornecer a planta e os projetos atualizados do empreendimento;
- . Receber os consultores disponibilizados e apresentados pelo Instituto ARCO, permitindo-lhes acesso à todas as áreas do empreendimento e áreas responsáveis, integrantes do escopo do trabalho, sempre de acordo com as normas vigentes na empresa.

#### **COMPROMISSOS DA CONTRATADA**

- . Elaborar Estudos de Impacto Ambiental e respectivos relatórios;
- . Subsidiar a contratante na coleta das informações solicitadas;



**ARCO** INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO  
AMBIENTAL, SOCIAL, EMPRESARIAL E PÚBLICO.



- .Arcar com os custos e "pro -labore" dos consultores - especialistas, bem como encargos sociais e trabalhistas ;
- .Manter sigilo de todas as informações obtidas na empresa;
- .Emitir nota fiscal do objeto da proposta.

Os estudos serão realizados por equipe multidisciplinar habilitada, a qual será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.

#### PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total dos serviços a serem executados será de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Forma de Pagamento: 30% na assinatura do contrato e o restante na entrega dos serviços.

Prazo de validade

Esta proposta é válida por 15 (quinze) dias.

Expirado o prazo de validade, nova proposta deverá ser solicitada.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários e, na expectativa de sermos honrados com interesse e aceitação de nossa proposta, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

**Eliana Motta**

Diretora

CRA 1078 / MT

[eliana@alphasystem.com.br](mailto:eliana@alphasystem.com.br)

(65) 9981-7230

Av. Amazonas, nº 311, sala 302, Centro, em Belo Horizonte - MG  
Escritório Mato Grosso: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 1856 - sala 402 - Cuiabá - MT  
Telefax: (65) 3642-4318  
E-mail: [eliana@alphasystem.com.br](mailto:eliana@alphasystem.com.br)  
Celular: (65) 9981-7230





COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 009/2006/MTGás**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROVIMENTO DE SOLUÇÕES PARA AS ÁREAS TRIBUTÁRIA, ADMINISTRATIVA, CONTENCIOSA, AMBIENTAL, FINANCEIRA, DESENVOLVIMENTO, RECURSOS HUMANOS, CONSULTORIA, CAPACITAÇÃO E DE SUGESTÕES PARA O EQUACIONAMENTO DE CONTINGÊNCIAS DIVERSAS, QUE CELEBRAM A COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS E ARCO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL, EMPRESARIAL E PÚBLICO.**

O Estado de Mato Grosso, representado pela **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MT GÁS**, sediada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Business Center – 7º andar – sala 704, Jardim Aclimação – Cuiabá – MT – CEP 78.050-000, inscrita no CNPJ sob nº 06.023.921/0001-56., representada pelo seu Diretor Presidente, **HELNY PAULA CAMPOS**, inscrito no RG sob n. 025.316 SSP-MT e no CPF n. 112.328.541-15, e pelo Diretor Administrativo e Financeiro **GERALDO LUIZ DE ARAÚJO**, portador da cédula de identidade RG nº 4.720.774-6 SSP/PR e CPF sob o nº 203.167.551-68, doravante denominada **CONTRATANTE** e **ARCO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL, EMPRESARIAL E PÚBLICO**, sediado na Av. Amazonas, nº 311, sala 302, Centro, em Belo Horizonte - MG, CNPJ nº 07.890.744/0001-78, representado por sua Vice-Presidente, **Eliana de Paula Motta**, portadora da cédula de identidade RG n. 9.275.397 SSP/SP e CPF n. 564.335.308-34, doravante denominado **CONTRATADO**, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO:**

1.1. O contrato fundamenta-se na dispensa de Licitação nº 001/2006, conforme o Artigo 24, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente ratificado pelo Diretor Presidente da MTGás e publicado no Diário Oficial.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:**

2.1. É objeto do presente instrumento a contratação do contratado, para efetuar os serviços de provimento de soluções para as áreas tributária, administrativa, contenciosa, ambiental, financeira, desenvolvimento, recursos humanos, consultoria,



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

capacitação e de sugestões para o equacionamento de contingências diversas, se houver.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO:**

3.1. As atividades relacionadas ao presente contrato poderão ser realizadas em local a ser indicado pela contratante ou pelo contratado ou em qualquer outro local de interesse das partes.

3.2. Para o cumprimento do objeto contido na **Cláusula Segunda** do presente **Contrato** serão emitidas pela **CONTRATANTE, ORDENS DE SERVIÇOS**, de acordo com o Art. 62 da Lei 8.666/93, específicas que, aceitas pelo **CONTRATADO**, definirão os serviços a serem desenvolvidos na respectiva área de atuação e o limite dos temas fixados pela **CONTRATANTE**.

3.3. As ordens de serviços conterão os projetos básicos dos serviços a serem executados, com o detalhamento das soluções a serem desenvolvidas com a descrição das etapas, dando uma visão global dos serviços a serem executados com todos os recursos necessários para o desenvolvimento, bem como todas responsabilidades das partes.

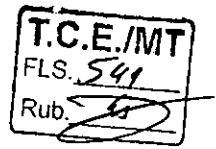
**CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO:**

4.1. A remuneração do contratado pelos serviços será feita por meio de depósito bancário, pela perfeita e fiel execução deste Contrato, de acordo com o cronograma físico-financeiro de desembolso contido nas **ORDENS DE SERVIÇOS** elaboradas, incluídos todos os tributos que, na época da realização dos serviços, venham a incidir sobre os mesmos, devendo os seus recolhimentos ocorrer na forma e nos prazos previstos nas normas tributárias correspondentes, contra entrega da competente Nota Fiscal, a qual será atestada por representante da **CONTRATANTE**, especialmente designado para tal, devendo constar à conta-corrente em que deverá ocorrer o depósito em favor do **CONTRATADO**.

4.2. Os honorários deverão ser pagos mediante a apresentação da Nota Fiscal atestada.

4.3. O atraso no pagamento dos honorários implicará em atualização monetária pelo IPC-FGV ou seu sucedâneo, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

4.4. A quantidade inicialmente contratada, através das **ORDENS DE SERVIÇOS**, poderá ser aumentada ou reduzida, dentro dos limites previstos no § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, conforme facultado pelo § 2º inciso II, do mesmo artigo dada a redação introduzida pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1.998.



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

4.5. O pagamento será feito através da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Diretor responsável pela área do serviço solicitado na Ordem de Serviço, obedecendo um cronograma físico financeiro.

4.6. O pagamento somente será efetuado mediante o envio das seguintes certidões:

a) comprovação de recolhimento do FGTS relativo a todos os seus empregados, correspondente ao mês da última competência vencida;

b) a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

c) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da contratada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) prova de regularidade para com as Fazendas Federais, Estaduais e Municipais do domicílio ou sede do CONTRATADO, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;

e) prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS (art. 27, a, Lei nº 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

f) prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito;

4.7. O não cumprimento do previsto no item 3.3 permitirá à **CONTRATANTE** a retenção do valor da fatura até que seja sanada a irregularidade.

4.8. O último pagamento não será efetuado ao **CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual ou a não entrega do objeto de forma completa.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de recursos próprios da MTGás, na seguinte Dotação: 17502.0600.3044.4490.5100 - Fonte 246, para o exercício de 2006.

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
CEP 78050-000 - Cuiabá - Mato Grosso - Fone: (65) 642-4423





COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO:**

6.1. A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, neste ato denominado **FISCAL**, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência ao credenciante (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

6.2. A Fiscalização de que o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS:**

7.1. Os custos profissionais, trabalhistas e administrativos serão de competência e responsabilidade do **CONTRATADO**.

**CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

8.1. A vigência do presente **Contrato** é de **12 (doze)** meses, iniciando-se a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante **TERMO ADITIVO**, conforme previsto no art. 57, 11, da Lei nº 8666/93.

**CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:**

9.1. A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das ocorrências prescritas nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

10.1. Nos termos dos arts. 81 a 88, da Lei nº 8.666/93, fica ao **CONTRATADO** garantida a prévia defesa, sujeita à advertência e/ou multa no valor da diária, por infração de qualquer cláusula contratual, dobrável na reincidência, a critério da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MULTA:**

11.1 Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado do contrato, no caso de mora, quanto às suas obrigações contratuais, recolhida pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial ou retirada no órgão/entidade



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

pagador, sendo que a multa será aplicada cumulativamente por cada fato que importe em descumprimento contratual;

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Quaisquer tolerâncias ou concessões, por qualquer das partes, quando não manifestadamente por escrito, não constituirão precedentes invocáveis e não terão a virtude de alterar obrigações contratuais.


12.2. O presente termo supera todos e quaisquer entendimentos anteriores, tácitos ou expressos, constituindo-se no único e próprio documento de negociação.

12.3. As partes declaram para fins de direito terem lido e tomado conhecimento prévio de todo o conteúdo deste instrumento, não persistindo qualquer dúvida sobre tudo aqui disposto, concordando com todas as cláusulas.

12.4. As partes elegem o Foro de Cuiabá (MT) como único e competente para discussão de todo e qualquer conflito de entendimento ou interesse e, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo qualificadas, a tudo presentes.

Cuiabá, 25 de Maio de 2006.

**CONTRATANTE**

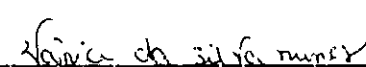
  
\_\_\_\_\_  
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS  
Helny Paula Campos – Diretor Presidente

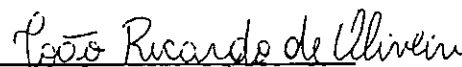
  
\_\_\_\_\_  
Geraldo Luiz de Araújo  
Diretor Administrativo e Financeiro

**CONTRATADO**

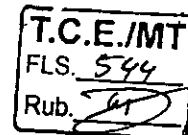
  
\_\_\_\_\_  
ARCO - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL, EMPRESARIAL E PÚBLICO.  
Eliana de Paula Motta - Vice Presidente

**Testemunhas:**

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG: 15653250

  
\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG: 1649412-2





COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

**ANEXO - I**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.  
009/2006/MTGÁS**

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 01, de 25 de Maio de 2006.**

PRIMEIRA ORDEM DE SERVIÇOS EXPEDIDA EM CONFORMIDADE COM O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS E ARCO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL, SOCIAL, EMPRESARIAL E PÚBLICO, PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL E RESPECTIVOS RELATÓRIOS PARA A AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO DOS PRIMEIROS 54 KM DE TUBULAÇÃO, CONTANDO COM DUAS ESTAÇÕES DE REDUÇÃO DE PRESSÃO.

**1 - DO OBJETO:**

É objeto do presente instrumento a contratação do contratado, para elaborar estudos para execução de Programa de Controle Ambiental, Programa de Degradação Ambiental conjugados com outros estudos que verificar a necessidade durante as seguintes fases:

- . Dimensionamento do Problema a ser Estudado.
- . Diagnóstico Ambiental da Área de Influência.
- . Prognóstico do Impacto Ambiental do Projeto Proposto e de suas alternativas.
- . Síntese dos Resultados preliminares dos Estudos e Propostas para Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos.

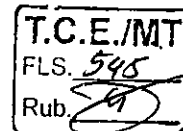
**2 - DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços técnicos especializados objeto desta ORDEM DE SERVIÇO serão realizados de acordo com a seguinte especialização:

**FASE I - DIMENSIONAMENTO DO PROBLEMA A SER ESTUDADO:**

Conhecimento da atividade a ser implantada em função de suas características locais e tecnológicas, dos recursos tecnológicos e financeiros para controlar os





## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

efeitos, do contexto sócio-econômico, dos objetivos da política de uso e ocupação do solo, da legislação em vigor, etc.

Essa análise objetiva a identificação preliminar dos efeitos ambientais potenciais do empreendimento e da ordem de importância desses efeitos, fornecendo as bases para que sejam definidos os métodos a ser utilizado na condução do estudo; as alternativas tecnológicas e locacionais do projeto, plano ou programa proposto; os critérios para delimitação da área de influência direta (critérios ecológicos, em função dos fatores naturais mais afetados) e indireta (critérios ecológicos e sócio-econômicos), análise do uso e ocupação do solo, atual e planejado, visando identificar os fatores que condicionam a implantação do empreendimento, tais como: a legislação federal, estadual e municipal vigentes; a situação fundiária; políticas públicas; planos diretores; planos setoriais; zoneamentos; unidades de conservação; disponibilidade de água e de infra-estrutura, detalhamento do método escolhido para a condução do estudo, com definição, inclusive, dos métodos e técnicas a serem empregados pelas diferentes áreas de conhecimento científico na identificação, previsão da magnitude e interpretação dos prováveis impactos ecológicos, econômicos e sociais do empreendimento.

### **FASE II – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA:**

Análise do meio físico e biológico, de forma sistêmica, considerando as características dos recursos naturais, especialmente no que se refere às funções básicas de suporte tais como: produtividade, capacidade de informação e auto – regulação. Descrição e análise do meio sócio-econômico no que se refere aos efeitos ambientais resultantes do uso existente e / ou planejado na área de influência do empreendimento. Integração dos resultados das análises dos meios físicos e biológicos e do sócio-econômico, resultando no diagnóstico ambiental da área de influência. Caracterização da qualidade ambiental futura, na hipótese da realização do empreendimento e/ ou da sua não realização.

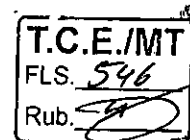
### **FASE III – PROGNÓSTICO DO IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO PROPOSTO E DE SUAS ALTERNATIVAS:**

Comparação entre o projeto proposto e cada uma das suas alternativas, tendo como base os respectivos efeitos ambientais potenciais e as possibilidades de prevenção, controle, mitigação e reparação dos efeitos negativos.

### **FASE IV – SÍNTESE DOS RESULTADOS PRELIMINARES DOS ESTUDOS E PROPOSTAS PARA ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DOS IMPACTOS:**

Avaliação do impacto ambiental da(s) alternativa(s) do projeto, através da integração dos resultados da análise dos meios físico e biológico com os do meio sócio-econômico;





## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

Análise e seleção de medidas eficientes, eficazes e efetivas de mitigação dos impactos negativos do empreendimento, inclusive modificações necessárias dos equipamentos de controle e sistemas de tratamento, definindo a periodicidade em que essas medidas devem ser monitoradas e/ou auditadas.

### **FASE V – ELABORAÇÃO DA VERSÃO DA VERSÃO FINAL DO RELATÓRIO:**

Preparação da Versão Final do Estudo de Impacto Ambiental e do seu respectivo Relatório de Controle Ambiental.

**Período de Realização:** O prazo para elaboração e execução do estudo, objeto deste contrato, é de **60 (sessenta dias)**, contados a partir da assinatura do contrato.

**Metodologia:** Interposição de demanda administrativa e, em caso de insucesso demanda judicial. A demanda judicial será patrocinada por profissionais do corpo técnico do **CONTRATADO**, sendo executada sem a necessidade de alocação de espaço, pessoal ou material a execução dos documentos necessários à propositura da referida ação judicial.

### **RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO:**

- .Elaborar Estudos de Impacto Ambiental e respectivos relatórios;
- .Subsidiar a contratante na coleta das informações solicitadas;
- .Arcar com os custos e "pro-labore" dos consultores - especialistas, bem como encargos sociais e trabalhistas;
- .Manter sigilo de todas as informações obtidas na empresa;
- .Emitir nota fiscal do objeto da proposta.

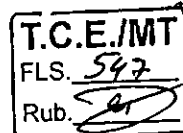
**Os estudos serão realizados por equipe multidisciplinar habilitada, a qual será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados.**

### **NÃO ESTÃO INCLUSOS NESTE CONTRATO:**

- a)Elaboração de projeto executivo (cálculo estrutural e montagens eletromecânicas) das unidades e sistemas de controle, bem como instalações dos mesmos;
- b)Custos com análises físico-química ou bacteriológica de efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;
- c)Testes de perfuração e bombeamento;
- d)Serviços topográficos e perfurações de solo, caso sejam necessários;
- e)Acompanhamento jurídico de qualquer natureza;
- f)Custos e taxas cobrados pelos órgãos ambientais;

*Ricardo* *J. C.*





**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

g) Plano de recuperação de área degradada – PRAD; Projeto técnico de Recuperação da Flora – PTRF; Projeto de Educação Ambiental - PEA.

**Nota: Caso seja necessário elaborar algum dos serviços discriminados na alínea “g”, nova proposta deverá ser solicitada.**

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- . Indicar um representante da empresa para acompanhar os trabalhos;
  - . Fornecer as informações solicitadas pela equipe técnica;
  - . Pagamento das taxas cobradas pelo poder público;
  - . Fornecer a planta e os projetos atualizados do empreendimento;
  - . Receber os consultores disponibilizados e apresentados pelo Instituto ARCO, permitindo-lhes acesso à todas as áreas do empreendimento e áreas responsáveis, integrantes do escopo do trabalho, sempre de acordo com as normas vigentes na empresa.
- Pagar o preço ajustado na presente Ordem de Serviço, conforme previsto.

**PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:**

O valor total dos serviços a serem executados será de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Forma de Pagamento: 30% na assinatura do contrato e o restante na entrega dos serviços.

Em caso de inadimplência, a **CONTRATANTE** pagará multa de 10%, juros de mora de 1% a.m, além de correção monetária pelo IGPM.

Os pagamentos referentes à execução dos serviços serão efetuados após a conclusão dos mesmos e o efetivo recebimento do benefício em favor da presente Ordem de Serviço devidamente corrigido conforme o Contrato, através de depósito em conta-corrente a ser indicada da seguinte forma: Apresentação da Nota Fiscal referente aos serviços executados em até 3 (três) dias após o recebimento do efetivo benefício pela **CONTRATANTE**, e pagamento em até 10(dez) dias da apresentação da Nota Fiscal;

**RESPONSABILIDADES:**

O **CONTRATADO** será responsável pelos danos causados a administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade o fato da fiscalização ou acompanhamento dos serviços serem efetuados pela **CONTRATANTE**;





COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

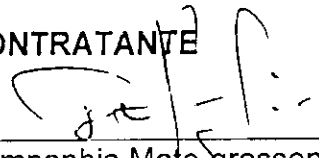
O **CONTRATADO** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, taxas e tarifas resultantes da execução do Contrato;

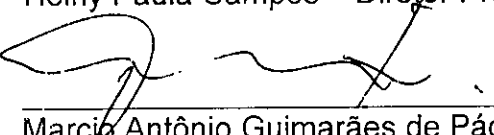
**DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:**

A vigência da presente **Ordem de Serviço** é de **60 (SESSENTA)** dias, iniciando-se a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais períodos.

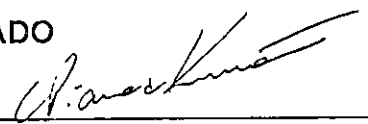
Cuiabá, 25 de Maio de 2006.

**CONTRATANTE**

  
\_\_\_\_\_  
Companhia Mato-grossense de Gás  
Helny Paula Campos – Diretor Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Marcio Antônio Guimarães de Pádua Junior  
Diretor Técnico Comercial

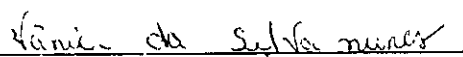
**CONTRATADO**

  
\_\_\_\_\_  
ARCO - instituto de desenvolvimento ambiental, social, empresarial e público.  
Eliana Motta – Vice Presidente

**Testemunhas:**

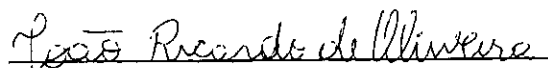
Nome:

RG 15633250



Nome:

RG 1643412-1



**AVISO DE LICITAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2006/SEMA**

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE/SEMA/MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria n.º 018/2005 - SEMA, de 06 de setembro de 2005, publicado na mesma data, comunica aos interessados que estará disponível no site da SAD e SEMA o novo Edital de PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2006/SEMA, cujo objeto é contratação de empresa especializada para prestar serviço de limpeza, conservação, manutenção e jardinagem na Sede da SEMA, almoxarifado e Regional, tendo em vista que o Edital publicado no site encontra-se com alterações controladas do WORD e RETIFICAÇÃO item 01 e 02 do Anexo 1.

Onde se lê:

ITEM 1 - SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO ÁREA EXTERNA, PRODUTIVIDADE EM CONDIÇÕES USUAIS 1.100 M2 POR SERVENTE DE LIMPEZA (IN N.º 04/2003/SAD, DOE 21/02/2003), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

ITEM 2 - SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO ÁREA INTERNA, PRODUTIVIDADE EM CONDIÇÕES USUAIS 550 M2 POR SERVENTE DE LIMPEZA (IN N.º 04/2003/SAD, DOE 21/02/2003), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Leia-se:

ITEM 1 - SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO ÁREA INTERNA, PRODUTIVIDADE EM CONDIÇÕES USUAIS 1.100 M2 POR SERVENTE DE LIMPEZA (IN N.º 04/2003/SAD, DOE 21/02/2003), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

ITEM 2 - SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO ÁREA EXTERNA, PRODUTIVIDADE EM CONDIÇÕES USUAIS 550 M2 POR SERVENTE DE LIMPEZA (IN N.º 04/2003/SAD, DOE 21/02/2003), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS

Cuiabá, 31 de maio de 2006

*Alaís Pereira de Magalhães*  
Pregoeira - Port. 018/2005 - SEMA

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS****RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2006**

Vistos, etc.

Considerando estarem presentes os pressupostos autorizadores da legislação que rege a matéria, RATIFICO os termos do parecer n.º 003/06/MTGÁS, proferido no processo, e AUTORIZO a locação do imóvel comercial "salas 04 a 06", situado na Avenida Heitor de Almeida, n.º 224, Edifício América, Município de Cuiabá, Mato Grosso do Sul, no valor mensal de R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E CINQUENTA REAIS), com a finalidade de estabelecer a sede desta Companhia e com fundamento na dispensa de licitação conforme prevê a Lei Federal n.º 8.666/93, Artigo 24, Inciso V.

E para total eficácia e publicidade do ato, Determino que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial do Estado, conforme prevê o artigo 2º, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cuiabá, MT, 29 de Maio de 2006

HELNY PAULA CAMPOS  
Diretor Presidente - MTGÁS

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS****EXTRATO DE CONTRATO N.º 002/2006/MTGÁS**

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás - MTGÁS

Contratado: Arco Instituto de Desenvolvimento Ambiental, Social, Empresarial e Público

Objeto: elaboração de estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios para a autorização de execução do projeto de implantação de 54 km de rede de distribuição, contando com duas estações de redução de pressão.

Valor: R\$ 110.000,00

Vigência: 60 dias

Dotação Orçamentária: 1.502.0000.3044.4400.5100 - Fonte 246

Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente e Flávia de Paula Mota - Vice Presidente do Instituto Arco

Cuiabá, 25 de Maio de 2006.

FTO. 4670

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
AVISO DE LICITAÇÃO****TOMADA DE PREÇOS - EDITAL N.º 042/2006.**

A Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SINFR, através da Assessoria Especial de Licitações - ASLI, torna público para conhecimento dos interessados que, fará realizar Licitação na Modalidade de Tomada de Preços - Edital n.º 042/2006, para seleção de empresa de construção civil/rodoviária, para terraplenagem, drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica da Avenida Marechal Rondon, no Bairro São Miguel. Acesso ao Terminal Portuário de Cáceres-MT. A realização está prevista para o dia 21 de junho de 2006 às 08:30 horas na sala de licitações da SINFR. O Edital completo estará à disposição dos interessados a partir do dia 05.06.2006, mediante o recolhimento da quantia não reembolsável de R\$ 200,00 (Duzentos Reais), na Coordenadoria Financeira da SINFR, situada no Edifício Engenheiro Edgar Prado Arze - Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT. Informações pelos telefones 3613-6614 e 3613-6615.

Cuiabá, 31 de maio de 2006.

Eduardo Tomio Iwashita

Assessor Especial de Licitações

VISTO:

Vilceu Francisco Marchetti

Secretário de Estado de Infra-Estrutura

FTO. 4685

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 007/2006.**

A Secretaria de Estado de Infra-Estrutura através da Assessoria Especial de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados o que se segue: **EMPRESAS HABILITADAS NO LOTE 01:** Aroeira Construções e Transportes Ltda. Baggo & Cia Ltda. **EMPRESAS INABILITADAS NO LOTE 01:** Ayra Engenharia e Construção Ltda. Bimetal Indústria e Comércio de Produtos Metalúrgicos Ltda. Lumen Consultoria, Construções e Comércio Ltda. **EMPRESA HABILITADA NO LOTE 02:** Aroeira Construções e Transportes Ltda. **EMPRESAS INABILITADAS NO LOTE 02:** Ayra Engenharia e Construção Ltda. Bimetal Indústria e Comércio de Produtos Metalúrgicos Ltda. Lumen Consultoria, Construções e Comércio Ltda. Pelo resultado, a Comissão de Licitação abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

Cuiabá, 31 de maio de 2006.

Eduardo Tomio Iwashita

Assessor Especial de Licitações

VISTO:

Vilceu Francisco Marchetti

Secretário de Estado de Infra-Estrutura

FTO. 4688

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO****PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2006.**

Regido pelo Decreto Estadual n.º 7.217, de 14/03/2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93.

**OBJETO:** aquisição de Cimento Portland - CP II - F-32, para confecção de blocos concretos.

**DATA E LOCAL:** realização dia 14 de junho de 2006 às 14:00 horas na sala 2 da Secretaria Estado de Administração - Centro Político Administrativo - Cuiabá - MT.

**ENDEREÇO PARA RETIDA DO EDITAL:** o Edital completo poderá ser retirado no: [www.sad.mt.gov.br](http://www.sad.mt.gov.br), bem com estará disponível para consulta na Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - Edifício Eng.º Edgar Prado Arze - Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT. Horário de atendimento: das 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone: 65-3613-6618 - com Elzo ou Laura.

Cuiabá, 31 de maio de 2006.

Elzo Gonçalves da Silva

Pregoeiro Oficial

VISTO:

Vilceu Francisco Marchetti

Secretário de Estado de Infra-Estrutura

FTO. 4701

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO****PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2006.**

Regido pelo Decreto Estadual n.º 7.217, de 14/03/2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93.

**OBJETO:** aquisição de Cimento Portland - CP II - F-32, para confecção de blocos concretos.

**DATA E LOCAL:** realização dia 14 de junho de 2006 às 14:00 horas na sala 2 da Secretaria Estado de Administração - Centro Político Administrativo - Cuiabá - MT.

**ENDEREÇO PARA RETIDA DO EDITAL:** o Edital completo poderá ser retirado no: [www.sad.mt.gov.br](http://www.sad.mt.gov.br), bem com estará disponível para consulta na Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - Edifício Eng.º Edgar Prado Arze - Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT. Horário de atendimento: das 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone: 65-3613-6618 - com Elzo ou Laura.

Cuiabá, 31 de maio de 2006.

Elzo Gonçalves da Silva

Pregoeiro Oficial

VISTO:

Vilceu Francisco Marchetti

Secretário de Estado de Infra-Estrutura

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO****PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2006.**

Regido pelo Decreto Estadual n.º 7.217, de 14/03/2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93.

**OBJETO:** aquisição de material de construção.

**DATA E LOCAL:** realização dia 19 de junho de 2006 às 08:30 horas na sala 3 da Secretaria Estado de Administração - Centro Político Administrativo - Cuiabá - MT.

**ENDEREÇO PARA RETIDA DO EDITAL:** o Edital completo poderá ser retirado no: [www.sad.mt.gov.br](http://www.sad.mt.gov.br), bem com estará disponível para consulta na Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - Edifício Eng.º Edgar Prado Arze - Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT. Horário de atendimento: das 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone: 65-3613-6618 - com Elzo ou Laura.

Cuiabá, 31 de maio de 2006.

Elzo Gonçalves da Silva

Pregoeiro Oficial

VISTO:

Vilceu Francisco Marchetti

Secretário de Estado de Infra-Estrutura

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO****PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2006.**

Regido pelo Decreto Estadual n.º 7.217, de 14/03/2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93.

**OBJETO:** aquisição de material permanente para Biblioteca (livros). Móveis para Sala de Aula, Móveis de Escritório e Equipamentos para Laboratório e Segurança para o Ca

Universitário de Rondonópolis-MT.

**DATA E LOCAL:** realização dia 20 de junho de 2006 às 08:30 horas na sala 3 da Secretaria Estado de Administração - Centro Político Administrativo - Cuiabá - MT.

**ENDEREÇO PARA RETIDA DO EDITAL:** o Edital completo poderá ser retirado no: [www.sad.mt.gov.br](http://www.sad.mt.gov.br), bem com estará disponível para consulta na Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - Edifício Eng.º Edgar Prado Arze - Centro Político Administrativo - Cuiabá-MT. Horário de atendimento: das 14:00 às 18:00 horas ou pelo telefone: 65-3613-6618 - com Elzo ou Laura.

Cuiabá, 31 de maio de 2006.

Elzo Gonçalves da Silva

Pregoeiro Oficial

VISTO:

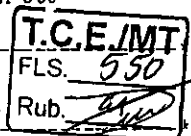
Vilceu Francisco Marchetti

Secretário de Estado de Infra-Estrutura

I SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO  
I SUPERINTENDENCIA DO TESOURO ESTADUAL  
I SIAFMT-SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

I REL.: SIA680  
I PAG.: 0001  
I DATA: 21/11/2006

I 17502 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS PERIODO: 01 01 2006 A 30 09 2006 FONTE 100 A 800  
I PAGAMENTOS EFETUADOS POR CREDOR NAT INI: 00 NAT FIM: 00



I EMPENHO LIQUIDACAO PAGAMENTO TIPO DATA PAGAMENTO DOTACAO  
I HISTORICO




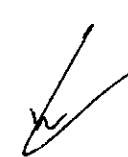
I CODIGO: 25292170 NOME: GNV/MT-TRANSPORTES DE GAS NATURAL LTDA

I 600070-8	600063-7	600141-7	NOB	777	01/03/2006	2007.0600.3390.3900.246	19.027.35
I REF AO TRANSPORTE VEICULAR DO GNV CONF NF 0010							
I 600070-8	600064-5	600142-5	NOB	777	01/03/2006	2007.0600.3390.3900.246	27.530.55
I REF AO TRANSPORTE DO GNV CONF NF 0011							
I 600070-8	600074-2	600143-3	NOB	777	10/03/2006	2007.0600.3390.3900.246	39.988.35
I REF AO TRANSPORTE DO GNV CONF NF 0013							
I 600206-9	600216-8	600366-5	NOB	777	25/05/2006	2007.0600.3390.3900.246	75.694.95
I REF TRANSPORTE DE GAS NATURAL VEICULAR - GNV MÊS 04/2006							
I 600266-2	600317-2	600524-2	NOB	777	07/07/2006	2007.0600.3390.3900.246	66.217.50
I REF REGULARIZAÇÃO OFÍCIO167 - GNV/MT MÊS 01/2006							
I 600268-9	600320-2	600536-6	NOB	777	11/07/2006	2007.0600.3390.3900.246	94.845.15
I REF TRANSPORTE DE GAS NATURAL VEICULAR MÊS 05/2006							
I 600293-0	600353-9	600574-9	NOB	777	26/07/2006	2007.0600.3390.3900.246	84.483.60
I REF TRANSPORTE DE GAS NATURAL MÊS 06/2006							
I 600305-7	600407-1	600671-0	NOB	777	24/08/2006	2007.0600.3390.3900.246	79.908.00
I REF TRANSPORTE DE GAS NATURAL NO MÊS DE JULHO/2006							
I 600305-7	600433-0	600725-3	NOB	777	12/09/2006	2007.0600.3390.3900.246	110.539.60
I REF SERVIÇO DE TRANSPORTE DE GAS NATURAL VEICULAR MÊS DE AGOSTO/2006							
							598.235.05
TOTAL DO ORGAO							598.235.05

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**  
**JUCEMAT - 51300007746 Em 25/11/2003 - C.N.P.J. 06.023.921/0001-56**  
**ATA DA 9ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2006**

Página 1 de 2

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e seis, às 10h00, na sala de reuniões da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia - SICME, sito à Avenida Getulio Vargas, no Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, reuniram-se em primeira convocação todos os membros do Conselho de Administração da **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**, conforme se verifica pelas assinaturas, senhores: **ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN**, brasileiro, nascido em Concórdia-SC, aos 19 de julho de 1.960, casado sob o regime de comunhão parcial de bens em 17 de dezembro de 1.992, advogado OAB-MT 3494 B, portador da Cédula de Identidade RG nº 1010061065 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 370.025.979-49, residente e domiciliado à Rua das Pérolas nº 550, Apt. 301, Edifício Stella Hills, Bairro Bosque da Saúde, Cuiabá/MT, filho de Pedrinho Antonio Furlan e Moema Coelho de Souza Furlan; Conselheiro **JOSÉ EPAMINONDAS MATTOS CONCEIÇÃO**, brasileiro, nascido em Cuiabá/MT, aos 16 de outubro de 1.948, casado com comunhão universal de bens em 21 de fevereiro de 1.976, Engenheiro civil, CREA-MT 981/D, portador da Cédula de Identidade RG nº 50.765 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 039.198.621-04, residente e domiciliado à Avenida Senador Filinto Muller, 2.075, apartamento 1.701, edifício Rio Cuiabá Park, Bairro Morada do Sol, Cuiabá/MT, filho de Dourival Conceição e Nice Mattos Conceição; Conselheiro **CLÓVES FELÍCIO VETTORATO**, brasileiro, nascido em Santo Ângelo/RS no dia 13 de outubro de 1.944, casado em comunhão universal de bens no dia 01 de fevereiro de 1.977, Empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 2008513588 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 099.851.400-44, residente e domiciliado à rua Desembargador José de Mesquita nº 255, Edifício Sunset Boulevard, Apt. 1.703, Bairro Araés, Cuiabá/MT, filho de Antonio Vettorato e Amália Vettorato, Conselheiro **JOSÉ CARLOS DIAS**, brasileiro, nascido em Lavínia/SP no dia 04 de agosto de 1.951, solteiro, jornalista SJMT nº 399, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.173.499 emitida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no cadastro de pessoas físicas do Ministério da Fazenda CPF nº 834.966.538-68, residente e domiciliado à Rua La Paz nº 436, Bairro Jardim das Américas, Cuiabá/MT, filho de Manoel Dias e Olinda Teixeira Dias. Fazendo uso da palavra, o Presidente do Conselho, Senhor **ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN**, já qualificado, assumiu os trabalhos e convidou a mim, **JOSÉ EPAMINONDAS MATTOS CONCEIÇÃO**, igualmente qualificado, para secretariá-lo, no que acedi, assim se constituindo a mesa. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente declarou instalada a Reunião do Conselho de Administração e que os assuntos pautados para serem deliberados seriam os seguintes:



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**  
**JUCEMAT - 51300007746 Em 25/11/2003 - C.N.P.J. 96.023.921/0001-56**  
**ATA DA 9ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  
**REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 2006**

Página 2 de 2

1) **Nomeação do Diretor Presidente da Companhia.** Iniciando os trabalhos o Presidente passou a tratar do primeiro assunto da pauta: Nomeação do Diretor Presidente da Companhia. O Presidente do Conselho, observando o ato convocatório da presente reunião, anunciou o pedido de exoneração do Diretor Presidente, Sr. JOSÉ CARLOS PAGOT, que deixa o cargo no dia 31 de março de 2006 e propõe a nomeação do Sr. HELNY PAULA CAMPOS, brasileiro, casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da cédula de identidade RG sob o nº 025.316. SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 112.328.541-15, residente e domiciliado à Rua A, nº 159, Edifício João Paulo II, apartamento 401, Bairro Alvorada que assumirá o cargo a partir do dia 12 de Abril de 2006. Fica estabelecido que o Diretor Administrativo e Financeiro, Sr. GERALDO LUIZ DE ARAÚJO responderá em nome da Companhia durante o período de 01 a 11 de Abril de 2006. A presente nomeação foi aceita por unanimidade pelos conselheiros da Companhia. Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião para lavratura da presente Ata. Reaberta a reunião, a presente Ata depois de lida e achada conforme, foi aprovada em todos os seus termos, sendo assinada e rubricada em todas as suas folhas por mim secretário, pelo Presidente da mesa e todos os Conselheiros presentes. O presente documento acima transcrito será fixado (colado) no livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, da qual fazem parte os Conselheiros: **ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN, JOSÉ EPAMINONDAS MATTOS CONCEIÇÃO, CLÓVES FELÍCIO VETTORATO E JOSÉ CARLOS DIAS.**

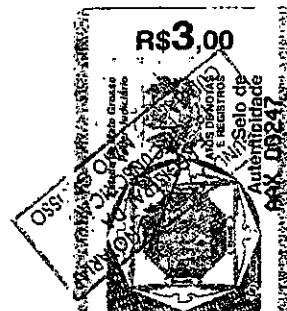
6º. Ofício  
Cuiabá (MT), 06 de Abril de 2006.

6º. Ofício  
**ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN**  
Presidente do Conselho de Administração - MTGás

**JOSÉ EPAMINONDAS MATTOS CONCEIÇÃO**  
Secretário do Conselho de Administração - MTGás

**CLÓVES FELÍCIO VETTORATO**  
Conselheiro - MTGás

**JOSÉ CARLOS DIAS**  
Conselheiro - MTGás



SEGUNDO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO - CUIABÁ - MT.  
@ Reconheço, por acatamento, a (a) firma de @

e dou fé. Cuiabá (MT), 06 MAIO 2006

*[assinatura]*

☐ Regina Maria Teixeira Coelho - Notária  
☐ Benelina Lara de Souza - 1ª. Notária Subst.  
☐ Moema de Figueiredo C. da Silva - 3ª. Notária Subst.  
☐ Márcia Cristiana C. B. Steleto - Escrevente  
☐ Deiza Souza da Cruz Pereira - Escrevente

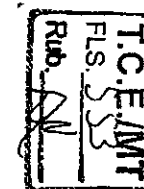
Maria Cristina Domingues Pimenta  
Escrevente

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
CERTIFICADO DE REGISTRO EM 16/05/2006  
SOB Nº 20060301262  
Protocolo: 06/030425-2  
Empresa: 51 3 0000714 6  
COMPANHIA MATO GROSSENSE DE GÁS

**HENRIQUE DE OLIVEIRA RODRIGUES**  
SECRETÁRIO GERAL

# MT GÁS - 2006 Fonte de Informação - Relatório SAD/MT - Sistema/ARH AJPPRO6E

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	1ª Parc. 13º	JUL	AGO	SET	TOTAL
01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
03 - PENSÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
04 - CONTRATAÇÃO TEMPO DETERMINADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
05 - OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
07 - CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
09 - SALÁRIO FAMÍLIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10 - OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA SOCIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS CIVIL	41.521,67	45.593,34	73.620,00	59.920,00	94.147,36	74.126,69	8.830,00	50.660,00	50.660,00	50.660,00	549.739,06
1/3 Constitucional de férias											
12 - VENCIMENTOS E VANTAGENS MILITAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16 - OUTRAS DESPESAS PESSOAL CIVIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
17 - OUTRAS DESPESAS PESSOAL MILITAR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19 - DESPESAS COM AUXÍLIO FARDAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
92 - DESPESAS COM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>41.521,67</b>	<b>45.593,34</b>	<b>73.620,00</b>	<b>59.920,00</b>	<b>94.147,36</b>	<b>74.126,69</b>	<b>8.830,00</b>	<b>50.660,00</b>	<b>50.660,00</b>	<b>50.660,00</b>	<b>549.739,06</b>
13 - ENCARGOS PATRONAIS	14.513,27	13.708,03	21.587,25	19.905,46	18.374,85	17.216,62	830,64	15.927,68	16.557,68	16.557,68	155.179,16
34 - OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE CONTRATO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
96 - RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INSS PATRONAL	12.400,65	11.587,20	18.287,50	16.605,76	15.870,75	15.162,17		13.602,08	14.232,08	14.232,08	
FGTS EMPREGADOS	2.112,62	2.120,83	3.299,75	3.299,70	2.504,10	2.054,45	830,64	2.325,60	2.325,60	2.325,60	
<b>TOTAL</b>	<b>14.513,27</b>	<b>13.708,03</b>	<b>21.587,25</b>	<b>19.905,46</b>	<b>18.374,85</b>	<b>17.216,62</b>	<b>830,64</b>	<b>15.927,68</b>	<b>16.557,68</b>	<b>16.557,68</b>	<b>155.179,16</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>56.034,94</b>	<b>59.301,37</b>	<b>95.207,25</b>	<b>79.825,46</b>	<b>112.522,21</b>	<b>91.343,31</b>	<b>9.660,64</b>	<b>66.587,68</b>	<b>67.217,68</b>	<b>67.217,68</b>	<b>704.918,22</b>



Resumo dos Impostos sobre folha pgto :

INSS 09/2006 - MATRIZ

	Sal. Base	%
Empresa <i>20%</i>	45.200,00	9.040,00
Segurados	45.200,00	3.526,54 ✓
RAT 1% Administrativo	45.200,00	452,00
RAT City Gate 12% +1%:	<del>45.200,00</del>	0,00
TERCEIROS <i>5,8%</i>	45.200,00	2.621,60
TOTAL.....		15.640,14

*26,8%*

INSS 09/2006 - FILIAL CITY GATE

	Sal. Base	%
Empresa	6.006,00 ✓	1.201,20
Segurados	6.006,00	642,36 ✓
RAT 1% Administrativo	<del>6.006,00</del>	0,00
RAT City Gate 12% +1%:	6.006,00	780,78
TERCEIROS	6.006,00 ✓	348,35
TOTAL.....		2.972,69

*3880V*

IRRF.

SALARIOS 09/2006.....	4.130,74
-----------------------	----------

FGTS

TOTAL.....	27.906,00	2.372,01
------------	-----------	----------



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria**

TCE-MT

Fls: 555

Rub:

**RELATÓRIO REFERENTE A INSPEÇÃO "IN LOCO"**

PROCESSO N.º : 4.103-3/2006  
INTERESSADO : COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS  
CNPJ : 06.023.921/0001-56 – MATRIZ  
06.023.921/002-37 – FILIAL  
ASSUNTO : BALANCETE DOS MESES DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2006  
GESTOR : **JOSÉ CARLOS PAGOT** > 01/01/2005 a 31.03.2006  
**GERALDO LUIZ DE ARAUJO** > 01.04.06 a 11.04.06  
**HELNY PAULA CAMPOS** > 12/04/2006 a 31.12.2006  
RELATOR : CONSELHEIRO ALENCAR SOARES FILHO  
EQUIPE : **MARCELO AUGUSTO MODESTO**  
**GONÇALO DA COSTA OLIVEIRA FREITAS**  
**EDINETE SILVA PEREIRA**

Senhor Subsecretário

Cumprido a determinação do Exceletíssimo Senhor Conselheiro Relator, conforme Ofício n.º 7.846/2006/TCE-MT/AS (cópia fls. 67 TC) examinamos os documentos de receitas e despesas referente aos meses de **janeiro a setembro de 2006**, e todo o procedimento econômico-financeiro da Entidade dos meses sob exame.

Nosso exame foi efetuado por amostragem, observando as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao Serviço Público e, conseqüentemente, inclui provas nos registros contábeis, com base nas determinações legais e regulamentares e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.

Os trabalhos foram desenvolvidos na Sede do Órgão, sito à Avenida Rubens de Mendonça nº 225 - Ed. American Business Center, nº 704 - 707 - Bairro Bosque da Saúde - Cuiabá - MT, o endereço da Filial é na Rodovia Perimetral Sul, Km 3,6 - Rodovia dos Imigrantes - Bairro Distrito Industrial - Cuiabá - MT.

Da auditoria realizada, resultou o relatório que se segue:

**I – INTRODUÇÃO**

A Lei n.º 7.939 de 28 de julho de 2003 autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, na forma desta Lei e da **legislação aplicável à sociedade por ações**.

De acordo com o § 1º do artigo 1º da Lei 7.939/2003 a MTGÁS terá **por objeto social** a exploração, com exclusividade, do serviço público de distribuição de gás natural ou manufaturado canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição, inclusive comprimido ou liquefeito, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para uso comercial, industrial, residencial, automotivo em geração termelétrica ou qualquer uso possibilitado pelo avanço tecnológico no território do Estado de Mato Grosso.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 556

Rub

Em seu § 2º está estabelecido que a Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS poderá participar de outros empreendimentos cujos fins estejam relacionados com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar o aproveitamento de sua infra-estrutura, tendo por objetivo a prestação de outros serviços.

No cumprimento de seu objeto social (§ 3º), a Companhia será responsável pela implantação e operação de redes de distribuição, estações ou unidades de armazenamento, regulação, liquefação e regaseificação de gás em qualquer parte do Estado de Mato Grosso, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, utilizando-se das vias terrestres e fluviais para a instalação de redes de canalização ou transporte do produto envasado.

No § 4º estabelece que a Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS, será constituída sob a forma de Sociedade Anônima, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e sujeita aos preceitos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

No § 5º O Poder Executivo fica autorizado a promover licitação pública para qualificação de pessoas físicas, jurídicas ou em consórcios, que preencham os requisitos para participar do capital social da Companhia.

O Estado de Mato grosso deverá manter o controle acionário da Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS; em caso de alienação, deverá ser submetida à aprovação da Assembléia Legislativa.

As pessoas qualificadas na forma do § 5º para participar do capital social da Companhia, deverão fazê-lo mediante integralização das ações em dinheiro, ficando facultado ao Estado integralizar sua participação no capital da companhia, com bens úteis à exploração da prestação dos serviços públicos, ressalvada a vedação prevista no artigo 80, II da Lei nº 6.404/76.

O Estado de Mato Grosso, enquanto titular da distribuição dos serviços locais de gás canalizado, conforme dispõe o artigo 25, § 2º da Constituição Federal, **autoriza a Empresa Produtora de Energia Ltda - EPE a utilizar** gás canalizado para geração de energia elétrica na Usina Termelétrica Governador Mário Covas, reconhecendo a mesma a condição de Usuário Livre, nos termos do § 1º deste artigo.

A EPE pagará à MTGÁS, pela utilização de gás canalizado em área de concessão, um encargo correspondente a 80% (oitenta por cento) do encargo do valor estipulado no § 2º do artigo 4º desta lei. **O capital inicial da Companhia será de R\$ 300.00,00** (trezentos mil reais), representado por trezentas mil ações ordinárias, sem valor nominal, de uma única classe, com direito a voto, e preferenciais, de uma única classe, sem direito a voto.

A Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS **será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva**. A composição, a organização, a atribuição, a competência, as normas de funcionamento e demais disposições referentes à Companhia **serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social e no Acordo de Acionistas**, observadas as normas legais que forem aplicáveis.

O contrato de concessão exigirá da concessionária (MTGÁS) repasse mensal da quantia equivalente de 0,5% (cinco décimos por cento) do seu faturamento bruto do mês anterior, a título de pagamento ao Estado de Mato Grosso pelos serviços de fiscalização e regulação da distribuição de gás canalizado.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 557

Rub

De acordo com o artigo 9º a Companhia Mato-Grossense de Gás ficará vinculada a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia – SICME.E o artigo 10 autoriza o Poder Executivo a regulamentar esta lei.

O Decreto nº 1.760 de 31 de outubro de 2003 regulamenta a Lei 7.939 de 28 de julho de 2003 e estabelece diretrizes para distribuição de gás canalizado no Estado de Mato Grosso.

A Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS também será regida pelo **Estatuto Social** que consta reconhecimento de duas assinaturas pelo Cartório do 6º Ofício e pelo 7º Ofício datado de 09 de outubro de 2003. Foi arquivamento na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso em 25 de novembro de 2003. O Capital Social da MTGÁS é de R\$ 300.000,00 representado por 300.0000 ações ordinárias e comuns nominativas ou ao portador, sem valor nominal, no valor de emissão de R\$ 1,00 cada uma, indivisível em relação à Sociedade. (artigo 5º do Estatuto).

As ações ordinárias serão integralizadas em dinheiro e/ ou bens de interesse da sociedade. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais ( § 1º e 2º do artigo 5º do Estatuto.

O Governador do Estado de Mato Grosso através da Secretaria de Estado de Indústria Comércio Minas e Energia subscreveu R\$ 299.996,00 e integralizou R\$ 30.000,00 em 06 de outubro de 2003 e os outros acionistas são:

- Alexandre Herculano Coelho de Souza subscreveu R\$ 1,00, integralizou.
- José Epaminondas Mattos Conceição subscreveu R\$ 1,00, integralizou.
- Clóvis Felício Vettorato subscreveu R\$ 1,00, integralizou.
- José Carlos Dias subscreveu R\$ 1,00, integralizou – Boletim de Subscrição do Capital .

A integralização de R\$ 269.996,00 referente a parte do Governador do Estado foi integralizado em 15 de outubro de 2004, conforme Consulta Autorização de repasse e Autorização de repasse – ARR Bancária. Esse estatuto foi alterado em 29 de dezembro de 2004 e arquivado na Junta Comercial em 12 de janeiro de 2005, mas não alterou o seu artigo 5º e seus parágrafo que foram transcritos referente a parte que trata do valor do capital.

O artigo 14 foi alterado que passou a ser o seguinte: Diretoria Executiva, que é o Órgão Executivo e de representação da Sociedade, será composta de um Diretor Presidente, um Vice Presidente, um Diretor Técnico-Comercial e um Diretor Administrativo e Financeiro, acionistas ou não, residentes no país, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes”.

Conforme Ata da Assembléia Geral dos acionistas realizada em 24 de fevereiro de 2005 foi alterado o capital social da MTGÁS de R\$ 300.000,00 para R\$ 3.000.000,00, (Três Milhões de Reais) com recursos próprios fonte 240, Demonstração das Variações Patrimoniais e apuração de Balanço Financeiro em 31 de dezembro de 2004.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 558

Rub: 4

**II – GESTORES**

As contas dos meses de Janeiro a Setembro de 2006 estiveram sob a gestão de :

**Diretor Presidente : JOSE CARLOS PAGOT Período: 01/01/2005 a 31.03.2006**

**Telefone : (65) 642-4423 RG: 1147.950-2 SSP/PR CPF: 317.531.249-72**

**End. Residencial : Rua Senjão Curvo, 396 – Sta Rosa – Cuiabá –MT**

**CEP: 78040-03**

**Filiação: Pai : Fernandino Felice Pagot**

**Mãe : Ilza Therezinha Piccolli Pagot**

**Cônjuge: Jussiane Beatriz Perotto Pagot**

**Diretor Presidente : HELNY PAULA CAMPOS Período: 12/04/2006 a 31.12.2006**

**Telefone : (65) 642-4423 RG: 25316 SSP/MT CPF: 112.328.541-13**

**End. Residencial : Rua A 150 – Edifício João Paulo III – 4º Andar – Cuiabá –MT**

**CEP: 78.000-000**

**Filiação: Pai : Hernelino Campos**

**Mãe : Ilda Rosa dos Campos**

**Contador : \*FLÁVIO ALEXANDRE TAQUES DA SILVA Período: 01/01/2005 a 01/03/2006.**

**CPF: 522.800.041-00**

**RG: 782.914 – SSP/MT**

**Telefone : (65) 9975-2552**

**CRC: 008748/P-6**

**End. Residencial: Rua Clarindo A. da Silva, 2177, Bloco A-3, Apto 201-Residencial Miguel Sutil – Cuiabá – MT.**

**CEP:78028-100**

**Filiação: Pai : Julio Taques da Silva**

**Mãe : Benedita Dias da Silva**

**Contador : \*\*CLAUIR AZEREDO PEREIRA \*Período: 02/03/2006 a 31/12/2006**

**CPF: 171.829.301-10**

**RG: 975.859 – SSP/MT**

**Telefone : (65) 3664-2267**

**CRC: MT005629007**

**End. Residencial: Rua 12 nº 107 – Boa Esperança – Cuiabá – MT.**

**CEP: 78045-280.**

**Filiação: Pai : Ananias dos Reis Pereira**

**Mãe : Mercedes Azeredo Pereira**

**Gerente Financeiro : \*FLÁVIO ALEXANDRE TAQUES DA SILVA Período: 16/08/2005 a 02/05/2006**

**CPF: 522.800.041-00**

**RG: 782.914 – SSP/MT**

**Telefone : (65) 9975-2552**

**CRC: 008748/P-6**

**End. Residencial: Rua Clarindo A. da Silva, 2177, Bloco A-3, Apto 201-Residencial Miguel Sutil – Cuiabá – MT.**

**CEP:78028-100**

**Filiação: Pai : Julio Taques da Silva Mãe : Benedita Dias da Silva**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

TCE-MT

Fls: 559

Rub

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

**Gerente Financeiro : REJANE MARIA DE OLIVEIRA GARCIA LEITE**

**Período:** 03/05/2006 a 31/12/2006

**CPF:** 782.565.261-49 **RG:** 101.90074 – SSP/MT

**Telefone :** (65) 3665-2970 **CRC:**

**End. Residencial:** Rua G – Quadra 18 – Casa 24 – Jardim Presidente II - Cuiabá – MT.

**CEP:**78028-100

**Filiação:** **Pai :** Reginaldo Garcia

**Mãe :** Jesuina de Oliveira Garcia

**Diretor Administrativo Financeiro : IVANY ANTUNES DOS REIS** **Período:** 05/09/2005 a 08/11/2005.

**Telefone:** (65) 9984 6634 **RG:** 28.443.229-5 SSP/MT **CPF:** 255.867.342-49

**End. Residencial :** Rua Amapá Casa 07 Quadra 40 CPA II – Cuiabá – MT

**CEP:** 78055- 450

**Filiação :** **Pai** José Rosa de Moraes

**Mãe:** Eunice Martins de Moares

**Diretor Administrativo Financeiro : GERALDO LUIZ DE ARAUJO** **Período:** 05/01/2006 a 31/12/2006.

**Telefone:** (65) 3686-2112 **RG:** 4.720.774-6 SSP/MS **CPF:** 231.675.516-8

**End. Residencial :** Rua Pará – 440 Aptº 504 – Res. Solar Imigrantes Nova Varzea Grande – MT

**Filiação :** **Pai :** Alarico Souza de Araujo

**Mãe:** Isaura Oliveira de Araujo

**OBS:** No período de 01/04/2006 a 11/04/2006 em que ficou sem Diretor Presidente, o Diretor Administrativo Senhor Geraldo Luiz de Araujo respondeu pelos atos financeiros. Informamos que o Ordenação da despesa é de competência do Diretor Presidente. Anexamos às fls. 68 à 83TC o Cadastro dos Responsáveis pela Empresa.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração são os seguintes:

NOME	RG	CPF
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan	1.010.061.065 SSP/RS	370.025.979-49
José Epaminondas Mattos Conceição	50.765 SSP/MT	039.198.621-04
Clóves Felício Vettorato	2.008.513.588 SSP-RS	099.851.400-44
José Carlos Dias	6.173.499 SSP/SP	834.966.538-68





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 560

Rub 2

O salário mensal de cada membros do Conselho de Administração é de R\$ 1.200,00. Portanto as despesas mensais do Conselho de Administração é de R\$ 4.800,00, pois são 04 membros. Esta remuneração foi fixada pela Ata de 07 de outubro de 2.003 que estabeleceu que a remuneração mensal para cada membro deste Conselho era 20% da remuneração do Diretor Presidente que é R\$ 6.000,00.

Cabe informar que a última alteração do Estatuto data de 29 de dezembro de 2004 e registrada na Junta Comercial em **12 de janeiro de 2005**, e nesta alteração do Estatuto **continua o capital de R\$ 300.000,00**. Portanto, apesar de ter **aumentado o capital para R\$ 3.000.000,00**, o Estatuto não foi alterado.

## CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal são os seguintes:

NOME	RG	CPF
Dario Minoru Kiromoto	200.851.588 - SSP/MT	067.541.038-09
Mauro Mendes	1.426.803 - SSP- GO	304.362.301-00
**Márcio Luiz de Mesquita	068.178 SSP-M	080.791.881-49

A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal foi fixada pela Ata do Conselho de Administração de 07 de outubro de 2003 que é 10% da remuneração do Diretor Presidente que corresponde a R\$ 600,00 para cada membro. Sendo assim, a despesa mensal do Conselho Fiscal é de R\$ 1.800,00.

## ASSEMBLÉIA GERAL DOS ACIONISTAS

Durante o exercício de 2006 (janeiro à setembro) os acionistas reuniram uma única vez em 28.04.06 conforme se observa na cópia da Ata da Assembléia Geral Ordinária às fls. 84 TC

## FILIAL

A Ata do Conselho de Administração de 17 de outubro de 2005 discorreu de vários assuntos dentre os tratados foi a **Abertura da filial para o Centro de Controle (City Gate)**, declarando que foi inaugurada no dia 30 de setembro de 2005, cujo objetivo é o recebimento, regulação de pressão e distribuição de gás, instalada na Rodovia Perimetral Sul (Rodovia dos Imigrantes) Km 3,6, Distrito Industrial, nesta capital e estabelecendo que a Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, tem a sua sede administrativa situada na Avenida Rubens de Mendonça, 2.254, Edifício American Business Center, sala 705;707 – Bairro Jardim Aclimação, CEP 78050-000 nesta capital. Esta Ata foi registrada na Junta Comercial em 21 de novembro de 2005.

O CNPJ da Filial Companhia Mato-Grossense de Gás com o nome de Fantasia CITY GATE é 06.023.921/0002-37, situado na Rodovia Perimetral Sul, KM 3,6 na Rodovia dos Imigrantes no Distrito Industrial ao lado da Usina Termo Elétrica Gov. Mário Covas.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 561

Rubrica

## CONTROLADAS E COLIGADAS

Transcrevemos a seguir o quarto Instrumento particular de **alteração do contrato social** da firma GNV/MT – Transportes de Gás Natural Ltda.

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes a seguir nominadas:

Hernan Jorge Diehl, argentino, solteiro, maior, nascido em 02/12/1949, natural de Buenos Aires – Argentina filho de Guillermo Agustin Carlos Diehl e Sylvia Elsa Dadds de Diehl, empresário, portador do passaporte Argentino nº V191601-U e CPF nº 214.477.358-03, residente e domiciliado na Avenida Lava Pés nº 721 Edif. Romano Apto. Nº 702 – Duque de Caxias I no Município de Cuiabá/MT.

Aldo Locatelli, brasileiro, casado pelo regime de Comunhão universal de bens, nascido em 07/03/1951, natural de Xaxim/SC, filho de David Locatelli e Silla Sibila Invitti, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 12/R 155.528 SSI/SC e CPF nº 148.704.019-91, residente e domiciliado na Rod. BR 364 Km 16.3 – Distrito Industrial no Município de Cuiabá/MT, neste ato representado por seu procurador Senhor Daniel Locatelli, brasileiro, solteiro, maior, nascido em 10/-6/1978, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 959.807 SSP/MT e CPF nº 632.427.571-73, residente e domiciliado na Rod. BR 364 Km 16.3 – Distrito Industrial no Município de Cuiabá/MT.

Únicos sócios componentes da Sociedade Limitada que gira nesta praça sob denominação social de GNV/MT – Transportes de Gás Natural Ltda., estabelecida na Avenida “O”, Quadra RDV 7/3 Lotes 1 ao 3 – Distrito Industrial no Município de Cuiabá/MT., com seu **contrato social primitivo registrado** na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob o nº 51.200.890.532 em 23 /03/2004 inscrito no CNPJ/MF sob nº 06.187.213/0001-50, resolvem de pleno acordo, por deliberação unânime alterar seus atos constitutivos em conformidade com os pilares do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406 de 10/01/2002) e supletivamente a Lei das S.A (Lei nº 6.404 de 15/12/1976), mediante cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira – Admite-se na sociedade a Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, autorizada pela Lei Estadual nº 7.939 de 28 de julho de 2003, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.023.921/006-56, com sede administrativa na Av. Rubens de Mendonça nº 2.254 – Edifício American Business Center, Sala 704 – Bairro Aclimação no Município de Cuiabá- MT, neste ato representada por seu Diretor Presidente Senhor José Carlos Pagot e pelo Diretor Administrativo e Financeiro Senhor Naime Márcio Martins Moraes. O sócio Senhor Herman Jorge Diehl, já qualificado anteriormente cede e transfere por venda 100.000 (cem mil) quotas sociais à nova sócia Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, pelo valor justo e acertado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), pagos neste ato em moeda corrente do país.

Após as alterações, o capital Social de R\$ 1.000.000,00 ( um milhão de reais), divididos em 1.000.000 (um milhão de quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subcritas e integralizadas fica com a seguinte distribuição entre os sócios:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria**

TCE-MT

Fls: 562

Rub: 52

ITEM	SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR R\$
a)	Aldo Locatelli	51	510.000	510.000,00
b)	Herman Jorge Diehl	39	390.000	390.000,00
c)	Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS	10	100.000	100.000,00
		100	1.000.000	1.000.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é, na forma da lei limitada ao valor de suas quotas, porém, em havendo prejuízo esse será suportado integralmente e solidariamente pelos sócios majoritários.

O sócio cedente, o ingressante e o remanescente dão-se reciprocamente total e irrevogável quitação pelas quotas ora cedidas e transferidas, para nada mais reclamar a qualquer tempo ou lugar.

Cláusula Segunda: Das quotas de Capital – As quotas do capital social são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a terceiros, sem o expresse consentimento dos demais sócios, ressalvando o disposto na cláusula décima do 2º (segundo) instrumento de alteração e consolidação do contrato social.

Parágrafo Único: Os sócios terão direito de preferência em relação a terceiros, na aquisição das quotas da sociedade, na proporção das que possuem, assegurando-se o direito de igualdade de condições e preço.

Cláusula Terceira: Do Objeto Social – A sociedade passa a ter como objeto social o ramo de aquisição, distribuição e comercialização de gás natural em todo território nacional bem a prestação de serviços relacionado ao objeto acima, notadamente a coleta, transporte rodoviário e compressão de gás natural comprimido.

Cláusula Quarta: Da Sede Social – Os sócios resolvem alterar o endereço da sede social que era na Avenida “O”, quadra RDV 7/3 Lotes 1 ao 3 – Distrito Industrial no Município de Cuiabá/MT, passando para a Rodovia BR 364 Km 16 – Distrito Industrial no Município de Cuiabá/MT.

Cláusula Quinta: Da Administração da Sociedade – A Administração da sociedade será exercida pelos sócios Senhor Aldo Locatelli e Senhor Herman Jorge Diehl, e pelos administradores Sr. José Carlos Pagot e Senhor Naime Márcio Martins Moraes que neste ato representam a Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS, estes assinarão em conjunto, cabendo-lhes todos os poderes necessários para gerir os negócios sociais, podendo representar a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, constituir procuradores “ad judícia” e “ad negotia”, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da sociedade.

Parágrafo Primeiro: No caso de alienação de bens, e assunção de responsabilidades, que causem ou possam vir a causar ônus maior para a sociedade, tais como obtenção de empréstimos e financiamentos, é necessário conter a assinatura, como forma expressa de anuência, de todos os sócios, sendo que da Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, conterà a assinatura de 02 (dois) representantes da diretoria executiva, sendo o Presidente e o Diretor Administrativo e Financeiro.

Parágrafo Segundo: É vedado em qualquer hipótese, o uso da firma ou denominação social em negócios estranhos aos interesses da sociedade, bem como avais, fianças e garantias de mero favor, sendo os atos praticados em infração ao aqui estatuído, totalmente

ineficazes em relação a sociedade, devendo os infratores responderem pessoalmente pelos danos que causarem.

Cláusula Sexta: Do encerramento do exercício – O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão apurados os lucros ou prejuízos havidos, para que sejam distribuídos, capitalizados ou suportados pelos sócios, na proporção das quotas que possuírem.

Parágrafo Primeiro: As decisões da sociedade serão adotadas em reunião dos sócios quotistas, que realizar-se-á ordinariamente uma vez ao ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do artigo 1.078 do Código Civil (lei 10.406/2002) e extraordinariamente sempre que os interesses da sociedade exigirem uma decisão dos sócios.

Parágrafo Segundo: A convocação para a reunião será feita via correspondência ou fax com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para a primeira convocação e de 24 (vinte e quatro) horas para a segunda.

Cláusula Sétima: Do desimpedimento dos Sócios – Os sócios quotistas e administradores, declaram expressamente que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer atividades mercantis, nem que vede, ainda que de modo temporário, seus acessos à função ou cargo públicos.

Cláusula Oitava: Das Disposições Gerais – A sócia Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, poderá vetar todo e qualquer contrato contrário aos interesses públicos, fim para o qual foi criada.

A Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, não poderá ser excluída da sociedade enquanto GNV/MT – Transportes de Gás Natural Ltda, mantiver contrato com a mesma, salvo se a exclusão for de iniciativa da Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS.

Pelo fato da Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, ser sócia da GNV/MT – Transportes de Gás Natural Ltda, ela não está obrigada a manter contrato por tempo indeterminado e exclusivo com a GNV/MT – Transportes de Gás Natural Ltda.

Faz às características da Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS (empresa de economia mista) que presta serviços públicos, prevalecerá o interesse público em prevalência ao Código Civil sobre qualquer regra do Contrato Social.

Cláusula Nona: Deliberações Sociais – Todas as deliberações sociais, inclusive a dissolução, liquidação e a transformação do tipo societário, serão tomadas de conformidade com o Novo Código Civil (Lei 10.406/2002).

Cláusula Décima Segunda: Das Disposições Finais – Ficam as demais Cláusulas do contrato social primitivo e demais alterações que por força deste instrumento não foram alteradas e/ ou modificadas, com validade plena em todo o seu conteúdo e forma para os efeitos legais. E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de alteração do contrato social em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas abaixo, que também o assinam.

Este contrato foi datado de 17 de março de 2005, assinados por Aldo Locatelli, Henan Jorge Diehl, pela Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS: José Carlos Pagot – Presidente e Naime Márcio Martins Moraes – Diretor Financeiro e pelas Testemunhas: Valdemir Benedito Leite e Roberto Benedito Leite. E registrado na Junta Comercial em 07/04/2005.

### III - ORÇAMENTO

O Orçamento da Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS para o exercício de 2006 constou da Lei Estadual n.º 8.430 de 29 de dezembro de 2005. Esta Lei deu entrada neste Tribunal em 30.01.2006 conforme processo nº 16454/2006 e foi registrada mediante Julgamento Singular em 30.05.06 através da decisão 163/2006 e publicado no D.O.E. Em 31.05.2006, a mesma estimou a receita para a MTGÁS em R\$ 7.443.774,00 (Sete Milhões, Quatrocentos e Quarenta e Três Mil, Setecentos e Setenta e Quatro Reais), fixando a despesa no mesmo valor.

#### III A) - CRÉDITOS ADICIONAIS

Encontramos abertura de Créditos Suplementares no decorrer do exercício de 2006 mediante Decreto e Portarias. Os Créditos Suplementares abertos por Portarias foram autorizados no artigo 29 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO tendo como fonte de recursos a **anulação de dotação**, a saber:

Decreto/Port. Nº	Data	Suplem. Valor R\$	Valor anulado
7431	07/04/06	1.050.000,00	1.050.000,00
3	15/05/06	125.000,00	125.000,00
5	10/08/06	8.350,00	8.350,00
7	18/10/06	10.000,00	10.000,00
8213	19/10/06	480.000,00	480.000,00
<b>Total</b>		<b>1.673.350,00</b>	<b>1.673.350,00</b>

#### Resumindo, temos:

- Orçamento inicial	R\$	7.443.774,00
• Suplementações realizadas de janeiro a setembro	R\$	1.673.350,00
- Reduções realizadas de janeiro a dezembro	R\$	1.673.350,00
- Créditos Especiais	R\$	0,00
- Créditos Disponíveis	R\$	7.443.774,00



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT  
Fls: 565  
Rub *2*

Informamos que o total dos Créditos Disponível de R\$ 7.443.774,00 confere com o registrado no Balancete Orçamentário do mês de janeiro fls. 11 TC. Juntamos as fls. 98 à 107 TC cópia dos Decretos e das Portarias publicada no Diário Oficial.

## IV – DISPONIBILIDADES

Nos meses de janeiro a setembro de 2006, o controle das disponibilidades financeiras esteve sob as responsabilidades do Sr. **FLÁVIO ALEXANDRE TAQUES DA SILVA** até 02.05.06 assumindo a partir dessa data a Senhora **REJANE MARIA DE OLIVEIRA GARCIA LEITE**.

Observamos que os recursos financeiros do Órgão foram recebidos pelo Banco do Brasil – Agência 3834-2 conta 1041368-5 e após transferidos para a conta Única da Secretaria de Estado da Fazenda por onde foram pagos as despesas realizadas, cujo controle é efetuado pelo Razão Analítico/ Sub-conta da Companhia Mato-Grossense de Gás.

Como 99,62% dos recursos arrecadados são transferidos para a Conta Única da Secretaria de Estado da Fazenda não fica saldo na conta do Banco do Brasil a não ser para cobertura das despesas de CEMF, da taxa que o Banco do Brasil cobra por guia da receita arrecadada e também para não fechar a conta.

O Saldo da Conta Única em 30 de Setembro de 2006 era de R\$ 3.764.253,09 e do Banco do Brasil era de R\$ 2.993,18, conforme Balancete Financeiro fls. 009 TC (processo nº 16851-3/2006). Diante ao exposto o saldo do Disponível em Setembro/2006 é de R\$ 3.767.186,27 (Três Milhões, Setecentos e Sessenta e Sete Mil, Cento e Oitenta e Seis Reais e Vinte e Sete Centavos). Demonstramos a seguir os saldos da **Conta Única** no final de cada mês:

DATA	VALOR R\$
31.01.2006	3.642.263,81
28.02.2006	3.359.582,62
31.03.2006	4.059.178,76
30.04.2006	4.547.470,79
31.05.2006	3.906.235,38
30.06.2006	4.699.319,90
31.07.2006	3.471.331,30
31.08.2006	3.545.420,38
30.09.2006	3.764.253,09

Demonstramos a seguir os recursos depositados no Banco do Brasil e transferidos para a conta única. (fls. TC 135 à 145).



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT  
Fls: 566  
Rubrica

COMPETÊNCIA	DEPOSITO NO BDO BRASIL	TRANSFERIDO PARA ÚNICA	DIFFERENÇA R\$
JANEIRO	448.460,48	0,00	448.460,48
FEVEREIRO	448.583,42	0,00	448.583,42
MARÇO	404.854,56	1.290.551,75	-885.697,19
ABRIL	731.073,81	724.640,37	6.433,44
MAIO	609.213,13	0,00	609.213,13
JUNHO	668.402,27	1.276.232,39	-607.830,12
JULHO	640.171,09	634.780,00	5.391,09
AGOSTO	640.029,54	634.350,00	5.679,54
SETEMBRO	724.000,22	717.500,00	6.500,22
TOTAL	5.314.788,52	5.278.054,51	36.734,01

Pelo quadro acima, nota-se que em alguns meses não houve repasse para conta única, vindo a regularizar somente a partir do mês de julho/2006. A diferença apresentada refere-se a parcela da receita deixada para cobrir despesas de CPMF e taxas e a AGER referente a 0,5% sobre a receita bruta dos serviços e vendas do produto (exceto ICMS substituição > Decreto 6882 de 08/12/2005). Juntamos as fls.107 à 134 TC, cópia dos extratos de contas e conciliações bancárias de janeiro a Setembro/2006.

## V - RECEITAS

### A - Receita Orçamentária

#### A<sub>1</sub> Cotas recebidas do Tesouro Estadual

Não constatamos repasse de recursos do Tesouro à MTGÁS no período de janeiro a setembro de 2006.

#### A<sub>2</sub>) Receita Patrimonial

Como já comentamos anteriormente 99,50% dos recursos arrecadados são transferidos para a Conta Única da Secretaria de Estado da Fazenda, em obediência ao Decreto nº 03/2003 do Governo do Estado, o saldo que fica na conta do Banco do Brasil é apenas para pagamento de taxas, de CPMF e também para não fechar a conta corrente, não tendo portanto a MTGÁS recursos para serem aplicados no mercado financeiro.

**A<sub>3</sub> - Receita de Convênios**

Não constatamos realização de receitas de Convênios nos meses de janeiro a setembro de 2006.

**A<sub>4</sub> - Receita de Serviços (receita própria)**

A Receita de Serviço de Gás Canalizado arrecadada nos meses de janeiro a setembro conforme extrato de contas do Banco do Brasil e recibos fornecidos à EPE – Empresa Produtora de Energia LTDA, e também pelos Postos de Combustíveis a seguir discriminados totalizou em R\$ 5.314.788,52, de Serviços pela utilização de gás canalizado na área da MTGÁS e vendas de Gás Natural Veicular, o controle é realizado através de planilha onde visualiza-se os depósitos na conta corrente e através de notas fiscais das Empresas que a seguir demonstramos:

COMPETÊNCIA	EPE/Serviço	Postos	Total	Balancetes Mensais
JANEIRO	448.460,48	0,00	448.460,48	447.922,80
FEVEREIRO	448.583,42	0,00	448.583,42	444.635,88
MARÇO	404.854,56	0,00	404.854,56	402.940,29
ABRIL	731.073,81	0,00	731.073,81	727.418,45
MAIO	433.936,37	175.276,76	609.213,13	0,00
JUNHO	446.736,34	221.665,93	668.402,27	1.297.713,16
JULHO	433.117,05	207.054,04	640.171,09	640.171,09
AGOSTO	447.768,43	192.261,11	640.029,54	617.240,14
SETEMBRO	453.192,05	270.888,17	724.080,22	720.441,49
<b>TOTAL</b>	<b>4.247.122,51</b>	<b>1.067.166,01</b>	<b>5.314.788,52</b>	<b>5.298.483,30</b>

Diante ao exposto verifica-se que as receitas registradas mensalmente nos balancetes são menores que as realmente recebidos conforme extrato de contas. Apenas no mês de junho as receitas registradas nos Balancetes foram maiores, isso ocorre porque nos balancetes registram os valores líquidos.

A base de cálculo para EPE refere-se ao total de MMBTU (Milhões de British thermal Unit) multiplicado pelo valor do encargo (80%) do total de R\$ 0,48740(encargo 100%) que equivale a R\$ 0,38992, sendo condição de usuário livre um valor mínimo de 1.000.000,00 de metro cúbicos ao dia. A receita dos postos referem se a venda de Gás Natural Veicular por metro cúbico no valor unitário de R\$ 0,95 (Noventa e cinco centavos) estabelecido em contrato devidamente analisado nesse quesito.



### **AGER/MT**

De acordo com o Decreto nº 4.439 de 24 de novembro de 2004 que alterou o inciso XII do artigo 10 do Decreto nº 1.760 de 31 de outubro de 2003, que regulamentou a Lei nº 7.939 de 28 de julho de 2003 a MTGÁS deverá recolher mensalmente para a AGER/MT 0,5% de sua receita. Esse inciso XII do artigo 10 passou a vigorar com a seguinte redação:

“Recolher, mensalmente, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso – AGER/MT até o dia 10º dia útil do mês subsequente à prestação do Serviço a taxa de fiscalização e regulação dos serviços concedidos no valor de 0,5% (meio por cento) do faturamento bruto da empresa, que compreende a receita obtida com a prestação de serviços de distribuição de gás canalizado e de quaisquer outras fontes de receita líquida dos impostos não cumulativos incidentes”.

Com base nesse inciso a MTGÁS transferiu a AGER/MT em 2006 (janeiro à setembro) a importância de R\$ 26.552,98 (vinte e Seis Mil, Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Noventa e Oito Centavos) conforme SIA 630 da conta arrecadação numero 21390905 regularizado a partir de 10.08.06 da receita bruta arrecadada de prestação de serviços de distribuição de gás canalizado e de quaisquer outras fontes de receita líquida dos impostos não cumulativos incidentes”.

#### **A<sub>5</sub>) Receita de Capital**

Não constatamos recebimento de receita de capital nos meses de janeiro a setembro de 2006.

#### **B - Receita extra-orçamentária**

Nos Balancetes do meses de janeiro a setembro não constam registros de recolhimento e nem devolução de caução.

### **VI-CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

Ao efetuarmos a conferência da exatidão dos valores contabilizados, com os documentos comprobatórios e folhas de pagamentos relacionadas às fls. TC 146 à 186) constatamos o seguinte:

#### **A – Retenções e Recolhimentos**

##### **A<sub>1</sub>) Previdência - INSS (RGPS)**

A MTGÁS possui empregados contratados e comissionados que descontam INSS, bem como os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que recebem honorários mensalmente. (fls. TC 288).

COMPETÊNCIA	INSS RETIDO/RECOLHIDO R\$
JANEIRO	4.558,99
FEVEREIRO	3.259,50
MARÇO	5.193,35
ABRIL	5.189,72
MAIO	4.826,48
JUNHO	4.760,27
JULHO	4.127,14
AGOSTO	4.127,14
SETEMBRO	4.127,14
<b>TOTAL</b>	<b>40.169,73</b>

Quanto ao recolhimento da parcela patronal a favor do INSS, referente aos empregados informamos que um funcionário do MTGÁS custa para a Empresa o percentual nas seguintes proporções calculado sobre o salário base: Pessoal lotado na Matriz = 26,80% e Pessoal lotado na Operacional (filial City Gate) > 38,80% (fls. TC 553/554).

COMPETÊNCIA	VALOR R\$
JANEIRO	14.518,27
FEVEREIRO	13.708,03
MARÇO	21.587,25
ABRIL	19.905,46
MAIO	18.374,85
JUNHO	17.216,62
1ª Parcela 13º salário	850,64
JULHO	15.927,68
AGOSTO	16.557,68
SETEMBRO	16.557,68
<b>TOTAL</b>	<b>155.179,16</b>

**A<sub>2</sub> IRRF (Decreto 3.000)**

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários mensalmente e descontam Imposto de Renda. Já os membros do Conselho Fiscal que recebem mensalmente seus honorários não descontaram Imposto de Renda porque estão abaixo do teto para desconto. Demonstramos a seguir os desconto e recolhimento do Imposto de Renda conforme folhas de pagamento.

COMPETÊNCIA	VALOR R\$
JANEIRO	3.482,22
FEVEREIRO	2.029,70
MARÇO	7.793,48
ABRIL	4.852,13
MAIO	4.315,12
JUNHO	3.810,57
JULHO	4.130,74
AGOSTO	4.130,74
SETEMBRO	4.130,74
<b>TOTAL</b>	<b>38.675,44</b>

Em 09 de agosto de 2005 foi realizada a reunião da Assembléia Geral Extraordinária onde foi tratado sobre a imunidade da MTGÁS com relação ao pagamento dos impostos federais e convidou o advogado da MTGÁS, Sr. Vitor Humberto Maizman para expor o assunto. Decidiram por unanimidade que seria impetrado mandado de segurança de natureza preventiva com trâmite na Justiça Federal, solicitando que seja afastada a incidência do imposto federal e que será feito depósito em juízo da quantia respectiva.

A MTGÁS protocolou na Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, objeto da petição: 3010100 - Imunidade Tributária – Limitações ao Poder de Tributar – Tributário, 3020200 – IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – Impostos – Tributário, conforme documentos de fls. 249 à 265 TC. Onde autoriza o depósito integral do Tributo devido pela autora, à ordem do juízo, perante o posto bancário da CEF, nesta Seção Judiciária.

Em relação ao Imposto de Renda sobre o Lucro dos exercícios de 2005/2006 foram efetuados depósitos judiciais a seguir relacionado: (fls. TC 266 à 273).

Período de Apuração	Principal R\$	Multa R\$	Juros R\$	Total R\$	Data Recolhimento
31/05/06	103.603,77	0,00	0,00	103.603,77	31/05/06
31/03/05	346.699,44	69.339,89	71.281,40	487.320,73	19/07/06
30/06/05	229.727,51	45.945,50	36.664,51	312.337,52	19/07/06
30/09/06	158.353,81	31.670,76	18.036,49	208.061,07	19/07/06
31/03/06	13.901,59	2.780,32	486,56	17.168,47	31/07/06
30/06/06	153.999,19	0,00	0,00	153.999,19	31/07/06
31/03/06	10.182,87	2.036,57	471,46	12.690,90	17/08/06
30/09/06	156.360,31	0,00	0,00	156.360,31	31/10/06
<b>TOTAL</b>	<b>1.172.828,49</b>	<b>151.773,04</b>	<b>126.940,42</b>	<b>1.451.541,95</b>	

A MTGÁS entregou declaração de Imposto de Renda em 2006 referente ao exercício de 2005, conforme protocolo nº 123877519590.

A<sub>3</sub>) ISSQN (Prevista a retenção no artigo 1º da L.C. Municipal nº 038 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997).

Os valores pagos referentes às retenções do ISSQN do meses de janeiro a setembro foram recolhidos à Prefeitura Municipal de Cuiabá conforme Ordem Bancárias emitidas. A MTGÁS emite as Ordens Bancárias e a Secretaria da Fazenda é quem procede o recolhimento. Demonstramos a seguir os valor retidos e constantes das Ordens bancárias:



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT  
Fls: 571  
Rubrica

PREVIDÊNCIA ESTADUAL	
JANEIRO	0,00
FEVEREIRO	3.285,60
MARÇO	6.288,86
ABRIL	1.545,87
MAIO	5.418,24
JUNHO	10.647,33
JULHO	10.870,83
AGOSTO	15.038,35
SETEMBRO	10.701,71
TOTAL	63.796,79

## A<sub>4</sub>)Outros

Foram descontados dos salários dos Servidores, Conforme quadro demonstrativo anexo às fls. TC 288, MT SAÚDE, Vale Transportes, Unidonto, Sindicato e outros que importou no período em exame em R\$ 157.508,15 (Cento e cinquenta e Sete Mil, Quinhentos e Oito Reais e Quinze Centavos).

## PREVIDÊNCIA ESTADUAL

Devido a Companhia não possuir servidores efetivos, não há e nem haverá recolhimento para a Previdência Estadual.

## ~~PIS - FATURAMENTO, COFINS E CSLL~~

No exercício de 2005 a MTGÁS contratou a Firma Braga & Maizman Advocacia para elaboração de Parecer "se é ou não devido o recolhimento do ICMS, ISSQN, COFINS, PIS/PASEP e CSLL". Este Parecer foi assinado pelo Consultor Jurídico Tributário Senhor Victor Humberto Maizman.

A MTGÁS também solicitou um Parecer da Procuradoria Geral do Estado – Subprocuradoria Fiscal a respeito do regime tributário, respectivos impostos e modalidades de documentos fiscais aplicáveis na cobrança de encargos pelo uso da área de concessão por parte da Empresa Produtora de Energia – EPE. A Subprocuradoria Fiscal emitiu o seu Parecer em 18 de junho de 2004 e recomendou a formulação de consulta expressa à Secretaria da Receita Federal. Em 30 de junho de 2004 a MTGÁS solicitou consulta à Superintendência Regional da Receita Federal sobre este assunto.

A MTGÁS efetuou parcelamento de COFINS, PIS/Faturamento e CSLL com a Secretaria da Receita Federal em 15 de agosto de 2006 no montante de R\$ 791.898,14. O parcelamento foi contratado em 120 meses, referente ao período de janeiro a dezembro de 2005. Conforme Recibo da Opção pelo Parcelamento em 120 meses de fls. 274 à 278 TC o valor total do principal de cada imposto parcelado é o seguinte:



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 572

Rub

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	R\$ 271.001,07
COFINS	R\$ 427.980,29
PIS Faturamento	R\$ 92.916,78
Total	R\$ 791.898,14

O Termo de Parcelamento da Dívida Fiscal-TCDF foi apresentado e anexado às fls. TC 279 à 281 o qual apresenta o montante dos juros que será recolhido em 59 (cinquenta e nove) parcelas totalizando R\$ 235.533,91.

## VII - DESPESAS

As despesas durante os meses de janeiro/06 a setembro/06, conforme relatório Resumo das Despesas Orçamentária por Órgão – SIA617G, emitido via SIAF (fl. 187/TC), foram cumulativamente assim empenhadas:

- Despesas Correntes:	R\$ 5.132.176,95	- 83,48% do total;
- Despesas de Capital:	R\$ 1.015.959,22	- 16,52 % do total;
- Total	R\$ 6.148.136,17	- 100%.

As despesas por categoria econômica foram assim realizadas:

### a) Despesas Correntes:

- Pessoal e Encargos Sociais:	R\$ 737.080,67	- 11,99% do total
- Juros e Encargos da Dívida:	R\$ 0,00	- 0,00% do total
- Outras Despesas Correntes:	R\$ 4.395.096,28	- 71,49% do total
- SubTotal:	R\$ 5.132.176,95	- 83,48% do total

### b) Despesas de Capital:

- Investimentos:	R\$ 635.959,22	- 10,34% do total;
- Amortização da Dívida:	R\$ 0,00	- 0,00% do total;
- Inversões Financeiras:	R\$ 380.000,00	- 6,18% do total;
- SubTotal:	R\$ 1.015.959,22	- 16,52% do total;
- Total Geral	R\$ 6.148.136,17	- 100,00% do total.

Da análise das despesas, destacamos:

### A – PESSOAL

A Companhia Mato-Grossense de Gás possui quadro próprio de funcionários, incluindo contratados e comissionados. Verificamos que os empregos existentes não foram criados por Lei, foram criados por Atas do Conselho de Administração, conforme documentos entregues à nossa equipe (fls. 289 a 312, 499 e 500/TC), contrariando o artigo 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal, sendo:



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 573

Rub 2

Data da criação do emprego	Emprego	Quantidade	Definição da remuneração		Alteração salarial	
			Data	Valor	Data	Valor
Ata de 06/10/03 (fls. 289 a 297/TC)	Conselho Administrativo	Mínimo 03 e Máximo 05		20% da remuneração do Diretor Presidente	-	R\$ 1.200,00
	Diretor Presidente	1		R\$ 6.000,00	-	R\$ 6.000,00
	Diretor Administrativo e Financeiro	1	Ata de 07/10/03 (fls. 298 e 299/TC)	R\$ 3.300,00	14/02/06	R\$ 5.350,00
	Conselho Fiscal	3 Efetivos e 3 Suplentes		10% da remuneração do Diretor Presidente	-	R\$ 600,00
Ata de 20/02/04 (fls. 499 e 500/TC)	Gerente de Desenvolvimento	1		R\$ 2.450,00	14/02/06	R\$ 3.300,00
	Assistente de Diretoria	3		R\$ 1.400,00	14/02/06	R\$ 1.800,00
	Secretária Geral	1	Ata de 20/02/04 (fls. 499 e 500/TC)	R\$ 1.400,00	14/02/06	R\$ 1.800,00
	Recepcionista	1		R\$ 900,00	14/02/06	R\$ 1.200,00
	Atendente de Serviços Gerais	1		R\$ 700,00	14/02/06	R\$ 900,00
Ata de 30/12/04 (fls. 304 a 306/TC)	Vice Presidente	1		R\$ 5.400,00	-	R\$ 5.400,00
	Diretor Técnico Comercial	1		R\$ 3.300,00	14/02/06	R\$ 5.350,00
	Gerente de Departamento Comercial	1		R\$ 2.450,00	14/02/06	R\$ 3.300,00
	Assessor Especial	1		R\$ 2.450,00	14/02/06	R\$ 3.300,00
	Assessor Jurídico	1		R\$ 2.450,00	14/02/06	R\$ 3.300,00
	Gerente Administrativo Financeiro	1	Ata de 30/12/04 (fls. 304 a 306/TC)	R\$ 2.450,00	14/02/06	R\$ 3.300,00
	Gerente de Operação e Engenharia	1		R\$ 2.450,00	14/02/06	R\$ 3.300,00
	Auxiliar Administrativo	2		R\$ 900,00	-	R\$ 900,00
	Auxiliar Financeiro	2		R\$ 900,00	-	R\$ 900,00
	Motorista	2		R\$ 900,00	14/02/06	R\$ 1.200,00



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 574

Rub

Data da criação do emprego	Emprego	Quantidade	Definição da remuneração		Alteração salarial	
			Data	Valor	Data	Valor
Ata de 24/02/05 (fls. 307 a 309/TC)	Operadores para City Gate	4	Ata de 24/02/05 (fls. 307 a 309/TC)	R\$ 900,00	14/02/06	R\$ 1.400,00
	Consultor de Operações e Engenharia	1		R\$ 4.950,00	-	R\$ 4.950,00
	Assessor Especial	1		R\$ 3.300,00	-	R\$ 3.300,00
Ata 14/02/06 (fls. 310 a 312/TC)	Gerente Administrativo	1	Ata 14/02/06 (fls. 310 a 312/TC)	R\$ 3.300,00	-	R\$ 3.300,00
	Gerente Contábil	1		R\$ 3.300,00	-	R\$ 3.300,00
	Assessor de Imprensa	1		R\$ 1.800,00	-	R\$ 1.800,00

quais sejam:

Quantidade	Emprego	Remuneração Mensal
1	Diretor Presidente	R\$ 5.000,00
1	Vice Presidente	R\$ 5.400,00
1	Diretor Administrativo e Financeiro	R\$ 5.350,00
1	Diretor Técnico-Comercial	R\$ 5.350,00
1	Consultor de Operações e Engenharia	R\$ 4.950,00
2	Assessor Especial	R\$ 3.300,00
1	Assessor Jurídico	R\$ 3.300,00
1	Gerente Administrativo	R\$ 3.300,00
1	Gerente Administrativo Financeiro	R\$ 3.300,00
1	Gerente Contábil	R\$ 3.300,00
1	Gerente de Departamento Comercial	R\$ 3.300,00
1	Gerente de Desenvolvimento	R\$ 3.300,00
1	Gerente de Operação e Engenharia	R\$ 3.300,00
1	Assessor de Imprensa	R\$ 1.800,00
3	Assistente de Diretoria	R\$ 1.800,00
1	Secretária Geral	R\$ 1.800,00
4	Operadores para City Gate	R\$ 1.400,00
4	Conselho Administrativo	R\$ 1.200,00
2	Motorista	R\$ 1.200,00
1	Recepcionista	R\$ 1.200,00

<i>Quantidade</i>	<i>Emprego</i>	<i>Remuneração Mensal</i>
1	Atendente de Serviços Gerais	R\$ 900,00
2	Auxiliar Administrativo	R\$ 900,00
2	Auxiliar Financeiro	R\$ 900,00
3	Conselho Fiscal	R\$ 600,00

Foi entregue à nossa equipe o demonstrativo à fl. 188/TC, apresentado na forma de Lotacionograma, evidenciando os quantitativos de empregos criados, das vagas ocupadas e das vagas disponíveis, referente ao mês de setembro/06, sendo:

<i>Cargo / Função / Emprego</i>	<i>Qtde Autorizada PCCS</i>		<i>Qtde Vagas Ocupadas</i>		<i>Qtde Vagas Disponíveis</i>	
	<i>Comissionado</i>	<i>Empregado</i>	<i>Comissionado</i>	<i>Empregado</i>	<i>Comissionado</i>	<i>Empregado</i>
Diretor Presidente						
Diretor Vice Presidente	1		1			
Dir. Admin.e Financeiro	1		1			
Diretor Técnico-Comercial	1		1			
Conselho Administrativo	4		4			
Conselho Fiscal	3		3			
Consultor de Op. e Eng <sup>a</sup> .		1				1
Gerente de Depto. Comercial		1				1
Gerente de Desenvolvimento		1				1
Gerente Financeiro		1		1		
Gerente Administrativo		1				1
Gerente de Op. e Engenharia		1				1
Gerente Contábil		1		1		
Assessor Especial		2		1		1
Assessor Jurídico		1		1		
Assessor de Imprensa		1				1
Assistente de Diretoria		3		2		1
Secretária Geral		1				1
Recepcionista		1		1		
Auxiliar Administrativo		2		2		
Auxiliar Financeiro		2				2
Motorista		2		1		1
Operadores para City Gate		4		3		1
Atendente de Serv. Gerais		1		1		
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>27</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>13</b>



Verificamos nesse lotacionograma a especificação de 01 (um) emprego de Gerente Financeiro, porém na Ata do dia 30/12/04 consta a criação do emprego de Gerente Administrativo e Financeiro e na Ata do dia 14/02/06 a criação do emprego de Gerente Administrativo, logo não há o emprego de Gerente Financeiro. Há, portanto, a necessidade de retificação da nomenclatura desses empregos na ata e/ou no lotacionograma. Referente ainda ao lotacionograma, informamos que o mesmo não foi publicado, conforme declaração à fl. 190/TC.

Anexamos aos autos, às fls. 189 e 191/TC, relação nominal dos comissionados e empregados, seus respectivos empregos e salários, atualizada no mês de novembro/06. Constatamos que a MTGÁS não realizou concurso público para contratação de seus empregados, contrariando o inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

Anexamos aos autos (fls. 196/TC) o comprovante de entrega da RAIS, ANO BASE 2005, ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, em atendimento a Portaria nº 500 de 22/12/2005 do MTE, onde consta o quantitativo de 28 vínculos existentes na MTGÁS, o que diverge do quantitativo de 26 funcionários no exercício de 2005, conforme lotacionograma atualizado em 31/12/2005, à fl. 197/TC. Observamos que o envio da RAIS foi realizado em 08/03/2006, dentro do prazo legal estabelecido pela Portaria nº 27, de 16/03/06, do MTE, que estendeu esse prazo até o dia 07/04/06.

#### **A1) Movimentação**

A relação dos funcionários existentes no quadro de pessoal do Órgão, foi fornecida a esta Comissão e anexada às fls. 189 e 191/TC, a qual está composta como segue:

- Comissionados	11
Membros do Conselho de Administração	04
Membros do Conselho Fiscal	03
- Contratados	15
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>

Ocorreram na MTGÁS, no período em exame, 07 admissões e 08 demissões, segundo as relações de admitidos e demitidos oriundas dos balancetes desse período e informações obtidas junto a gerência administrativa e financeira (fl. 200/TC), demonstradas a seguir:

<i>Mês de Referência</i>	<i>Empregados</i>		<i>Comissionado</i>	
	<i>Contratados (A)</i>	<i>Demitido (B)</i>	<i>Nomeados (A)</i>	<i>Demitido (B)</i>
Janeiro		1	1	
Março	2			1
Maio	2	4		
Junho	2	2		
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>Alterações (A – B)</b>		<b>-1</b>		<b>0</b>



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 577

Rub 2

Apontamos que as relações acima encontram-se incompletas, visto que não constam dessas, a nomeação do Diretor Presidente Helny Paula Campos em 12/4/06, conforme ata da 9ª reunião do Conselho de Administração (fls. 551 e 552/TC). Face ao exposto, ocorreram na MTGÁS, no período em exame, 08 admissões e 08 demissões.

As demissões dos empregados foram homologadas no Sindicato dos Urbanitários – STIU-MT, conforme documentos verificados em suas fichas.

Cabe-nos informar que na MTGÁS não houve no período em exame, contratação de estagiários, contratação de pessoal em caráter temporário, empregados cedidos ou adidos, ou licenciados e ou afastados, conforme declarações às fls. 192 a 195/TC.

Juntamos a partir da fls. 198 até 200/TC, cópia da folha de Registro do Livro de Empregados, Relação de Admissões, Demissões e Alterações de Funções, realizadas pelo Órgão no exercício em exame.

## A.) Remuneração

A remuneração dos empregados contratos pelo regime celetista e comissionados foi fixada por Ata do Conselho de Administração.

O montante da folha de pagamento nos meses de janeiro/06 a setembro/06, incluindo a primeira parcela do 13º salário, foi de R\$ 549.739,06, que demonstramos:

Competência / 2006	Folha de Pagamento
Janeiro	R\$ 51.055,01
Fevereiro	R\$ 36.060,00
Março	R\$ 73.620,00
Abril	R\$ 59.920,00
Maior	R\$ 94.147,36
Junho	R\$ 74.016,69
13º Salário*	R\$ 8.830,00
Julho	R\$ 50.770,00
Agosto	R\$ 50.660,00
Setembro	R\$ 50.660,00
Total	R\$ 549.739,06

\* primeira parcela paga apenas aos contratados

O montante dos salários pagos aos empregados e comissionados conforme folha de pagamento é maior que o total das notas de empenhos – NE, conforme demonstramos a seguir:

<i>Competência / 2006</i>	<i>Folha de Pagamento</i>	<i>Valor da NE</i>	<i>Diferença</i>	<i>Nº da NE</i>	<i>Data da NE</i>
Janeiro	R\$ 51.055,01	R\$ 50.913,01	R\$ 142,00	17502600023-6	26/01/06
Fevereiro	R\$ 36.060,00	R\$ 35.946,00	R\$ 114,00	17502600057-0	14/02/06
Março	R\$ 73.620,00	R\$ 73.428,00	R\$ 192,00	17502600117-8	27/03/06
Abril	R\$ 59.920,00	R\$ 59.818,00	R\$ 102,00	17502600160-7	27/04/06
Maio	R\$ 94.147,36	R\$ 52.446,00	R\$ 41.701,36	17502600218-2	29/05/06
Junho	R\$ 74.016,69	R\$ 47.048,00	R\$ 26.968,69	17502600252-2	27/06/06
13º Salário	R\$ 8.830,00	R\$ 8.830,00	R\$ 0,00	17502600273-5	30/06/06
Julho	R\$ 50.770,00	R\$ 50.637,80	R\$ 132,20	17502600299-9	10/07/06
Agosto*	R\$ 50.660,00	R\$ 50.600,00	R\$ 60,00	17502600317-0	01/08/06
Setembro*	R\$ 50.660,00	R\$ 50.492,00	R\$ 168,00	17502600356-1	01/06/06
<b>Total</b>	<b>R\$ 549.730,06</b>	<b>R\$ 480.158,81</b>	<b>R\$ 69.580,25</b>		

\* Os valores empenhados nos meses de agosto e setembro foram de R\$ 52.000,00, sendo os estornos nos valores de R\$1.400,00 e R\$ 1.508,00, respectivamente.

A diferença apurada no valor de **R\$ 69.580,25**, deve-se a deduções mensais realizadas pela Companhia dos valores pagos aos empregados, referentes a vales-transportes, vales-alimentação, rescisões trabalhistas (homologações pagas) e outros, que ocorreram nos meses de maio e junho. Detalhamos:

<i>Competência</i>	<i>Vale Transporte</i>	<i>Vale Refeição</i>	<i>Rescisões</i>	<i>INSS (rescisões 13º)</i>	<i>IRRF (rescisões)</i>	<i>Outros</i>	<i>Total</i>
Janeiro/06	R\$ 142,00						R\$ 142,00
Fevereiro/06	R\$ 114,00						R\$ 114,00
Março/06	R\$ 192,00						R\$ 192,00
Abril/06	R\$ 102,00						R\$ 102,00
Maio/06	R\$ 306,00	R\$ 8,00	R\$ 36.688,92	R\$ 453,27	R\$ 4.247,17		R\$ 41.701,36
Junho/06	R\$ 306,00	R\$ 6,00	R\$ 23.399,16	R\$ 895,40	R\$ 2.247,83	R\$ 114,30	R\$ 26.968,69
Julho/06	R\$ 16,20	R\$ 6,00				R\$ 110,00	R\$ 132,20
Agosto/06	R\$ 54,00	R\$ 6,00					R\$ 60,00
Setembro/06	R\$ 162,00	R\$ 6,00					R\$ 168,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.394,20</b>	<b>R\$ 32,00</b>	<b>R\$ 60.086,08</b>	<b>R\$ 1.348,67</b>	<b>R\$ 6.495,00</b>	<b>R\$ 224,30</b>	<b>R\$ 69.580,25</b>

**Outros:** Junho/06 – UNIODONTO, por ocasião de rescisão (R\$ 114,30, SI626, fls. 46/TC – balancete do mês de julho). Julho/06 – Diferença folha de pagamento (R\$ 110,00, SI626, fls. 48/TC – balancete do mês de julho).

Os valores pagos aos empregados que tiveram seus contratos rescindidos com a Companhia deram-se por meio de cheques administrativos (fls. 201 a 206/TC) e foram lançados no Sistema SIAF, conforme verificamos no relatório Controle de Movimento Diário – Pagamentos – Sia 626 (fls. 55/TC) do balancetes do mês de maio e fl. 59/TC do balancete do mês de junho). Os recolhimentos do INSS e IRRF, sobre as ocorrências em questão, constam também do relatório do SIAF, Pagamentos por Credor – SIA680.

Informamos divergência no valor de R\$ 1.381,20 entre o valor da folha de pagamento no período (R\$ 549.739,06) e o valor acumulado empenhado constante do Comparativo da Despesa Orçamentária por Dotação (R\$ 548.312,86, fl. 036/TC, balancete do mês de setembro/06). Essa diferença deve-se ao fato de que não foram registrados os pagamentos dos vales transportes e refeições, contrariando o art. 90, da Lei 4.320/64.

Juntamos a partir das fls. 146 a 186/TC, cópias das folhas de pagamentos de janeiro a setembro e da primeira parcela do 13º salário.

Observamos que o Diretor Vice-Presidente, Sr. José Carlos Dias, não percebe pró-labore de Vice-Presidente por exercer função de Secretário de Comunicação do Estado de Mato Grosso e perceber salário por esta função, conforme prevê legislação, bem como o Diretor Técnico-Comercial, Sr. Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, é empregado contratado e recebe a remuneração do emprego comissionado, não acumulando salários.

Verificamos que a remuneração dos empregados e comissionados atendem ao disposto no art. 61, § 1º II, a, C.F.

Por fim, informamos que na reunião de 30/12/04, conforme Ata às fls. 304 a 309/TC, o Conselho de Administração deliberou que a Companhia criará um programa de remuneração variável baseado em metas com o objetivo de motivar seus funcionários. Porém, não constatamos, por ocasião de nossa visita *in loco*, pagamentos aos funcionários referentes a implantação de tal programa. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal receberam mensalmente de janeiro a setembro os seguintes valores:

Competência	Conselho de Administração			
	Alexandre Herculano Coelho Souza Furlan	José Epaminondas Mattos Conceição	Cloves Felício Vettorato	José Carlos Dias
Janeiro/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Fevereiro/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Março/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Abril/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Maio/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Junho/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Julho/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Agosto/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
Setembro/06	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 10.800,00</b>	<b>R\$ 10.800,00</b>	<b>R\$ 10.800,00</b>	<b>R\$ 10.800,00</b>

Competência	Conselho Fiscal		
	Márcio Luiz de Mesquita	Dario Hiramoto	Mauro Mendes
Janeiro/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Fevereiro/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Março/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Abril/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 580

Rub: 2

Competência	Conselho Fiscal		
	Márcio Luiz de Mesquita	Dario Hiramoto	Mauro Mendes
Maio/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Junho/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Julho/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Agosto/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Setembro/06	R\$ 600,00	R\$ 600,00	R\$ 600,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 5.400,00</b>	<b>R\$ 5.400,00</b>	<b>R\$ 5.400,00</b>

Anexamos aos autos cópias de três atas referentes às reuniões realizadas pelo Conselho Fiscal, nos dias 10/02/06, 16/02/06 e 31/07/06, com os objetivos de analisar a escrituração contábil da Companhia, relativas ao último trimestre de 2005, balanço geral de 2005 e primeiro trimestre de 2006, respectivamente. Porém, observamos até a data final de nossa inspeção, o Conselho Fiscal analisou o balancete da Companhia apenas um trimestre, contrariando o disposto no art. 163, VI, da Lei 6.404/76.

## A<sub>3</sub>) Controle de frequência

Verificamos que a frequência dos empregados é realizada por meio de assinatura da folha de presença, uma vez que o número de funcionários é reduzido, não justificando a implantação de sistema eletrônico.

## B) – LICITAÇÃO

No período de nossa análise (janeiro a setembro) foi formalizado pela MTGás 09 (nove) certames licitatórios, sendo 01 (um) convite e 01 (um) Tomada de Preços, houve ainda 02 (dois) Registro de Preços, conforme doc. de fls. 492/494 TC (Relação de Processos Licitatórios). Da análise dos processos licitatórios à luz da lei das licitações, destacamos:

A comissão de licitação da MTGás são nomeados para cada certame licitatório, não tendo assim uma equipe permanente durante todo o ano, e sim uma equipe provisória. Salientamos que todos os certames realizados por meio de pregão foram realizados na SAD, onde a MTGás usou toda estrutura de pessoal da Secretaria de Estado de Administração.

Por meio da Portaria nº 013/2005-MTGás de 01/12/2005 à fl. 412 TC, foi nomeada para compor a comissão especial de licitação para realizar, abrir e julgar os trabalhos licitatórios relacionados ao convite 007/2005-MTGás, cujo objeto foi a seleção de empresa para execução de serviços contábeis nos moldes da lei nº 6.404/76 para o exercício de 2005, com a realização marcada para o dia 09/12/2005:

- Presidente: Angela Maria da Silva Bastos Zuba
- Membros: Magda Fernanda Xavier da Silva  
Karina Oliveira Miranda  
Rea Silvia Garcia Alves



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 581

Rub: 2

Por meio da Portaria nº 01/2006-MTGás de 20/02/06 à fl. 411 TC, foi nomeada uma comissão especial de licitação formada pelos servidores encarregados de realizar os trabalhos licitatórios relacionados com a Tomada de Preços nº 001/2006/MTGás, com o objetivo de selecionar Empresas especializadas na execução de projetos executivos para rede de distribuição de gás, City Gate para recebimento, limpeza, aquecimento, redução de pressão, odorização e medição de gás natural:

- **Presidente:** Sidnei Garcez de Souza
- **Membros:** Karina Oliveira Miranda  
Rea Silvia Garcia Alves  
Renata Fernandes Alves  
Angela Maria da Silva Bastos Zuba

Os servidores que participaram das comissões especiais de licitação – CPL são servidores pertencentes ao quadro de pessoal da MTGás com auxílio de servidor pertencente ao quadro de pessoal de outro Órgão.

Analizamos todos os certames licitatórios e detectamos que de uma forma geral faziam parte dos autos plano de trabalho e projeto básico, quando a contratação era de serviços, atendendo ao disposto contido no art. 2º, III, IN-04/2003; parecer da assessoria jurídica do órgão – art. 38 da lei das licitações; parecer do setor financeiro demonstrando saldo orçamentário, autorização do Ordenador de despesas para abertura do certame licitatório, publicação do aviso de licitação – art. 20, Lei 8.666/93; termos de adjudicação e homologação assinados pela autoridade competente, publicação dos resultados.

Constatamos ainda, nos processos licitatórios, um orçamento na fase da abertura, feito pela administração da empresa e pela SAD, dos materiais ou serviços a serem citados, providência essa necessária não só para verificar a compatibilidade dos valores propostos com o limite estabelecido, atendendo assim ao disposto no art. 40, § 2º, II, Lei nº 8.666/93.

A seguir comentaremos em separado a impropriedade verificada no convite 01/2006.

## 1) Convite nº 001/2006 – Tipo Menor Preço

**Data da Sessão:** 13/04/06, às 14:00 h, na sede da MTGÁS.

**Objeto:** prestação de serviços de Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76, nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31/12/05.

**Publicações:** aviso de resultado de licitação – Convite nº 001/06/MTGÁS, publicado no D.O.E. em 19/04/06 (fl. 507/TC).

Foi nomeada uma comissão especial de licitação, conforme portaria nº 002/2006, publicada no D.O.E. em 06/04/06, tendo como Presidente a Sra. Ângela Maria da Silva Bastos Zuba e como membros as Sras. Karina Oliveira Miranda e Silvia Garcia Alves.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria**

TCE-MT  
Fls: 582  
Rubrica

Em atendimento ao Decreto nº 5.579, de 03/05/2005, que disciplina a contratação de auditoria independente ou externa no âmbito do Poder Executivo Estadual, a licitação em questão, foi precedida da análise realizada pela Auditoria Geral do Estado – AGE, dos seguintes documentos: das minutas do Edital de Licitação e do Contrato, acompanhadas de exposição de motivos (conveniência da contratação; a especificação do serviço objeto da auditoria; valor estimado global e forma de pagamento a ser contratada). A AGE emitiu “PARECER CONCLUSIVO” favorável à contratação da Auditoria Independente para atender os compromissos da Companhia.

Constatamos nos autos o recebimento do convite, via fax, por 03 Empresas: KPMG – Auditores Independentes Ltda, Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes e BDO Trevisan Auditores Independentes.

Em 13/04/06 foi realizada a sessão para abertura e julgamento dos documentos de habilitação e das propostas recebidas na oportunidade, pela Comissão Especial de Licitação, quando foram habilitadas as três Empresas referidas anteriormente, que apresentaram as seguintes propostas:

<i>Empresa Proponente</i>	<i>Valor Proposto</i>
BDO Trevisan Auditores Independentes	R\$ 29.298,00
KPMG – Auditores Independentes Ltda	R\$ 35.500,00
Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes	R\$ 36.000,00

Empresa vencedora: BDO Trevisan Auditores Independentes

Conforme ata de julgamento às fls. 501 e 502/TC, os documentos de habilitação e as propostas foram enviadas pelas Empresas e recebidas pela Comissão Especial de Licitação, via SEDEX. Porém, apenas o envelope da empresa KPMG – Auditores Independentes Ltda. demonstram tal envio, trazendo a postagem do correio datada de 14/04/06. Verificamos ainda na ata, a classificação da Empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, com o valor de R\$ 29.298,00, e observamos que a proposta e o anexo – Cronograma de desembolso, da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, encontram-se com a data de 17/04/06, ou seja, data posterior ao convite em análise (cópia às fls. 503 a 506/TC).

Ressaltamos que a referida ata foi assinada pela Presidente da Comissão Especial de Licitação e demais membros.

Há nos autos os atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação, conforme o art. 38, VII, Lei 8.666/93, porém, não constatamos a publicação desses, contrariando o art. 38, XI, Lei 8.666/93 c/c art. 37, Constituição Federal.

Para cobrir despesas oriundas da referida licitação, foi lavrado o contrato nº 006/06/MTGÁS.

**2) Contrato nº 006/06/MTÁS**

**Contratada:** BDO Trevisan Auditores Independentes.

**Objeto:** prestação de serviços de Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76, nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31/12/05.

**Valor:** R\$ 29.298,00 (vinte e nove mil, duzentos e noventa e oito reais).

**Data da assinatura:** 24/04/06.

**Vigência:** 10 (dez) dias úteis

**Dotação Orçamentária:** 17502 2007 3390.3500 – fonte 246.

**Publicação:** extrato de contrato publicado no DOE do dia 24/04/06 (fl. 508/TC)

No contrato em análise não consta a assinatura das Testemunhas, demonstrando a não observância ao art. 54, Lei 8.666/93.

Foi emitida a Nota de Empenho nº 17502600148-8, de 24/04/06, no valor de R\$ 29.298,00, cujo pagamento ocorreu em 27/07/06 e a nota fiscal de nº 000411, foi emitida em 25/04/06. Constatamos a presença nos autos, do relatório com o parecer dos auditores independentes, datado de 30/04/06, porém encontra-se ausente a sua publicação.

**3) Adesões aos Registros de Preços da Secretaria de Administração – SAD**

Realizamos a análise das adesões de preços, conforme o disposto no Acórdão nº 551/2006, de 11/04/06, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, in verbis:

“... o órgão gerenciador tem a obrigação de apresentar os processos das licitações realizados referentes a Registro de Preços ao Tribunal de Contas.

Já os órgãos contratantes, que utilizarem determinada ata de registro de preços deverão apresentar todos os documentos referentes às despesas realizadas com aquisições e contratações efetuadas segundo as condições referentes a licitação, informadas/autorizadas pelo órgão gerenciador.”

Ocorrências de Adesões aos Registros de Preços da SAD – conforme relação fornecida pela Assessoria Jurídica, às fls. 492 a 494/TC:

<b>Modalidade e Nº Procedimento</b>	<b>Objeto</b>	<b>Empresa</b>	<b>Valor</b>
Adesão a Registro de Preço – SAD nº10/06	Prestação de serviços telefônicos fixo comutado – STFC, nas modalidades longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI) originados de terminais fixos e móveis.	Brasil Telecom S/A	R\$ 50.468,39
Adesão a Registro de Preço – SAD nº001/06	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel por registro de preço no Estado de Mato Grosso, com fornecimento de aparelhos digitais em regime de comodato.	Telemat Celular S/A	R\$ 9.752,52
Adesão a Registro de Preço – SAD nº035/05	Prestação de serviços telefônicos e outros serviços vinculados de produtos e serviços, destinado ao uso do poder público em geral na modalidade local, com discagem direta a ramal – DDR, terminais e troncos analógicos.	Brasil Telecom S/A	R\$ 18.560,41



Da análise dos processos acima, informamos que esses forma protocolado na SAD e continham o plano de trabalho, projeto básico, orçamento detalhado em planilhas expressando a composição de todos os seus custos unitários, indicação da dotação orçamentária, estando portanto, de acordo com o disposto no art. 7º, da Lei 8.666/93. Destacamos nesses a ausência das publicações dos termos de adesões, contrariando o art. 37, Constituição Federal.

Para cobrir despesas com as adesões supracitadas, foram formalizados contratos, de nºs 007/2006, 012/2006 e 014/2006. Da análise desses contratos, temos que, de um forma geral, apresentam-se com as cláusulas necessárias dispostas no art. 55 da Lei nº 8.666/93, com exceção dos pontos abordados a seguir.

4) **Contrato nº 014/2006** (fls. 509 a 520/TC)

**Contratada:** Brasil Telecom S/A

**Objeto:** Prestação de serviços telefônicos fixo comutado - STEC, nas modalidades longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI), originados de terminais fixos e móveis, para atender a demanda da Cia.

**Valor:** R\$ 50.468,39 (cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta e nove centavos).

**Data da assinatura:** 01/09/06.

**Vigência:** 12 (doze) meses, a partir de 1º de setembro de 2006.

**Dotação Orçamentária:** 175022007 3390.3900 – fonte 246.

**Nota de Empenho:** 175206000074, no valor de R\$ 40.000,00

**Publicação:** extrato de contrato publicado no DOE do dia 16/10/06 (fl. 521/TC), o que contrariou o art. 61, § único, Lei nº 8.666/93.

Constatamos que a nota de Empenho 175206000074, enunciada no referido contrato, na sua Cláusula Décima Segunda – Do Empenho da Despesa (fl. 513/TC), foi emitida em 10 de janeiro de 2006, e conforme seu extrato (fls. 522 e 523/TC) constam pagamentos de despesas realizadas com a Brasil Telecom, no período de dezembro/2005 a novembro/2006, no valor de R\$ 27.818,81, ou seja, o empenho, as despesas e os pagamentos realizados, são anteriores a adesão ao registro de preços e a assinatura do contrato.

Esse fato evidencia que tanto o processo de adesão ao registro de preços da SAD, tendo como objeto serviços prestados pela Brasil Telecom, como o contrato oriundo de tal processo, na verdade teve o objetivo de regularizar uma despesa que já havia sido realizada.

5) **Contrato nº 012/2006**

**Contratada:** Brasil Telecom S/A **Publicação:** extrato de contrato publicado no DOE do dia 10/08/06 (fl. 106/TC)

**Objeto:** Prestação de serviços telefônicos e outros serviços vinculados de produtos e serviços, destinado ao uso do poder público em geral na modalidade local, com discagem direta a ramal – DDR, terminais e troncos analógicos.

**Valor:** R\$ 18.560,41 (dezoito mil, quinhentos e sessenta reais e quarenta e um centavos).

**Data da assinatura:** 25/07/06. **Vigência:** 25/07/06 a 31/12/06.

**6) Contrato nº 007/2006**

**Contratada:** Telemat Celular

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel por registro de preço no Estado de Mato Grosso, com fornecimento de aparelhos digitais em regime de comodato.

**Valor:** R\$ 9.752,52 (nove mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

**Data da assinatura:** 29/04/06.

**Vigência:** 12 (doze) meses, a partir de 29 de abril de 2006.

**Dotação Orçamentária:** 17502 2007 3390.3900 – fonte 246.

**Nota de Empenho:** 17520600152-6 de 24/04/06, no valor de R\$ 9.752,52

**Publicação:** extrato de contrato publicado no DOE do dia 15/05/06

Constatamos que a Telemat Celular já vinha prestando serviços à Companhia anterior a ~~data da adesão ao registro de preços~~, conforme relatório do SIAF, Pagamentos Efetuados por Credor – SIA680 (fl. 524/TC). Anexamos aos autos à fl. 525/TC, o controle de dez aparelhos celulares contendo o número e o funcionário responsável.

Os serviços contratados abrangem entre outros, envio de mensagens texto na quantidade de 180 ao mês, no valor de R\$ 38,43 e serviço de transmissão de dados na quantidade de 100 Megabytes (MB) por mês no valor de R\$ 418,18, porém, por ocasião de nosso exame *in loco*, detectamos nas faturas de telefonia celular o uso de alguns serviços que não foram contratados, e que no nosso entendimento são serviços que poderiam deixar de ser prestados, sem prejuízos dos trabalhos, tendo em vista que a Administração Pública deve pautar pelo princípio da economicidade por meio de redução de custos. Entre outros os serviços constatados foram: tom musical, jogos e aplicativos e envio de foto torpedo, conforme discriminamos:

**- Celular nº 9983-8111**

Período	Vencimento	Pagamento	Nota Fiscal	Serviços Utilizados	Valor
02/05/06 a 01/06/06	25/06/06	22/06/06	22759	Jogos e aplicações	R\$ 2,09
02/07/06 a 01/08/06	25/08/06	22/08/06	21580	Jogos e aplicações	R\$ 2,09
02/08/06 a 01/09/06	25/09/06	26/09/06	21019	Foto torpedo	R\$ 3,28
<b>Total</b>					<b>R\$ 7,46</b>

**- Celular nº 9983-3567**

Período	Vencimento	Pagamento	Nota Fiscal	Serviços Utilizados	Valor
02/12/05 a 01/01/06	25/01/06 a 20/02/06	15/02/06	26519	Foto torpedo, tom musical, etc.	R\$ 30,43
02/02/06 a 01/03/06	25/03/06 a 01/04/06	27/03/06	16443	Foto torpedo, msg vivo avisa, torpedo sms, etc.	R\$ 15,68
02/03/06 a 01/04/06	25/04/06 a 29/04/06	02/05/06	23622	Jogos e aplicações	R\$ 4,23
02/05/06 a 01/06/06	25/06/06	22/06/06	22759	Msg torpedo, tom musical, etc.	R\$ 8,55
02/08/06 a 01/09/06	25/09/06	26/09/06	21019	Foto torpedo	R\$ 0,70
<b>Total</b>					<b>R\$ 59,59</b>



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 586

Rubrica

## • Celular nº 9983-7399

Período	Vencimento	Pagamento	Nota Fiscal	Serviços Utilizados	Valor
02/10/05 a 01/11/05	25/11/05 a 06/01/06	26/01/06	3023	Jogos e aplicações	R\$ 8,39
02/12/05 a 01/01/06	25/01/06 a 20/02/06	15/02/06	26519	Jogos e aplicações	R\$ 2,09
02/01/06 a 01/02/06	25/02/06 a 12/03/06	09/03/06	23895	Jogos e aplicações	R\$ 2,09
02/02/06 a 01/03/06	25/03/06 a 01/04/06	27/03/06	16443	Jogos e aplicações	R\$ 2,09
02/03/06 a 01/04/06	25/04/06 a 29/04/06	02/05/06	23622	Jogos e aplicações	R\$ 2,09
02/04/06 a 01/05/06	25/05/06	26/05/06	23362	Jogos e aplicações	R\$ 2,10
02/05/06 a 01/06/06	25/06/06	22/06/06	22759	Foto torpedo	R\$ 0,35
02/06/06 a 01/07/06	25/07/06	25/07/06	21995	Foto torpedo	R\$ 0,35
				Jogos e aplicações	R\$ 2,09
02/08/06 a 01/09/06	25/09/06	26/09/06	21019	Foto torpedo	R\$ 1,75
				Jogos e aplicações	R\$ 2,09
<b>Total</b>					<b>R\$ 25,48</b>

• Fatura paga com atraso gerou multa (R\$ 26,57) e juros (R\$ 3,10) no total de R\$ 29,67, paga na fatura NF 22759.

## • Celular nº 9983-3879

Período	Vencimento	Pagamento	Nota Fiscal	Serviços Utilizados	Valor
02/12/05 a 01/01/06	25/01/06 a 20/02/06	15/02/06	26519	Tom musical	R\$ 4,06
02/01/06 a 01/02/06	25/02/06 a 12/03/06	09/03/06	23895	Tom musical	R\$ 1,68
02/03/06 a 01/04/06	25/04/06 a 29/04/06	02/05/06	23622	Jogos e aplicações	R\$ 5,13
02/08/06 a 01/09/06	25/09/06	26/09/06	21019	Foto torpedo	R\$ 0,48
<b>Total</b>					<b>R\$ 11,35</b>

## • Celular nº 9983-9304

Período	Vencimento	Pagamento	Nota Fiscal	Serviços Utilizados	Valor
02/08/06 a 01/09/06	25/09/06	26/09/06	21019	Tom musical, torpedo sms, etc.	R\$ 5,44
<b>Total</b>					<b>R\$ 5,44</b>

## Celular nº 9982-7255

Período	Vencimento	Pagamento	Nota Fiscal	Serviços Utilizados	Valor
02/10/05 a 01/11/05	25/11/05 a 06/01/06	26/01/06	3023	Jogos e aplicações	R\$ 6,28
02/12/05 a 01/01/06	25/01/06 a 20/02/06	15/02/06	26519	Jogos e aplicações	R\$ 6,28
02/01/06 a 01/02/06	25/02/06 a 12/03/06	09/03/06	23895	Jogos e aplicações	R\$ 6,28
02/02/06 a 01/03/06	25/03/06 a 01/04/06	27/03/06	16443	Jogos e aplicações	R\$ 15,71
02/03/06 a 01/04/06	25/04/06 a 29/04/06	02/05/06	23622	Jogos e aplicações	R\$ 6,28
02/04/06 a 01/05/06	25/05/06	26/05/06	23362*	Jogos e aplicações	R\$ 6,29
02/08/06 a 01/09/06	25/09/06	26/09/06	21019	Foto torpedo	R\$ 0,35
<b>Total</b>					<b>R\$ 47,47</b>

\* Fatura paga com atraso gerou multa (R\$ 26,57) e juros (R\$ 3,10) no total de R\$ 29,67, paga na fatura NF 22759.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT

Fls: 587

Rub: 2

Verificamos que a fatura de nº 23622, referente ao período 02/04/06 a 01/05/06, com vencimento em 25/05/06 e paga em 26/05/06 gerou multa (R\$ 26,57) e juros (R\$ 3,10) no valor total de R\$ 29,67, pago na fatura nº 22759, em junho/2006. Entendemos que o pagamento de multa e juros (R\$ 29,67) é uma despesa indevida e não prevista em lei orçamentária.

Apontamos a ausência do processo de despesa com telefonia celular, no valor de R\$ 1.796,75, NE 600026-0, conforme SIA680 (fl. 524), o que demonstra falha no controle interno, contrariando o art. 76, Lei 4.320/64.

## CONTRATOS/TERMOS ADITIVOS

A Companhia Mato-Grossense de Gás firmou no período de janeiro a setembro do corrente ano 14 (quatorze) contratos, 11 (onze) Termos Aditivos e 02 (duas) Adesões a Ata de Registro de Preços da SAD – fls. 495/498 TC

Os contratos e Termos Aditivos foram analisados conforme lei 4.320/64, Lei 8.666/93 e Instrução Normativa de nº 04/2003.

Analisamos todos os contratos firmados via termo de adesão a pregões bem como aqueles oriundos de dispensa e inexigibilidade de licitação, estando de uma forma geral em harmonia com a lei das licitações em especial o artigo 65.

Os nomes das partes e os seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, a sujeição dos contratantes às normas da lei nº 8.666/93 estavam em comum acordo com o artigo 60 e 61 da lei das licitações.

A publicação resumida dos extratos dos contratos foram publicados no Diário Oficial do Estado em consonância com o art. 61, § único, lei nº 8.666/93 c/c caput do art. 37 da Constituição Federal.

As notas de empenho foram emitidas em data igual ou anterior à assinatura dos contratos, seu valor foi igual ou inferior ao valor do mesmo, a dotação orçamentária confere com a modalidade do contrato e estavam assinados pelo Ordenador de despesa, portanto em harmonia com o disposto no artigo 60 e 61 da lei nº 4.320/64, porém detectamos algumas falhas a seguir elencadas:

Contrato de nº 08/2006 assinado em 16/05/2006

Contratada: Igualdade Serviços Técnicos Ltda

Objeto: Prestação de Serviços de Limpeza e conservação da Sede da MTGás

Impropriedade: Ausência do Plano de Trabalho e Projeto Básico, o que contrariou o art. 2º, III, IN nº 04/2003/SAD.

Termo Aditivo ao Contrato de nº 05/2006 assinado em 25/06/2006

Objeto: Prorrogar prazo de vigência do contrato de prestação de serviços 005/2006/MTGás

Impropriedade: Publicação no DOE do extrato do Termo Aditivo em 02/08/2006, o que contrariou o art. 61, § único, Lei nº 8.666/93.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria**

TCE-MT  
Fls: 588  
Rub

**1º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2005**

**Contratada:** Jamila Abrão Nonaka

**Objeto:** prorrogação por mais sessenta dias o contrato – locação de uma sala comercial nº 707 (sede da Cia).

**Valor:** não foi alterado (R\$ 900,00)

**Data da assinatura:** 31/03/06. **Vigência:** até 31/05/06

**Publicação:** extrato de contrato publicado no DOE do dia 04/04/06

**2º Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2005**

**Contratada:** Jamila Abrão Nonaka

**Objeto:** alteração do valor mensal e prorrogação por mais um ano o contrato – locação de uma sala comercial nº 707 (sede da Cia).

**Valor:** alterado com base no índice do IPCA, passando de R\$ 900,00 para R\$ 941,67 mensais.

**Data da assinatura:** 31/05/06. **Vigência:** até 31/05/06. **Publicação:** extrato de contrato publicado no DOE do dia 01/06/06

Verificamos a ausência da assinatura de uma testemunha em ambos termos aditivos, contrariando o art. 54, Lei 8.666/93. Constatamos ainda, que no período de janeiro a setembro/2006, foram pagos à credora o valor de R\$ 8.350,02, conforme relatório do SIAF, Pagamentos Efetuados por Credor – S/A680 (fl. 526/TC).

**2º Termo Aditivo de Re-ratificação ao Contrato nº 0690/AJU/2005 de fornecimento de energia elétrica.**

**Contratada:** CEMAT

**Objeto:** regular o fornecimento de energia elétrica, em sua unidade consumidora situada na rodovia dos imigrantes – City Gate.

**Vigência:** início em 10/06/06 até setembro/06.

Verificamos a ausência do contrato original, do seu 1º termo aditivo, da justificativa, parecer jurídico, publicação do extrato do contrato, contrariando o art. 65 da Lei 8.666/93, pela não apresentação da justificativa e o art. 37, da Constituição Federal, pela não publicidade.

**1º Termo Aditivo ao Contrato sem número (fls. 530 e 531/TC)**

**Contratada:** Centro Oeste Gás e Serviços Ltda – CGS.

**Objeto do contrato:** compra de gás importado da Bolívia, por parte da MTGÁS.

**Prazo da assinatura do contrato:** até 02 anos.

**Assinatura do contrato:** 10/11/05

**publicação do contrato:** D.O.E. em 09/01/06 (fl. 527/TC).

**Quantidade estipulada no contrato:** 15.000 m³ na fase de comissionamento e 250.000 m³ na fase operacional.

**Preço estipulado no contrato:** R\$ 4,00 por MMBTU

**Objeto do Termo Aditivo:** alteração da primeira cláusula 1.1.12 do contrato.

**Data da assinatura do Termo Aditivo:** 04/05/06.

**Publicação do Termo Aditivo:** ausência da publicação, contrariando o art. 37, da C F.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria**

**TCE-MT**

**Fls: 589**

**Rub** *24*

O termo aditivo consiste basicamente na alteração das datas das fases de comissionamento e operacional. Entende-se por fase de comissionamento aquela em que se dará o início de fornecimento de gás, em condições precárias e temporárias e findará conforme o contrato em 31/12/05. Nesta fase o fornecimento de gás será de 15.000 m<sup>3</sup> por mês (fls. 528 e 529/TC).

O Termo Aditivo altera por um ano a fase de comissionamento, a qual passará a findar em 31/12/06. Porém, não consta dos autos a justificativa para tal alteração, não sendo possível, portanto, avaliarmos se há prejuízo para a empresa, ocasionada pelo não atendimento da demanda de gás, uma vez que a diferença entre o fornecimento proposto nas duas fases é bastante significativa (de 15.000 m<sup>3</sup> para 250.000 m<sup>3</sup>), o que contraria o art. 65 da Lei 8.666/93, pela ausência da justificativa.

**Contrato nº 009/2006/MTGÁS** (fls. 532 a 549/TC).

**Contratada:** ARCO – Instituto de Desenvolvimento Ambiental, Social, Empresarial e Público.

**Objeto:** serviços de provimento de soluções para as áreas tributária, administrativa, contenciosa, ambiental, financeira, desenvolvimento, recursos humanos, consultoria, capacitação e de sugestões para o equacionamento de contingência diversas, se houver.

**Valor:** 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

**Data da assinatura:** 25/05/06.

**Vigência:** 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.

**Dotação Orçamentária:** 17502.06/0.3044.4/90.5100 – fonte 246.

**Publicação:** ratificação de dispensa de licitação e extrato de contrato publicados no DOE em 19/05/06 e 31/05/06, respectivamente (fl. 538 e 549/TC).

A formalização do presente contrato, iniciou-se com a solicitação em 24/04/06, por parte do Diretor Técnico-Comercial (fl. 532/TC), de uma empresa com vistas a elaborar estudo de impacto ambiental para a construção da rede de distribuição de gás canalizado. Verificamos à fl. 533/TC a indicação do Instituto ARCO pelo Diretor Administrativo e Financeiro em 25/04/06, sem qualquer justificativa, que assim expôs:

*"Tendo em vista a Autorização do diretor Presidente para contratação de empresa, com o objetivo de elaborar estudo de impacto ambiental e respectivos relatórios, indico o Instituto Arco de Desenvolvimento Ambiental, Social, Empresarial e Público para a execução.  
(...)"*

O presente contrato foi embasado no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.66/93 – Dispensa de Licitação, no entanto, a ausência de justificativa para a contratação do Instituto ARCO, fere o art. 26, § 2º, da Lei 8.666/93.

Juntamos a partir da fl. 534 até 537/TC a proposta do Instituto ARCO, onde observamos que a data da proposta é de 11/04/06, anterior a fase inicial da formalização do processo.

Ressaltamos que faz parte do contrato o Anexo I – Ordem de Serviço nº 01, de 25 de Maio de 2006 (fls. 544 a 548/TC), onde estipula o prazo de 60 dias para a prestação dos serviços, divergindo da Cláusula Oitava – Da Vigência do Contrato, que estipula o período de 12 meses.

O valor proposto conforme o Anexo I é de R\$ 140.000,00, sendo que 30% deverá ser pago na assinatura do contrato e o restante na entrega dos serviços, o que contraria o art. 62, da Lei 4.320/64 que aduz: “*O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.*” Portanto, não há que se falar em antecipação de pagamento.

– **1º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2005**

**Contratada:** GASWAY – Consultoria de Gás Natural.

**Objeto do Contrato:** Consultoria técnica especializada na área de distribuição do Gás Natural, etc.

**Objeto do Termo Aditivo:** redução de 40% no valor do contrato inicial, passando de R\$126.000,00 para R\$ 75.600,00 e prorrogação do contrato por 12 meses, a partir de 10/08/06.

**Publicação:** extrato de contrato publicado no DOE do dia 28/08/06.

A solicitação de prorrogação do contrato teve como fundamento a carência de pessoal, causada pela política de contingenciamento de despesas, por parte do Governo Estadual, que acarretou a demissão de dois engenheiros.

Há nos autos planilha comparativa entre o custo mensal da empresa com salários e encargos de dois empregados no ano (R\$ 84.255,60) e a prorrogação do contrato (R\$ 75.600,00). Sendo que no caso dessa última opção a economia é de R\$ 8.655,66.

Constatamos a ausência das assinaturas das testemunhas, contrariando o art. 54, Lei 8.666/93.

**E – ANÁLISE DOS PROCESSOS DE DESPESAS**

Analisamos as despesas por amostragem e notamos que estavam em pastas por ordem de competência, apresentando todos os documentos de sua execução (Nota de Empenho, Nota de liquidação de Empenho, Nota de Ordem Bancária e cópias da primeira via das Notas Fiscais e ou quarta via dessas). A primeira via das notas fiscais encontram-se armazenadas em outra pasta.

Dos processos de despesas analisados, em sua quase totalidade não apresentaram ilegalidades, estando em harmonia com o disposto nos artigos 58 a 65 da Lei nº 4.320/64, ressalvadas as exceções apontadas neste relatório.

As despesas analisadas por esta equipe, estavam acompanhadas da respectiva nota de empenho – NE, bem como da Nota de liquidação e NOB, que traziam especificados o nome do credor, valor, data, a dedução desta do saldo da dotação própria, a autorização do Ordenador de despesa, estando ausente dos processos de despesas qualquer documento que justificasse a compra de bens ou serviços. Constatamos ainda a ausência em alguns processos, de no mínimo três orçamentos e certidões de regularidade fiscal. Da análise dos processos de despesas, constatamos o que segue:

**E<sub>1</sub> – Diárias**

Conforme relatório SIA617G – Resumo das Despesas Orçamentária por Órgão (fl. 187/TC) e SIA002 – Relação de Diárias (fl. 210/TC), a Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGÁS, empenhou, liquidou e pagou um total de **R\$ 3.230,50**, referente as despesas com diárias no período de janeiro a setembro de 2006, assim discriminadas:

<i>Mês de Referência</i>	<i>Nº do Proc. no TCE</i>	<i>Fls. TC</i>	<i>Total Pago</i>	<i>Qtde de Empenhos</i>
Janeiro	4103-3/2006	22	R\$ 1.000,00	2
Março	5735-5/2006	29	R\$ 1.730,50	3
Maio	9299-1/2006	15	R\$ 750,00	1
<b>Total</b>			<b>R\$ 3.480,50</b>	<b>6</b>

Fonte: Balancetes mensais

A diferença de R\$ 250,00 do valor empenhado nos balancetes financeiros (R\$ 3.480,50) e o constante dos relatórios SIAF (R\$ 3.320,50) refere-se a devolução de diárias, conforme SIA002 (fl. 210/TC).

Analisamos os processos de diárias em conformidade com o Decreto nº 1.760/1997, que dispõe sobre a autorização e concessão de diárias na Administração Direta e Indireta no Estado de Mato Grosso e constatamos que, de uma forma geral, os processos de suas despesas apresentam o despacho interno, a requisição de diária, a ordem de serviço com especificação do serviço executado, a autorização pelo Ordenador de despesa e o relatório de viagem.

Da análise constatamos ainda, que:

- pagamento de 0,5 diária a Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, para viagem no dia 09/03/06, conforme NE **17502600080-5**, OB nº 175026001077, não foi apresentado relatório de viagem, contrariando o art. 6º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1760/97, pela não apresentação do relatório de viagem no prazo de 5 dias de seu retorno à sede (cópias às fls. 211 a 215/TC);
- pagamento de 2 diárias ao Diretor Presidente Sr. José Carlos Pagot, conforme NE **17502600008-2**, referente a viagem fora do Estado no período de 18 a 19 de janeiro/2006, conforme relatório de viagem da fl. 221/TC, para participação em Reunião com a Petrobrás. Considerando a ida do Presidente dia 18 de janeiro, às 15:10 h e o retorno dia 19 de janeiro, às 22:10, conforme cópia de bilhete de passagem à fl. 222/TC, concluímos que a quantidade de diárias deveria ser de 1,5 e não 2 para o evento ocorrido de 18 a 19 de janeiro, acarretando, por consequência, o pagamento de meia diária a mais no valor de R\$ 125,00, contrariando o art. 1º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1.760/97 (cópias às fls. 216 a 222/TC);
- pagamento de 2 diárias ao Diretor Técnico-Comercial Sr. Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, conforme NE **17502600064-3**, referente à viagem fora do Estado no período de 18 a 19 de janeiro/2006, conforme relatório de viagem da fl. 228/TC, para participação em Reunião com a Petrobrás. Considerando a ida do Diretor dia 18 de janeiro, às 11:35 h e o retorno dia 19 de janeiro, às 22:10, conforme cópia de bilhete de passagem à fl. 229/TC, concluímos que a quantidade de diárias deveria ser de 1,5 e não 2 para o evento ocorrido de 18 a 19 de janeiro, acarretando, por consequência, o pagamento de meia diária a mais no valor de R\$ 125,00, contrariando o art. 1º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1.760/97 (cópias às fls. 223 a 229/TC);



- pagamento de 0,5 diária à Gerente de Operações e Engenharia Sra. Jully Heverly Destefano, para viagem no dia 08/03/06, conforme NE 17502600081-3, OB nº 175026001069, não foi apresentado relatório de viagem, contrariando o art. 6º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1760/97, pela não apresentação do relatório de viagem no prazo de 5 dias de seu retorno à sede (cópias às fls. 230 a 234/TC);
- pagamento de 3 diárias ao Diretor Presidente Sr. José Carlos Pagot, para viagem ao exterior, no período de 14 a 16 de março, conforme NE 17502600116-0, OB nº 175026002308, não foi apresentado o bilhete de passagem aérea, contrariando, portanto, o art. 8º, parágrafo 1º do Decreto nº 1760/97, pela não apresentação do bilhete de passagem aérea (cópias às fls. 235 a 240/TC);
- pagamento de 3 diárias ao Diretor Presidente Sr. Helny Paula Campos, para viagem fora do Estado, no período de 15 a 18 de março, conforme NE 17502600193-3, OB nº 175026003029, sendo que houve a devolução de uma diária (R\$ 250,00) por retornar à sede em prazo menor que o previsto. ~~Verificamos que a devolução foi realizada após 35 dias do seu retorno, contrariando, portanto, o art. 9º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1760/97, pela não devolução no prazo de 5 dias de seu retorno à sede (cópias às fls. 241 a 248/TC).~~

### **E<sub>2</sub> – Adiantamentos**

O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor devidamente credenciado, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

A Companhia Mato-Grossense de Gás – MTGAS empenhou um total de R\$ 8.000,00 referente a despesas com quatro adiantamentos, no período de janeiro a setembro de 2006, assim discriminadas:

<i>Mês</i>	<i>Nº do Proc. no TCE</i>	<i>Fls.</i>	<i>Valor Total</i>	<i>Qtde de Processos</i>
Maio	9299-1/2006	14	R\$ 8.000,00	4
<b>Total</b>			<b>R\$ 8.000,00</b>	<b>4</b>

Fonte: SIA003 – Relação de Adiantamentos às fls. 313/TC

Analizamos os processos de adiantamentos em conformidade com o Decreto nº 20/99, que dispõe sobre o regime de adiantamento na Administração Direta e Indireta no Estado de Mato Grosso.

Constatamos que, de uma forma geral, esses estavam formalizados com os seguintes documentos: solicitação de adiantamento por dotação (despesa), despacho interno, pedido de empenho, nota de empenho – NE, liquidação de empenho, nota de ordem bancária – NOB, comprovante de despesa, demonstrativo de movimentação ocorrida com o numerário recebido, declaração de pleno conhecimento nas normas que regulam o regime de adiantamento pelo responsável e parecer do Ordenador de Despesa aprovando a prestação de contas.

Verificamos que as despesas referentes a esses adiantamentos não se caracterizam como despesas excepcionais e foram todas realizadas na cidade de Cuiabá, contrariando o art. 68, da Lei 4.320/64 c/c art. 1º e art. 4º, inciso II do Decreto Estadual nº 20/99, uma vez que deveriam ter sido subordinadas ao processo normal de aplicação.

Da análise destacamos:

**a) NE 17502600189-5 e NE 17502600190-9**

- dois adiantamentos em nome do Sr. Geraldo Luiz de Araújo, no valor de R\$ 2.000,00 cada nota de empenho, totalizando R\$ 4.000,000, empenhadas em 10/05/06, com dotações 3390.3000 e 3390.3900, respectivamente (fls. 314 a 363/TC);
- constatamos a devolução no valor de R\$ 103,00 (fl. 350/TC), em 19/09/06, após 125 (cento e vinte e cinco) dias da concessão do adiantamento, contrariando o art. 1º, do Decreto 20/99, que fixa o prazo de 90 (noventa) dias para a comprovação das despesas;
- na ocasião o responsável por esses adiantamentos respondia pelo emprego de Gerente Administrativo e Financeiro, contrariando, portanto, o art. 9º, inciso V, do Decreto nº 20/99, por proibir a concessão de adiantamento a ocupante do emprego de gerência do setor financeiro;
- constatamos despesas realizadas em período anterior ao adiantamento, contrariando o art. 60, Lei 4.320/64, que veda a realização de despesas sem prévio empenho (cópia às fls. 322, 344, 358, 360, 361, 362/TC);
- nota fiscal nº 12734 (fl. 326/TC) não contém a discriminação clara da despesa, contrariando o inciso II, art. 12, Decreto 20/99;
- apresentação de cupom fiscal sem o nome do órgão, contrariando o art. 12, Decreto 20/99, pela não apresentação da nota fiscal (fls. 322, 324, 333);
- as despesas entre outras, na dotação 3390.3000 foram assim discriminadas: – copos para cozinha, coador p/ café, material p/ limpeza, café, filtro p/ café, adoçante, sucos, chás, calculadora, placa de rede, lâmpadas, toalha de rosto, lixa, pincel, abraçadeira, refeições, coffee-breake, medicamentos, estabilizador, etc. e na dotação 3390.3900 pagamento de serviços tais como: – cartório, JUCEMAT, Receita Federal (DA RF), SEFAZ, Caixa Econômica (Guia de Recolhimento do FGTS e da Contribuição Social – GRFC), serviço de gráfica (nota fiscal nº 0095 – R\$ 550,00), serviço de suporte técnico em telefonia (nota fiscal nº 010 – R\$ 276,00), serviço de montagem de divisória (R\$ 180,00), etc.

Segundo informações obtidas junto ao setor financeiro, as despesas com refeições são fornecidas ao empregados que trabalham na filial – City Gate e descontados desses o valor de R\$ 2,00 a título de vale refeição, conforme constatamos na folha de pagamento, nos meses de maio a setembro.

**b) NE 17502600228-0 e NE 17502600229-8**

- dois adiantamentos em nome da Sra. Rejane Maria de Oliveira Garcia Leite, no valor de R\$ 2.000,00 cada nota de empenho, totalizando R\$4.000,000, empenhadas em 31/05/06, com dotações 3390.3900 e 3390.3000, respectivamente (fls. 364 a 409/TC);
- esses adiantamentos foram solicitados pelo Diretor Presidente da MTGÁS, Sr. José Carlos Pagot, em 06/02/06, conforme documentos às fls. 370, 371 e 392/TC. Porém, foram

regularizados no Sistema SIAF, após quase quatro meses (31/05/06), ou seja, a emissão das notas de empenhos foram realizadas quando a Cia. já se encontrava sob a Direção do Presidente Sr. Helny Paula Campos e após a realização das despesas, contrariando o art. 60, da Lei 4.320/64, que veda a realização de despesas sem prévio empenho;

- nota fiscal nº 3939 e 6350 (fl. 394, 401/TC) não contém a discriminação clara da despesa, contrariando o inciso II, art. 12, Decreto 20/99;

- apresentação de recibo, contrariando o art. 12, Decreto 20/99, pela não apresentação da nota fiscal (fl. 407/TC);

- as despesas entre outras, na dotação 33903900 foram assim discriminadas: pagamento de serviços tais como: – cartório, manutenção em aquário, Documento de Arrecadação Municipal – DAR, SANECAP, Serviços de limpeza, etc, e na dotação 3390.3000 – refeições, sucos, filtro p/ café, adoçante, inseticida, café, tortas, chocolate, torneira, lâmpadas, ração para peixe, etc.

As despesas com manutenção de aquários (R\$ 120,00), ração para peixe (R\$ 9,00), tortas e chocolates (R\$ 133,00), no entendimento desta Comissão são irregulares tendo em vista que fogem ao objetivo do Órgão. Quanto as despesas com refeições, constatadas referem-se aos meses de fevereiro (R\$ 280,61), março (R\$ 1.171,13) e abril (R\$ 19,35) e conforme informamos anteriormente, as despesas com refeições são fornecidas aos empregados que trabalham na filial – City Gate e descontados desses o valor de R\$ 2,00 a título de vale refeição, porém, não constatamos tais descontos na folha de pagamento dos meses de janeiro a abril.

### E<sub>3</sub> - Outras despesas

Constatamos o pagamento no período em exame no valor de R\$598.235,05 à Empresa GNV/MT Transportes de Gás Natural Ltda. contratada pela MTGÁS, para prestação de serviços de compressão, transporte, descompressão e entrega de gás natural comprimido, firmado no exercício 2005, conforme Relatório do SIAF, SIA080 à fl. 550/TC.

Informamos que o referido contrato encontra-se com pendências junto ao Tribunal de Contas, que entrou com uma representação, conforme Processo nº 30360-7/2005, para averiguações de possíveis irregularidades, estando ainda em tramitação.

## VIII - PATRIMÔNIO

A Empresa não possui um funcionário respondendo unicamente pelo setor. A responsável pelo Patrimônio é a Gerente Administrativa e Financeira do MTGás a Sra. “Rejane Maria de Oliveira Garcia Leite”.

### A - Controle dos bens patrimoniais:

A função específica de executar todos os serviços atinentes à guarda, controle e movimentação de todos os bens móveis e imóveis, cadastramento, colocação de etiquetas, elaboração de cargas, baixas e transferências, realização de inventários, etc, está sob a



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria

TCE-MT  
Fls: 595  
Rubrica

responsabilidade da Gerente Administrativa e Financeira e da funcionária a Sra. Cristiane Rabelo de Oliveira – Auxiliar Administrativo, conforme informações recebidas no setor.

Os bens em uso estão codificados e identificados com o número do registro patrimonial por plaquetas de metal. Há o Termo de Responsabilidade apenas de alguns setores, e apenas dos bens de uso individual do funcionário, ou seja, os computadores, relacionando o bem, nº do R.P., descrição, data do tombamento, localização, data de aquisição e valor do bem, estando em conformidade com o disposto no artigo 94 da lei nº 4.320/64. Os demais bens estão sob a responsabilidade da Gerente Administrativa e Financeira da Empresa.

Salientamos que não existe o Termo de Responsabilidade dos Bens da filial City Gate, o que contrariou o art. 95 da lei nº 4.320/64.

Foi apresentado a esta equipe de trabalho o Demonstrativo do Inventário Físico e Financeiro - DIFF dos bens móveis da Empresa relativo ao ano de 2005, contendo o número do registro patrimonial (RP), a descrição do bem individualizado com suas características, data de aquisição e valor.

O Inventário Físico e Financeiro da Empresa encerrado no dia 31/12/2005 apresenta o valor de Bens Móveis em R\$ 131.505,80 - fls. 426/455 TC.

No período de janeiro a setembro do corrente ano já foi adquirido pela Empresa vários bens móveis, cujo valor até 30 de setembro foi de R\$ 91.182,26 – fls. 456/491 TC, o que totaliza até esta data o valor de bens móveis da MTGás em R\$ 222.688,06 (duzentos e vinte e dois mil seiscentos e oitenta e oito reais e seis centavos).

O valor dos bens imóveis encerrados no dia 31/12/2005 foi de R\$ 2.589.352,34 e até o dia 30/09/2006 foi adquirido 529.990,00, relativo a parte da construção da sede de operações City Gate no Distrito Industrial o que totaliza até esta data o valor de bens imóveis da MTGás em R\$ 3.119.342,34 (três milhões cento e dezenove mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

## B – Veículos

Fazem parte da frota da MTGás 03 (três) veículos, sendo que 02 (dois) veículos pertencem à Empresa e 01(um) alugado desde o dia 30/09/2005 (fls. 422/423/425 TC), a seguir evidenciamos:

Identificação	Valor	Forma de Aquisição	Lotação
Astra Sedan Advantage 2.0 2006/2007 – Placa KAG 8416	R\$ 48.500,00	Pregão 003/2006	Diretor Presidente
Peugeot Presence Flex 206 1.6 -16 2006/2007 Placa KAM 8416	R\$ 36.200,00	Pregão 005/2006	Diretoria Administrativa/ Financeira
Fiesta Street Cinza Motor 1.0 Placa 9264		Pregão	Diretor Técnico Operacional

Ressaltamos ainda que os 02 (dois) veículos que pertencem à Empresa foram adquiridos no período de nossa análise.

**B.) Controle de Despesas com Veículo**

Em relação às despesas com veículos no período de janeiro a setembro foi-nos apresentada a relação e anexada aos autos às fls. 413/421 TC:

Mês	Veículos/Placas											
	Fiesta		Focus jzx 4083		Jully		Marcio dcB 2137		Astra kag 8416		Peugeot kam8416	
	Litros	Valor	Litros	Valor	Litros	Valor	Litros	Valor	Litros	Valor	Litros	Valor
Janeiro	414,00	1.042,26	335,30	868,43	21,00	46,13	130,00	336,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	219,50	568,51	91,00	235,69	0,00	0,00	90,00	233,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Março	356,10	950,78	266,48	711,49	0,00	0,00	135,00	360,45	0,00	0,00	0,00	0,00
Abril	337,66	901,56	92,00	245,64	0,00	0,00	85,00	226,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Maio	180,00	480,60	118,80	317,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
junho	154,04	411,29	143,60	383,41	0,00	0,00	20,00	53,40	74,20	198,12	0,00	0,00
Julho	150,15	400,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144,50	385,81	70,00	186,90
Agosto	181,53	484,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255,94	683,36	208,36	556,33
Setemb	120,50	321,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	339,20	937,49	227,08	607,73
<b>Total</b>	<b>2.113,48</b>	<b>5.562,32</b>	<b>1.047,18</b>	<b>2.761,86</b>	<b>21,00</b>	<b>46,13</b>	<b>450,00</b>	<b>1.210,60</b>	<b>813,84</b>	<b>2.204,78</b>	<b>505,44</b>	<b>1.350,96</b>

O total das despesas com combustíveis no período de nossa análise foi de R\$ 13.136,65 (treze mil cento e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos), sendo que desse total, R\$ 1.256,73 (um mil duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos) foram gastos com os funcionários Sra. Jully (R\$ 46,13) e o Sr. Marcio (R\$ 1.210,60).

**C – Almoxarifado**

Constatamos armazenado no Órgão materiais para consumo, cuja forma de controle da sua utilização é eficiente, pois há uma pessoa designada como responsável pelo setor. Os registros dos materiais e bens em estoque nos meses de janeiro a setembro do corrente ano foram processados em mecanismos de controles no sistema informatizado de forma conjunta.

O local onde está instalado o almoxarifado é inadequado, pois o espaço é insuficiente, e apesar de não possuir dispositivo contra roubo o local é seguro, pois está instalado dentro do escritório do MTGás, localizado no 7º andar do Edifício American Business Center. O estoque de material no almoxarifado em 31/12/2005 foi de R\$ 19.574,54 e de R\$ 23.321,50 em 30 de setembro de 2006 – fl. 440 e 489 TC.

**IX - CONTROLE INTERNO**

A necessidade dos Sistemas de Controle Interno e seus mecanismos no âmbito da administração pública está claramente definida na Constituição Federal, através do art. 74, Constituição Estadual, artigo 191, na lei Federal n.º 4.320/64 (artigos 75 e 76) e, mais recentemente a Lei Complementar 101 de maio de 2000, que instituiu um novo paradigma de gestão pública e encontra-se em pleno andamento. Nessa última, podemos encontrar a previsão da implantação do sistema de controle interno em alguns dispositivos, dentre os quais destacamos:

L.C. n.º 101/2000

Art. 59 – O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a: ... (grifamos)”.

Os mecanismos de controle da administração pública inseridos naquele diploma legal, sejam internos ou externos, representam o elo vital para garantir que o poder público alcance os objetivos almejados em suas ações, observando, ainda, os preceitos legais e normativos da ordem constitucional.

Corroborando o entendimento de Silvio Aparecido Crepaldi, exarado em “Auditoria Contábil- Teoria e Prática”(ed. Atlas: 2000), em qualquer Entidade, o controle interno representa procedimentos, métodos ou rotinas cujos objetivos são proteger os ativos, produzir os dados contábeis e confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da Empresa.

O controle interno da Administração é de natureza funcional e deve ser institucionalizado de tal forma, que permita aos Órgãos, o conhecimento seguro dos resultados obtidos com a gestão do erário, a partir de definições da abrangência da área a ser controlada, período e instrumentos de controle.

Destacamos que o controle interno é um sistema que pode ou não ser exercido por um setor especificamente criado para tal. Quem vai definir uma dessas opções é a própria administração pública, que reúne condições de melhor avaliar o tamanho do campo a ser controlado. Neste contexto, quanto à avaliação dos resultados alcançados, não podemos esquecer, os aspectos atinentes à eficiência e eficácia das políticas públicas. Igualmente, importante destacar e sublinhar o necessário apoio que o Controle Interno deve propiciar ao Controle Externo na sua ação de fiscalização, objetivo maior das Cortes de Contas.

#### **X – RECOMENDAÇÕES**

A fim de colaborar com a Administração Pública deste Órgão, para que não haja reincidência dos pontos detectados no mês em exame, recomendamos sejam adotadas as seguintes providências:

- 1) Retificação da nomenclatura do emprego de Gerente Administrativo e Financeiro, para que não haja divergência entre o emprego criado em ata e o constante do lotacionograma;
- 2) Fazer lançamento de todas as aquisições de bens móveis e imóveis de forma individualizada, para melhor acompanhamento do Inventário Físico e Financeiro.

**XI – RESUMO DOS PONTOS A SEREM ESCLARECIDOS**

Do exposto no presente relatório, os Gestores, Sr. José Carlos Pagot e Sr. Helny Paula Campos devem ser notificados para esclarecerem os seguintes pontos de auditoria:

**Sr. José Carlos Pagot :**

1. Os empregos e as devidas remunerações dos empregados da MTGÁS não foram criados por Lei e sim por Ata do Conselho de Administração, contrariando o art. 61, § 1º, II, a, Constituição Federal;
2. A MTGÁS não realizou concurso público para contratação de seus empregados, em desacordo com o inciso II, artigo 37, da Constituição Federal;
3. Divergência entre o quantitativo de vínculos informados pela Companhia por ocasião da entrega da RAIS, ANO BASE 2005 (28 vínculos) e o constante do lotacionograma (26 vínculos), entregue à nossa equipe, atualizado em 31/12/2005;
4. Ausência do relatório de viagem, contrariando o art. 6º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1760/97;
  - 4.1. Pagamento de diárias a mais, contrariando o art. 1º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1.760/97;
  - 4.2. Ausência do bilhete de passagem aérea, contrariando o art. 8º, parágrafo 1º, do Decreto nº 1760/97;
5. Não existe o ~~Termo de Responsabilidade dos Bens~~ da filial City Gate assinado pelo Diretor Técnico da Empresa, o que contrariou o art. 95 da lei nº 4.320/64; **E 34**
6. Despesas com combustíveis no valor de R\$ 1.256,73 (um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos) gastos com os funcionários Sra. Jully (R\$ 46,13) e o Sr. Marcio (R\$ 1210,60), contrariando o art. 4º, Lei 4.320/64; **E 24.**

**Sr. Helny Paula Campos:**

7. Não existe o Termo de Responsabilidade dos Bens da filial City Gate, o que contrariou o art. 95 da lei nº 4.320/64; **E 34**
8. Despesas com combustíveis no valor de R\$ 1.256,73 (um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos) gastos com os funcionários Sra. Jully (R\$ 46,13) e o Sr. Marcio (R\$ 1210,60), contrariando o art. 4º, Lei 4.320/64; **E 24**
9. Ausência do Plano de Trabalho e Projeto Básico quando da formalização do contrato de nº 08/2006, o que contrariou o art. 2º, III, IN nº 04/2003/SAD;

10. Publicações no DOE dos extratos do Termo Aditivo ao Contrato de N° 05/2006 e do Contrato N° 014/2006 de forma intempestiva, o que contrariou o art. 61, § único, Lei n° 8.666/93;
11. Os empregos e as devidas remunerações dos empregados da MTGÁS não foram criados por Lei e sim por Ata do Conselho de Administração, contrariando o art. 61, § 1º, II, a, Constituição Federal;
12. A MTGÁS não realizou concurso público para contratação de seus empregados, em desacordo com o inciso II, artigo 37, da Constituição Federal;
13. Divergência no valor de R\$ 1.381,20 entre o valor da folha de pagamento (R\$ 549.739,06) e o valor empenhado (R\$ 548.312,86). Essa diferença deve-se ao fato de que não foram registrados os pagamentos dos vales transportes e refeições, contrariando o art. 90, da Lei 4.320/64;
14. Até a data de 17/11/06, o Conselho Fiscal havia analisado apenas os balancetes do primeiro trimestre da Companhia contrariando o disposto no art. 163, VI, da Lei 6.404/76;
15. Atraso na devolução de diária, contrariando o art. 9º, parágrafo 1º, do Decreto n° 1760/97;
16. Os adiantamentos concedidos não se caracterizam como despesas excepcionais e foram todas realizadas na cidade de Cuiabá contrariando o art. 68, da Lei 4.320/64 c/c art. 1º e art. 4º, inciso II do Decreto Estadual n° 20/99, uma vez que deveriam ter sido subordinadas ao processo normal de aplicação; **E 26**
- 16.1. Devolução de adiantamento com atraso, contrariando o artigo 1º, do Decreto 20/99;
- 16.2. Concessão de adiantamentos a Gerente Administrativo e Financeiro, contrariando, portanto, o art. 9º, inciso V, do Decreto n° 20/99;
- 16.3. Despesas realizadas em período anterior ao adiantamento, contrariando o artigo 60, Lei 4.320/64; **E 19**
- 16.4. Nota fiscal sem a discriminação clara da despesa, contrariando o inciso II, artigo 12, Decreto 20/99;
- 16.5. Não apresentação da nota fiscal por ocasião da comprovação de despesas com adiantamento, contrariando o artigo 12, Decreto 20/99;
- 16.6. Despesas com manutenção de aquários (R\$ 120,00), ração para peixe (R\$ 9,00), tortas e chocolates (R\$ 133,00), contrariando o art. 4º da Lei 4.320/64; **E 24**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria**

TCE-MT  
Fls: 600  
Rubrica

- 17) A data da proposta da Empresa BDO Trevisan Auditores Independentes (17/04/06), vencedora do Convite nº 001/2006, é posterior a data da sessão de julgamento (13/04/06);
- 18) Ausência da publicação dos atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação do Convite nº 001/2006, contrariando o art. 38, XI, Lei 8.666/93 c/c art. 37, Constituição Federal; **E 18**
- 19) Ausência da assinatura das Testemunhas no Contrato nº 006/06/MTÁS, e Termos Aditivos ao Contrato nº 001/2005 e nº 08/2005, demonstrando a não observância ao art. 54, Lei 8.666/93;
20. Ausência das publicações dos termos de adesões aos registros de preços da SAD, contrariando o art. 37, Constituição Federal; **E 18**
21. Constatamos nas faturas de telefonia celular, o uso de serviços que não fazem parte do Contrato nº 007/2006 no valor de R\$ 156,79, o que contraria o princípio da economicidade;
22. Pagamento de multa e juros no valor de R\$ 29,67 equivalente a 1,13 URFMT, despesa não prevista no orçamento, contrariando o art. 1º da Lei 4.320/64; **E 24**
23. Ausência do processo de despesa com telefonia celular, no valor de R\$ 1.796,75, o que demonstra falha no controle interno, contrariando o art. 73, Lei 4.320/64 c/c art. 74, da CF; **E 39**
24. Ausência do contrato original, do seu 1º termo aditivo, publicação do extrato do contrato com a CEMAT, contrariando o art. 65 da Lei 8.666/93, pela não apresentação da justificativa do termo aditivo e o art. 37, da Constituição Federal, pela não publicidade;
25. Ausência da justificativa do Termo Aditivo ao Contrato com as Empresas CEMAT e Centro Oeste Gás e Serviços Ltda, contrariando o art. 65 da Lei 8.666/93;
26. Ausência de justificativa para a contratação do Instituto ARCO, Contrato nº 009/2006/MTGÁS, fere o art. 26, § 2º, da Lei 8.666/93;
27. No período de 09/11/2005 a 04/01/2006 em que ficou sem Diretor Administrativo e Financeiro, o Gerente Financeiro Senhor Flávio Alexandre Taques da Silva respondeu pelos atos financeiros juntamente com o Presidente. Mas não existe nenhum documento designando-o como Diretor Financeiro.
28. Cabe informar que a última alteração do Estatuto data de 29 de dezembro de 2004 e registrada na Junta Comercial em **12 de janeiro de 2005**, e nesta alteração do Estatuto **continua o capital de R\$ 300.000,00**. Portanto, apesar de ter **aumentado o capital para R\$ 3.000.000,00**, o Estatuto não foi alterado;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Secretaria de Controle Externo da Sexta Relatoria**

TCE-MT

Fls: 601

Rubrica

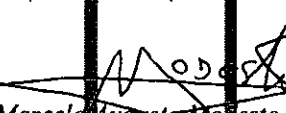
29. Ausência de justificativa para a contratação do Instituto ARCO, Contrato nº 009/2006/MTGÁS, fere o art. 26, § 2º, da Lei 8.666/93;

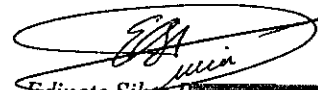
29.1. Divergência entre os prazos de vigência do Contrato nº 009/2006/MTGÁS (12 meses) e seu Anexo I (60 dias);

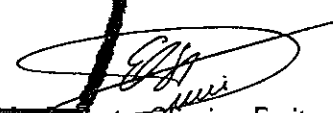
29.2. O Anexo I do Contrato nº 009/2006/MTGÁS prevê antecipação de pagamento dos serviços em 30% do valor total (R\$ 140.000,00) o que corresponde a R\$ 42.000,00, contrariando o art. 62, da Lei 4.320/64;

É o nosso relatório.

Subsecretaria de Controle de Organizações Estaduais da Sexta Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 30 de novembro de 2.006.

  
Marcel Augusto Modesto  
Auditor Público Externo  
CRA/MT 0069

  
Edinete Silva Pereira  
Técnico Instrutivo e de Controle  
TCE/MT 201446-7

  
Gonçalo da Costa Oliveira Freitas  
Técnico Instrutivo e de Controle  
TCE/MT 202338-5

**TCE**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO – 6ª SECEX  
CONSELHEIRO ALENCAR SOARES

Fls 602

Rub.....

PROCESSO: 4.103-3/2006  
INTERESSADO: COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS-MTGÁS  
ASSUNTO: BALANCETES MESES JANEIRO A SETEMBRO/2006  
RELATOR: CONSELHEIRO ALENCAR SOARES FILHO

Senhor Conselheiro,

Tratam os autos de análise das contas mensais referentes aos meses de janeiro a setembro/2006 da MTGÁS, que dispõem sobre a estrutura orçamentário-financeira e resumem em impropriedades relacionadas a aspectos formais e legais, atribuídas aos Diretores-Presidentes e conseqüentes ordenadores de despesas José Carlos Pagot e Helny Paula Campos, considerando que no período intermitente de 01.04.06 a 11.04.06 não foi detectado ato de impropriedade a ser atribuído.

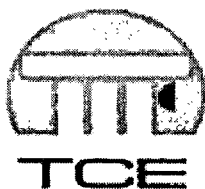
Nesses termos, opino pela notificação e envio do relatório de auditoria para conhecimento das recomendações e manifestação acerca das impropriedades elencadas.

Cuiabá, 11 de dezembro de 2006

  
Ronaldo Ribeiro de Oliveira  
Subsecretário de Controle Externo

De acordo.

  
Murilo Gonçalves Corrêa de Almeida  
Secretário de Controle Externo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

**Gabinete do Conselheiro Alencar Soares**

TCE/MT
Fls. <u>603</u>
Rub. <u>ha</u>

E-mail: gab.alencar@tce.mt.gov.br  
Tel.: (65) 3613-7676/7525/7672

PROCESSO Nº : 4103-3/2006  
INTERESSADO : COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS –MTGÁS  
ASSUNTO : BALANCETES DOS MESES DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2006  
RELATOR : CONSELHEIRO ALENCAR SOARES

**DESPACHO**

Notifiquem-se o **Sr. José Carlos Pagot** e o **Sr. Helny Paula Campos** para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o relatório de inspeção "in loco" dos meses de janeiro a setembro do MTGÁS.

À Coordenadoria de Expediente para expedir os ofícios de notificação, encaminhando-lhes cópia do relatório de fls. 555/602 TC.

Gabinete do Conselheiro Alencar Soares, em 20 / 12 / 2006

  
**Conselheiro Alencar Soares**  
**Relator**

**TCE / MT**  
Coordenadoria de Expediente  
Recebido em 20 / 12 / 2006  
Horas: 13:00  
Ass.: Revisão

**TCE / MT**  
Coordenadoria de Expediente  
EXPEDIU-SE OF. Nº 2006  
Em. 20/01/07  
Ass. Revisão



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso

Coordenadoria de Expediente

Fone: 3613-7574/3613-7572

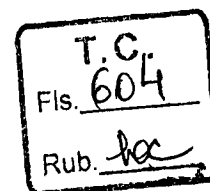
E-mail: [expediente@tce.mt.gov.br](mailto:expediente@tce.mt.gov.br)

Ofício nº 10/2007/TCE-MT/AS

Cuiabá, 09 de janeiro de 2007.

Ref.: Notificação (Artigo 26, Inciso I, da Lei Complementar nº 11, de 18.12.91, combinado com o Artigo 195 do Regimento Interno).

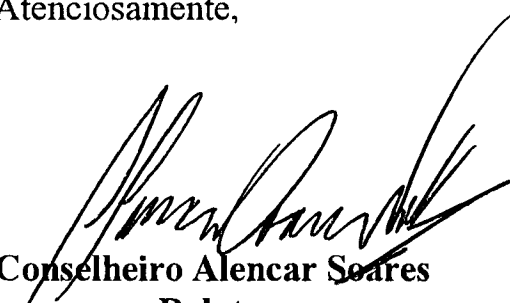
Processo nº 4.103-3/2006-TCE – Balancete do mês de janeiro do exercício de 2006.



Senhor Presidente:

Ao encaminhar a Vossa Senhoria fotocópia do relatório técnico de fls. 555 a 602-TC, referente aos Balancetes dos meses de janeiro a setembro de 2006, da Companhia Matogrossense de Gás, notifico-lhe a fim de que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias contados do seu recebimento, sobre os pontos constantes no mesmo, fazendo consignar em sua resposta o número do citado processo.

Atenciosamente,

  
Conselheiro Alencar Soares  
Relator

Ao Senhor

**Helny Paula Campos**

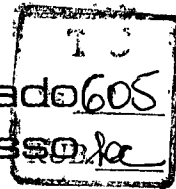
Presidente da Companhia Matogrossense de Gás – MTGÁS – período de  
12-04-2006 a 31-12-2006

**Cuiabá - MT**

Recbi  
Vania  
10/01/07  
**CÓPIA**



Tribunal de Contas do Estado  
de Mato Grosso



Coordenadoria de Expediente  
Fone: 3613-7574/3613-7572  
E-mail: [expediente@tce.mt.gov.br](mailto:expediente@tce.mt.gov.br)

Ofício nº 11/2007/TCE-MT/AS

Cuiabá, 09 de janeiro de 2007.

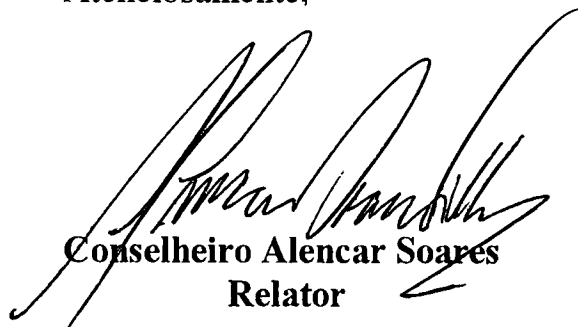
Ref.: Notificação (Artigo 26, Inciso I, da Lei Complementar nº 11, de 18.12.91, combinado com o Artigo 195 do Regimento Interno).

Processo nº 4.103-3/2006-TCE – Balancete do mês de janeiro do exercício de 2006.

**Senhor ex-Presidente:**

Ao encaminhar a Vossa Senhoria fotocópia do relatório técnico de fls. 555 a 602-TC, referente aos Balancetes dos meses de janeiro a setembro de 2006, da Companhia Matogrossense de Gás, notifico-lhe a fim de que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias contados do seu recebimento, sobre os pontos constantes no mesmo, fazendo consignar em sua resposta o número do citado processo.

Atenciosamente,



Conselheiro Alencar Soares  
Relator

Ao Senhor

**José Carlos Pagot**

ex-Presidente da Companhia Matogrossense de Gás – MTGÁS – período de 01-01-2005 a 31-03-2006

Rua Senjão Curvo, nº 396 – Bairro Santa Rosa

**Cuiabá - MT**

F: SETOR/COORD. EXP./OF/11/tes

Méiria Silva Farias  
09-01-007

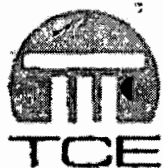
**CÓPIA**

**TERMO DE JUNTADA**

Junta(m)-se nesta data o(s)  
documento(s), protocolizado(s)  
sob o(s) N°. 12947107  
G.C.P. Diligenciados em  
Cuiabá 29 de 05 de 2007

  
Ch G.C.P. Diligenciados





**Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**  
**Coordenadoria de Expediente - Gerência de Protocolo**  
Fones: (65) 3613 7574 / 3613 7572 / 3613 7573



Nº. Protocolo 12947 D

Ano 2007

CUIABÁ-MT, 24/01/2007

**Procedência:** 1117134 COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS

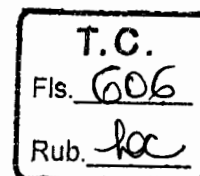
**Principal:** 1117134 COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS

**Assunto:** REQUERIMENTO

**Palavra Chave:** REQUERIMENTO (DOCUMENTO)

**Secundário:**

**Descrição:** SOLICITA PRORROGAÇÃO DE PRAZO REF AO PROCESSO NR 41033/2006



SENHOR ORDENADOR,

OS DOCUMENTOS FORAM APRESENTADOS DE ACORDO COM AS REGRAS ESTABELECIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2005 E NO MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA REMESSA DE DOCUMENTOS AO TCE/MT, ABAIXO INDICADAS, ESTANDO APTOS A SEREM PROTOCOLADOS.

**REQUISITOS OBRIGATÓRIOS**

- FOLHAS NUMERADAS.
- FOLHAS RUBRICADAS.
- ENCAMINHADO ÍNDICE, COM INDICAÇÃO DA PÁGINA EM QUE SE ENCONTRA CADA DOCUMENTO.
- OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICAÇÃO PRECISA DO ASSUNTO OU PROCESSO A QUE SE REFEREM OS DOCUMENTOS.
- OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICAÇÃO DO CPF, RG E ENDEREÇO DO ORDENADOR DA DESPESA.



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

Ofício nº 017/2007/DP/MTGás

Cuiabá (MT), 22 de Janeiro de 2007.

**Ao Excelentíssimo Senhor  
ALENCAR SOARES  
DD Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**

**Assunto: Solicita dilação de prazo para justificativa de contas.  
(Processo 4.103-3/2006 – TCE)**

Por meio do presente, nos dirigimos a Vossa Excelência, para expor e ao final requerer a dilação do prazo para apresentar justificativa das Contas Anuais do Exercício Financeiro de 2006:

*Considerando que por medida de contenção de gasto foi determinado pelo Sr. Governador do Estado do Mato Grosso que os órgãos da administração direta e indireta prestem expediente das 12:00 às 18:00, o que reduz o tempo de atuação dos funcionários da Companhia Mato-grossense de Gás, e a proibição de pagamento de horas extraordinárias em virtude do contingenciamento;*

*Considerando que os funcionários encontram-se auxiliando na justificativa das contas do Exercício Financeiro de 2005, fornecendo cópias e providenciando documentos para o antigo ordenador de despesas.*

*Requer a Vossa Excelência a dilação do prazo para apresentar as justificativas para as Contas do Exercício Financeiro de 2006 da Companhia Mato-grossense de Gás, pelo período de 15 dias, a contar do término do prazo inicialmente concedido.*

Respeitosamente,

  
**Helny Paula Campos**  
**Diretor Presidente**





**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
DE MATO GROSSO**

Missão do Gabinete: Garantir a efetivação do Controle Externo, mediante análises, decisões e julgamentos eficazes, na forma da legislação vigente, visando à excelência das Políticas Públicas.

TCE/MT
Fls. _____
Rub. _____

Gabinete do Conselheiro Alencar Soares Filho  
Tel.: (65) 3613-7672/7676/7525

**Cuiabá, 23 de janeiro de 2007.**

**OF. GAB. AS TCE/nº 007/07**

**Proc. nº 4.103-3/2006**

T.C.
Fls. <u>608</u>
Rub. <u>hac</u>

Em atenção ao Ofício n.º 017/2007/DP/MTGás, venho deferir o pedido de prorrogação de prazo, concedendo-lhe, para tanto 15 **(quinze) dias, a contar de modo continuo a partir do vencimento do primeiro prazo concedido**, para que encaminhe a este Tribunal de Contas as justificativas referente as contas do exercício de 2006, solicitados no referido Processo.

Com as cautelas de estilo subscrevo,

  
**Conselheiro Alencar Soares**  
**Relator - TCE**

Exm. Sr. Helny Paula Campos  
Diretor Presidente da Companhia Mato-Grosso de Gás – (MTGás) .

**TERMO DE JUNTADA**

Junta(m)-se nesta data o(s)  
documento(s), protocolizado(s)  
sob o(s) Nº. 22446/07

G.C.P. Diligenciados em

Cuiabá 12 de 02 de 2007

Harmonio  
Ch G.C.P. Diligenciados



**Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso**  
**Coordenadoria de Expediente - Gerência de Protocolo**  
Fones: (65) 3613 7574 / 3613 7572 / 3613 7573



Nº. Protocolo 22446 D

Ano 2007

CUIABÁ-MT, 09/02/2007

**Procedência:** 1117134 COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS

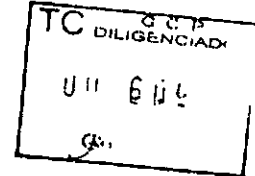
**Principal:** 1117134 COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS

**Assunto:** DOCUMENTACAO (RESPOSTA AOS OFICIOS E JUNTADAS DIVERSAS EM PROCESSOS)

**Palavra Chave:** DOCUMENTACAO (RESPOSTA AOS OFICIOS E JUNTADAS DIVERSAS EM PROCESSOS)

**Secundário:**

**Descrição:** JUSTIFICATIVA REFERENTE PROC NR 41033/2006



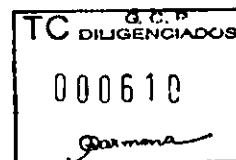
SENHOR ORDENADOR,

OS DOCUMENTOS FORAM APRESENTADOS DE ACORDO COM AS REGRAS ESTABELECIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2005 E NO MANUAL DE ORIENTAÇÃO DA REMESSA DE DOCUMENTOS AO TCE/MT, ABAIXO INDICADAS, ESTANDO APTOS A SEREM PROTOCOLADOS:

**REQUISITOS OBRIGATÓRIOS**

- FOLHAS NUMERADAS.
- FOLHAS RUBRICADAS.
- ENCAMINHADO ÍNDICE, COM INDICAÇÃO DA PÁGINA EM QUE SE ENCONTRA CADA DOCUMENTO.
- OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICAÇÃO PRECISA DO ASSUNTO OU PROCESSO A QUE SE REFEREM OS DOCUMENTOS.
- OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO CONTENDO INDICAÇÃO DO CPF, RG E ENDEREÇO DO ORDENADOR DA DESPESA.

Cuiabá (MT), 08 de Fevereiro de 2007.



*Ao Excelentíssimo Senhor*  
**ALENCAR SOARES**  
*DD Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso*

**Assunto: Encaminha resposta ao Processo TCE 4.103-3/2006**

Por meio do presente estamos encaminhando a Vossa Excelência às repostas para os apontamentos levantados pelos Senhores Auditores do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em inspeção *in loco* realizada na Companhia Mato-grossense de Gás.

Segue em anexo os documentos elencados de 001 a 778, os quais visam instruir e esclarecer as repostas apresentadas.

Outrossim, cumpre informar que por tratarem-se de dois gestores as repostas foram divididas e assinadas individualmente..

Respeitosamente,

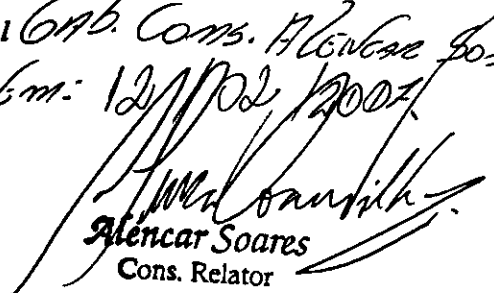
  
Helny de Paula Campos  
Diretor Presidente

Gestor atual

*Despacho:*

*I - Sim 16.56 AO  
PROCESSO de N: 41033/06;  
II - Após a 6:56 ex  
"Mas Analise";*

*Grb. Cons. Alencar Soares  
Em: 12/02/2007.*

  
Alencar Soares  
Cons. Relator

01 - Os empregos e as devidas remunerações dos empregados da MTGÁS não foram criados por Lei e sim por Ata do Conselho de Administração, contrariando o art. 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal.

A criação da MTGÁS foi por expressa disposição do art. 1º da Lei nº. 7.939, de 28 de julho de 2003, deu-se sobre a égide da legislação aplicável as Sociedades por Ação, ou seja, a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conferiu a mesma o caráter de pessoa jurídica de direito privado, pois admitem o lucro e regem-se pelas normas das sociedades mercantis, conforme expresso no art. 173, § 1º, II da Constituição da República Federativa do Brasil.

Deve-se ressaltar que o Conselho de Administração, órgão deliberativo e integrante da Administração da Companhia, definiu os cargos e respectivas remunerações, com expressa autorização do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº. 7.939, de 28 de julho de 2003, o qual determina que: "A Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. A composição, a organização, atribuição, a competência, as normas de funcionamento e demais disposições referentes à Companhia serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, observadas as normas legais que forem aplicáveis".

A ausência de Lei criando os Empregos Públicos destinados a compor o quadro administrativo e operacional da Companhia Mato-grossense de Gás, ocorreu devido a impossibilidade de dimensionar as operações da Companhia na época.

Diante disso houve a necessidade de definirem-se através de Ata do Conselho de Administração os cargos e suas respectivas remunerações, pois diante da necessidade de iniciar-se a distribuição do gás no território do Estado de Mato Grosso, do pouco tempo de criação da Companhia (o que impossibilitava que fossem previstos quais empregos públicos seriam necessários) e da vigência do contrato de concessão nº. 001/2004.

A ausência de Plano de Cargos e Salários que estabelecesse a remuneração dos empregados públicos da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS, devido à impossibilidade de dimensionar as operações da Companhia e definir, através de estudo detalhado, quais seriam os empregos necessários para que desempenhasse suas funções, bem como o valor da remuneração a ser paga aos seus empregados.

Durante o exercício de 2006 a Companhia não tomou a iniciativa de propor ainda criação e regulamentação de seus empregos públicos, pois não foi possível traçar um perfil de todos os funcionários necessários ao bom desempenho da mesma, haja vista, a distribuição de gás natural iniciar-se somente no final do exercício de 2005, inviabilizando no exercício em análise, a proposição de plano de cargos e salários criando e regulamentado os empregos públicos para a Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS.

Nem podemos admitir que fossem criados todos os empregos públicos necessários ao quadro administrativo e operacional, para que fosse iniciado o serviço de distribuição de gás, motivo pelo qual foram os mesmos somente definidos, bem como suas respectivas remunerações pelo Conselho de Administração, para que após o normal funcionamento da Companhia possam os mesmos ser criados e terem suas remunerações estabelecidos por lei, satisfazendo desta forma o dispositivo constitucional que regula a matéria.

02 - A MTGÁS não realizou concurso público para contratação de seus empregados, em desacordo com o inciso II, artigo 37, da Constituição Federal.

A contratação através de concurso público para admissão de servidores da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS, posto que tal princípio é impositivo, inclusive para as

Sociedade de Economia Mista, , não ocorreu no exercício em análise devido a impossibilidade de dimensionar as operações da Companhia na época e a necessidade de contratar profissionais especializados de forma imediata, para que a mesma desempenha-se suas funções.

Nem podemos admitir que fossem criados todos os empregos públicos de imediato necessários ao quadro administrativo e operacional da companhia pelos motivos acima expostos, bem como para que fosse iniciado o serviço de distribuição de gás, (Contrato 01/2004) motivo pelo qual foram os mesmos somente definidos, bem como suas respectivas remunerações pelo Conselho de Administração. Contudo senhor Conselheiro, informamos que após a normalização do funcionamento desta Companhia, de acordo com o plano de expansão e metas, poderão ser definidos esses cargos e respectivas remunerações estabelecidos por lei, satisfazendo desta forma o dispositivo constitucional que regula a matéria.

3 - *Divergência entre o quantitativo de vínculos informados pela Companhia por ocasião da entrega da RAIS, ANO BASE 2005 (28 vínculos) e o constante do lotacionograma (26 vínculos), entregue à nossa equipe, atualizado em 31/12/2005.*

No intuito de esclarecer a divergência existente entre o quantitativo de vínculos informados pela Companhia por ocasião da entrega da RAIS, ano-base 2005, informamos que os dados relativos às quantidades de vínculos informados na RAIS não mantém conexão com a quantidade de funcionários ativos em 31/12/2005 (lotacionograma).

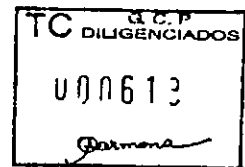
No decorrer do ano houveram demissões/exonerações. Há que se ressaltar ainda, que o Diretor Vice-Presente, pelo fato de exercer função de Secretário de Estado, encontra-se licenciado, conforme documentação entregue a equipe técnica durante a inspeção.

Em razão das demissões/exonerações ocorridas no ano de 2005, foi detectada divergência entre o número de vínculos constantes da RAIS e os constantes no lotacionograma, contudo, a informação é correta e amparada pela legislação.

Devem ser informados na RAIS todos os pagamentos/vínculos efetuados durante o ano-base em análise, estando obrigados a entregar a declaração da RAIS: *os inscritos no CNPJ com ou sem empregados - o estabelecimento que não possuiu empregados ou manteve suas atividades paralisadas durante o ano-base está obrigado a entregar a RAIS Negativa; todos os empregadores, conforme definidos na CLT ; todas as pessoas jurídicas de direito privado, inclusive as empresas públicas domiciliadas no País, com registro, ou não, nas Juntas Comerciais, no Ministério da Fazenda, nas Secretarias de Finanças ou da Fazenda dos governos estaduais e nos cartórios de registro de pessoa jurídica; empresas individuais, inclusive as que não possuem empregados; cartórios extrajudiciais e consórcios de empresas; empregadores urbanos pessoas físicas (autônomos e profissionais liberais) que mantiveram empregados no ano-base; órgãos da administração direta e indireta dos governos federal, estadual ou municipal, inclusive as fundações supervisionadas e entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalização do exercício das profissões liberais; condomínios e sociedades civis; empregadores rurais pessoas físicas que mantiveram empregados no ano-base e filiais, agências, sucursais, representações ou quaisquer outras formas de entidades vinculadas à pessoa jurídica domiciliada no exterior.*

No intuito de melhor esclarecer o fato, Sr. Conselheiro, fazemos juntada da cópia da relação anual de informações sociais – RAIS 2005; Lista de admissões, demissões e alterações de funções ano 2005 e lotacionograma de janeiro de 2006 (Anexo I).





**4 - Ausência do relatório de viagem, contrariando o art. 6º, § 1º, do Decreto nº 1760/97.**

(12) No intuito de esclarecer o ponto suscitado pela Auditoria, foi realizada busca em todos os processos de despesa de viagens, constatando-se que o relatório de vigem relativo a NOB 175026001077 encontrava-se arquivado em outro processo de despesa, por tal motivo não foi apresentado durante o período de auditoria.

Visando dar maior clareza ao procedimento em exame juntamos cópia do relatório de viagem. (Anexo II)

**4.1 - Pagamento de diárias a mais, contrariando o art. 1º, § 1º do Decreto 1.760/97.**

Foi suscitado pela Auditoria, durante a inspeção, o pagamento a maior de meia diária para os Srs. José Carlos Pagot Diretor Presidente à época dos fatos e Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, Diretor Técnico Comercial, conforme NE 17502600008-2 e NE 17502600064-3, respectivamente.

(16) O apontamento da auditoria está fundamentado no fato de que o retorno de ambos os Diretores ocorreu no dia 19 de janeiro de 2006 às 22:10hs, conforme cópia de bilhete de passagem.

Esclarecemos que o horário previsto no bilhete sofreu significativo atraso, conforme declarado pelos Senhores Servidores, devido a problemas na conexão aérea Rio de Janeiro/São Paulo, motivo pelo qual entendeu-se desnecessária a devolução de meia diária, haja vista que os mesmos não chegaram no horário previsto e sim com atraso. (Anexo III)

**4.2 - Ausência do bilhete de passagem aérea, contrariando o art. 8º, § 1º, do Decreto nº 1.760/97.**

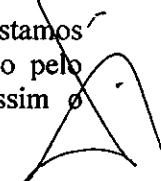
Visando esclarecer o ponto levantado pela auditoria, informamos que o Sr. José Carlos Pagot, à época dos fatos Presidente da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, ausentou-se do País no período de 14 à 16 de março de 2006, conforme Ato nº 9.024/2006 do Sr. Governador do Estado de Mato Grosso.

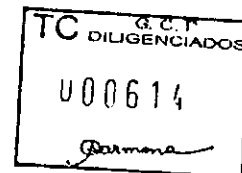
4 A viagem teve como objetivo integrar a comitiva que acompanhou o Senhor Governador do Estado de Mato Grosso em missão oficial à cidade de Lá Paz, capital da República da Bolívia, visando estabelecer contrato de venda e compra de Gás Natural para o Estado de Mato Grosso.

Cumprir informar que juntamente com Sr. Governador e o Ex-Presidente da Companhia Mato-grossense de Gás estiveram outros Secretários de Estados, sendo que a ausência do bilhete de viagem deu-se por que o traslado ocorreu com despesa custeadas pela Casa Civil do Estado de Mato Grosso.

**5 - Não existe o Termo de Responsabilidade dos Bens da filial City Gate assinado pelo Diretor Técnico da Empresa, o que contrariou o art. 95 da lei n.º 4.320/64. (idem ao item 7)**

Visando sanar a falha apontada pela Auditoria do Tribunal de Contas, estamos apresentando o Termo de Responsabilidade dos Bens da Filial City Gate, assinado pelo Diretor Técnico Comercial da Companhia Mato-grossense de Gás, cumprindo assim o disposto no art. 95 da Lei Federal 4.320/64. (Anexo IV)





**6 – Despesas com combustíveis no valor de R\$ 1.256,73 (um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos) gastos com os funcionários Sra. Jully (R\$ 46,13) e o Sr. Márcio (R\$ 1.210,60), contrariando o art. 4º da Lei 4.320/64. (idêntico ao item 8)**

Devido ao pouco tempo de criação da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás e seu escasso aparelhamento à época de sua criação e início da distribuição do Gás Natural, a mesma não dispunha de veículos próprios para o deslocar seus funcionários e assim realizar suas ações.

Visando sanar-se o problema em questão foram alugados dois veículos inicialmente, sendo um deles um FIESTA, destinado ao atendimento dos funcionários do setor administrativo, para deslocarem-se para outros órgãos do Governo; e outro FOCUS destinado às ações da Presidência.

Nesse interím o Departamento Técnico Comercial ficou esteve desprovido de veículo para deslocar-se até os locais necessários ao desempenho de suas funções pertinentes.

Nas datas em que houve fornecimento de combustíveis para veículos particulares, coincidiram com o início o início da operação do Citygate e a distribuição do Gás nos postos de combustíveis, período em que a Companhia dispunha de somente um veículo para atender o pessoal administrativo e técnico/operacional.

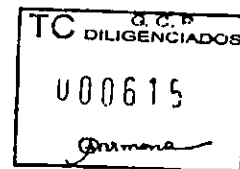
O veículo colocado a disposição dos funcionários estava em constante deslocamento, fosse para os órgãos do Governo com o pessoal administrativo, fosse para visitas de acompanhamento aos vários locais com o pessoal técnico/operacional (engenheiros) onde existiam obras ou *start-up* de equipamentos, nos postos de combustíveis ou no próprio Citygate, localizado a 20 Km da sede da Companhia, conforme constado pelos auditores durante a inspeção *in loco*.

Diante disso, a Diretoria Técnica Comercial ficou desprovida de veículo para atuar nas visitas às empresas para realização de estimativas de mercado de gás existente, possíveis vendas de gás, mapear-se a capacidade do Estado, haja vista, que tais atividades não podiam ser interrompidas, uma vez que o serviço de distribuição de gás estava em seu início e necessitava de divulgação comercial, o que justificou o reembolso do Sr. Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, Diretor Técnico Comercial, pelo combustível gasto nas diversas visitas que o mesmo realizou com seu veículo.

Visando melhor esclarecer o apontamento da auditoria, seguem anexas planilhas detalhando a atuação do Sr. Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, onde são demonstradas a diversas visitas realizadas, o status de cada empresa visitada, a distância percorrida e consumo de combustível necessário para o deslocamento.

Deve destacar-se que se o trabalho realizado pela Diretoria Técnica Comercial fosse realizado por empresa de consultoria na área, os gastos seriam bem mais elevados, portanto, podemos perceber uma economia realizada em prol da administração.

Finalizando, podemos notar pela tabela apresentada pela auditoria, que as despesas com combustíveis e abastecimento em veículos particulares, foram encerradas após a aquisição de dois veículos para a Companhia e a locação de um terceiro, fato que proporcionou o atendimento a todas as Diretorias, demonstrando que os gastos com veículos particulares somente foram realizados devido a ausência de aparelhamento para atender as ações da Companhia.

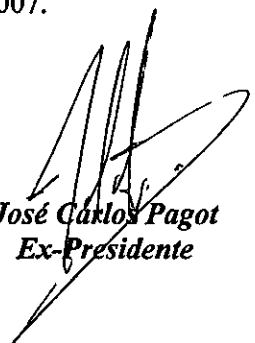


As despesas com combustível, realizadas pela Gerente de Operações e Engenharia Jully Heverly Destefani, ocorreram em razão de treinamento, cujo objetivo foi capacitar os funcionários da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás para agirem diante de uma emergência relacionada com vazamento de gás natural.

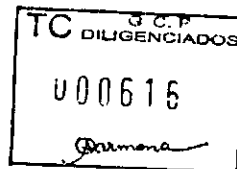
O treinamento foi ministrado pelo Corpo de Bombeiros, sendo que para tanto, foram solicitados 14 litros de diesel e 7 litros de gasolina, conforme CI datada de 19/12/2005 e cupom fiscal datado do dia 20/12/2005.

Em ambos os casos o combustível cedido foi utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, não existindo lesão ao erário público, conforme comprovam os documentos anexos. (Anexo V)

Cuiabá/MT, 08 de janeiro de 2007.



**José Carlos Pagot**  
**Ex-Presidente**



**7 – Não existe o Termo de Responsabilidade dos Bens da filial City Gate, o que contrariou o art. 95 da lei n.º 4.320/64.**

Visando sanar a falha apontada pela Auditoria do Tribunal de Contas, estamos apresentando o Termo de Responsabilidade dos Bens da Filial City Gate, assinado pelo Diretor Técnico Comercial da Companhia Mato-grossense de Gás, cumprindo assim o disposto no art. 95 da Lei Federal 4.320/64.

**8 – Despesas com combustíveis no valor de R\$ 1.256,73 (um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos) gastos com os funcionários Sra. Jully (R\$ 46,13) e o Sr. Márcio (R\$ 1.210,60), contrariando o art. 4º da Lei 4.320/64.**

Devido ao pouco tempo de criação da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás e seu escasso aparelhamento à época de sua criação e início da distribuição do Gás Natural, a mesma não dispunha de veículos próprios para o deslocar seus funcionários e assim realizar suas ações.

Visando sanar-se o problema em questão foram alugados dois veículos inicialmente, sendo um deles um FIESTA, destinado ao atendimento dos funcionários do setor administrativo, para deslocarem-se para outros órgãos do Governo; e outro FOCUS destinado às ações da Presidência.

Nesse Interim o Departamento Técnico Comercial ficou esteve desprovido de veículo para deslocar-se até os locais necessários ao desempenho de suas funções pertinentes.

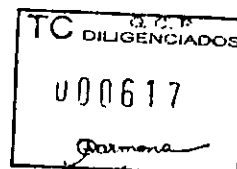
Nas datas em que houve fornecimento de combustíveis para veículos particulares, coincidiram com o início o início da operação do Citygate e a distribuição do Gás nos postos de combustíveis, período em que a Companhia dispunha de somente um veículo para atender o pessoal administrativo e técnico/operacional.

O veículo colocado a disposição dos funcionários estava em constante deslocamento, fosse para os órgãos do Governo com o pessoal administrativo, fosse para visitas de acompanhamento aos vários locais com o pessoal técnico/operacional (engenheiros) onde existiam obras ou *start-up* de equipamentos, nos postos de combustíveis ou no próprio Citygate, localizado a 20 Km da sede da Companhia, conforme constado pelos auditores durante a inspeção *in loco*.

Diante disso, a Diretoria Técnica Comercial ficou desprovida de veículo para atuar nas visitas às empresas para realização de estimativas de mercado de gás existente, possíveis vendas de gás, mapear-se a capacidade do Estado, haja vista, que tais atividades não podiam ser interrompidas, uma vez que o serviço de distribuição de gás estava em seu início e necessitava de divulgação comercial, o que justificou o reembolso do Sr. Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, Diretor Técnico Comercial, pelo combustível gasto nas diversas visitas que o mesmo realizou com seu veículo.

Visando melhor esclarecer o apontamento da auditoria, seguem anexas planilhas detalhando a atuação do Sr. Márcio Antônio de Pádua Guimarães Júnior, onde são demonstradas a diversas visitas realizadas, o status de cada empresa visitada, a distância percorrida e consumo de combustível necessário para o deslocamento.

Deve destacar-se que se o trabalho realizado pela Diretoria Técnica Comercial fosse realizado por empresa de consultoria na área, os gastos seriam bem mais elevados, portanto, podemos perceber uma economia realizada em prol da administração.



Finalizando, podemos notar pela tabela apresentada pela auditoria, que as despesas com combustíveis e abastecimento em veículos particulares, foram encerradas após a aquisição de dois veículos para a Companhia e a locação de um terceiro, fato que proporcionou o atendimento a todas as Diretorias, demonstrando que os gastos com veículos particulares somente foram realizados devido a ausência de aparelhamento para atender as ações da Companhia.

As despesas com combustível, realizadas pela Gerente de Operações e Engenharia Jully Heverly Destefani, ocorreram em razão de treinamento, cujo objetivo foi capacitar os funcionários da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás para agirem diante de uma emergência relacionada com vazamento de gás natural.

O treinamento foi ministrado pelo Corpo de Bombeiros, sendo que para tanto, foram solicitados 14 litros de diesel e 7 litros de gasolina, conforme CI datada de 19/12/2005 e cupom fiscal datado do dia 20/12/2005.

Em ambos os casos o combustível cedido foi utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, não existindo lesão ao erário público.

***9 – Ausência do Plano de Trabalho e Projeto Básico quando da formalização do Contrato de nº 08/2006, o que contrariou o art. 2º, III, da IN nº 04/2003/SAD.***

Houve falha em não elaborar-se o projeto básico para contratação dos serviços da Empresa Igualdade, objeto do contrato nº 008/2006, haja vista, tal ato proporcionar maior clareza e objetividade na contratação, porém a ausência não trouxe prejuízo para o erário público, uma vez que a contratação perdurou somente durante o período em que era realizado certame licitatório visando contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e conservação.

Porém há que se informar que referida Instrução Normativa aplica-se aos Órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional estando, portanto, a Companhia Mato-grossense de Gás fora do alcance da mesma, haja vista ser órgão da Administração Indireta. (Anexo VI)

Informamos Sr. Conselheiro que as novas contratações serão pautadas pela Instrução Normativa Conjunta SAD/SEFAZ/SEPLAN nº 002, de 2 de novembro de 2006, a qual expressamente prevê que os órgãos da administração indireta deverão elaborar plano de trabalho em suas contratações.

*(G)* ***10 – Publicação no DOE dos extratos do Termo Aditivo ao Contrato de nº 05/2006 e do Contrato nº 014/2006 de forma intempestiva, o que o art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.***

Foi solicitado pela Companhia Mato-grossense de Gás - MTGás adesão a Ata de Registro de Preços nº 010/2006, emanada pela Secretaria de Estado de Administração, cujo objeto é o registro de preços para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), originados de terminais fixos e móveis, conforme especificações do edital de Pregão nº 006/2006 e seus anexos.

Após autorização foi celebrado na data de 1º de Setembro de 2006 o contrato Administrativo nº 014/2006, seguindo os termos do Artigo 55 da Lei nº. 8.666/93. A

*B.*

publicação do referido contrato no diário oficial do Estado de Mato Grosso ocorreu em 16 de Outubro de 2006, conforme cópia em anexo (Anexo VII).

Segundo o celebre jurista Marçal Justem Filho em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 10ª Edição, p. 516:

*“A Publicação na imprensa é condição suspensiva da eficácia do contrato. A lei determina que a publicação deverá ocorrer no prazo de vinte dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura. A administração deve promover a publicação dentro desse prazo.” (grifo nosso)*

A celebração do Contrato apontado ocorreu na data de 1º de setembro de 2006, segundo a orientação da doutrina, foi realizada a publicação dentro do prazo legalmente previsto, pois dispunha de prazo até o dia 26 de outubro para realizar a publicação, uma vez que o quinto dia útil do mês seguinte a celebração foi 06/10/2006.

No que tange ao 1º Termo Aditivo ao Contrato 05/2006 há que se reconhecer a falha na publicação do extrato, uma que não foi realizada do prazo legalmente previsto pela Lei.

Contudo a falha não causou prejuízo ao erário público e segundo o celebre jurista Marçal Justem Filho em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª Edição, p. 516:

*“A Publicação na imprensa é condição suspensiva da eficácia do contrato. A lei determina que a publicação deverá ocorrer no prazo de vinte dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura. A administração deve promover a publicação dentro desse prazo. Nada impede que o faça em prazo menor, até mesmo pelo interesse em que os prazos contratuais iniciem seu curso imediatamente. E se o fizer em prazo superior? O descumprimento a esse prazo não vicia a contratação, nem desfaz o vínculo.” (grifo nosso)*

(E) *17 – Os empregos e as devidas remunerações dos empregados da MTGÁS não foram criados por Lei e sim por Ata do Conselho de Administração, contrariando o art. 61, § 1º, II, a, da Constituição Federal.*

A criação da MTGÁS foi por expressa disposição do art. 1º da Lei nº. 7.939, de 28 de julho de 2003, deu-se sobre a égide da legislação aplicável as Sociedades por Ação, ou seja, a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conferiu a mesma o caráter de pessoa jurídica de direito privado, pois admitem o lucro e regem-se pelas normas das sociedades mercantis, conforme exposto no art. 173, § 1º, II da Constituição da República Federativa do Brasil.

Deve-se ressaltar que o Conselho de Administração, órgão deliberativo e integrante da Administração da Companhia, definiu os cargos e respectivas remunerações, com expressa autorização do parágrafo único do artigo 3º da Lei nº. 7.939, de 28 de julho de 2003, o qual determina que: “A Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. A composição, a organização, atribuição, a competência, as normas de funcionamento e demais disposições referentes à

H.

Companhia serão definidas e detalhadas em seu Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, observadas as normas legais que forem aplicáveis".

A ausência de Lei criando os Empregos Públicos destinados a compor o quadro administrativo e operacional da Companhia Mato-grossense de Gás, ocorreu devido a impossibilidade de dimensionar as operações da Companhia na época.

Diante disso houve a necessidade de definirem-se através de Ata do Conselho de Administração os cargos e suas respectivas remunerações, pois diante da necessidade de iniciar-se a distribuição do gás no território do Estado de Mato Grosso, do pouco tempo de criação da Companhia (o que impossibilitava que fossem previstos quais empregos públicos seriam necessários) e da vigência do contrato de concessão nº. 001/2004.

A ausência de Plano de Cargos e Salários que estabelecesse a remuneração dos empregados públicos da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS, devido à impossibilidade de dimensionar as operações da Companhia e definir, através de estudo detalhado, quais seriam os empregos necessários para que desempenhasse suas funções, bem como o valor da remuneração a ser paga aos seus empregados.

Durante o exercício de 2006 a Companhia não tomou a iniciativa de propor ainda criação e regulamentação de seus empregos públicos, pois não foi possível traçar um perfil de todos os funcionários necessários ao bom desempenho da mesma, haja vista, a distribuição de gás natural iniciar-se somente no final do exercício de 2005, inviabilizando no exercício em análise, a proposição de plano de cargos e salários criando e regulamentando os empregos públicos para a Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS.

Nem podemos admitir que fossem criados todos os empregos públicos necessários ao quadro administrativo e operacional, para que fosse iniciado o serviço de distribuição de gás, motivo pelo qual foram os mesmos somente definidos, bem como suas respectivas remunerações pelo Conselho de Administração, para que após o normal funcionamento da Companhia possam os mesmos ser criados e terem suas remunerações estabelecidos por lei, satisfazendo desta forma o dispositivo constitucional que regula a matéria.

*12 – A MTGás não realizou concurso público para contratação de seus empregados, em desacordo com o inciso II, artigo 37, da Constituição Federal.*

A contratação através de concurso público para admissão de servidores da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGÁS, posto que tal princípio é impositivo, inclusive para as Sociedade de Economia Mista, não ocorreu no exercício em análise devido a impossibilidade de dimensionar as operações da Companhia na época e a necessidade de contratar profissionais especializados de forma imediata, para que a mesma desempenha-se suas funções.

Nem podemos admitir que fossem criados todos os empregos públicos de imediato necessários ao quadro administrativo e operacional da companhia pelos motivos acima expostos, bem como para que fosse iniciado o serviço de distribuição de gás, (Contrato 01/2004) motivo pelo qual foram os mesmos somente definidos, bem como suas respectivas remunerações pelo Conselho de Administração. Contudo senhor Conselheiro, informamos que após a normalização do funcionamento desta Companhia, de acordo com o plano de expansão e metas, poderão ser definidos esses cargos e respectivas remunerações estabelecidos por lei, satisfazendo desta forma o dispositivo constitucional que regula a matéria.

B.

- (E) 13 - *Divergências no valor da R\$ 1.381,20 entre o valor da folha de pagamento (R\$ 549.739,06) e o valor empenhado (R\$ 548.312,86). Essa diferença deve-se ao fato de que não foram registrados os pagamentos dos vales transportes e refeições, contrariando o art. 90 da lei 4.320/64.*

O procedimento efetuado está em conformidade com a orientação técnica dada pela SEFAZ - Secretaria de Fazenda, órgão responsável pela gestão contábil e financeira do Estado.

- (E) 14 - *Até a data de 17/11/06, o conselho Fiscal havia analisado apenas os balancetes do primeiro trimestre da Companhia contrariando o disposto no art. 163, VI, da Lei 6.404/76.*

Em atendimento ao inciso VI do artigo 163 da Lei 6.404/76, estamos encaminhando cópia das Atas das Reuniões do Conselho Fiscal realizadas nos 1º, 2º e 3º trimestres, visando esclarecer ponto questionado pela auditoria. (Anexo VIII)

- (E) 15 - *Atraso na devolução de diária, contrariando o art. 9º, parágrafo 1º, do Decreto 1760/97.*

Informamos que o Diretor Presidente, o Sr. Helny Paula Campos foi nomeado em 12/04/06 conforme Diário Oficial publicado em 25/04/06, conforme consta no relatório, página 38, sendo que a diária em análise refere-se a viagem fora do Estado no período de 14 a 16 de março.

Após análise foi constatado que a referida diária refere-se a viagem no período de 15 a 18 de maio de 2006, a qual informamos que o atraso se deu pela adequação/reestruturação da equipe do setor financeiro, pois como é de conhecimento ocorreram no decorrer dos meses de maio de 2006, demissões e admissões, sendo informado ao Servidor a conta para depósito somente em 20/06/06.

- (E) 16 - *Os adiantamentos concedidos não se caracterizam como despesas excepcionais e foram todas realizadas na cidade de Cuiabá, contrariando o art. 68, da Lei 4.320/64 c/c art. 1º e art. 4º, inciso II do Decreto Estadual nº 20/99, uma vez que deveriam ter sido subordinadas ao processo normal de aplicação;*

As despesas realizadas foram necessárias para atender a Diretoria em reuniões, adequações internas de setores, com remanejamento de pessoas no ambiente de trabalho, consertos e reparos de caráter emergencial visando atender às necessidades da Cia MTGAS.

Durante o período em que foram realizada as despesas o SIAG- Sistema de Aquisições Governamentais encontrava-se em implantação e os processos de aquisições tinham como rotina solicitar preço de referência e autorização de compra Direta por processo administrativo à SAD, fato esse de despendia no mínimo de 15 dias úteis.

Levando-se em consideração que as despesas realizadas eram de caráter urgente e necessárias para o bom andamento dos trabalhos administrativos, como por exemplo fez-se necessário executá-las via adiantamento, haja vista o procedimento moroso anteriormente existente.

- 16.1 - *Devolução de adiantamento com atraso, contrariando o artigo 1º, do Decreto 20/99.*

B.



(E) O atraso na devolução dos adiantamentos somente ocorreu pois o Setor Financeiro da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, aguardando orientação da Secretaria da Fazenda sobre como proceder para reconhecer a receita, pois o funcionário responsável pelo adiantamento efetuou o depósito a posterior na conta de arrecadação da Cia MTGAS, trabalharemos para que o incidente não mais ocorra.

**16.2 - Concessão de adiantamentos a Gerente Administrativo e Financeiro, contrariando, portanto, o art. 9º, inciso V, do Decreto nº 20/99;**

(E) Informamos que o Sr. Geraldo Luiz de Araújo ocupa desde sua nomeação em janeiro de 2006, o cargo de *Diretor Administrativo e Financeiro* e não de Gerente conforme afirmado em seu relatório no item E<sub>2</sub>, e que no momento em que foi concedido o adiantamento a Companhia estava em período de adequação/reestruturação da equipe dos setores administrativo, financeiro e jurídico.

Foi exposto para os Senhores auditores por ocasião de sua visita o ocorrido no mês de maio de 2006, demissões e admissões, e por tal motivo foi gerado o adiantamento em nome de um responsável de maior hierarquia dos setores Administrativos e Financeiros, haja vista, não se saber quais dos colaboradores permaneceriam no órgão.

**16.3 - Despesas realizadas em período anterior ao adiantamento, contrariando o artigo 60, Lei 4.320/64;**

As despesas não foram realizadas em período anterior a concessão do adiantamento, pois no mês de fevereiro de 2006 o novo sistema financeiro do Estado de Mato Grosso – FIPLAN foi colocado em prática.

(E) Na ocasião da implantação do novo sistema financeiro foram detectados vários problemas no mesmo, e por tal foi desativado, sendo que todos os pagamentos do período de Janeiro de 2006 a Março de 2006 foram realizados através de ofício, conforme demonstrado no processo.

As NOB DE REGULARIZAÇÃO foram feitas no sistema no decorrer dos meses de abril e maio de 2006, sendo que este processo de adiantamento foi detectado que estava fora do sistema SIAF, somente no final do mês de MAIO/2006 e regularizado na data de 31/05/2006.

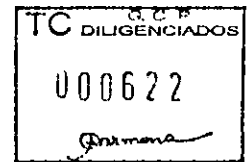
**16.4 - Nota Fiscal sem a discriminação clara da despesa, contrariando o inciso II, artigo 12º, Decreto 20/99;**

(E) Reconhecemos que as referidas notas fiscais deveriam ter melhor clareza na descrição, informamos que trabalharemos na orientação aos servidores que receberem concessão de adiantamento.

**16.5 - Não apresentação da nota fiscal por ocasião da comprovação de despesas com adiantamento, contrariando o artigo 12, Decreto 20/99;**

(E) Os recibos foram emitidos por prestadores de serviços com identificação da razão social, CNPJ e endereço, sendo serviços de cópia de chave, exame médico e compra de jornal com a publicação de demonstrações contábeis.

B:-



Ocorre pois, que alguns prestadores deste serviços dispõe de Nota fiscal no momento da entrega do serviço, tais como, jornaleiro e chaveiro.

Informaremos aos servidores que em hipótese alguma deverão aceitar outro documento de prestação de contas que não seja a nota fiscal.

**16.6 Despesas com manutenção de aquários (R\$120,00), ração para peixe (R\$ 9,00) tortas e chocolates (R\$ 133,00), contrariando o art.4º d Lei 4.320/64;**

O objeto em questão foi cedido a Cia como objeto de decoração, sendo necessário a adequada manutenção do mesmo, sendo danificado por um funcionário posteriormente e retirado da anti-sala de recepção da Diretoria.

A aquisição de material de copa/cozinha não comuns em órgãos do estado ocorreram para atender reuniões da Diretoria da Cia, empresários da área de Gás e representantes de governo, sendo solicitado pela assessoria especial um atendimento diferenciado por questões Comerciais.

**17 - A data da proposta da Empresa BDO Trevisan Auditores Independentes (17/04/06), vencedora do Convite nº 001/2006, é posterior a data da sessão de julgamento (13/04/06).**

Foi realizada licitação na modalidade Convite sob o nº 001/2006, cujo objeto foi contratação de serviços de Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76, nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31/12/05.

Através da Portaria nº 0002/2006, foi nomeada uma Comissão Especial de Licitação, composta por servidores da Secretaria de Indústria e Comércio e Minas e Energia – SICME e servidores da MTGás, com a finalidade de dar transparência e legalidade ao processo licitatório em trâmite.

Foram convidadas empresas com vasta experiência e notória reputação no ramo de Auditoria Independente, com capacidade de desenvolver os trabalhos satisfatoriamente, as quais por não possuírem sede ou filial em Cuiabá, encaminharam via fax os envelopes de habilitação e proposta de preços devidamente lacrados, os quais, sem exceção, foram recebidos antes da data de abertura do Convite.

Após análise por parte da comissão de licitação dos documentos e das propostas apresentadas, foi realizada reunião da comissão de licitação e adjudicando-se o objeto para a Empresa BDO Trevisan por ter apresentado a propostas de menor preço.

Foi apontada, pela auditoria, falha no processo licitatório em questão, pois a data da proposta vencedora diverge da data de abertura dos envelopes, o que com certeza ocorreu por falha humano na confecção da proposta.

A comissão afirmou, conforme ata da reunião, que todos os envelopes foram entregues e recebidos com data anterior à abertura da licitação, e que não houve de forma alguma nenhum vício ou desconformidade com a Lei nº 8.666/93, não causando nenhuma ofensa ao princípio da publicidade e da isonomia.

É importante ressaltar que em vista da evolução das práticas negociais, em que envolvem novos estudos e aprimoramento dos técnicos que executam os serviços é admissível o recebimento das propostas via correio. Se é admissível até mesmo a licitação por via eletrônica (pregão eletrônico), não teria cabimento continuar a insistir na obrigatoriedade da

solução clássica de apresentação dos envelopes no início da sessão, é o entendimento do mestre Marçal Justen Filho.

Ademais, a abertura dos envelopes ocorreu em sessão pública, com ampla divulgação em jornais, aberta à participação não apenas dos licitantes como de quaisquer interessados, em obediência ao **princípio da fiscalização dos contedores** uns dos outros e, mesmo, em relação aos próprios atos da comissão de licitação.

Na oportunidade juntamos demais documentos relativos a contratação em análise (Anexo IX).

**18 - Ausência da publicação dos atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação do Convite nº 001/2006, contrariando o art. 38, XI, Lei 8.666/93 c/c art. 37, Constituição Federal.**

Trata-se de princípio basilar dos procedimentos licitatórios a publicidade dos atos praticados visando dar maior clareza e transparência às contratações da Administração pública, proporcionando desta maneira uma ampla concorrência entre os possíveis participantes.

No caso em tela foi apontada a ausência de publicidade dos atos de homologação e adjudicação no Convite nº 001/2006, o que fere o disposto no art. 38, XI c/c art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Deve-se reconhecer que a publicidade aos atos de adjudicação e homologação do certame licitatório em análise, garantiria maior transparência ao objeto da contratação, porém tais atos foram realizados no corpo do processo.

A falta de publicidade dos atos de adjudicação e homologação foi suprida pela publicidade ao nome do vencedor do certame, fato esse que garantiu a transparência dos atos praticados, não havendo assim lesão ao estatuto licitatório.

Posteriormente, visando ainda atender aos princípios da moralidade e publicidade dos atos administrativos, e o disposto na Lei 8.666/93, foi publicado o extrato do contrato firmado entre as partes, o demonstra a transparência do gestor em suas ações, pois em momento algum foi intenção esconder seus atos.

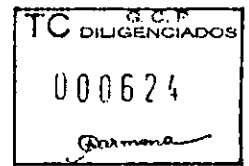
Na oportunidade juntamos demais documentos relativos a contratação em análise (Anexo X).

**19 - Ausência da assinatura das testemunhas no Contrato nº 006/06/MTGds, e Termos aditivos ao Contrato nº 001/2005 e nº 08/2005, demonstrando a não observância ao art. 54, da lei nº 8.666/93.**

Deve ser reconhecido o lapso em não se colher assinatura de duas testemunhas nos termos de contratos e nos termos aditivos destes, aplicando-se assim, supletivamente, a teoria geral dos contratos, conforme dispõe o direito civil.

Contudo, há que se reconhecer a presunção de legitimidade dos atos públicos, pois conforme melhor lição de Hely Lopes Meirelles, in Curso de Direito Administrativo Brasileiro, 25ª Ed., p. 209:

*L.*



“O contrato administrativo regularmente publicado dispensa testemunhas e registro em cartório, pois, como todo ato administrativo, traz em si a *presunção de legitimidade* e vale contra terceiros desde a sua publicação.” (grifo no original)

Por outro lado todo o processo, em ambos os casos citados, encontra-se correto obedecendo aos preceitos previstos em lei e os princípios constitucionais que regem a matéria de licitações e contratos administrativos, não existindo assim lesão ao art. 54 da Lei de Licitações, pois nas célebres palavras do Jurista Marçal Justen Filho, in Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 10ª Ed., p. 480:

“A aplicação dos princípios de direito privado (acerca de matéria contratual) far-se-á sempre supletivamente. Vale dizer, somente serão aplicáveis quando inexistir solução emanada dos princípios de direito público. Bem por isso, a vigência do Código Civil de 2002 produziu efeitos não tão significativos em relação à contratação administrativa. Ainda estão por ser avaliados, em termos mais exatos, os dispositivos da Lei nº 8.666 afetados pelo diploma.”

Outrossim, Sr. Conselheiro informamos que na próximas contratações da Companhia Mato-grossense de Gás será observada a assinatura de duas testemunhas, visando dar maior veracidade e publicidade ao ato.

***20 - Ausência das publicações dos termos de adesões aos registros de preços da SAD, contrariando o artigo 37, CF.***

Durante o exercício financeiro de 2006 a Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, visando proporcionar maior economia ao Estado de Mato Grosso, aderiu a diversas Atas de Registro de Preço registrada pela Secretaria de Administração do Estado.

As adesões realizadas pela Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás não foram publicadas por não existir previsão na Lei de Licitações 8.666/93, que determine que sejam feitas publicações as adesões a registros de preços.

Visando solucionar o impasse existente devido a ausência de legislação vigente sobre o assunto, o Governo do Estado de Mato Grosso através da Instrução Normativa Conjunta SAD/SEFAZ/SEPLAN nº 002, de 29 de novembro de 2006, em seus art. 6º determinou:

(i)

“Art. 6º - Cabe ao gerenciador da ata de registro de preços a guarda dos processos licitatórios que resultou no registro de preços, cabendo-lhe a apresentação aos órgãos de controle interno e externo quando solicitado, tornando-se, portanto, desnecessária a juntada pelos órgãos/atendimentos adesos, da cópia desses processos em seu procedimento de adesão, bem como a publicação da adesão.” (grifo nosso)

*J.B.*

Há que se ressaltar, que os procedimentos de adesões a registro de preços são avaliados pela Secretária de Administração do Estado, o qual controla o sistema de registro de preços.

Por outro lado, os contratos oriundos das atas de registro de preço são regularmente publicados, conforme determina o estatuto licitatório, em forma de extratos, fato esse que torna público as contratações/adesões.

**21) - Constatamos nas fatura de telefonia celular, o uso de serviços que não fazem parte do Contrato nº 007/2006 no valor de R\$ 156,79, o que contraria o princípio da economicidade.**

Houve equívoco por parte dos funcionários que eram responsáveis pela guarda e utilização de celulares, pois não atentaram que o custo dos serviços utilizados estavam fora da Ata de Registro de Preços da Secretaria de Administração.

Doravante foi tomada medida no sentido de orientar os funcionários que estão com a guarda e utilização de celulares cedidos pela Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, para que sejam utilizados somente os serviços constantes nas Atas de Registro de Preço, que se encontram a vigência no Estado como relação aos serviços de telefonia.

**22) - Pagamento de multa e juros no valor de R\$ 29,67 equivalentes a 1.13 UPFMT, despesa não prevista no orçamento, contrariando o art. 4º da Lei 4.320/64.**

Há que se reconhecer que houve o pagamento após a data de vencimento da fatura 23.622, o qual ocorreu no dia 26/05/2006.

Contudo há que se informar que todo o processo de pagamento foi realizado no prazo previsto para o vencimento, pois o empenho, como pode se perceber foi realizado no dia 23/05 e a NOB para pagamento foi emitida e entregue no Banco no dia 25/05, porém a compensação ocorreu somente no dia 26/05, não havendo motivo para responsabilizar-se a Companhia pelo pagamento da multa, uma vez que a mesma não deu causa ao atraso no pagamento, haja vista há ocorrência de problemas na transferência de arquivo para pagamento, realizado pela Secretaria de Fazenda.

Visando elucidar tal situação será encaminhado ofício ao Banco do Brasil para apurar-se qual o motivo para não compensação da fatura no prazo legal para o seu pagamento, bem como fazemos juntada de documentos comprovando o alegado (Anexo XI).

**23) - Ausência do processo de despesa com telefonia celular, no valor de R\$ 1.796,75, o que demonstra falha no controle interno, contrariando o art. 76, lei 4.320/64 c/c art. 74, da Constituição Federal.**

(E) Com a finalidade de sanar a irregularidade apontada pela Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso apresentamos o processo de despesa, uma vez o mesmo não pode ser apresentado na ocasião da auditoria por estar o mesmo arquivado em local diverso do que deveria. (Anexo XII)

**24) - Ausência do contato original, do seu 1º termo aditivo, publicado do extrato do contrato com a CEMAT, contrariando o art. 65 da Lei nº 8.666/93, pela não apresentação da justificativa do termo aditivo e o art. 37, da Constituição Federal, pela não publicidade.**

R.

Visando esclarecer a falha apontada pela Auditoria do Tribunal de Contas do Estado apresentamos o contrato original de fornecimento de energia nº 0690/AJU/2005, bem como seus 1º e 2º Termo Aditivo.

A publicação do 1º termo aditivo deu-se de forma intempestiva, porém visando sanar a falha foi realizada na data de 31/01/2007 (Anexo XIII).

Contudo a falha não causou prejuízo ao erário público e segundo o celebre jurista Marçal Justem Filho em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativo, 10ª Edição, p. 516:

*“A Publicação na imprensa é condição suspensiva da eficácia do contrato. A lei determina que a publicação deverá ocorrer no prazo de vinte dias, contados do quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura. A administração deve promover a publicação dentro desse prazo. Nada impede que o faça em prazo menor, até mesmo pelo interesse em que os prazos contratuais iniciem seu curso imediatamente. E se o fizer em prazo superior? O descumprimento a esse prazo não vicia a contratação, nem desfaz o vínculo.” (grifo nosso)*

A ausência de justificativa foi corrigida, pois em data de 22 de janeiro de 2007, foi elaborada pela Diretoria Técnica e Comercial juntamente com o Departamento Jurídico a devida justificativa para o 1º Termo aditivo, a qual é juntada a documentação anexa e em síntese apresenta como motivo para a assinatura do mesmo o previsto no parágrafo 1º da Cláusula Terceira o ajuste da demanda seria feito durante um período de teste, correspondente aos três primeiros ciclos consecutivos e completos de faturamento e as eventuais alterações na demanda deveria ser solicitadas pelo consumidor, por escrito, no prazo de até 5 dias úteis após a data de apresentação da última fatura do período de teste.

Decorrido o prazo foi solicitado a prorrogação do período de teste até o mês 03/2006, para que fosse melhor apurado a melhor demanda. Visando o melhor desempenho das atividades da Companhia conclui-se pela redução da demanda contratada na Unidade Consumidora de 545KV para 210KV, conforme solicitado pelo Senhor Acelino Capistrano Pereira Neto através de ofício dirigido a REDE CEMAT.

De modo geral as alterações realizadas tinham como objetivo principal o melhor desempenho da Companhia, adequando a demanda de energia fornecia a real necessidade de consumo.

As alterações foram promovidas por termo aditivo, conforme determina do estatuto licitatório, não causando nenhum dano ao erário público.

***23- Ausência da justificativa do Termo Aditivo ao Contrato com as Empresas CEMAT e Centro Oeste Gás e Serviços Ltda, contrariando o art. 65 da Lei 8.666/93.***

A ausência de justificativa foi corrigida, pois em data de 22 de janeiro de 2007, foi elaborada pela Diretoria Técnica e Comercial juntamente com o Departamento Jurídico a devida justificativa para o 1º Termo aditivo, a qual é juntada a documentação anexa e em síntese apresenta a alteração da Cláusula 1.1.11 do contrato celebrado, que define a Fase de Comissionamento do Contrato de Fornecimento de Gás Ltda entre a Centro Oeste Gás e

*B.*

Serviços Ltda e Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, a qual consiste no período em que há Comissionamento do Contrato de Fornecimento de Gás Ltda estaria fornecendo gás à Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás de forma provisória e não firme. (Anexo XIII)

A existência/alteração deste período se fez necessário devido à instabilidade político/regulatória/institucional que a Bolívia atravessava à época do início de operação da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, o que impossibilitava a contratação de volumes adicionais de gás na Bolívia com os produtores locais, haja vista os mesmos não estavam dispostos a assumir riscos adicionais.

Com o novo governo, o qual posteriormente publicou um decreto de nacionalização, foi caracterizada uma transformação no mercado e gás natural da Bolívia que, todavia, continua em fase de adequação a novas regras e assinatura de novos contratos. Durante esse período, a alternativa vislumbrada para dar continuidade do fornecimento de Gás Natural foi a dilatação da Fase de Comissionamento.

No que tange ao 2º termo aditivo ao contrato da REDE CEMAT houve alteração em algumas cláusulas do contrato original, as quais: alteração do horário de ponta, haja vista o antigo horário de ponta ser menos rentável as atividades da Companhia; alteração do CNPJ da Companhia, uma vez que no contrato original foi celebrado o contrato com a matriz da Companhia e a alteração transferiu o contrato para a filial; alteração da cláusula relativa às dotações orçamentárias, pois a época da celebração do contrato original a dotação orçamentária 2007 natureza de despesa 3390.3900, fonte 240, sendo alterada para dotação orçamentária 17502.2007.0600 natureza da despesa 3390.3900, fonte 246. (Anexo XIII)

**26 – Ausência de justificativa para a contratação do Instituto ARCO, Contrato nº 009/2006/MTGás, fere o art. 26, § 2º, da Lei 8.666/93. (idem ao item 29)**

A ausência de documento específico justificando a contratação do Instituto ARCO para realização de estudo de impacto ambiental é perfeitamente suprida pela solicitação do Sr. Diretor Técnico Comercial, a qual consta do processo.

Em sua solicitação o Diretor Técnico Comercial motiva a contratação de empresa apta a elaborar programa de controle ambiental, “tendo em vista a necessidade de elaborar estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios para a autorização de execução do projeto dos primeiros 54 Km de tubulação, contando com duas estações de redução de pressão”.

Embora o ato tenha sido praticado em conjunto com a solicitação para contratação, foi perfeitamente suprida a justificativa (motivação) para contratação, a qual seria o estudo do impacto ambiental causado pela construção dos primeiros 54 Km de tubulação.

A justificativa (motivação) é perfeitamente plausível, pois a necessidade de contratar-se empresa especializada na elaboração de estudo do impacto ambiental causado pela construção do gasoduto, visa atender ao termo de referência elaborado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente – Fundação Estadual do Meio Ambiente, o qual versa sobre “licenciamento de atividade de transporte, distribuição do gás natural canalizado e construção, ampliação e operação de unidades de compressão e distribuição de GNC no Estado de Mato Grosso”.

A Lei de Licitações em seu art. 26, II, estabelece que o processo de dispensa ou inexigibilidade deve ser instruído com a razão da escolha do fornecedor ou executante.

Visando melhor elucidar o ponto levantado pela Auditoria, o Instituto Arco foi contratado devido a sua larga experiência no mercado de trabalho, conforme podemos

*B:-*

perceber pelo atestado de capacidade técnica apresentando na documentação solicitada para contratação.

Por outro lado, foi perfeitamente justificado o motivo pelo qual foi contratado o Instituto Arco, no parecer jurídico constante no processo de dispensa de licitação, haja vista que "a empresa contratada foi escolhida por ser uma instituição sem fins lucrativos, de grande notoriedade e seriedade no desenvolvimento de pesquisa qualitativa descritiva no mercado empresarial de Cuiabá, oferecendo profissionais com larga experiência nesta modalidade".

Foi juntado aos autos do processo de dispensa os currículos dos profissionais responsáveis pela elaboração do trabalho contrato, os quais detêm larga experiência na área de atuação ambiental estando, portanto, plenamente habilitados para o serviço objeto da dispensa.

Segue em anexo documentação relativa a contratação. (Anexo XIV)

***27 – No período de 09/11/2005 a 04/01/2006 em que ficou sem Diretor Administrativo e Financeiro, o Gerente Financeiro Senhor Flávio Alexandre Taques da Silva respondeu pelos atos financeiros juntamente com o Presidente. Mas não existe nenhum documento designando-o como Diretor Financeiro.***

Ressaltamos que o Coordenador Financeiro só assinou as Ordens bancárias no período em que o cargo de Diretor Administrativo Financeiro ficou vago, considerando que o mesmo foi exonerado em 15/08/2005 e seu substituto foi nomeado em 05/09/2005, conforme documentos fornecidos na ocasião da auditoria. **Porém esse fato não mais se repetiu, Senhor Conselheiro.** Apesar da estrutura da Companhia ainda não ser a ideal, buscamos com a orientação da Auditoria Geral do Estado AGE - MT, estabelecer a segregação de funções nos processos de trabalho, pois acreditamos que a adoção deste princípio garante maior confiabilidade no resultado das ações e conseqüentemente maior segurança ao gestor na tomada de decisões.

Durante o período apontado no relatório o Senhor Flávio Alexandre Taques da Silva somente assinou os atos financeiros em conjunto com o Sr. Diretor Presidente José Carlos Pagot, por ser necessário, para pagamentos no Estado, que assinem conjuntamente o ordenador de despesas e o responsável pelo setor financeiro.

A época do não havia Diretor Administrativo e Financeiro respondendo pelo setor financeiro da Companhia Mato-grossense de Gás, pois devida a saída do anterior e a demora na nomeação por parte do Conselho de Administração foi necessário que o Sr. Flávio Alexandre Taques da Silva assinasse conjuntamente com o Sr. José Carlos Pagot, Diretor Presidente à época dos fatos, para que assim fossem realizados os pagamentos.

Há que se salientar-se que o Sr. Flávio Alexandre Taques da Silva limitou-se assinar somente NOBs para que os pagamentos fossem efetivados, porém os demais atos que ensejariam as funções de Diretor Administrativo Financeiro não foram preenchidos pelo mesmo, o que não caracterizou sua investidura na função sem nomeação.

***28 – Cabe informar que a última alteração do Estatuto data de 29 de dezembro de 2004 e registrada na junta comercial em 12 de janeiro de 2005, e nesta alteração do estatuto continua o capital de R\$ 300.000,00. Portanto, apesar de ter aumentado o capital para R\$ 3.000.000,00, o Estatuto não foi alterado.***

R:



Em atendimento ao artigo 5º C/C com artigo 12 da Lei 6.404/76, está sendo providenciada a alteração do Estatuto Social da Companhia, restando somente o registro do mesmo na Junta Comercial, fato este que ainda não ocorreu por estar fechado o sistema de pagamentos do Estado.

Não foi e nunca será intenção deste gestor deixar de observar os preceitos legais que regem as Sociedades Anônimas, como é o caso da Companhia Mato-grossense de Gás - MTGÁS. Desta forma, quando detectada a pendência foram envidando todos os esforços para regularizá-la o mais rápido possível sem causar nenhum transtorno para a Companhia e seus acionistas, uma vez que a alteração do estatuto social, no que tange ao capital é competência da Assembléia de Acionista.

**29 - Ausência de justificativa para a contratação do Instituto Arco, Contrato nº 009/2006/MTGás, fere o artigo 26, parágrafo 2º da Lei 8.666/93.**

A ausência de documento específico justificando (motivando) a contratação do Instituto ARCO para realização de estudo de impacto ambiental é perfeitamente suprida pela solicitação do Sr. Diretor Técnico Comercial, a qual consta do processo.

Em sua solicitação o Diretor Técnico Comercial motiva a contratação de empresa apta a elaborar programa de controle ambiental, "tendo em vista a necessidade de elaborar estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios para a autorização de execução do projeto dos primeiros 54 Km de tubulação, contando com duas estações de redução de pressão".

Embora o ato tenha sido praticado em conjunto com a solicitação para contratação, foi perfeitamente suprida a justificativa (motivação) para contratação, a qual seria o estudo do impacto ambiental causado pela construção dos primeiros 54 Km de tubulação.

A justificativa (motivação) é perfeitamente plausível, pois a necessidade de contratar-se empresa especializada na elaboração de estudo do impacto ambiental causado pela construção do gasoduto, visa atender ao termo de referência elaborado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente – Fundação Estadual do Meio Ambiente, o qual versa sobre "licenciamento de atividade de transporte, distribuição do gás natural canalizado e construção, ampliação e operação de unidades de compressão e distribuição de GNC no Estado de Mato Grosso".

A Lei de Licitações em seu art. 26, II, estabeleceu que o processo de dispensa ou inexigibilidade deve ser instruído com a razão da escolha do fornecedor ou executante.

Visando melhor elucidar o ponto levantado pela Auditoria, o Instituto Arco foi contratado devido a sua larga experiência no mercado de trabalho, conforme podemos perceber pelo atestado de capacidade técnica apresentando na documentação solicitada para contratação.

Por outro lado, foi perfeitamente justificado o motivo pelo qual foi contratado o Instituto Arco, no parecer jurídico constante no processo de dispensa de licitação, haja vista que "a empresa contratada foi escolhida por ser uma instituição sem fins lucrativos, de grande notoriedade e seriedade no desenvolvimento de pesquisa qualitativa descritiva no mercado empresarial de Cuiabá, oferecendo profissionais com larga experiência nesta modalidade".

Foi juntado aos autos do processo de dispensa os currículos dos profissionais responsáveis pela elaboração do trabalho contrato, os quais detêm larga experiência na área de

B:

atuação ambiental estando, portanto, plenamente habilitados para o serviço objeto da dispensa.

Segue em anexo documentação relativa a contratação. (Anexo XIV)

***29.1 - Divergência entre os prazos de vigência do Contrato nº 009/2006/MTGás (12 meses) e seu Anexo I (60 dias).***

Foi celebrado Contrato sob o nº 009/06 com o Instituto de Desenvolvimento, Ambiental, Social, Empresarial e Público – ARCO, cujo objeto é a prestação de serviços de provimento de soluções para as áreas tributária, administrativa, contenciosa, ambiental, financeira, desenvolvimento, recursos humanos, consultoria, capacitação e de sugestões para o equacionamento de contingências diversas.

Através da emissão da Ordem de Serviço nº 01 de 25 de Maio de 2006 foram solicitados os serviços de elaboração de estudos para execução de Programa de Controle Ambiental, Programa de Degradação Ambiental conjugados com outros estudos de Impacto Ambiental e suas alternativas, com prazo de entrega de 60 (sessenta) dias, haja vista a necessidade dos mesmo.

É importante esclarecer que o Contrato em questão tem seu prazo de vigência **de 12 (doze) meses**, conforme Cláusula Oitava – item 8.1, mas a Ordem de Serviço assinada em 25/05/06, cujo objeto é específico para elaboração de **estudos ambientais**, tem o seu prazo de entrega de 60 (sessenta) dias.

Desta forma, entendemos que não há divergência entre o Contrato nº 009/06 e a Ordem de Serviço nº 01, pois no Contrato a vigência é de 12 meses para o objeto geral do contrato e na Ordem de Serviço nº 01 estabelece a entrega dos projetos e estudos ambientais necessários para a autorização da execução do projeto dos primeiros 54 km de tubulação para a passagem do gasoduto no Distrito Industrial, tem previsão de entrega de 60 dias. O contrato poderá distinguir diversos eventos com prazos definidos, podendo considerar-se como distintos os momentos da conclusão, da entrega e do recebimento definitivo.

Segue em anexo documentação relativa a contratação. (Anexo XIV)

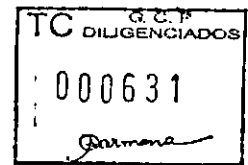
***29.2 - O Anexo I do Contrato nº 009/2006/MTGás prevê antecipação de pagamento dos serviços em 30% do valor total (R\$ 140.000,00) o que corresponde a R\$ 42.000,00, contrariando o artigo 62, da Lei 4.320/64.***

Trata-se de pagamento 30% do valor total do contrato, a título de avença, onde se executará os serviços contratados mediante adiantamento pecuniário, em razão das despesas iniciais com a vinda da equipe técnica multidisciplinar, a qual será responsável tecnicamente pelos resultados apresentados, composta de engenheiros e especialistas que não residem nesta cidade (cópia do curriculum dos engenheiros – doc. anexo), bem como os gastos com a estadia e manutenção.

Os serviços contratados consistem na elaboração de estudos de Impacto Ambiental e de suas alternativas, contendo programa de controle ambiental, programa de degradação ambiental, diagnóstico ambiental da área de influência, síntese dos resultados preliminares dos estudos e propostas para acompanhamento e monitoramento dos impactos.

Esses projetos são essenciais para autorização da execução do projeto dos primeiros 54 km de tubulação para a passagem do gasoduto no Distrito Industrial, que fornecerá gás natural canalizado para as empresas desta região.

R:



Por fim, a antecipação de pagamento pode revelar-se, no caso concreto, como a única solução que atende ao interesse público. A MTGás tinha à época o recurso disponível e não sofreu prejuízo algum, haja vista a entrega dos projetos ambientais contratados no prazo determinado (anexo cópia dos trabalhos).

O TCU tem reconhecido à possibilidade da adoção do pagamento antecipado. Como consta de uma decisão:

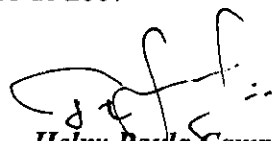
“Quanto ao pagamento antecipado, forçoso reconhecer que ele não é vedado pelo ordenamento jurídico. Em determinadas situações ele pode ser aceito. Mas esta não é a regra. Ordinariamente o pagamento feito pela Administração é devido somente após o cumprimento da obrigação pelo particular... Julgo mais adequado condicionar a possibilidade de pagamento antecipado à existência de interesse público devidamente demonstrado.” (Acórdão 1.442/2003 – Plenário, rel. Min. Marcos Vilaça).

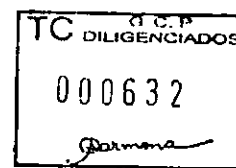
Havia a época a necessidade de se realizar os estudos para que assim pudessem ser iniciados os trabalhos de construção da rede de distribuição de Gás Natural no Estado de Mato Grosso e dessa forma cumprir com a atividade fim para qual foi criada a Companhia Mato-grossense de Gás.

O estudo se fez necessário, uma vez que é necessário (imperativo) prever o impacto que o vulto de tal obra causará no meio ambiente, e sendo a Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, um Sociedade de Economia Mista, órgão da Administração Indireta do Estado deve estar sempre preocupada com o meio ambiente

Segue em anexo documentação relativa a contratação. (Anexo XIV)

Cuiabá/MT, 08 de fevereiro de 2007

  
**Helny Paula Campos**

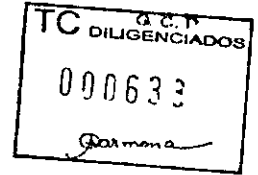


## Anexo – I

Referente ao item 3 – Divergência entre o quantitativo de vínculos informados pela Companhia por ocasião da entrega da RAIS, ANO BASE 2005 (28 vínculos) e o constante do lotacionograma (26 vínculos), entregue à nossa equipe, atualizado em 31/12/2005.

**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

Relação Anual de Informações Sociais - RAIS  
Protocolo de Transmissão de Arquivo  
Ano-base 2005



CREA: 590500372127

Quantidade de estabelecimentos ..... 1  
Quantidade de vínculos ..... 28

Identificação do primeiro estabelecimento do arquivo:

CNPJ/CEI: 06.023.921/0001-56

Razão Social: MT GAS COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS

Atenção: Os Recibos de Entrega das declarações serão disponibilizados para impressão, 15 dias após a transmissão do arquivo, nos endereços eletrônicos: [www.rais.gov.br](http://www.rais.gov.br) e [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) - opção 'Impressão de Recibo'.

O número do CREA constante neste protocolo, será imprescindível para a impressão do recibo pela Internet.

Arquivo recebido via Internet  
em 08/03/2006 às 12:16

2393785227

528A.6D30.FB97.E4DB.FDD2.0EE7.FF58.B193

CNPJ/CEI

06.023.921/0001-56

CEI/Vinculado

Razão Social

MT GAS COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS

Qtde Vínculos

28

Data Encerramento

Rejane M. de O. Garcia Leite  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás

# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDR AIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326

TC	D.C.P.
DILIGENCIADOS	
000634	
<i>Barbara</i>	

### ESTABELECIMENTO

Inscrição no CNPJ/CEI	Prefixo CEI Vinculado	Para uso da empresa	Ano das Informações
06.023.921/0001-56	00		2005
Nome/Firma/Razão Social			
MT GAS COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GAS			
Logradouro(rua,avenida,praça...)			
AV RUBENS DE MENDONCA			
Complemento	Bairro		Número
7 ANDAR	JD ACLIMACAO		2254
Código	Município	UF	CEP
51-03403	CUIABA	MT	78050-000
Atividade Econômica	Natureza Jurídica	Porte	Telefone
51.51-9	203-8	Outros	(65) 3642-4423
PAT Vinc > 5 SM Vinc <=5 SM	Serv. Proprio Adm Cozinha Ref	Convênio Ref Transp Cesta Alim Alim Conv	Optante Simples
Não	000%	000%	Não
Contribuição Sindical		Contribuição Associativa	Total de Vínculos
CNPJ	Valor Total	CNPJ	28
	0,00		
Contribuição Assistencial		Contribuição Confederativa	
CNPJ	Valor Total	CNPJ	
	0,00		

### VÍNCULOS

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
126.30739.40.8	MARCIA COSTA DOS SANTOS SOUZA	16
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
08/03/1974	8 Não F 10	7 860.689.701-91
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
01/04/2004	2 900,00 1	44 411005 10 Não 0,00
Janeiro	Horas	Fevereiro
700,00	220	700,00
Março	Horas	Abri
700,00	220	700,00
Maio	Horas	Junho
700,00	220	700,00
Julho	Horas	Agosto
700,00	220	700,00
Setembro	Horas	Outubro
700,00	220	900,00
Novembro	Horas	Dezembro
900,00	220	900,00
Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
11 - 450,00	12 - 450,00	00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
Valor Total	Valor Total	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

4

Classificação : Para uso da empresa

TC <sup>Q.C.P.</sup>  
DILIGENCIADOS  
000635  
*Parrera*

Inscrição CNPJ/CEI: 06.023.921/0001-56	Prefixo CEI Vinculado 00	Para uso da empresa	Ano das informações 2005
---	-----------------------------	---------------------	-----------------------------

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor							Para uso da empresa			
126.98487.40.4	KARINA OLIVEIRA MIRANDA							17			
Data Nascimento	Raça/Cor	Deficiente	Sexo	Nacionalidade	Ano de Chegada		Instrução	CPF	Carteira de Trabalho		
01/10/1978	9	Não	F	10			9	697.636.901-53	00077560011		
Data Admissão	T. Adm	Sal. Contratual	T.S.Contr.		Horas	CBO	Vínculo	Alvará	Desligamento	Aviso Prévio	
14/04/2004	2	2450,00	1		44	410105	10	Não		0,00	
Janeiro	Horas	Fevereiro	Horas	Março	Horas	Abri	Horas	Maio	Horas	Junho	Horas
1.400,00	220	1.400,00	220	1.400,00	220	1.400,00	220	2.450,00	220	2.450,00	220
Julho	Horas	Agosto	Horas	Setembro	Horas	Outubro	Horas	Novembro	Horas	Dezembro	Horas
2.450,00	220	2.450,00	220	2.450,00	220	2.450,00	220	2.450,00	220	2.450,00	220
Salário Adiantamento		13.Salário Parcela Final		Cód Prim Afas		Início Prim Afas		Final Prim Afas			
- 1225,00		12 - 1225,00		00		00/00		00/00			
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas		Cód Ter Afas		Início Ter Afas		Final Ter Afas		Qtde Dias Afas	
00	00/00	00/00		00		00/00		00/00		000	
Banco de Horas		Dissídio Coletivo				Outras Gratificações		Férias Indenizadas		Multa FGTS	
Valor Total	Competência	Valor Total	Competência		Valor Total	Competência		Valor Total	Valor Total		
0,00	00	0,00	00		0,00	00		0,00	0,00		
Contribuição Sindical		Contribuição Associativa 1				Contribuição Associativa 2					
CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total		CNPJ	Valor Total					
	0,00		0,00			0,00					
Contribuição Assistencial		Contribuição Confederativa				Local de Trabalho					
CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total		Código						
	0,00		0,00		00-00000						

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor							Para uso da empresa		
124.16452.33.0	REJANE MARIA DE OLIVEIRA GARCI							18		
Data Nascimento	Raça/Cor	Deficiente	Sexo	Nacionalidade	Ano de Chegada		Instrução	CPF	Carteira de Trabalho	
05/07/1976	9	Não	F	10			7	782.565.261-49	00924700009	
Data Admissão	T. Adm	Sal. Contratual	T.S.Contr.	Horas	CBO	Vínculo	Alvará	Desligamento	Aviso Prévio	
03/05/2004	2	2450,00	1	44	410105	10	Não		0,00	
1.400,00	Horas	Fevereiro	Horas	Março	Horas	Abri	Horas	Maio	Horas	Junho
220	1.400,00	220	1.400,00	220	1.400,00	220	1.400,00	220	1.400,00	220
Julho	Horas	Agosto	Horas	Setembro	Horas	Outubro	Horas	Novembro	Horas	Dezembro
1.400,00	220	1.400,00	220	1.400,00	220	2.450,00	220	2.450,00	220	2.994,44
13.Salário	Adiantamento		13.Salário		Parcela Final		Cód Prim Afas		Início Prim Afas	
11	-	1225,00	12		-	1225,00	00		00/00	
Cód Seg Afas	Início Seg Afas		Final Seg Afas		Cód Ter Afas		Início Ter Afas		Final Ter Afas	
00	00/00		00/00		00		00/00		00/00	
Banco de Horas		Dissídio Coletivo			Outras Gratificações			Férias Indenizadas		Multa FGTS
Valor Total	Competência		Valor Total	Competência		Valor Total	Competência		Valor Total	Valor Total
0,00	00		0,00	00		0,00	00		0,00	0,00
Contribuição Sindical			Contribuição Associativa 1			Contribuição Associativa 2				
CNPJ	Valor Total		CNPJ	Valor Total		CNPJ	Valor Total			
	0,00			0,00			0,00			
Contribuição Assistencial			Contribuição Confederativa			Local de Trabalho				
CNPJ	Valor Total		CNPJ	Valor Total		Código				
	0,00			0,00		00-000000				

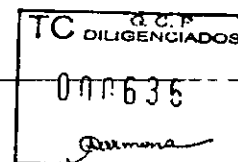
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
124.16381.30.1	LAZARA LUZIA DE FREITAS	19
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
21/12/1971	9 Não F 10	7 593.346.301-91
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
08/05/2004	2 1400,00 1	44 410235 10 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
900,00	220 900,00	220 900,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
900,00	220 900,00	220 900,00
13. Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas
- 700,00	12 - 700,00	00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
123.10139.87.6	FLAVIO ALEXANDRE TAQUES DA SIL	20
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
10/11/1975	9 Não M 10	7 522.800.041-00
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
02/06/2004	1 2450,00 1	44 410105 10 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
1.400,00	220 1.400,00	220 1.400,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
1.400,00	220 1.400,00	220 1.400,00
13. Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas
11 - 1225,00	12 - 1225,00	00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000



# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

TC	CEI P DILIGENCIADOS
000637	
<i>Garmon</i>	

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782328

### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
126.71554.40.2	MICHEL FANALLI MAGALHAES	21
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
16/06/1979	9 Não F 10	7 861.722.471-15
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
01/07/2004	2 1400,00 1	44 252305 10 Não 11-18/01
		Aviso Prévio
		0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
840,00	132 0,00	000 0,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
0,00	000 0,00	000 0,00
	Horas Outubro	Horas Novembro
	000 0,00	000 0,00
	Horas Dezembro	Horas
	000 0,00	000
Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas Final Prim Afas
	01 - 116,67	00 00/00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
1.088,89	324,60	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
131.10556.40.4	KATIA FONSECA KATO	23
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
01/06/1956	9 Não M 10	7 133.028.411-91
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
01/02/2005	2 2450,00 1	44 410105 10 Não
		Aviso Prévio
		0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00	000 2.450,00	220 2.450,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
2.450,00	220 2.450,00	220 2.450,00
	Horas Outubro	Horas Novembro
	220 2.450,00	220 2.450,00
	Horas Dezembro	Horas
	220 2.450,00	220
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas Final Prim Afas
11 - 1020,84	12 - 1224,99	00 00/00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

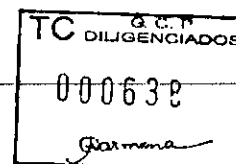
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782328



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
170.22422.66.2	ACELINO CAPISTRANO PEREIRA NET	24
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
04/12/1956	9 Não M 10	7 152.697.281-68
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
14/03/2005	2 2450,00 1	50 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00 / 000	0,00 000	1,469,88 131
2,450,00 220	2,450,00 220	2,450,00 220
2,450,00 220	2,450,00 220	2,450,00 220
2,450,00 220	2,450,00 220	2,450,00 220
2,450,00 220	2,450,00 220	2,450,00 220
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
918,75	12 - 1122,92	00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total Competência	Valor Total Competência	Valor Total Competência
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
0,00	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
190.11371.69.3	JULLY HEVERLY DESTEFANI	25
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
28/11/1978	9 Não M 10	7 025.639.659-00
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
02/05/2005	1 2450,00 1	10 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00 / 000	0,00 000	0,00 000
1,400,00 220	1,400,00 220	1,400,00 220
1,400,00 220	1,400,00 220	2,450,00 220
2,450,00 220	2,450,00 220	2,450,00 220
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
714,59	12 - 918,74	00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total Competência	Valor Total Competência	Valor Total Competência
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
0,00	0,00	00-00000

## 8

TC <sup>CCP</sup> DILIGENCIADOS  
000639  
*Garmone*

# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326

TC	R.C.P.
DILIGENCIADOS	
000640	
<i>Guarima</i>	

### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa									
108.67953;98.2	GUILHERME HUMBERTO SIMM	28									
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF									
04/04/1974	9 Não M 10	7 393.708.280-87									
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento									
18/07/2005	1 900,00 1	44 782220 10 Não 0,00									
Janeiro	Horas	Fevereiro	Horas	Março	Horas	Abri	Horas	Maio	Horas	Junho	Horas
0,00	000	0,00	000	0,00	000	0,00	000	0,00	000	0,00	000
Julho	Horas	Agosto	Horas	Setembro	Horas	Outubro	Horas	Novembro	Horas	Dezembro	Horas
420,00	102	900,00	220	900,00	220	1.170,00	220	1.170,00	220	1.170,00	220
Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas	Início Prim Afas	Final Prim Afas							
- 195,00	12 - 292,50	00	00/00	00/00							
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas	Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas	Qtde Dias Afas					
00	00/00	00/00	00	00/00	00/00	000					
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações	Férias Indenizadas	Multa FGTS							
Valor Total	Competência	Valor Total	Competência	Valor Total	Competência	Valor Total	Valor Total				
0,00	00	0,00	00	0,00	00	0,00	0,00				
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2									
CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total						
	0,00		0,00		0,00						
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho									
CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total	Código							
	0,00		0,00	00-00000							

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa									
108.33523.44.6	Alexandre Herculano C Souza Fu	35									
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF									
19/07/1960	8 Não M 10	7 370.025.979-49									
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento									
01/10/2003	2 1200,00 7	44 121010 30 Não 0,00									
Janeiro	Horas	Fevereiro	Horas	Março	Horas	Abri	Horas	Maio	Horas	Junho	Horas
1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220
Julho	Horas	Agosto	Horas	Setembro	Horas	Outubro	Horas	Novembro	Horas	Dezembro	Horas
1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220	1.200,00	220
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas	Início Prim Afas	Final Prim Afas							
11 - 600,00		00	00/00	00/00							
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas	Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas	Qtde Dias Afas					
00	00/00	00/00	00	00/00	00/00	000					
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações	Férias Indenizadas	Multa FGTS							
Valor Total	Competência	Valor Total	Competência	Valor Total	Competência	Valor Total	Valor Total				
0,00	00	0,00	00	0,00	00	0,00	0,00				
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2									
CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total						
	0,00		0,00		0,00						
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho									
CNPJ	Valor Total	CNPJ	Valor Total	Código							
	0,00		0,00	00-00000							

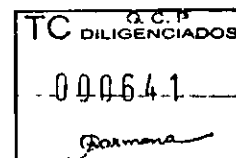
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
120.43662.03.3	Carlos Vítor Bona	36
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade Ano de Chegada	Inscrição CPF
28/07/1948	2 Não M 10	7 004.216.349-87
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr. Horas CBO	Carteira de Trabalho
01/10/2003	1 600,00 7 44 121010	99999900000
	Vínculo Alvará Desligamento	Aviso Prévio
	30 Não 0,00	0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
600,00	220 600,00	220 600,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
0,00	000 0,00	000 0,00
Outubro	Horas Outubro	Horas Novembro
0,00	000 0,00	000 0,00
Dezembro	Horas Dezembro	Horas
0,00	000 0,00	000
Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
- , 1		70
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
275		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
102.55858.52.0	Cloves Felício Veltorato	37
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade Ano de Chegada	Inscrição CPF
13/10/1944	8 Não M 10	7 099.851.400-44
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr. Horas CBO	Carteira de Trabalho
01/10/2003	1 1200,00 7 44 121010	99999900000
	Vínculo Alvará Desligamento	Aviso Prévio
	30 Não 0,00	0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
1.200,00	220 1.200,00	220 1.200,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
1.200,00	220 1.200,00	220 1.200,00
Outubro	Horas Outubro	Horas Novembro
1.200,00	220 1.200,00	220 1.200,00
Dezembro	Horas Dezembro	Horas
1.200,00	220 1.200,00	220
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
11 - 600,00		00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

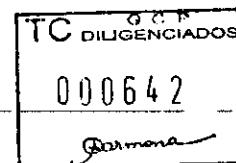
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
123.57797.21.7	Dario Monory Hiramoto	38
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
16/04/1963	8 Não M 10	7 067.541.038-09
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento Aviso Prévio
01/10/2003	1 600,00 7	44 121010 30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
600,00	220 600,00	220 600,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
600,00	220 600,00	220 600,00
Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas Final Prim Afas
- 300,00		00 00/00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
100.78443.45.5	Jose Epaminondas Mattos Concei	39
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
16/10/1948	8 Não M 10	7 039.198.621-04
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento Aviso Prévio
01/10/2003	1 1200,00 7	44 121010 30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
1.200,00	220 1.200,00	220 1.200,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
1.200,00	220 1.200,00	220 1.200,00
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas Final Prim Afas
11 - 600,00		00 00/00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

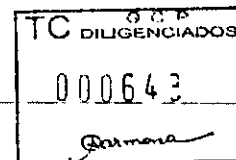
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
126.00035.40.2	Mauro Mendes Ferreira	40
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
12/04/1964	8 Não M 10	7 304.362.301-00
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr. Horas CBO	Vínculo Alvará Desligamento Aviso Prévio
01/10/2003	1 600,00 7 44 121010	30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
600,00	220 600,00	220 600,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
600,00	220 600,00	220 600,00
13. Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas Final Prim Afas
- 300,00		00 00/00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
122.73078.10.4	Naime Marcio Martins Moraes	42
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
01/04/1961	9 Não M 10	7 161.738.131-49
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr. Horas CBO	Vínculo Alvará Desligamento Aviso Prévio
01/01/2005	1 3300,00 7 44 121010	30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
3.300,00	220 3.300,00	220 3.300,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
3.300,00	220 0,00	220 0,00
13. Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas Final Prim Afas
07 - 1		70 15/08 31/12
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	0,00

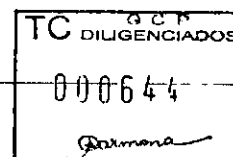
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
131.08714.40.5	Jose Carlos Pagot	43
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
17/03/1956	8 Não M 10	7 317.531.249-72
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr. Horas CBO	Vínculo Alvará Desligamento Aviso Prévio
01/01/2005	1 6000,00 7 44 121010	30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
6.000,00 220	6.000,00 220	6.000,00 220
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
6.000,00 220	6.000,00 220	6.000,00 220
12 Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
- 3000,00	12 - 6000,00	00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
0,00	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
103.87606.90.1	Jose Carlos Dias	44
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
04/08/1951	8 Não M 10	7 834.966.538-68
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr. Horas CBO	Vínculo Alvará Desligamento Aviso Prévio
01/07/2004	4 1200,00 7 44 121010	30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
1.200,00 220	1.200,00 220	1.200,00 220
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
1.200,00 220	1.200,00 220	1.200,00 220
13. Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
11 - 600,00		00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
0,00	0,00	00-00000



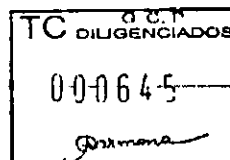
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
123.98034.45.5	Marcio Antonio de Padua Guimar	45
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
08/05/1964	8 Não M 10	7 056.782.758-52
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
01/01/2005	4 3300,00 7	30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
3.300,00	220	3.300,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
3.300,00	220	3.300,00
Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
- 1650,00	12 - 3300,00	00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
123.04660.23.3	JUNIOR CESAR DE OLIVEIRA ALVES	46
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
29/07/1971	9 Não M 10	7 465.406.951-87
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
01/10/2005	2 900,00 1	10 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00	000	0,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
0,00	000	0,00
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
11 - 97,50	12 - 195,00	00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000

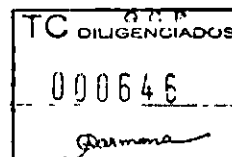
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
131.50232.40.5	JOAO RICARDO DE OLIVEIRA	47
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
30/10/1986	9 Não M 10	7 731.781.361-34
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
11/10/2005	2 700,00 1	44 422105 90 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00 000	0,00 000	0,00 000
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
0,00 000	0,00 000	0,00 000
Outubro	Horas Outubro	Horas Novembro
490,00 154	700,00 220	700,00 220
13. Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
- 58,34	12 - 116,66	00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00 00/00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00 00/00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
0,00	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
100.59601.74.1	Marcio Luiz de Mesquita	48
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
07/09/1951	8 Não M 10	7 080.791.881-49
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
01/04/2005	4 600,00 7	44 121010 30 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00 000	0,00 000	0,00 000
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
600,00 220	600,00 220	600,00 220
Outubro	Horas Outubro	Horas Novembro
600,00 220	600,00 220	600,00 220
13. Salário Adiantamento	13. Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
11 - 200,00		00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00 00/00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00 00/00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
0,00	0,00	

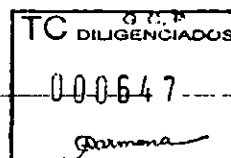
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782328



### ESTABELECIMENTO

Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
123.16726.60.9	LEANDRO PIRES DE OLIVEIRA	49
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
14/02/1974	9 Não M 10	7 607.902.101-34
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
21/11/2005	2 1400,00 1	44 410235 90 Não 0,00
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00 000	0,00 000	0,00 000
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
0,00 000	0,00 000	0,00 000
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas
	12 - 116,67	00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total Competência	Valor Total Competência	Valor Total Competência
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
Valor Total	Valor Total	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ Valor Total	CNPJ Valor Total	CNPJ Valor Total
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ Valor Total	CNPJ Valor Total	Código
0,00	0,00	00-00000

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
123.05762.23.4	Ivany Antunes dos Reis	50
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
09/01/1968	9 Não F 10	9 255.867.342-49
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Horas CBO Vínculo Alvará Desligamento
09/10/2005	4 3300,00 7	44 121010 30 Não 31-08/11
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00 000	0,00 000	0,00 000
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
0,00 000	0,00 000	0,00 000
13.Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas Início Prim Afas
	11 - 550,00	00 00/00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Cód Ter Afas	Início Ter Afas	Final Ter Afas
00	00/00	00/00
Qtde Dias Afas		
000		
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total Competência	Valor Total Competência	Valor Total Competência
0,00 00	0,00 00	0,00 00
Férias Indenizadas	Multa FGTS	
Valor Total	Valor Total	
0,00	0,00	
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ Valor Total	CNPJ Valor Total	CNPJ Valor Total
0,00	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ Valor Total	CNPJ Valor Total	Código
0,00	0,00	00-00000

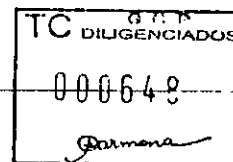
# RAIS - Relação Anual de Informações Sociais - Ano-Base : 2005

GDRAIS - Gerador de Declaração RAIS - Versão: 2005.6

## Relatório completo do estabelecimento

Classificação : Para uso da empresa

Maiores esclarecimentos : CATRAIS - Central de Atendimento da RAIS  
Fone: 0800-782326



### ESTABELECIMENTO

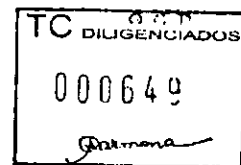
Inscrição CNPJ/CEI:  
06.023.921/0001-56

Prefixo CEI Vinculado  
00

Para uso da empresa

Ano das informações  
2005

Cód. PIS/PASEP	Nome do empregado/servidor	Para uso da empresa
125.90072.40.8	ELIANA REGINA SZINWELSKI	57
Data Nascimento	Raça/Cor Deficiente Sexo Nacionalidade	Ano de Chegada Instrução CPF
26/02/1981	9 Não F 10	7 900.087.821-72
Data Admissão	T. Adm Sal. Contratual T.S.Contr.	Carteira de Trabalho
01/12/2005	2 900,00 1	00194560001
Janeiro	Horas Fevereiro	Horas Março
0,00	000 0,00	000 0,00
Julho	Horas Agosto	Horas Setembro
0,00	000 0,00	000 0,00
Salário Adiantamento	13.Salário Parcela Final	Cód Prim Afas
	12 - 75,00	00
Cód Seg Afas	Início Seg Afas	Final Seg Afas
00	00/00	00/00
Banco de Horas	Dissídio Coletivo	Outras Gratificações
Valor Total	Competência	Valor Total
0,00	00	0,00
Contribuição Sindical	Contribuição Associativa 1	Contribuição Associativa 2
CNPJ	Valor Total	CNPJ
	0,00	0,00
Contribuição Assistencial	Contribuição Confederativa	Local de Trabalho
CNPJ	Valor Total	Código
	0,00	00-00000



18

**Lista ADMISSÕES,DEMISSÕES e ALTERAÇÕES de FUNÇÕES- Ref. ao Ano 2005****ADMISSÕES**

Seq	Funcionário	Função	Data Admissões
1	José Carlos Pagot	Diretor Presidente	03/01/05
2	Naime Marcio Martins Moraes.	Diretor Administrativo e Financeiro	03/01/05
3	Marcio Luiz de Mesquita.	Conselho Fiscal	01/04/05
4	Katia Fonseca Kato.	Assessora Especial.	01/02/05
5	Acelino Capistrano Pereira Neto	Gerente de Desenvolvimento	14/03/05
6	Jully Heverly Destefani.	Assistente da Diretoria Técnico-Comercial	02/05/05
7	Réa Silvia Garcia Alves.	Secretária Geral para assuntos jurídicos.	02/05/05
8	Jesus Gomes Filho.	Operador de Maquinas e Equipamentos	04/07/05
9	Guilherme Humberto Simm	Operador de Maquinas e Equipamentos	18/07/05
10	Ivany Antunes dos Reis	Diretora Administrativo e Financeiro	05/09/05
11	Junior César de Oliveira Alves	Operador de Maquinas e Equipamentos	05/10/05
12	João Ricardo de Oliveira	Atendente de Serviços Gerais	11/10/05
13	Leandro Pires de Oliveira	Assistente da Diretoria Financeiro	21/11/05
14	Eliana Regina Szinwelski	Auxiliar Financeiro	01/12/05

**DEMISSÕES**

Seq	Funcionário	Função	Data Demissão
1	Micheli Fanalli Magalhães.	Secretária Geral.	18/01/05
2	Naime Marcio Martins Moraes *	Diretor Administrativo e Financeiro	15/08/05
3	Ivany Antunes dos Reis *	Diretora Administrativo e Financeiro	08/11/05
4			

\* Dr. Naime pediu exoneração do cargo em 15/08/05, conforme publicação em 24/08/05.

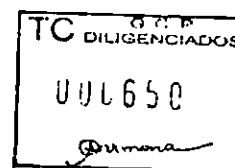
\* Srª Ivany pediu exoneração do cargo em 08/11/05, conforme publicação em 09/11/05.

**ALTERAÇÕES DE FUNÇÕES.**

Seq	Funcionário	Nova Função	A partir de
1	Márcio Antº de Pádua Guimarães Jr.	Dir. Técnico-Comercial	01/01/05
2	* José Carlos Dias.	Diretor Vice-Presidente	03/01/05
3	Karina Oliveira Miranda	Assessora Jurídica	01/05/05
4	Márcia Costa dos Santos Souza.	Auxiliar Administrativo	01/10/05
5	Rejane Maria de Oliveira Garcia Leite.	Gerente Departamento Comercial	01/10/05
6	Lázara Luzia de Freitas.	Assistente da Diretoria	01/10/05
7	Flavio Alexandre Taques da Silva.	Gerente Administrativo e Financeiro	01/10/05
8	Jully Heverly Destefani.	Gerente de Operação e Engenharia	01/10/05

\* Sr. Jose Carlos Dias não percebe o pró-labore de Vice-Presidente por exercer função de Secretário de Comunicação do Estado de Mato Grosso e perceber salário por está função, conforme preve legislação.

Rejane M. de O. Garcia Leite  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás



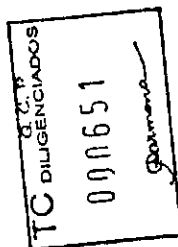
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS.

## Lotacionograma

01/01/2006

Cargos criados conf. ATAS	CARGOS		
	Qtde vagas	Lotados	Vagos
Diretor Presidente	1	1	
Diretor Vice-Presidente	1	1	
Dir. Admin. e Financeiro	1	1	
Dir. Técnico-Comercial	1	1	
Conselho Administrativo	4	4	
Conselho Fiscal	3	3	
Gerente de Depto Comercial	1	1	
Gerente de Desenvolvimento	1	1	
Assessora Especial.	1	1	
Assessora Jurídica.	1	1	
Gerente Administrativo e Financeiro.	1	1	
Gerente de Operação e Engenharia.	1	1	
Assistente Diretoria Adm. e Financeiro.	3	2	1
Secretária Geral.	1	1	
Recepcionista	1		1
Auxiliar Administrativo	2	1	1
Auxiliar Financeiro	2	1	1
Motorista	2		2
Operadores para o City Gate.	4	3	1
Atendente de Serviços Gerais.	1	1	
<b>TOTAL CARGOS.....</b>	<b>33</b>	<b>26</b>	<b>7</b>

  
Rejane Mª de O. Garcia Leite  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás

**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS - MTGÁS**

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Cuiabá - Mato Grosso  
Fone: (65) 3642-4423  
CEP: 78.050-000



**ANEXO XI**  
**IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA**  
**DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO LOTACIONOGRAMA**  
**MÊS/ANO: JANEIRO/2006**

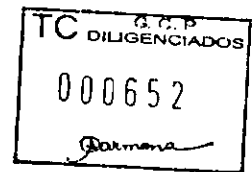
CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO	QTDE AUTORIZADA PCCS				QTDE VAGAS OCUPADAS				QTDE VAGAS DISPONÍVEIS			
	EFETIVO	COMISSIONADO	CONTRATADO	EMPREGADO	EFETIVO	COMISSIONADO	CONTRATADO	EMPREGADO	EFETIVO	COMISSIONADO	CONTRATADO	EMPREGADO
Diretor Presidente		1				1				0		
Diretor Vice-Presidente		1				1				0		
Dir. Admin. e Financeiro		1				1				0		
Dir. Técnico-Comercial		1				1				0		
Conselho Administrativo		4				4				0		
Conselho Fiscal		3				3				0		
Gerente de Depto Comercial				1				1				0
Gerente de Desenvolvimento				1				1				0
Assessora Especial.				1				1				0
Assessora Jurídica.				1				1				0
Gerente Administrativo e Financeiro.				1				1				0
Gerente de Operação e Engenharia.				1				1				0
Assistente Diretoria Adm. e Financeiro.				3				2				1
Secretária Geral.				1				1				0
Recepcionista				1				0				1
Auxiliar Administrativo				2				1				1
Auxiliar Financeiro				2				1				1
Motorista				2				0				2
Operadores para o City Gate.				4				3				1
Atendente de Serviços Gerais.				1				1				0

DATA:

ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESAS:

ASSINATURA DEMAIS RESPONSÁVEIS:

*Rejane M<sup>te</sup> de O. Garcia Leite*  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás



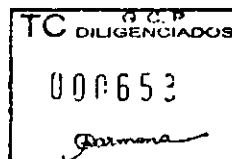
## Anexo – II

Referente ao item 4 – Ausência do relatório de viagem, contrariando o art. 6º, § 1º, do Decreto nº 1760/97.





Governo do Estado de Mato Grosso  
Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia  
**COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



## RELATÓRIO DE VIAGEM Nº 003/2006

No cumprimento da ORDEM DE SERVIÇO nº 003/2006

Nome do servidor

**MÁRCIO A. DE PÁDUA GUIMARÃES JÚNIOR**

Cargo ou função:

**Diretor Técnico-Comercial da Companhia Mato-grossense de Gás - MTGÁS**

Início: 09/03/06

**DATA DA VIAGEM,**

Fim: 09/03/06

**MEIO DE LOCOMOÇÃO:** Veiculo da Empresa (MTGAS)

### Trajetos Percorridos

Dias	Localidades
09/03/06	Cuiabá (MT) / Fazenda Fartura/(Roo)

### • RESULTADOS OBTIDOS:

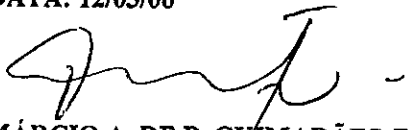
Resultado obtido com sucesso.

Data: 09/03/06

Local: Fazenda Fartura / Rondonópolis MT

Visita à Proprietário e Empresário da Região. (Semente Bom Futuro)

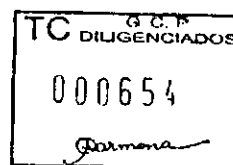
DATA: 12/03/06

  
**MÁRCIO A. DE P. GUIMARÃES JR.**  
Diretor Técnico-comercial



Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 – Cj. 704 – Ed. American Business Center  
CEP 78050-000 - Cuiabá – Mato Grosso - Fone: (65) 642-4423  
E-mail: [jpagot@mtgas.com.br](mailto:jpagot@mtgas.com.br)





## Anexo – III

Referente ao item 4.1 – Pagamento de diárias a mais, contrariando o art. 1º, § 1º do Decreto 1.760/97.

Item 4.1 24

**TAM BOARDING PASS**

ADT - BRAN  
CGB /SDU  
CNX JJ 3783 JJ 00056703512  
NOME/NAME  
PAGOT/JOSECARLOS MR  
DE/FROM  
SAO PAULO CGH  
PARA/TO  
RIO DE JANEIRO SDU  
Nº DO VOO/ CLASSE/ DATA/ HORARIO/  
CARRIER FLIGHT CLASS DATE TIME  
JJ 3936 Y 18/01 15:10  
PORTAO/ HORARIO DO EMBARQUE/ ASSENTO/  
GATE BOARDING TIME SEAT  
10 14:30 10D  
CARTAO EMBARQUE/  
BOARDING PASS 07210200  
195723125228116

**TAM BOARDING PASS**

ADT - BRAN  
SDU /CGB  
CNX JJ 3949 JJ 00056703512  
NOME/NAME  
PAGOT/JOSECARLOS MR  
DE/FROM  
SAO PAULO CGH  
PARA/TO  
CUIABA CGB  
Nº DO VOO/ CLASSE/ DATA/ HORARIO/  
CARRIER FLIGHT CLASS DATE TIME  
JJ 3780 Y 19/01 22:10  
PORTAO/ HORARIO DO EMBARQUE/ ASSENTO/  
GATE BOARDING TIME SEAT  
1 21:30 10D  
CARTAO EMBARQUE/  
BOARDING PASS 07305304  
395723125228115

TC a.c.p. DILIGENCIADOS 000655

**TAM BOARDING PASS**

ADT - BRAN  
CGB /SDU  
CNX JJ 3783 JJ 00056703512  
NOME/NAME  
PAGOT/JOSECARLOS MR  
DE/FROM  
CUIABA CGB  
PARA/TO  
SAO PAULO CGH  
Nº DO VOO/ CLASSE/ DATA/ HORARIO/  
CARRIER FLIGHT CLASS DATE TIME  
JJ 3783 Y 18/01 11:35  
PORTAO/ HORARIO DO EMBARQUE/ ASSENTO/  
GATE BOARDING TIME SEAT  
3 10:55 12D  
CARTAO EMBARQUE/  
BOARDING PASS 07210199  
195723125228116

**TAM BOARDING PASS**

ADT - BRAN  
SDU /CGB  
CNX JJ 3949 JJ 00056703512  
NOME/NAME  
PAGOT/JOSECARLOS MR  
DE/FROM  
RIO DE JANEIRO SDU  
PARA/TO  
SAO PAULO CGH  
Nº DO VOO/ CLASSE/ DATA/ HORARIO/  
CARRIER FLIGHT CLASS DATE TIME  
JJ 3949 Y 19/01 18:25  
PORTAO/ HORARIO DO EMBARQUE/ ASSENTO/  
GATE BOARDING TIME SEAT  
2 17:45 17D  
CARTAO EMBARQUE/  
BOARDING PASS 07305303  
395723125228115

atraso no embarque  
conexão RJ / SP significativo



## Anexo – IV

Referente ao item 5 – Não existe o Termo de Responsabilidade dos Bens da filial City Gate assinado pelo Diretor Técnico da Empresa, o que contrariou o art. 95 da lei n.º 4.320/64. (idem ao item 7).



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

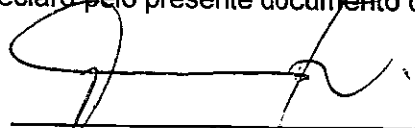
TERMO DE RESPONSABILIDADE DE BENS MÓVEIS  
Órgão: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS-MTGÁS  
Unidade: 17502 MTGÁS  
Município/Distrito: Cuiabá-MT 31/12/2005.

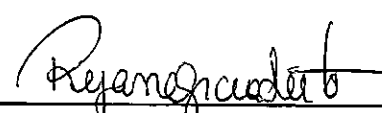
ITEM	DATA AQUISIÇÃO	N.º TOMB.	NOMENCLATURA	C	VALOR
01	13/04/05	00107	COMP. PENTIUM IV 2.4-PLACA MÃE ASUS P4SS00-GRAVADORA CDR52X32X52-512MB-HD80	N	3.437,03
02	26/04/05	00113	NOBREAK 700VA TSSHARA 4TOMADAS	N	255,01
03	27/06/05	00132	CILINDRO NITROGENIO 40/44 60LTS + REGULADOR PARA NITROGÊNIO A.PRODUÇÃO.CONDOR RUN-56 (RP FIXADA NO REGULADOR APENAS, POIS SERÁ TROCADO IGUAL SIST. GÁS DE COZINHA.)	N	1.168,00
04	13/09/05	00135	IMPRESSORA LASER MÉDIO PORTE BROTHER MODELO HL-6050	N	2.983,50
05	14/09/05	00138	NOBREAK SMS 650V A NET+TOP	N	420,00
06	14/09/05	00143	MICROCOMP. ATHLON 3000 CPU DNA- HD 80GB-MEM.512MB-DRIVE CD-RW - DISQUETE 1.44MB-PLACA OFF-BOARD-TECLADO MTEK CONF.ABNT PS2-MOUSE KMEX PS2 OPTICO C/ SCROOL-MONITOR 17" LFG FLATON-C/ REGISCO XP PRO.	N	2.980,00
07	28/09/05	00147	CONDICIONADOR AR CONSUL 10.000 BTUS- DE JANELA	N	990,00
08	28/09/05	00148	CONDICIONADOR AR CONSUL 10.000 BTUS- DE JANELA	N	990,00
09	28/09/05	00149	CONDICIONADOR AR CONSUL 18.000 BTUS- DE JANELA	N	1.480,00
10	28/09/05	00150	CONDICIONADOR AR CONSUL 18.000 BTUS- DE JANELA	N	1.480,00
11	28/09/05	00151	CONDICIONADOR AR CONSUL 18.000 BTUS- DE JANELA	N	1.480,00
12	28/09/05	00152	CONDICIONADOR AR CONSUL 18.000 BTUS- DE JANELA	N	1.480,00
13	28/09/05	00153	REFRIGERADOR CONSUL 380LT DEGELO AUTOMATICO.	N	1.399,00
14	28/09/05	00154	FOGÃO 4BOCAS ATLAS GRÉCIA - ACENDIMENTO MANUAL.	N	249,00
15	28/09/05	00155	BEBEDOURO IBBL BRANCO 110V C/ SUPORTE FIXO.	N	395,00
16	03/10/05	00156	MESA COM 2 GAVETAS MED. 1,20X0,75XX0,74- MADEIRA AGLOMERADA 25MMESPESSURA- MARCA MILANFLEX CINZA/CINZA	N	431,77

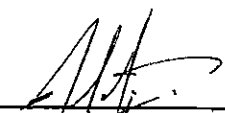
C: Conservação

Legenda: N: Novo; B: Bom; P: Precário; I: Inutilizado.

Declaro pelo presente documento de responsabilidade, que recebi os bens acima codificados e ficarão sob minha guarda e conservação,

  
Márcio Antonio de Pádua Guimarães Junior  
Setor.: Dir. Técnico-Comercial  
Funcionário Responsável

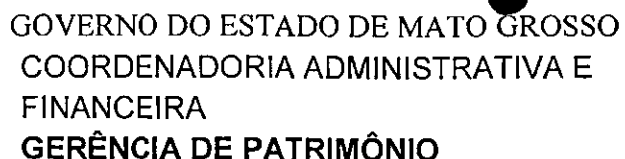
  
Rejane Maria de O. Garcia Leite  
Administrativo e Financeiro  
Controle Patrimonial

  
Dr. José Carlos Pagot.  
Diretor Presidente  
(Período: 01/2005 a 03/2006).

000657

TC DILIGENCIADOS

22



Município/Distrito: Cuiabá-MT 31/12/2005.

ITEM	DATA AQUISIÇÃO	N.º TOMB.	NOMENCLATURA	C	VALOR
17	03/10/05	00157	MESA COM 2 GAVETAS MED. 1,20X0,75XX0,74- MADEIRA AGLOMERADA 25MMESPESSURA- MARCA MILANFLEX CINZA/CINZA	N	431,77
18	03/10/05	00158	MESA COM 2 GAVETAS MED. 1,20X0,75XX0,74- MADEIRA AGLOMERADA 25MMESPESSURA- MARCA MILANFLEX CINZA/CINZA	N	431,77
19	03/10/05	00159	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA , SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA-05PATAS MARCA MILANFLEX	N	181,65
20	03/10/05	00160	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA , SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA-05PATAS MARCA MILANFLEX	N	181,65
21	03/10/05	00161	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA , SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA-05PATAS MARCA MILANFLEX	N	181,65
22	03/10/05	00162	ARMÁRIO BAIXO C/ 2PORTAS E 1 PRATELEIRA MED. 90X45X74 MAD.AGLOMERADA 25MM -MARCA MILANFLEX.	N	331,96
23	03/10/05	00163	MESA OVAL P/ REUNIÃO MED. 275X115X74 MAD. AGLOMERADA 25MM - P/ APROX. 10 PESSOAS.	N	1.401,21
24	03/10/05	00164	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
25	03/10/05	00165	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
26	03/10/05	00166	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
27	03/10/05	00167	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
28	03/10/05	00168	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
29	03/10/05	00169	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
30	03/10/05	00170	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
31	03/10/05	00171	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
32	03/10/05	00172	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12

Legenda: N: Novo; B: Bom; P: Precário; I: Inutilizado.

*[Handwritten signature]*

Márcio Antonio de Pádua Guimarães Junior  
Setor.: Dir. Técnico-Comercial  
Funcionário Responsável

Pyraminx

Rejane Maria de O. Garcia Leite  
Administrativo e Financeiro  
Controle Patrimonial

*[Handwritten signature]*

Dr. José Carlos Pagot.  
Diretor Presidente  
(Período: 01/2005 a 03/2006).

000652



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE BENS MÓVEIS  
Órgão: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS-MTGÁS  
Unidade: 17502 MTGÁS  
Município/Distrito: Cuiabá-MT 31/12/2005.

ITEM	DATA AQUISIÇÃO	N.º TOMB.	NOMENCLATURA	C	VALOR
33	03/10/05	00173	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	N	138,12
34	03/10/05	00174	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA C/ BRAÇOS TIPO "T" , ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL - MARCA MILANFLEX.	N	168,81
35	03/10/05	00175	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA C/ BRAÇOS TIPO "T" , ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL - MARCA MILANFLEX.	N	168,81
36	03/10/05	00176	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA , SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA-05PATAS MARCA MILANFLEX	N	181,65
37	03/10/05	00177	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA C/ BRAÇOS TIPO "T" , ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL - MARCA MILANFLEX.	N	168,81
38	03/10/05	00178	LONGARINA CADEIRA EXEC.C/3 LUGARES, C/ BRAÇO AMERICANO E MESA CENTRAL, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS -MARCA MILANFLEX	N	446,01
39	14/12/05	00179	ARMÁRIO DE AÇO TIPO ROUPEIRO C/ 8 PORTAS	N	670,00
40					
<b>TOTAL.....</b>					<b>27.945,26</b>

C: Conservação

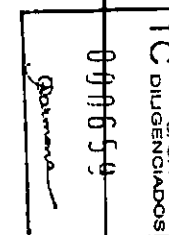
Legenda: N: Novo; B: Bom; P: Precário; I: Inutilizado.

Declaro pelo presente documento de responsabilidade, que recebi os bens acima codificados e ficarão sob minha guarda e conservação,

Márcio Antonio de Pádua Guimarães Junior  
Setor.: Dir. Técnico-Comercial  
Funcionário Responsável

Rejane Maria de O. Garcia Leite  
Administrativo e Financeiro  
Controle Patrimonial

Dr. José Carlos Pagot.  
Diretor Presidente  
(Período: 01/2005 a 03/2006).





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE BENS MÓVEIS**  
Órgão: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS-MTGÁS  
Unidade: 17502 MTGÁS  
Município/Distrito: Cuiabá-MT 31/12/2006.

ITEM	DATA AQUISIÇÃO	N.º TOMB.	NOMENCLATURA	C	VALOR
17	03/10/05	00157	MESA COM 2 GAVETAS MED. 1,20X0,75XX0,74- MADEIRA AGLOMERADA 25MMESPESSURA- MARCA MILANFLEX CINZA/CINZA	B	431,77
18	03/10/05	00158	MESA COM 2 GAVETAS MED. 1,20X0,75XX0,74- MADEIRA AGLOMERADA 25MMESPESSURA- MARCA MILANFLEX CINZA/CINZA	B	431,77
19	03/10/05	00159	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA , SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA- 05PATAS MARCA MILANFLEX	B	181,65
20	03/10/05	00160	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA , SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA- 05PATAS MARCA MILANFLEX	B	181,65
21	03/10/05	00161	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA , SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA- 05PATAS MARCA MILANFLEX	B	181,65
22	03/10/05	00162	ARMÁRIO BAIXO C/ 2PORTAS E 1 PRATELEIRA MED. 90X45X74 MAD.AGLOMERADA 25MM -MARCA MILANFLEX.	B	331,96
23	03/10/05	00163	MESA OVAL P/ REUNIÃO MED. 275X115X74 MAD. AGLOMERADA 25MM - P/ APROX. 10 PESSOAS.	B	1.401,21
24	03/10/05	00164	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
25	03/10/05	00165	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
26	03/10/05	00166	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
27	03/10/05	00167	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
28	03/10/05	00168	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
29	03/10/05	00169	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
30	03/10/05	00170	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
31	03/10/05	00171	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
32	03/10/05	00172	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12

C: Conservação

Legenda: N: Novo; B: Bom; P: Precário; I: Inutilizado.

Declaro pelo presente documento de responsabilidade, que recebi os bens acima codificados e ficarão sob minha guarda e conservação,

Márcio Antonio de Pádua Guimarães Junior  
Setor.: Dir. Técnico-Comercial  
Funcionário Responsável

Rejane Maria de O. Garcia Leite  
Administrativo e Financeiro  
Controle Patrimonial

Sr. Helny Paula Campos  
Diretor Presidente  
Período: A partir de 04/2006

TC  
000661  
GAS





GOVERNO DO ESTADO D. MATO GROSSO  
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA  
GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE BENS MÓVEIS  
Órgão: COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS-MTGÁS  
Unidade: 17502 MTGÁS  
Município/Distrito: Cuiabá-MT 31/12/2006.

ITEM	DATA AQUISIÇÃO	N.º TOMB.	NOMENCLATURA	C	VALOR
33	03/10/05	00173	CADEIRA EXEC. FIXA C/ BRAÇO AMERICANO, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS MOD.MILANFLEX.	B	138,12
34	03/10/05	00174	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA C/ BRAÇOS TIPO "T", ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL - MARCA MILANFLEX.	B	168,81
35	03/10/05	00175	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA C/ BRAÇOS TIPO "T", ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL - MARCA MILANFLEX.	B	168,81
36	03/10/05	00176	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA TIPO CAIXA, SEM BRAÇOS, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS C/ ESPUMA INJETADA-05PATAS MARCA MILANFLEX	B	181,65
37	03/10/05	00177	CADEIRA EXEC. GIRATÓRIA C/ BRAÇOS TIPO "T", ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS AZUL - MARCA MILANFLEX.	B	168,81
38	03/10/05	00178	LONGARINA CADEIRA EXEC.C/3 LUGARES, C/ BRAÇO AMERICANO E MESA CENTRAL, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADOS -MARCA MILANFLEX	B	446,01
39	14/12/05	00179	ARMÁRIO DE AÇO TIPO ROUPEIRO C/ 8 PORTAS	B	670,00
40	14/06/06	00182	DETECTOR DE GÁS SISTEMA ORION	N	6.482,26
41	18/09/06	00186	APARELHO TELEF. PLENO S/CH.GR INTELBRAS	N	32,00
42	18/09/06	00187	APARELHO TELEF. PLENO S/CH.GR INTELBRAS	N	32,00
43	18/09/06	00188	APARELHO TELEF. PLENO S/CH.GR INTELBRAS	N	32,00
44	13/11/06	00203	ARMARIO PARA PASTA A-Z EM MDF COR CINZA	N	395,00
45	19/11/06	00204	ARMARIO TIPO PANELEIRO MARCA ITATIAIA PLUS BRANCO.	N	425,00
46	14/12/06	00205	IMPRESSORA MATRICIAL EPSON LX300+II	N	1.059,00
47	13/04/05	00206	MONITOR 17" MARCA LG - REF. COMPRA DO COMPUTADOR. PENTIUM IV 2.4-PLACA MÃE ASUS P4SS00-GRAVADORA CDR52X32X52-512MB-HD80	B	RP107
48	14/09/05	00207	MONITOR 17" LFG FLATON-C/ REGISCO XP PRO.	B	RP143
TOTAL.....					36.402,52

C: Conservação

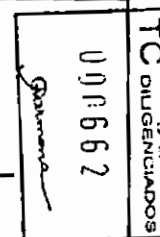
Legenda: N: Novo; B: Bom; P: Precário; I: Inutilizado.

Declaro pelo presente documento de responsabilidade, que recebi os bens acima codificados e ficarão sob minha guarda e conservação,

Márcio Antonio de Pádua Guimarães Junior  
Setor.: Dir. Técnico-Comercial  
Funcionário Responsável

Rejane Maria de O. Garcia Leite  
Administrativo e Financeiro  
Controle Patrimonial

Sr. Helny Paula Campos  
Diretor Presidente  
Período: A partir de 04/2006







COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

TC DIJENCIADOS  
001664  
Página: 02

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

ITEM	DATA DE AQUISIÇÃO	Nº TOMB.	NOMENCLATURA PATRIMÔNIO	C	VALOR
36	18/05/04	00036	POLTRONA DIRETO FIXA C/ BRAÇOS TOTALMENTE INJETADOS EM POLIPR	B	427,64
37	18/05/04	00037	POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA BASE A GÁS C/ RELAX C/ BRAÇOS EM	B	590,10
38	18/05/04	00038	ARMARIO BAIXO MED 900X049X73 C/ 01 PRATELEIRA INTERNA- MARCA MA	B	206,38
39	18/05/04	00039	ARMARIO BAIXO MED 900X049X73 C/ 01 PRATELEIRA INTERNA- MARCA MA	B	206,38
40	18/05/04	00040	ESTAÇÃO DE TRABALHO EM "L" TIPO ILHA PARA 04 PESSOAS C/ DIVISÓRIA	B	1.929,92
41	01/06/04	00041	AUDIOCONFERÊNCIA-EQ. TERMINAL DE TELEFONIA P/ AUDIOCONFERENCL	B	1.900,00
42	29/06/04	00042	APARELHO TELEFONICO INTELBRAS PREMIUN - COR GRAFITE	B	35,00
43	29/06/04	00043	APARELHO TELEFONICO INTELBRAS PREMIUN - COR GRAFITE	B	35,00
44	29/06/04	00044	APARELHO TELEFONICO INTELBRAS PREMIUN - COR GRAFITE	B	35,00
45	13/07/04	00045	ARQUIVO PASTAS SUSPESAS C/ 4 GAVETAS	B	375,00
46	20/07/04	00046	COMP. PENTIUM IV2.8-512MEMÓRIA -GRAVADORA DE CD LG 52X-CX DE SO	B	3.990,00
47	20/07/04	00047	COMP. ATHLON 2.2 +256 MEMÓRIA - MONITOR 15" - TECLADO-MOUSE- CAIX	B	3.030,00
48	20/07/04	00048	NO BREAK 700VA TSSHARA	B	280,00
49	20/07/04	00049	NO BREAK 700VA TSSHARA	B	280,00
50	14/07/04	00050	IMPRESSORA EPSON C63-JATO TINTA	B	399,00
51	02/08/04	00051	LIQUIDIFICADOR WALITA COMFORT 1250ML	B	65,00
52	18/08/04	00052	CALCULADORA HP 12 C PLANTUM	B	495,00
53	24/08/04	00053	ESTANTE AÇO C/06 PRAT.-COR CINZA	B	115,00
54	24/08/04	00054	ESTANTE AÇO C/06 PRAT.-COR CINZA	B	115,00
55	29/10/04	00055	COMP. PENTIUM IV2.8-512MEMÓRIA -GRAVADORA DE CD LG 52X-CX DE SO	B	3.998,50
56	29/10/04	00056	NOBREAK 700VA BITS SHARA	B	266,00
57	12/11/04	00057	LIVRO ANALISE FINANCEIRA-ATLAS	B	55,80
58	12/11/04	00058	LEI 430 COMENTADA - ED. IBAM	B	73,80
59	12/11/04	00059	BALANÇOS PUBLICOS - ED. ATLAS	B	39,60
60	12/11/04	00060	LICITAÇÃO E CONTRATOS ADM PUBLI.	B	27,20
61	12/11/04	00061	CONSTITUIÇÃO REPUBLI. FEDER.BRASIL	B	16,10
62	12/11/04	00062	MINI AURELIO - DICIONARIO	B	20,60
63	12/11/04	00063	CONTRATAÇÃO DIRETA SEM LICITAÇÃO	B	84,00
64	12/11/04	00064	LEI DAS S/A - ED. ATLAS	B	18,90
65	12/11/04	00065	CONTABILIDADE PUBLICA - ED. ATLAS	B	37,80
66	12/11/04	00066	LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO	B	31,50
67	12/11/04	00067	MANUAL CONTAB. S/A. - ED. ATLAS	B	117,00
68	12/11/04	00068	LEI LICITAÇÕES E CONT. - ED.SINTESE	B	62,00
69	12/11/04	00069	CODIGO TRIBUTAIO -TRAD.-ED.SARAIVA	B	36,40
70	12/11/04	00070	COMENTARIOS CLT 2004 -ED.SARAIVA	B	71,20

TOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE ..... 41.327,50

C: CONSERVAÇÃO

LEGENDA: N: NOVO; B: BOM; P: PRECÁRIO; T: INUTILIZADO

DATA: 31/12/2006

DECLARO PELO PRESENTE DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE, QUE RECEBI OS BENS ACIMA CODIFICADOS E FICARÃO SOB MINHA GUARDA E CONSERVAÇÃO, SENDO DE UTILIZAÇÃO NA MATRIZ DA CIA.

Helny Paula Campos  
Diretor - Presidente - MTGás

Geraldo Luiz de Araújo  
Diretor Adm. e Financeiro - MTGás

Rejane Mª de O. Garcia Leite  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



Página : 03

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

ITEM	DATA DE AQUISIÇÃO	Nº TOMB.	NOMENCLATURA PATRIMÔNIO	C	VALOR
71	12/11/04	00071	CODIGO COMERCIAL - ED. SARAIVA	B	43,40
72	12/11/04	00072	MANUAL PRATICA TRABALHISTA	B	79,20
73	15/12/04	00073	NORMAS ABRT NBR-12712 GÁS NATURAL	B	135,89
74	20/09/04	00074	ARMARIO C/ 3 PRATELEIR.-CINZA 1,60X0,45X0,90 P/ PASTA A-Z	B	480,00
75	31/01/05	00075	ESTANTE AÇO C/ 6 PRATELEIRAS 198X90X42 REFORÇADA	B	152,46
76	31/01/05	00076	BEBEDOURO GARRAFÃO INOX GFN IBBL	B	450,00
77	31/01/05	00077	NOBREAK 700VA TSSHARA	B	252,00
78	31/01/05	00078	NOBREAK 700VA TSSHARA	B	252,00
79	14/02/05	00079	ARMARIO ALTO FECHADO MDF PRETO P/ PASTA A-Z	B	440,00
80	14/02/05	00080	ARQUIVO 4GAV.P/ PASTA SUSPensa MD PRETO	B	310,00
81	21/02/05	00081	COND. AR SPLIT 7000BTUS KOMECCO	B	1.440,00
82	21/02/05	00082	COND. AR SPLIT 9000BTUS KOMECCO	B	1.640,00
83	24/03/05	00083	MICROCOMPUTADOR MARCA SI-MODELO SI PENTIUM IV	B	2.860,00
84	24/03/05	00084	MICROCOMPUTADOR MARCA SI-MODELO SI PENTIUM IV	B	2.860,00
85	24/03/05	00085	NOTEBOOK MARCA ASUS MODELO 23100	B	10.185,00
86	24/03/05	00086	NORMAS ABNT DIVERSAS	B	1.579,46
87	24/03/05	00087	NORMAS ABNT- NBR 6118 PROJETO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO-PROC	B	184,55
88	24/03/05	00088	NORMAS ABNT-INTERNACIONAIS NBR	B	380,00
89	24/03/05	00089	MESA EXECUTIVA ,EM AGLOMERADO DE 25MM DE ESPESSURA, C/ RESINA	B	302,03
90	24/03/05	00090	MESA EXECUTIVA ,EM AGLOMERADO DE 25MM DE ESPESSURA, C/ RESINA	B	302,03
91	24/03/05	00091	MESA EXECUTIVA ,EM AGLOMERADO DE 25MM DE ESPESSURA, C/ RESINA	B	302,03
92	24/03/05	00092	MESA EXECUTIVA ,EM AGLOMERADO DE 25MM DE ESPESSURA, C/ RESINA	B	302,03
93	24/03/05	00093	GAVETEIRO VOLANTE C/ 2 GAVETAS + 01 GAVETA P/ PASTA SUSPensa, EI	B	221,19
94	24/03/05	00094	GAVETEIRO VOLANTE C/ 2 GAVETAS + 01 GAVETA P/ PASTA SUSPensa, EI	B	221,19
95	24/03/05	00095	FRAGMENTADORA DE PAPÉIS SECRETA	B	535,00
96	06/04/05	00096	CÓDIGO CIVIL-TRADICIONAL	B	64,50
97	06/04/05	00097	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL TRADICIONAL	B	64,50
98	06/04/05	00098	COMENTARIOS A LEI LICITAÇÕES E CONTRATOS	B	120,00
99	06/04/05	00099	CRIMES NA LICITAÇÃO -REVISTA E ATUAL	B	58,00
100	06/04/05	00100	EFICÁCIA NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS	B	126,00
101	06/04/05	00101	PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIENCIA	B	135,00
102	06/04/05	00102	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	B	59,00
103	12/04/05	00103	TELEFONE INTELBRAS PREMIUN GRAFITE	B	39,00
104	12/04/05	00104	TELEFONE INTELBRAS PREMIUN GRAFITE	B	39,00
105	12/04/05	00105	TELEFONE INTELBRAS PREMIUN GRAFITE	B	39,00
TOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....					67.980,96

C: CONSERVAÇÃO

LEGENDA: N: NOVO; B: BOM; P: PRECÁRIO; T: INUTILIZADO

DATA: 31/12/2006

DECLARO PELO PRESENTE DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE, QUE RECEBI OS BENS ACIMA CODIFICADOS E FICARÃO SOB MINHA GUARDA E CONSERVAÇÃO, SENDO DE UTILIZAÇÃO NA MATRIZ DA CIA.

Helny Raula Campos  
Diretor - Presidente - MTGás

Geraldo Luiz de Araújo  
Diretor Adm. e Financeiro - MTGás

Rejane Mª de O. Garcia Leite  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

TC 000666  
Página: 04

TERMO DE RESPONSABILIDADE

ITEM	DATA DE AQUISIÇÃO	Nº TOMB.	NOMENCLATURA PATRIMÔNIO	C	VALOR
106	12/04/05	00106	TELEFONE INTELBRAS PREMIUN GRAFITE	B	39,00
107	13/04/05	00108	COMP. PENTIUM IV 2.6-PLACA MÃE ASUS P4SS00-GRAVADORA CDR52X32X	B	3.437,04
108	26/04/05	00109	ABNT- NBR 7500	B	87,38
109	26/04/05	00110	ABNT- NBR 12236	B	50,93
110	26/04/05	00111	ABNT- NBR 12790	B	35,28
111	26/04/05	00112	NOBREAK 700VA TSSHARA 4TOMADAS	B	255,00
112	03/05/05	00114	ARMÁRIO BAIXO EM AGLOMERADO (ZA201/ABPR)	B	329,92
113	03/05/05	00115	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS	B	261,59
114	03/05/05	00116	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS	B	261,59
115	03/05/05	00117	GAVETEIRO VOLANTE C/ PASTA ABDUL/PRETO	B	296,30
116	14/05/05	00118	MESA TIPO SECRETÁRIA EM "L" (ZT1313/AB)	B	530,67
117	14/05/05	00119	AR CONDICIONADO SPRINGER 21000BTUS	B	1.980,00
118	24/05/05	00120	MONITOR 17" - DIGITAL LG	B	582,27
119	24/05/05	00121	MICROCOMP-PIV MAXTRO-40GB-256MB-CD-LG.	B	2.707,73
120	24/05/05	00122	MONITOR 17" - DIGITAL LG	B	602,77
121	24/05/05	00123	MICROCOMP-PIV MAXTRO-40GB-256MB-CD-LG.	B	2.555,23
122	27/05/05	00124	ARMARIO EM AÇO W3 1,74x76x33	B	302,00
123	27/05/05	00125	BALCÃO MARFIM EM MDF	B	270,00
124	30/05/05	00126	APARELHO TELEFONICO INTELBRAS CP20 GRAFITE	B	39,00
125	30/05/05	00127	APARELHO TELEFONICO INTELBRAS CP20 GRAFITE	B	39,00
126	30/05/05	00128	EXTINTOR AP.10LTS	B	90,00
127	30/05/05	00129	EXTINTOR PQS 06KG.	B	90,00
128	08/06/05	00130	GRAVADOR TIPO REPORTER PANASONIC	B	190,00
129	21/06/05	00131	CAMERA DIGITAL CYBERSHOT DSC-P73 SONY	B	1.010,00
130	22/07/05	00133	APARELHO FAX PAPEL A4 UX-P200 SHARP	B	540,55
131	13/09/05	00134	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MFC 7420 - BROTHER	B	1.833,00
132	13/06/05	00136	IMPRESSORA LASER MÉDIO PORTE BROTHER MODELO HL-6050	B	2.983,50
133	14/09/05	00137	NOBREAK SMS 650V A NET+TOP	B	420,00
134	14/09/05	00139	NOBREAK SMS 650V A NET+TOP	B	420,00
135	14/09/05	00140	NOBREAK SMS 650V A NET+TOP	B	420,00
136	14/09/05	00141	NOBREAK SMS 650V A NET+TOP	B	420,00
137	14/09/05	00142	MICROCOMP. ATHLON 3000 CPU DNA- HD 80GB-MEM.512MB-DRIVE CD-RW	B	2.980,00
138	14/09/05	00144	MICROCOMP. ATHLON 3000 CPU DNA- HD 80GB-MEM.512MB-DRIVE CD-RW	B	2.980,00
139	14/09/05	00145	MICROCOMP. ATHLON 3000 CPU DNA- HD 80GB-MEM.512MB-DRIVE CD-RW	B	2.980,00
140	14/09/05	00146	MICROCOMP. ATHLON 3000 CPU DNA- HD 80GB-MEM.512MB-DRIVE CD-RW	B	2.980,00
TOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....					102.980,71

C: CONSERVAÇÃO

LEGENDA: N: NOVO; B: BOM; P: PRECÁRIO; T: INUTILIZADO

DATA: 31/12/2006

DECLARO PELO PRESENTE DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE, QUE RECEBI OS BENS ACIMA CODIFICADOS E FICARÃO SOB MINHA GUARDA E CONSERVAÇÃO, SENDO DE UTILIZAÇÃO NA MATRIZ DA CIA.

*Helny Paula Campos*  
Diretor - Presidente - MTGás

*Geraldo Luiz de Araújo*  
Diretor Adm. e Financeiro - MTGás

*Rejane Mª de C. Garcia Leite*  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

TC DILIGENCIADOS

000667

Página: 05

## TERMO DE RESPONSABILIDADE

ITEM		Nº TOMB.	NOMENCLATURA PATRIMÔNIO	VALOR
141	14/12/05	00180	FONE OPERADOR (HEAD PHONE) CT-10 900	579,83
142	13/06/06	00181	ASTRA SEDAN ADVANTAGE 2.0 ANO/MOD 06/07	48.500,00
143	17/07/06	00183	PEUGEOT PRESENCE FLEX206 1.6 - 16 VA06/ MOD07	36.200,00
144	28/08/06	00184	NO BREAK MANAG NET3 + USM 700BI 115V USB	274,90
145	28/08/06	00185	NO BREAK MANAG NET3 + USM 700BI 115V USB	274,90
146	14/08/06	00189	GAVETEIRO VOLANTE C/02 GACETAS SENDO UMA P/ PASTA SUSPensa	404,16
147	14/08/06	00190	MESA COM TAMPO EM L 1.37X1.37X0.60X0.74	656,50
148	14/09/05	00191	MONITOR 17" LFG FLATON-C/ REGISCO XP PRO.-MICROCOMP. ATHLON 3000 -	RP142
149	14/09/05	00192	MONITOR 17" LFG FLATON-C/ REGISCO XP PRO.-MICROCOMP. ATHLON 3000 -	RP145
150	14/09/05	00193	MONITOR 17" LFG FLATON-C/ REGISCO XP PRO.-MICROCOMP. ATHLON 3000 -	RP146
151	13/04/05	00194	MONITOR 17" -PHILIPS ADQUIRIDO EM 13/04/05	RP046
152	20/07/04	00195	COMP. PENTIUM IV2.8-512MEMÓRIA -GRAVADORA DE CD LG 52X-CX DE SOM - TECLAD	RP046
153	XXXXX	00196	Etiqueta inservível	XXXXXXXXX
154	20/07/04	00197	CPU COMP. ATHLON CPU 2.2 +256 MEMÓRIA -	RP047
155	24/03/05	00198	MONITOR MICROCOMPUTADOR MARCA SI-MODELO SI PENTIUM IV	RP083
156	29/10/04	00199	COMP. PENTIUM CPU IV2.8-512MEMÓRIA -GRAVADORA DE CD LG 52X-CX DE SOM -	RP055
157	24/03/05	00200	MONITOR MICROCOMPUTADOR MARCA SI-MODELO SI PENTIUM IV	RP084
158	14/09/05	00201	MICROCOMP. ATHLON 3000 MONITOR	RP144
159	14/08/06	00202	MESA COM TAMPO EM L 1.37X1.37X0.60X0.74	656,50
160				
161				
162				
163				
164				
165				
166				
167				
168				
169				
170				
171				
172				
173				
174				
175				
TOTAL DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....				190.527,50

C: CONSERVAÇÃO

LEGENDA: N: NOVO; B: BOM; P: PRECÁRIO; T: INUTILIZADO

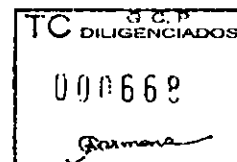
DATA: 31/12/2006

DECLARO PELO PRESENTE DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE, QUE RECEBI OS BENS ACIMA CODIFICADOS E FICARÃO SOB MINHA GUARDA E CONSERVAÇÃO, SENDO DE UTILIZAÇÃO NA MATRIZ DA CIA.

*Helny Paula Campos*  
Diretor - Presidente - MTGás

*Geraldo Luiz de Araújo*  
Diretor Adm. e Financeiro - MTGás

*Rejane Mª de O. Garcia Leite*  
Gerente Adm. e Financeiro - MTGás



37

## Anexo – V

Referente ao item 6 – Despesas com combustíveis no valor de R\$ 1.256,73 (um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos) gastos com os funcionários Sra. Jully (R\$ 46,13) e o Sr. Márcio (R\$ 1.210,60), contrariando o art. 4º da Lei 4.320/64. (idêntico ao item 8)

CONSUMIDORES PARA GÁS NATURAL EM MATO GROSSO

Segmento	Empresa	Volume de GN (m3 / dia)
Processadoras de grãos	Amaggi	44.880
	Encomind	24.480
	Bunge	
	Sperafico	32.640
Bebidas	Ambev	26.520
	Coca Cola (Renosa)	10.000
	Kaiser	20.400
Frigoríficos	Sadia	40.800
Alimentos	Delicious Fish	
Textil	Cotton King	6.000
Metalúrgicas	Bimetal	1.484
Madeira	GD Mato grosso	12.240
	American Wood	100
	Madeplacas	1.275
Nutrição animal	Nutriara	3.400
	Globoaves	500
	Maravilha Rações	350
	Pap Rações	700
Construção Civil	Betumel	6.100
	Drebor	1.700
Borracha	Buzetti	306
Química	Sabão Sol	2.040
Sementes (Campo Verde)	Bom Futuro	3.000
	Marabá	3.000
Algodoeiras (Campo Verde)	Bom Futuro	3.000
	Mato Grosso	3.000
	Marabá	3.000

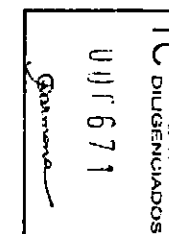


TC G.C.P.  
DILIGENCIADOS  
000670  
*Barbosa*

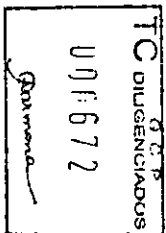
Secadores Grãos (Raio menor 100 Km)	Vários	20.000
Cerâmica	HCN Fornos	6.000
Embalagens	Fábrica de latas	20.000
Shopping Center	Pantanal	4.000
	Três Américas	3.000
	Goiabeiras	2.000
Hospitais	Santa Rosa	300
	Jardim Cuiaba	300
	Hospital Geral	300
	UFMT	300
Restaurantes	Vários	1.000
Postos	VIP	4.500
	Ipyranga	4.500
	BR	4.500
<b>Total</b>		<b>321.615</b>

# CONSUMIDORES PARA GÁS NATURAL EM MATO GROSSO

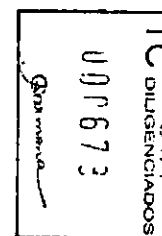
Segmento	Empresa	Volume de GN (m3 / dia)	Distância (km)	Situação
Processadoras de grãos	Amaggi	44.880	4,7	MT Gás está preparando proposta para secadores
	Encomind	24.480	8,2	feita oferta para secadores
	Bunge	46.920	5,8	desativada
	Sperafico	32.640	2,9	MT Gás está preparando proposta para secadores
Bebidas	Ambev	26.520	25	visitada
	Coca cola (Renosa)	10.000	30	visitada
	Kaiser	20.400	15	visitada
Frigoríficos	Sadia	40.800	14	em negociação
Alimentos	Delicious Fish	não declarou	7,5	não nos recebeu
Textil	Cotton King	6.000	7,6	visitada
Metalúrgicas	Bimetal	1.484	1,5	não aceitou preço
Madeira	GD Mato grosso	12.240	7	vai esperar tubulação



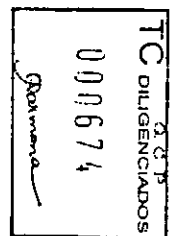
Industrial		American Wood	100	5,7	visitada
		Madeplacas	1.275	6	visitada para levantamento dados
	Nutrição animal	Nutriara	3.400	7,2	visitada para levantamento dados
		Globoaves	500	7,5	visitada para levantamento dados
		Maravilha Rações	350	10	visitada para levantamento dados
		Pap Rações	700	7,5	várias visitas: fez contraproposta no transporte
	Construção Civil	Betumel	6.100	6,9	visitada
	Borracha	Drebor	1.700	7,9	não nos recebeu
		Buzetti	306	7,4	visitada para levantamento dados
	Química	Sabão Sol	2.040	7,5	visitada para levantamento dados
	Sementes (Campo Verde)	Bom Futuro	3.000	180	visitada, aguarda posição da transportadora
		Marabá	3.000	180	visitada, aguarda posição da transportadora
	Algodoeiras (Campo Verde)	Bom Futuro	3.000	160	visitada, aguarda posição da transportadora
		Mato Grosso	3.000	140	visitada, aguarda posição da transportadora



		Marabá	3.000	140	visitada, aguarda posição da transportadora
	Secadores Grãos (Raio menor 100 Km)	Vários	20.000	100	
	Cerâmica	HCN Fornos	6.000	30	Não decidiu se vem para MT
	Embalagens	Fábrica de latas	20.000	6	em construção
	Shopping Center	Pantanal	4.000	17	Visita preliminar, sem apresentação de proposta
		Três Américas	3.000	12	Visita preliminar, sem apresentação de proposta
		Goiabeiras	2.000	20	Visita preliminar, sem apresentação de proposta
Comercial	Hospitais	Santa Rosa	300	20	Visita preliminar, sem apresentação de proposta
		Jardim Cuiaba	300	22	Visita preliminar, sem apresentação de proposta
		Hospital Geral	300	22	Visita preliminar, sem apresentação de proposta
		UFMT	300	12	Visita preliminar, sem apresentação de proposta
	Restaurantes	Vários	1.000		Visita preliminar, sem apresentação de proposta



Residencial					
Veicular	Postos	VIP	4.500	15	operando
		Ipyranga	4.500	10	operando
		Petrobras	4.500	12	em obras
	Total		368.535		

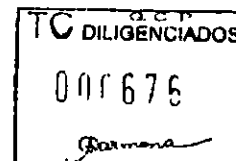






Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



### COMUNICAÇÃO INTERNA - 017/2005

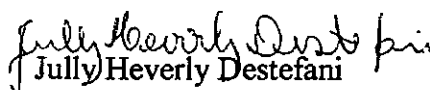
<b>Do:</b> Setor Diretoria Técnico-Comercial	<b>Para:</b> Diretor Presidente	<b>Data:</b> 19/12/2005
---	---------------------------------	-------------------------

### SOLICITAÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA TREINAMENTO

A fim de capacitar os funcionários da MT Gás para agir de forma segura diante de uma emergência relacionada com vazamento de gás natural tanto no City Gate como no trajeto do transporte, será que seja realizado um treinamento junto ao Corpo de Bombeiros. Para a realização do treinamento solicito os seguintes materiais, conforme requerido pelo Corpo de Bombeiros:

- 14 litros de diesel;
- 7 litros de gasolina.

Atenciosamente,

  
Jully Heverly Destefani  
Gerente de Operações e Engenharia

Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
Cuiabá - MT  
Fone: (65) 642 4423



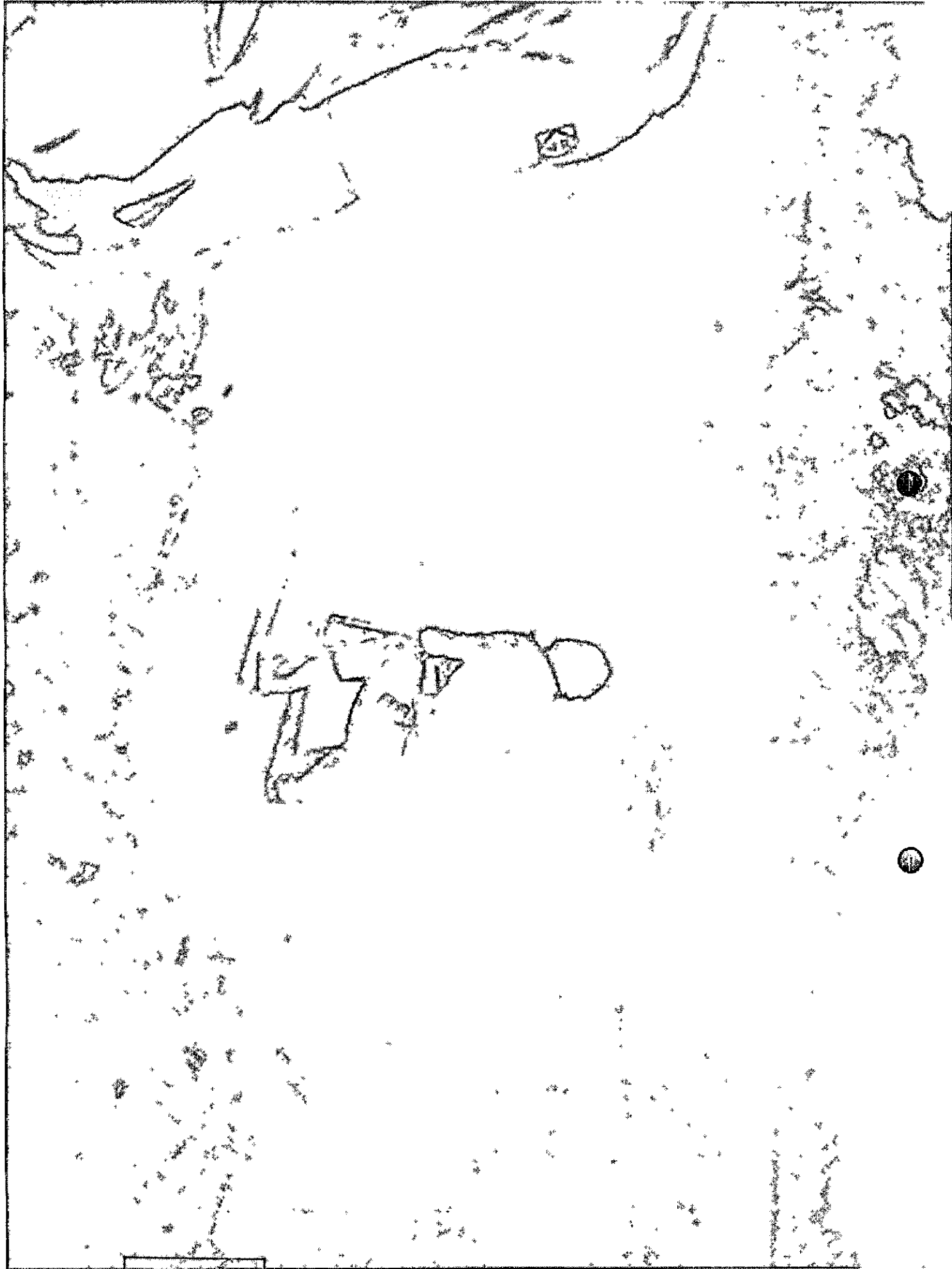
TC	000678
DILIGENCIADOS	
<i>Garmona</i>	



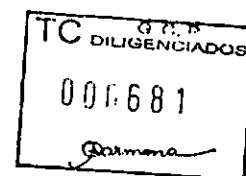
000679  
C DILIGENCIADOS



18



TC DIRECTOR  
000000



## Anexo – VI

Referente ao item 9 – Ausência do Plano de Trabalho e Projeto Básico quando da formalização do Contrato de nº 08/2006, o que contrariou o art. 2º, III, da IN nº 04/2003/SAD.

# DIÁRIO OFICIAL

## DO ESTADO DE MATO GROSSO

ANO CXI - CUIABÁ - SEXTA FEIRA 21 DE FEVEREIRO DE 2.003 - Nº 23.566

### PODER EXECUTIVO

#### ADMINISTRAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 64/2003/AB, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2003.

Disciplina o procedimento para a contratação de serviços pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, II da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 13 do Decreto nº 10, de 14 de Janeiro de 2003,

#### RESOLVE:

##### Seção I Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina o procedimento para a contratação de serviços pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

I - serviços continuados: são aqueles serviços auxiliares, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro;

II - plano de trabalho: é o documento aprovado pela autoridade competente, que contém a necessidade de contratação dos serviços, orientando a caracterização do objeto, evidenciando as vantagens para a Administração e sua economicidade, no que concerne, e detalhando diretrizes para elaboração dos projetos básicos;

III - projeto básico: é a descrição detalhada do objeto a ser contratado, dos serviços a serem executados, sua frequência e periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina, gestão da qualidade, informações a serem prestadas e controles a serem adotados;

IV - unidade de medida: é o parâmetro adotado para quantificação e medição dos serviços, devendo refletir, sempre que possível, os produtos e resultados esperados;

V - posto de serviço: é a unidade de medida da prestação de serviços, caracterizado-se pelo período durante o qual o posto deverá ser preenchido por pessoas qualificadas para o desempenho das tarefas;

VI - taxa física: é a unidade de medida, expressa em metros quadrados de área interna, externa, e outros, segundo as características de cada tipo de serviço;

VII - planilha de custos e formação de preços: é o documento contendo o detalhamento dos custos que compõem os preços;

VIII - custo de mão-de-obra: é o custo unitário total, inclusive encargos, impostos, benefícios e tributos, para cada categoria profissional, jornada de trabalho, tipo de serviço e para cada caso de incidência de adicional, utilizado para a formação de preços;

IX - salário normativo: é o salário estabelecido para determinadas categorias profissionais, porcentos é a adição de custos, por acordo, convenção ou decisão coletiva de trabalho;

X - insumos: são os custos decorrentes de materiais e equipamentos efetivamente utilizados na prestação dos serviços, bem como os benefícios oferecidos aos empregados.

##### Seção II Dos Serviços

Art. 3º Para a contratação de serviços, os órgãos e entidades deverão:

I - elaborar plano de trabalho contendo o seguinte:

a) a justificativa da necessidade dos serviços;

b) a demonstração da economicidade dos serviços;

c) a quantificação dos serviços a serem contratados;

d) os resultados a serem alcançados em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis;

II - elaborar projeto básico, a partir das diretrizes do plano de trabalho, contendo o seguinte:

a) a programação orçamentária;

b) a periodicidade do contrato;

c) a quantificação e especificação dos serviços a serem contratados;

d) a descrição dos serviços a serem contratados;

e) a unidade de medida adequada à aferição de resultados em termos de quantidade e qualidade, conforme a natureza dos serviços;

f) os critérios para controle dos serviços;

g) o custo mensal estimado do contrato;

III - elaborar planilhas de custos e formação de preços, a partir dos seguintes dados, no que concerne:

a) o valor das remunerações de mão-de-obra das diferentes categorias profissionais envolvidas na prestação dos serviços, definido, sempre que possível, conforme acordo, convenção ou decisão coletiva de trabalho;

b) o valor dos encargos sociais e trabalhistas incidentes, com base na legislação;

c) o custo dos insumos apurados a partir da experiência do órgão ou entidade, pesquisas junto aos demais órgãos ou entidades, estudos e publicações especializadas, empresas, prestadores de serviços e pesquisas junto ao mercado;

d) os custos administrativos e fixos, calculados como percentuais aplicados sobre os custos diretos;

e) os tributos, conforme a legislação;

f) outros parâmetros necessários.

§ 1º A incidência de adicionais de insalubridade e periculosidade somente será admitida mediante o competente laudo pericial, emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico de Segurança do Trabalho devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia, Agronomia e Arquitetura ou de Medicina, respectivamente, e para os locais e condições nele determinados.

§ 2º Somente será admitida a inclusão dos benefícios previstos na alínea e do inciso III na composição dos custos, quando efetivamente oferecidos aos empregados.

§ 3º A composição do custo mensal estimado do contrato será estabelecida à partir da experiência do órgão ou entidade, de pesquisas junto ao mercado, e ainda, dos preços estabelecidos pela Secretaria de Estado de Administração.

##### Seção III Dos Serviços de Vigilância e Segurança

Art. 4º Para a contratação de serviços de vigilância e segurança, os órgãos e entidades deverão elaborar projeto básico contendo os requisitos previstos no art. 3º e, ainda, os seguintes:

I - os quantitativos dos diferentes tipos de postos de vigilância, que serão contratados por preço mensal do posto;

II - descrição dos serviços a serem executados, constantes do Anexo I, desta Instrução Normativa, que admitirá as adaptações exigidas para atender às necessidades de órgão ou entidade.

Art. 5º O posto de vigilância poderá adotar as seguintes características, ou outras que couberem:

I - 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, de segunda a domingo, inclusive feriados;

II - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados;

III - 12 (doze) horas noturnas, de segunda a domingo, inclusive feriados.

§ 1º Sempre que possível, o horário de funcionamento dos órgãos e a escala de trabalho dos servidores deverá ser adequada para permitir a contratação da vigilância conforme o disposto no caput.

§ 2º Excepcionalmente, desde que devidamente fundamentada e comprovada a urgência econômica para a Administração, poderão ser caracterizados outros tipos de postos, conforme os acordos, convenções ou decisões coletivas da categoria.

Art. 6º Para cada tipo de posto de vigilância, deverá ser apresentado o respectivo preço mensal, calculado conforme a planilha de custos e formação de preços, contida no Anexo II, desta Instrução Normativa.

52

TC  
DILIGENCIADOS  
000683  
Darmena



Governo de Mato Grosso

BLAIRO BORGES MAGGI  
Governador do Estado

IRACI ARAUJO MOREIRA  
Vice-Governadora

- CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública  
- CARLOS BRITO DE LIMA  
Secretário-Chefe da Casa Civil  
- WALTER DE FÁTIMA PEREIRA  
Secretário-Chefe da Casa Militar  
- YÊNES JESUS DE MAGALHÃES  
Secretário de Estado Planejamento Coord. Geral  
- WALDIR JÚLIO TEIX  
Secretário de Estado de Fazenda  
- SÍRIO PINHEIRO DA SILVA  
Secretário-Auditor Geral do Estado  
- HOMERO ALVES PEREIRA  
Secret. de Estado Agricultura Assuntos Fundiários  
- ALEXANDRE HERCULANO C. DE S. FURLAN  
Secret. de Estado Indústria Comércio e Mineração  
- TEREZINHA DE SOUZA MAGGI  
Secretária de Estado de Trab. Emprego e Cidadania  
- RICARDO LUIZ HENRY  
Secret. de Estado do Desenvolvimento do Turismo  
- LUIZ ANTONIO FAGOT  
Secretário de Estado de Transportes  
- GABRIEL NOVIS NEVES  
Secretário de Estado da Educação

- MARCOS HENRIQUE MACHADO  
Secretário de Estado de Administração  
- LUZIA DAS GRAÇAS DO PRADO LEÃO  
Secretária de Estado de Saúde  
- GERALDO LUIZ GONÇALVES FILHO  
Secretário de Estado de Comunicação Social  
- JOÃO VIRGÍLIO DO N. SOBRINHO  
Procurador-Geral do Estado  
- FÁBIO CÉSAR GUTMARRÊS NETO  
Defensor Público-Geral  
- LOUREMBERG NUNES ROCHA  
Secretário Extraordinário de Ação Política  
- CLOVES FELÍCIO VETTORATO  
Secretário Extraordinário de Proj. Estratégico  
- MOACIR PIRES DE MIRANDA FILHO  
Secretário Especial do Meio Ambiente  
- ADEMIR NEVES MOREIRA  
Secretário de Estado de Esportes e Lazer  
- BENEDITO PAULO DE CAMPOS  
Secretário de Estado de Cultura  
- FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA  
Secret. de Est. de Ciência, Tecnologia e Educ. Sup.

Seção IV  
Dos Serviços de Limpeza e Conservação

Art. 7º Para a contratação de serviços de limpeza e conservação, os órgãos e entidades deverão elaborar projeto básico contendo os requisitos previstos no Art. 3º, ainda, e seguir:

- I - a área interna;
- II - a área externa;
- III - a área das dependências externas;
- IV - a área das fachadas arborizadas;
- V - a área núcleo-hospitalar;

VI - a produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em metros de área física por jornada de trabalho ou relação servente por coqueiro;

VII - a descrição dos serviços a serem executados, constantes do Anexo III desta Instrução Normativa, que admitirá as adaptações exigidas, em especial no caso de áreas hospitalares, para atender às necessidades do órgão ou entidade.

Art. 8º Os serviços de limpeza e conservação serão contratados com base na área física a ser limpa, estabelecendo-se o custo por metro quadrado, observadas a periodicidade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço.

Art. 9º Nas condições acima serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:

- I - áreas internas: 250m<sup>2</sup>;
- II - áreas externas, nos casos previstos no § 4º: 1100m<sup>2</sup>;
- III - dependências externas, na área interna de 200m<sup>2</sup>, observada a produtividade prevista no projeto básico;
- IV - fachadas arborizadas, nos casos previstos no § 5º: 100m<sup>2</sup>, observada a produtividade prevista no projeto básico;
- V - áreas hospitalares e assemelhadas: 300m<sup>2</sup>.

§ 1º Será adotada a relação de um coqueiro por cada cinco serventes, ou fração, podendo ser reduzida a critério de produtividade comprovada, apenas para o núcleo previsto no inciso IV, onde será adotada a relação um coqueiro por cada quatro serventes.

§ 2º Nos casos em que a área física a ser contratada for menor que a estabelecida para a produtividade mínima esta poderá ser considerada para efeito da contratação.

§ 3º Produtividades diferentes poderão ser adotadas, desde que devidamente justificadas e aprovadas pela autoridade competente.

§ 4º Considerar-se-á área externa, aquela não edificada, integrante do imóvel.

§ 5º Considerar-se-á a limpeza de fachadas arborizadas, externamente, somente para aquelas cujo acesso para limpeza exija equipamento especial, cabendo ao dirigente do órgão ou entidade decidir quanto à oportunidade e conveniência desta contratação.

§ 6º Nas áreas hospitalares, deverão ser identificadas as respectivas áreas administrativas e as núcleo-hospitalares, devendo estas últimas ser reportadas aos quadros de diagnóstico, enfermarias, ambulatórios, laboratórios, farmácia e outros que compõem o complexo hospitalar, para execução dos serviços de limpeza e conservação.

Art. 10. Caberá ao dirigente do órgão ou entidade decidir quanto às áreas que serão objeto de contratação de serviços de limpeza e conservação.

Art. 11. Para cada tipo de área física, deverá ser apresentado o respectivo preço unitário por metro quadrado, calculado com base na planilha de custos e formação de preços, constantes do Anexo IV desta Instrução Normativa.

Art. 12. O valor mensal dos serviços, em reais por metro quadrado, será elidido de acordo com o quadro ilustrativo contido no Anexo IV-B desta Instrução Normativa.

Art. 13. No processo licitatório admitir-se-á a utilização de equipamentos que propiciem ganhos de produtividade sendo que para o julgamento de aceitabilidade destas propostas, quando for o caso, essa possibilidade deverá estar prevista no ato convocatório, bem como o estabelecimento de condições que possam afetá-la.

Seção V  
Dos Procedimentos para Análise e Realização de Projeto

Art. 14. O plano de trabalho, juntamente com o projeto básico, deverão ser encaminhados à Secretaria de Estado de Administração para análise e emissão de parecer sobre a oportunidade e a oportunidade da contratação.

Art. 15. A Secretaria de Estado de Administração apresentará o parecer ao Gabinete do Governador que autorizará ou não a contratação.

Seção VI  
Das Áreas Conservatórias

Art. 16. Os atos convocatórios de licitação, a ser editados, deverão conter a descrição, bem como a natureza do contrato, observando o disposto nesta Instrução Normativa e as legislações pertinentes, explicitando em seu texto a natureza e a abrangência de cada caso, de modo a evitar dúvidas e omissões, de forma inequívoca, a elaboração de propostas e as condições de julgamento.

Art. 17. O contrato ainda dos atos convocatórios:

I - o limite máximo aceitável, quando possível, para valor mensal da contratação, de maneira a orientar os licitantes a elaborarem suas propostas dentro dos critérios de aceitabilidade, sendo desclassificadas aquelas com preços superiores ao limite máximo estabelecido;

II - os quantitativos de serviços e as unidades de medida adotadas;

III - os modelos de planilhas de custo e formação de preços, a serem preenchidas pelas propostas, quando for o caso, já devidamente adequadas aos termos de licitação e de modo a proporcionar a apresentação e o julgamento das propostas;

IV - a descrição detalhada dos serviços e seus prazos, condições e prazos de entrega;

V - a demonstração de que os valores das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional, por preço unitário elidido de cada tipo de serviço, detalhando os custos e formação de preços, contendo ainda os valores totais mensal e anual da proposta totalizada no final, no fim e no caso;

VI - a validade a qualquer modificação de preços por índices gerais, revisíveis ou que reflitam a variação dos custos;

VII - a sanção que:

a) a validade do contrato limitará-se ao período financeiro, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de até duas vezes, até a multa prevista no ato convocatório, observado o disposto em lei;

b) que a proposta deverá apresentar o preço unitário de cada item, observando a divisão relativa do trabalho da categoria pertencente ao objeto do serviço, quando couber;

c) que a validade à Administração e ao seu representante, exercer poder de decisão sobre os empregados do contrato, reportando-se somente aos preços e responsabilidade por eles incorridos.

Parágrafo único. Os valores das propostas serão elididos a partir da multiplicação dos preços unitários propostos pelos quantitativos correspondentes, constantes dos atos convocatórios, totalizados no final, no fim e no caso.

Seção VII  
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 18. A contratação dos serviços obedecerá ao disposto na Lei nº 8.665, de 21 de junho de 1993, no Decreto nº 10.464 de 14 de junho de 2003 e nesta Instrução Normativa.

Art. 19. As licitações em andamento e os contratos vigentes deverão ser adequados às disposições desta Instrução Normativa.

Art. 20. Os custos unitários e os valores totais serão revisíveis pela Secretaria de Estado de Administração.

Art. 21. A Secretaria de Estado de Administração, por intermédio de Representante de Partes Interessadas e Interessadas, poderá divulgar, para efeitos de referência, valores para a produtividade mínima e os preços das obras, que poderão ser adotados pelos órgãos ou entidades, bem como, se necessário, emitir pareceres estabelecendo critérios e bases adotados de preços a serem pagos pela Administração.

Art. 22. O plano de trabalho, o projeto básico e a planilha de custos e formação de preços deverão ser elaborados em conformidade com esta Instrução Normativa, sob pena de desclassificação das propostas de origem.

Art. 23. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

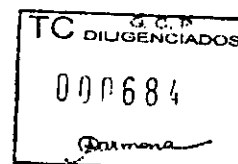
Cabed, 21 de Fevereiro de 2003, 12ª de Independência e 112ª de República.

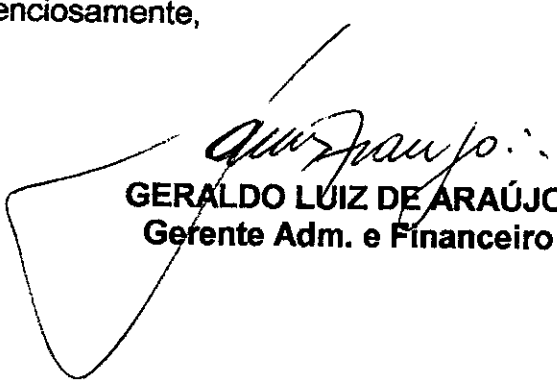
Marcos Henrique Machado  
Secretário de Estado de Administração



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

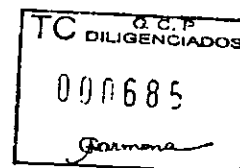
## **COMUNICAÇÃO INTERNA**



<b>De: Diretor Adm. e Financeiro</b>	<b>Para: Jurídico</b>	<b>Data: 10/05/06</b>	<b>C.I. Nº 30/2006</b>
<p>Autorizo a prestação de serviços de limpeza em geral, com a empresa, <b>IGUALDADE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA</b>, por ter oferecido o menor preço e legalidade documental.</p> <p>O contrato terá seu prazo de vigência de 16 de Maio de 2006 a 14 de Julho de 2006.</p> <p>Neste período será realizado o certame licitatório na modalidade Pregão Presencial com apoio da SAD para contratação do serviço supra citado.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p> <b>GERALDO LUIZ DE ARAÚJO</b> Gerente Adm. e Financeiro</p>			
<b>Assinatura:</b>		<b>Recebi em:</b>	
		Às _____ horas	



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

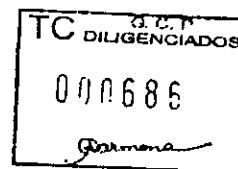


**CONTRATO Nº 008/2006/MTGÁS - PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇO DE LIMPEZA EM GERAL E  
CONSERVAÇÃO.**

O Estado de Mato Grosso representado pela **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS**, sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, constituída na forma da Lei Estadual nº 7.939 de 28/07/2003, com sede Administrativa na Avenida Rubens de Mendonça, nº 2.254 – Edifício American Business Center, Sala 704/707 – Bairro Aclimação, Cuiabá/MT, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 06.023.921/0001-56, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada, neste ato, pelo seu Diretor Presidente **Helny Paula Campos**, portador da cédula de identidade RG nº 025.316 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.328.541-15, e pelo seu Diretor Administrativo e Financeiro **Geraldo Luiz de Araújo**, portador da cédula de identidade RG nº 4.720.774-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 203.167.551-68, de outro lado a Empresa **IGUALDADE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.877.929/0001-01, com sede na Rua Alexandre de Barros, 145, Bairro: Chácara dos Pinheiros, fone: 3661-9334, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo **Sr. Marcos Rogerio Cardim**, portador da cédula de identidade RG nº 18.737.531 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 092.538.388.09, aqui denominado **CONTRATADA**, tem como justos, pactuados e contratados o presente Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza em geral e conservação, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. A **CONTRATADA** compromete-se a prestar sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os serviços de limpeza em geral e conservação na sede da MTGás.



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

1.2. Os serviços ora contratados serão prestados da seguinte forma: 01 (uma) Servente de limpeza, das 07h00 às 11h00 - 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira, na sede da Companhia Mato-grossense de Gás - MTGás, no endereço: Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2.254, Edifício American Business Center, sala 704/707, Cuiabá/MT.

**CLÁUSULA 2ª – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

2.1. Compromete-se a CONTRATADA a fornecer à CONTRATANTE mão de obra qualificada e habilitada para o exercício dos serviços ora ajustados, sendo certo que a funcionária da CONTRATADA deverá, além do zelo e dedicação necessários, o bom senso no uso diário dos produtos de limpeza, desempenhar as suas atribuições portando-se de maneira socialmente irrepreensível, não causando transtornos aos clientes, visitantes e funcionários da CONTRATANTE.

2.2. Os uniformes, materias de limpeza e higiene necessários ao exercício da atividade profissional, inclusive identificação profissional, serão fornecidos pela CONTRATADA, que fiscalizará e exigirá a utilização dos mesmos pela funcionária, fiscalizando também o perfeito andamento dos serviços ora contratados.

2.3. Poderá a CONTRATANTE solicitar à CONTRATADA o afastamento da funcionária que não atenda às exigências, bem como a imediata substituição, mediante simples requerimento.

2.4. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), mediante solicitação por escrito da CONTRATANTE os materiais de limpeza e higiene necessários ao exercício da atividade.

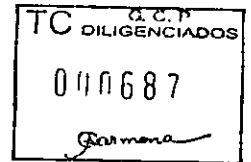
**CLÁUSULA 3ª – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:**

3.1. Em remuneração dos serviços prestados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 1.280,00 (Um mil duzentos e oitenta reais), com vencimento para o dia 16 (dezesesseis) de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços. Ficando desde já acertado entre as partes que a Nota Fiscal deverá ser enviada a CONTRATANTE com antecedência de pelo menos 10 (dez) dias úteis do seu vencimento, sob pena do não pagamento na data pactuada.

3.2. O pagamento mensal somente será efetuado mediante a comprovação dos seguintes documentos que deverão ser enviados junto com a Nota Fiscal:

a) Certidão negativa de débitos emitida pela SEFAZ;





**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

- b) Prova de quitação com a Fazenda Municipal - ISS;
- c) Certificado de regularidade com a Previdência Social - CND e o comprovante do recolhimento mensal;
- d) Certificado de regularidade do FGTS e o comprovante do recolhimento mensal;
- e) Certidão de quitação de tributos e contribuições federais (Receita Federal).

4.3. A CONTRATANTE compromete-se a efetuar o pagamento impreterivelmente até a data de seu vencimento, sob pena de incidência de juros e multa.

4.4. Após a data do vencimento, quaisquer valores não pagos pela CONTRATANTE serão corrigidos monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

4.5. A CONTRATANTE é substituto tributário, e reterá na Nota Fiscal o ISQN, Imposto de Renda e INSS (seguro social).

**CLÁUSULA 4ª – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. As despesas decorrentes do presente CONTRATO correrão por conta da seguinte dotação: 17502.2007.0600.3390.3700, fonte 246.

**CLÁUSULA 5ª – DA VIGÊNCIA:**

5.1. O prazo de duração do presente Contrato é de 60 (sessenta dias), iniciando em 16 de Maio e término em 14 de Julho de 2006.

**CLÁUSULA 6ª – DA RESCISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO:**

6.1. Além dos casos expressamente previstos na Lei 8.666/93, fica entendido que o presente Contrato será rescindido de pleno direito e independente de qualquer de suas Cláusulas, no caso de força maior que impeça a prestação do serviço, não assumindo a CONTRATANTE qualquer responsabilidade perante a CONTRATADA por quaisquer danos, indenizações.

6.2. Este Contrato poderá ser rescindido:

- a) por mútuo acordo entre as partes;



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



b) unilateralmente, por qualquer uma das partes, mediante prévia notificação por escrito à outra, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sendo que não haverá nenhum pagamento de multa ou qualquer outro tipo de encargo ou pagamento do aviso prévio pela CONTRATANTE.

c) No caso de rescisão unilateral, a CONTRATANTE deverá estar em dia com todos os pagamentos previstos no presente.

d) No caso de decretação de falência, liquidação ou concordata de uma das partes, este instrumento será automaticamente rescindido.

**CLÁUSULA 7ª – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

7.1. Fundamenta-se o presente Contrato nas condições estabelecidas na Dispensa de Licitação conforme a Lei nº 8666/93, art. 24, inciso II.

**CLÁUSULA 8ª – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

8.1 A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelas despesas e encargos de ordem trabalhista, previdenciária, fiscal e indenizatórias de seus funcionários, salvo os valores retidos em nota fiscal que ficará a cargo da CONTRATANTE.

8.2. Na hipótese de serem propostas reclamatórias trabalhistas pelos funcionários da CONTRATADA, esta compromete-se, em juízo, responsabilizar-se totalmente por eventuais débitos, inclusive ressarcindo a CONTRATANTE por quaisquer despesas por ventura efetuadas em decorrência de tais demandas trabalhistas.

8.3. A CONTRATADA também se responsabiliza por atos dos seus funcionários que prestarão serviços na sede da CONTRATANTE que venham acarretar danos, prejuízos a mesma ou a terceiros.

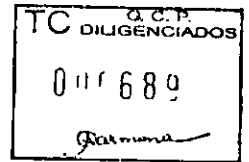
8.4. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as normas previstas na legislação mencionada, respondendo os mesmos pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.5. O presente Contrato será regido ainda, no que couber, pelo disposto nos artigos 55 e 58 a 61 da Lei nº 8.666/96.

8.6. Qualquer tolerância das partes quanto ao cumprimento das cláusulas e condições do presente ajuste, não constituirá novação ou renúncia, nem impedirá que as partes exerçam os



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



seus direitos, a qualquer tempo, mesmo após a extinção deste instrumento.

**CLÁUSULA 9ª – DO FORO CONTRATUAL:**

9.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste Contrato. E por acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza todos os efeitos legais.

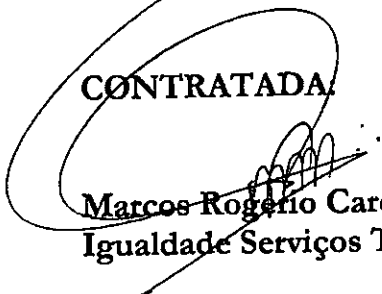
Cuiabá (MT), 16 de Maio de 2006.

**CONTRATANTE:**

  
**Helny Paula Campos**  
Diretor Presidente

  
**Geraldo Luiz de Araújo**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**CONTRATADA:**

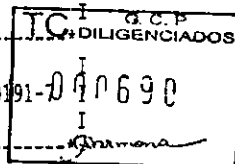
  
**Marcos Rogério Cardim**  
Igualdade Serviços Técnicos Ltda

Testemunha: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

Testemunha: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

59

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO  
CGEC-COORDENADORIA GERAL GESTAO CONTABILIDADE ESTADO  
SIAFMT SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA



NOTA DE EMPENHO - EMP DATA: 12/05/2006 PEDIDO: 175026002011 EMPENHO: 175026002011-040690

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO, MINAS E SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO, MI

UNIDADE : COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS

PROJ/ATIV. : MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

REGIONAL: REGIAO VI - SUL

CARACTERISTICAS - RECURSO: NORMAL

TIPO EMPENHO: GLOBAL

FORMA LICITACAO: OUTROS

N.:

ADIANTAMENTO: NAO DATA-LIMITE / / OBRA E SERV.ENG.: NAO ESCRITURAL :NAO CONTRATO/CONVENIO:

CREDOR -  
CODIGO : 2103587-3 CGC : 00877929000101  
NOME : IGUALDADE SERVICOS TECNICOS S-C LTDA  
ENDERECO: COMANDANTE COSTA 2497 CASA PORTP  
CUIABA CEP: 78025 U.F.: MT  
FORMA DE PAGTO :NOTA DE ORDEM BANCARIA

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO

DOTACAO ORCAMENTARIA	SALDO ORCAM. ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ORCAM. ATUAL
17 502 2007.0600 3390.3700 246	130.385,88	2.560,00	127.825,88

VALR TOT DO EMPENHO : R! 2.560,00( DOIS MIL QUINHENTOS E SESSENTA REAIS \*\*\*\*\*)  
( \*\*\*\*\*)  
( \*\*\*\*\*)

HISTORICO :REF CONTRATAÇÃO DE EMPRESA RESPONSÁVEL PELA LIMPEZA DA SEDE DA MTGÁS NO PERÍODO DE 16/05/2006 À 14/07/2006

DATA AUTORIZACAO DESPESA : / / ORDENADOR DA DESPESA : 0603 - HELNY PAULA CAMPOS

Rejane M. de S. Garcia Leite  
Gerente Administrativo  
MTGás

CHEFE DO ORGAO DE FINANÇAS

AGV7680R 05A 17:26:37.2

60

NO. 175026002011

I CHEFE ORGAO EXPEDIDOR  
I *Geraldo Luiz de*  
I Diretor Adm. e Financei

VALOR

2.560.00I

2.560.00

DADOS DO CREDOR

**RG:**

ADIANTAMENTO: NAO

1

**IOBSERVACAO:**

**I**

11

11

11

11

11

11

11

12/05/2006 17:24:56.5 05A AGV7650R

## TERMO DE ADESÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira, MÂRCIO LUIZ DE MESQUITA, adere ao Pregão n.º 060/2005/SAD, de Registro de preços n.º 001/2006, publicado no Diário Oficial de 23/02/2006, com vigência até 20/02/2007, conforme processo n.º 47656/2006, de 27 de março de 2006, com objeto prestação de serviços de telefonia móvel pela empresa TELEMAT CELULAR S/A, com validade de 12 meses. As despesas decorrentes da execução deste Termo de Adesão estão estimadas em R\$ 4.988,28 (quatro mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos) e correrão por conta da dotação orçamentária do Órgão: 17101 - Projeto/Atividade: 2007 - Elemento de Despesa: 3390.3900. Fonte: 123.

Cuiabá, 15 de maio de 2006

*Márcio Luiz de Mesquita*  
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira

## TERMO DE ADESÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA, neste ato representada pelo seu Titular, ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN, adere ao 1.º (PRIMEIRO) TERMO DE ADITAMENTO ATA TERMO REGISTRO DE PREÇOS N.º 321/2005, PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2005/SAD, com o intuito de contratar a empresa ITAUTEC INFORMÁTICA S/A - GRUPO ITAUTEC PHILCO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 51.764.058/0001-42, situada na Rua Santa Catarina, n.º 1, prédio 18, Tatuapé, São Paulo, vencedora da disputa do Lote 21 do referido Pregão - para fornecimento de 01 (um) notebook centrino 15" padrão, e com as demais especificações do Plano de Trabalho e do Projeto Básico do processo de protocolo n.º 59249/2006, de 05/04/2006, tendo o mesmo Registro de Preço sido acordado com as obrigações em face desta Adesão, à observância de todos os termos, direitos e obrigações previstos na aludida Ata, que lhe competirem.

As despesas decorrentes da execução deste Termo de Adesão estão estimadas em R\$ 4.013,00 (quatro mil e treze reais) e correrão por conta da dotação orçamentária do Órgão 17101. Projeto/atividade: 2007, Elemento de despesa: 4490.5200. Fonte 123.

Cuiabá-MT, 08 de maio de 2006.

ALEXANDRE HERCULANO COELHO DE SOUZA FURLAN  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA  
FTO. 4117

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

EXTRATO DO CONTRATO N.º 006/06/MTGÁS  
Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás - MTGÁS  
Contratada: Igualdade Serviços Técnicos Ltda.  
Objeto: Fornecimento de gás natural e manutenção na rede da MTGÁS.  
Tributação: 60 dias  
Valor: R\$ 1.280,00 mensal  
Despesa Orçamentária: 1.º 302.5007 0600 3390.3900 - fonte 246  
Assinatura: Helio Truta Campes - Diretor Presidente e Marcos Rogério Cardim - Representante da Contratada  
Cuiabá, 16 de Maio de 2006  
FTO. 4126

## TRABALHO EMPREGO E CIDADANIA

## EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 120/2006

**PARTES:** Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Prefeitura Municipal de Acortzal.

**OBJETO:** Co-financiamento do Programa de Serviço de Ação Continuada - SAC/ Apoio à Pessoa Idosa - API e Apoio aos Portadores de Deficiência-APD.

**DATA DE ASSINATURA:** 01/05/2006.

**DO VALOR:** R\$ 8.119,66 (oito mil cento e dezenove reais e sessenta e seis centavos).

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Programa/Atividade: 018 - 2315 - Elemento de Despesa: 33403900 - Fonte: 100.

**DA VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura até 31/12/2006.

**ASSINAM:** Terezinha de Souza Maggi - Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Meraldo Figueiredo Sá - Prefeito Municipal de Acortzal.

*Terezinha de Souza Maggi*  
Secretária de Estado de Trabalho, Emprego,  
Cidadania e Assistência Social

## EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 86/2006

**PARTES:** Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Prefeitura Municipal de Alto Taquari.

**OBJETO:** Co-financiamento do Programa de Serviço de Ação Continuada - SAC/ Apoio à Pessoa Idosa - API e Apoio aos Portadores de Deficiência-APD.

**DATA DE ASSINATURA:** 01/05/2006.

**DO VALOR:** R\$ 8.119,66 (oito mil cento e dezenove reais e sessenta e seis centavos).

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Programa/Atividade: 018 - 2315 - Elemento de Despesa: 33403900 - Fonte: 100.

**DA VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura até 31/12/2006.

**ASSINAM:** Terezinha de Souza Maggi - Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Lairto João Sperandio - Prefeito Municipal de Alto Taquari.

*Terezinha de Souza Maggi*  
Secretária de Estado de Trabalho, Emprego,  
Cidadania e Assistência Social

## EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 15/2006

**PARTES:** Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Prefeitura Municipal de Araguaiana.

**OBJETO:** Co-financiamento do Programa de Serviço de Ação Continuada - SAC/ Apoio à Pessoa Idosa - API e Apoio aos Portadores de Deficiência-APD.

**DATA DE ASSINATURA:** 01/05/2006.

**DO VALOR:** R\$ 8.119,66 (oito mil cento e dezenove reais e sessenta e seis centavos).

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Programa/Atividade: 018 - 2315 - Elemento de Despesa: 33403900 - Fonte: 100.

**DA VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura até 31/12/2006.

**ASSINAM:** Terezinha de Souza Maggi - Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Neislo Marques Filho - Prefeito Municipal de Araguaiana.

*Terezinha de Souza Maggi*  
Secretária de Estado de Trabalho, Emprego,  
Cidadania e Assistência Social

## EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 9/2006

**PARTES:** Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Prefeitura Municipal de Alta Floresta.

**OBJETO:** Co-financiamento do Programa de Serviço de Ação Continuada - SAC/ Apoio à Pessoa Idosa - API e Apoio aos Portadores de Deficiência-APD.

**DATA DE ASSINATURA:** 01/05/2006.

**DO VALOR:** R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Programa/Atividade: 018 - 2315 - Elemento de Despesa: 33403900 - Fonte: 100.

**DA VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura até 31/12/2006.

**ASSINAM:** Terezinha de Souza Maggi - Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Maria Izaura Dias Alfonso - Prefeita Municipal de Alta Floresta.

*Terezinha de Souza Maggi*  
Secretária de Estado de Trabalho, Emprego,  
Cidadania e Assistência Social

## EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 84/2006

**PARTES:** Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Prefeitura Municipal de Alto Araguaia.

**OBJETO:** Co-financiamento do Programa de Serviço de Ação Continuada - SAC/ Apoio à Pessoa Idosa - API e Apoio aos Portadores de Deficiência-APD.

**DATA DE ASSINATURA:** 01/05/2006.

**DO VALOR:** R\$ 8.119,66 (oito mil cento e dezenove reais e sessenta e seis centavos).

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Programa/Atividade: 018 - 2315 - Elemento de Despesa: 33403900 - Fonte: 100.

**DA VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura até 31/12/2006.

**ASSINAM:** Terezinha de Souza Maggi - Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Jerônimo Samlita Mata Neto - Prefeito Municipal de Alto Araguaia.

*Terezinha de Souza Maggi*  
Secretária de Estado de Trabalho, Emprego,  
Cidadania e Assistência Social

## EXTRATO DO CONVÊNIO N.º 85/2006

**PARTES:** Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Prefeitura Municipal de Alto Garças.

**OBJETO:** Co-financiamento do Programa de Serviço de Ação Continuada - SAC/ Apoio à Pessoa Idosa - API e Apoio aos Portadores de Deficiência-APD.

**DATA DE ASSINATURA:** 01/05/2006.

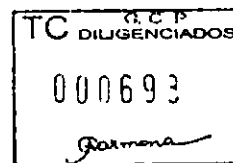
**DO VALOR:** R\$ 8.119,66 (oito mil cento e dezenove reais e sessenta e seis centavos).

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Programa/Atividade: 018 - 2315 - Elemento de Despesa: 33403900 - Fonte: 100.

**DA VIGÊNCIA:** A partir da data de assinatura até 31/12/2006.

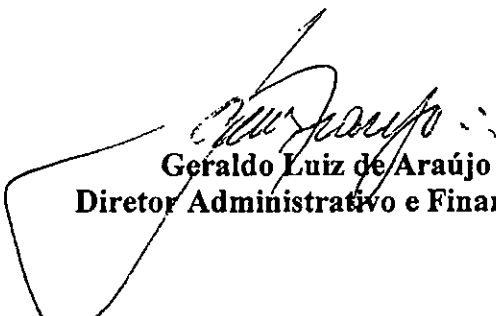
**ASSINAM:** Terezinha de Souza Maggi - Secretária de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social - SETECS, e Cezalmino Mendes Teixeira Junior - Prefeito Municipal de Alto Garças.

*Terezinha de Souza Maggi*  
Secretária de Estado de Trabalho, Emprego,  
Cidadania e Assistência Social

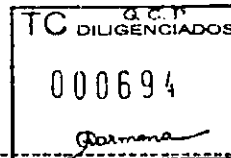


**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

**COMUNICAÇÃO INTERNA**

<b>De: Diretor Administrativo e Financeiro</b>	<b>Para: Assessor Jurídico</b>	<b>Data: 10/07/06</b>	<b>C.I.Nº 008/06</b>
<p>Devido à necessidade da prestação de serviços de limpeza e conservação na sede da empresa Mato-grossense de Gás e o término do contrato firmado com Empresa Igualdade Serviços Técnicos Ltda., contrato nº 008/2006.</p> <p>Sendo do conhecimento da Diretoria da Empresa, a existência de procedimento licitatório em andamento na modalidade pregão presencial, cujo objeto é a Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Limpeza, Conservação e Higiene, com fornecimento de materiais para a Companhia Mato-grossense de Gás e ainda não finalizado.</p> <p><b>SOLICITO:</b></p> <p>Elaboração de termo aditivo ao contrato de prestação de serviços da Empresa Igualdade Serviços Técnico Ltda., nº 008/2006 prorrogando o prazo de sua vigência por mais 30 (trinta) dias.</p> <p> <b>Geraldo Luiz de Araújo</b> <b>Diretor Administrativo e Financeiro</b></p>			
<b>Cientes:</b>			

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO  
CGEC-COORDENADORIA GERAL GESTAO CONTABILIDADE ESTADO  
SIAFMT SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA



NOTA DE EMPENHO - EMP DATA: 10/07/2006 PEDIDO: 175026002925 EMPENHO: 17502600280-8

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO, MINAS E SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO, MI  
UNIDADE : COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS  
PROJ/ATIV. : MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS GERAIS  
REGIONAL: REGIAO VI - SUL  
CARACTERISTICAS - RECURSO: NORMAL TIPO EMPENHO: GLOBAL FORMA LICITACAO: OUTROS N.:  
ADIANTAMENTO: NAO DATA-LIMITE / / OBRA E SERV.ENG.: NAO ESCRITURAL :NAO CONTRATO/CONVENIO:  
CREDOR -  
CODIGO : 2103587-3 CGC : 00877929000101  
NOME : IGUALDADE SERVICOS TECNICOS LTDA  
ENDereco: COMANDANTE COSTA 2497 CASA PORTO  
CUIABA CEP: 78005 U.F.: MT FORMA DE PAGTO :NOTA DE ORDEM BANCARIA

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO

DOTACAO ORCAMENTARIA	SALDO ORCAM. ANTERIOR	VALOR EMPENHADO	SALDO ORCAM. ATUAL
17 502 2007.0600 3390.3700 246	7.550,88	1.280,00	6.270,88

VALR TOT DO EMPENHO : R! 1.280,00 ( HUM MIL E DUZENTOS E OITENTA REAIS\*\*\*\*\* )  
( \*\*\*\*\* )  
( \*\*\*\*\* )

HISTORICO :REF CONTRATO SERVIÇO DE LIMPEZA PERÍODO DE 17/07 À 15/08/2006 (GLOBAL)

DATA AUTORIZACAO DESPESA : / / ORDENADOR DA DESPESA : 0603 - HELNY PAULA CAMPOS

Rejane M. de O. Garcia Leite  
Gerente Adm. e Financeiro  
MTGás

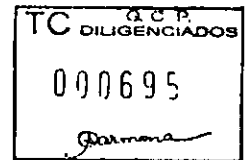
CHEFE DO ORGAO DE FINANÇAS





Governo do Estado de Mato Grosso

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



## JUSTIFICATIVA

**Referente: Contratação de serviços de limpeza geral na sede da MTGás.**

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS – MTGÁS.**

Data: 10/07/2006.

Foi contratado no dia 16 de maio de 2006, os serviços de limpeza em geral e conservação na sede da MTGás, pelo período de 60 (sessenta) dias.

O principal fator para a contratação de empresa especializada que designará uma servente para a execução de limpeza em geral e conservação na sede da MTGás, é o fato de que ainda não existe no quadro de servidores desta Companhia pessoa para desempenhar tal função.

Há que se informar também que encontra-se em andamento o Pregão nº 0006/2006, o qual tem por objetivo a contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza, conservação e higiene, com fornecimento de materiais.

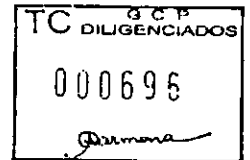
Diante da necessidade de limpeza no seu local de trabalho bem como dos fatos acima expostos e da previsão legal, não há nenhum óbice para a contratação dos serviços de limpeza em geral a serem executados na sede da MTGás, restando claro, portanto, que a prorrogação de vigência do Contrato nº 0008/06/MTGás, pelo prazo de 30 dias, visando



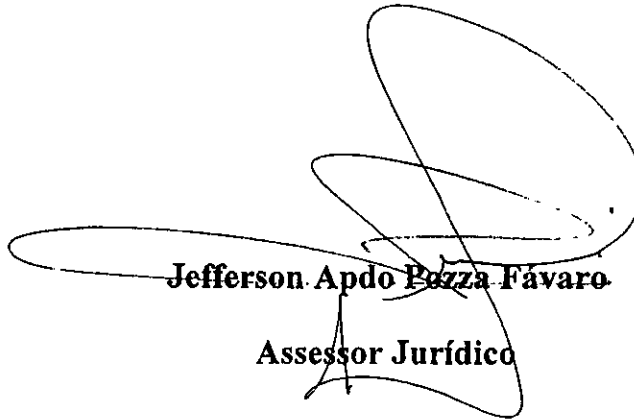


Governo do Estado de Mato Grosso

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



atender de imediato as necessidades desta Companhia, referente aos serviços de limpeza e conservação de sua sede, é perfeitamente possível e legal, estando em conformidade com a legislação vigente, notadamente a Lei 8.666/93, obedecendo porém, as regras do TCE para celebração de termos aditivos aos contratos.

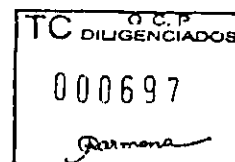
  
**Jefferson Apdo Pozza Favaro**  
**Assessor Jurídico**





Governo do Estado de Mato Grosso

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº  
008/2006/MTGÁS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
LIMPEZA EM GERAL E CONSERVAÇÃO.**

O Estado de Mato Grosso representado pela **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**, sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, constituída na forma da Lei Estadual nº 7.939 de 28/07/2003, com sede Administrativa na Avenida Rubens de Mendonça, nº 2.254 – Edifício American Business Center, Sala 704/707 – Bairro Aclimação, Cuiabá/MT, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 06.023.921/0001-56, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada, neste ato, pelo seu Diretor Presidente **Helny Paula Campos**, portador da cédula de identidade RG nº 025.316 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.328.541-15, e pelo seu Diretor Administrativo e Financeiro **Geraldo Luiz de Araújo**, portador da cédula de identidade RG nº 4.720.774-6 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 203.167.551-68, de outro lado a Empresa **IGUALDADE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.877.929/0001-01, com sede na Rua Alexandre de Barros, 145, Bairro: Chácara dos Pinheiros, fone: 3661-9334, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo **Sr. Marcio Rogerio Cardim**, portador da cédula de identidade RG nº 18.737.531 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 092.538.388.09, aqui denominado **CONTRATADA**, tem como justos, resolvem celebram o presente termo aditivo ao contrato nº 008/2006, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores que se regerá pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª - OBJETO**

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação por mais 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste termo, o Contrato de Prestação de Serviços 008/2006/MTGás, firmado entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

**1.1 - FUNDAMENTO DO TERMO ADITIVO:**

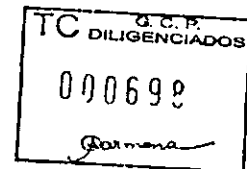
O presente termo aditivo é celebrado devido ao término do contrato anterior firmando entre as partes e a não finalização da licitação na modalidade pregão presencial, processo nº 97392/2006, Edital/Aviso nº 006/2006/MTGás, a qual tem por objeto a Contratação de Empresa Prestadora de Serviços de Limpeza, Conservação e Higiene, com fornecimento de materiais para a Companhia Matogrossense de Gás.





Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



### CLÁUSULA 2ª - DA VIGÊNCIA

O período de vigência do presente termo aditivo será de 30 (trinta) dias, conforme disposto na cláusula primeira, tendo início em 17 de julho de 2006 e encerrando-se em 15 de agosto de 2006.

### CLÁUSULA 3ª - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original nº 008/2006/MTGás, firmado em 16 de Maio de 2006.

Por estarem assim acordados, firmam o presente Termo aditivo em três vias de igual teor, forma e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Cuiabá (MT), 13 de Junho de 2006.

#### CONTRATANTE:

  
**Helny Paula Campos**  
Diretor Presidente

  
**Geraldo Luiz de Araújo**  
Diretor Administrativo e Financeiro

#### CONTRATADA:

  
**Marcio Rogério Cardim**  
Igualdade Serviços Técnicos Ltda

Testemunha:  
Nome:  
RG:

Testemunha:  
Nome:  
RG:



**OBJETIVO:** A formalização da cooperação mútua, visando à execução das aulas práticas do CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, para o aprimoramento da ação do governo na área da educação profissional, dispondo o que cabe para cada um dos participantes.

**VALOR:** Não há repasse de recursos financeiros.

**PRAZO:** 20/04/2006 a 20/04/2008

**DATA DE ASSINATURA:** 20/04/2006.

## MT GÁS

### COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS

#### COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

##### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2006

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás

Contratada: NACIONAL MOTORS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ sob nº 01.939.985/0001-88.

Objeto: Aquisição de 01 (um) automóvel tipo passeio para a Companhia Mato-grossense de Gás - MTGÁS.

Vigência: 60 dias

Dotação Orçamentária: 17.502.2007.0600.4490.5200.246

Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente; Geraldo Luiz de Araújo - Diretor Adm. e Financeiro; Milton Pascoal Pichini - Contratada; Antônio Roberto Pichini - Contratada

Cuiabá/MT, 17 de junho de 2006.

#### COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

##### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2006

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás

Contratada: IGUALDADE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, CNPJ sob nº 00.877.929/0001-01.

Objeto: Prorrogação por 30 (trinta) do Contrato nº 008/2006/MTGÁS.

Vigência: 30 dias

Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente; Geraldo Luiz de Araújo - Diretor Adm. e Financeiro; Marcelo Rogério Cardin - Contratada

Cuiabá/MT, 13 de junho de 2006.

## EVENTOS DE PESSOAL

## SECRETARIAS

### SEJUSP

#### SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### PJC

#### POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL

PORTARIA N. 03/PJC/00074/2006

DE: 20/07/2006

O Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

Resolve: CONCEDER

Evento: 3000/51 - ADICIONAL NOTURNO

Processo Num.: 172.722.2  
NOME..... (252630017) ADELINO DOS SANTOS FILHO  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.694.3  
NOME..... (239140010) ADONILDO JOSE DA COSTA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.695.1  
NOME..... (973300019) ANDERSON RODRIGUES DA COSTA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.723.0  
NOME..... (248940015) BENEDITO VIEIRAS PEREIRA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.721.4  
NOME..... (236790013) CICERO APARECIDO DOS SANTOS  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.696.0  
NOME..... (929420039) CLAUDIONOR NESSIAS RODRIGUES  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.672.2  
NOME..... (323560016) CLOVIS VAZ DE OLIVEIRA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.724.9  
NOME..... (386620016) DENIVAL JORGE DE SOUZA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.725.7  
NOME..... (92200010) ELIETE DA SILVA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.726.5  
NOME..... (986080020) ERIK JUNIOR NEVES BARACAT  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.727.3  
NOME..... (922090017) FÁBIO JOSE DOS SANTOS  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.728.1  
NOME..... (323650015) HIROSHI WAKITAMA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.669.2  
NOME..... (94490015) JAIR OLIVEIRA DA CUNHA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.729.0  
NOME..... (94490015) JAIR OLIVEIRA DA CUNHA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.730.3  
NOME..... (1081340018) JEFFERSON GONÇALVES DE PINHO  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.718.4  
NOME..... (91530016) JÚLIO RAIMUNDO DE OLIVEIRA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.697.8  
NOME..... (212310011) JOAQUIM DA SILVA CUDIMARAS  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.731.1  
NOME..... (1082360012) JOEDMAR GABRIEL DE FRANCA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.698.6  
NOME..... (177510013) JOSÉ VACHECO NETO  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.719.2  
NOME..... (975500123) JOSENIL HRAZ DA SILVA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.711.7  
NOME..... (958600015) JUDITE INES MALINSON BATISTA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.733.8  
NOME..... (249240017) LUIS CARLOS DA CRUZ  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.720.6  
NOME..... (1083040011) MARCEL ANTONIO SALES DE SOUZA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.712.5  
NOME..... (973450010) MARCIA ALVES DE SIQUEIRA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.734.6  
NOME..... (266310017) MARCIA VIANA DA SILVA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.735.4  
NOME..... (234470011) NALMIR DOS REIS CURI  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.713.3  
NOME..... (943330025) RAQUEL BORGES ALVES  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.736.2  
NOME..... (974440019) RICARDO COSTA FIGUEIREDO  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.714.1  
NOME..... (239150019) SAIDE ALVES DE SOUZA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.715.0  
NOME..... (957280017) SAVIO BORGES DA SILVA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.737.0  
NOME..... (234360011) SÍMÃO PEREIRA DE SOUZA NETO  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.738.9  
NOME..... (440100011) STROSSNER ZAVARIAS DE AROCHA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.739.7  
NOME..... (922280010) VALQUIRIA DE FÁTIMA CASTELANO  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.716.8  
NOME..... (957250010) VANDERLEI FRANCISCO DA SILVA  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

Processo Num.: 172.717.6  
NOME..... (973490012) WASHINGTON OLIVEIRA BRANCO  
A Partir de.: 01/06/2006 Até 30/06/2006

PUBLICADA,  
REGISTRADA,  
CUMPRADA.

Polícia Judiciária Civil,  
em Cuiabá, 19 de Julho de 2006.

Roseli Luiz dos Santos  
Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil  
Polícia Judiciária Civil

PORTARIA N. 03/PJC/00075/2006

DE: 20/07/2006

O Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

Resolve: DESIGNAR

Evento: 1194003/9474 - DESIGNAÇÃO DE ASSISTENTE DE DIREÇÃO DA POL. JUD. CIVIL/DE

Processo Num.: 93/2006  
NOME..... (249900041) ANTONIO CESAR DE MELO MARILHO  
A Partir de.: 06/07/2006

Cargo/Função: 104720018 ASSISTENTE DE DIREÇÃO /DEI 8240

Unidade Adm.: 20885 - DEPTO. ADMINISTRATIVO E FISCALIZADO (PJC)

Processo Num.: 93/2006  
NOME..... (957220022) CLOVIS MORAES ALVES  
A Partir de.: 06/07/2006

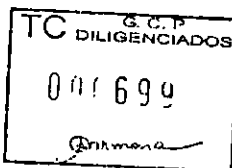
Cargo/Função: 104720018 ASSISTENTE DE DIREÇÃO /DEI 8240

Unidade Adm.: 20893 - DIVISÃO DE ADM. E RECURSOS HUMANOS (PJC)

Processo Num.: 93/2006  
NOME..... (1081480022) GILSON QUEIROZ DE MORAES  
A Partir de.: 06/07/2006

Cargo/Função: 104720018 ASSISTENTE DE DIREÇÃO /DEI 8240

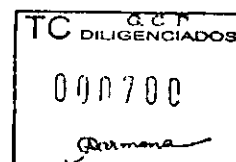
Unidade Adm.: 20893 - DIVISÃO DE ADM. E RECURSOS HUMANOS (PJC)





Governo do Estado de Mato Grosso

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



Ofício nº 196/DP/DAF/2006

Cuiabá, 24 de Julho de 2006.

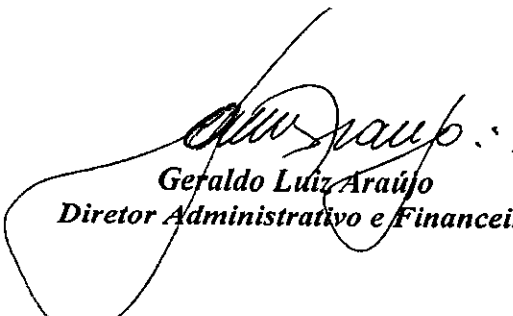
**À Empresa**  
**Igualdade Serviços Técnicos Ltda.**

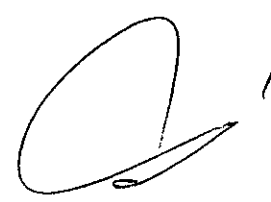
**Assunto: Rescisão do Contrato Administrativo nº 008/2006.**

Por meio do presente, a Companhia Mato-grossense de Gás comunica a Empresa Igualdade Serviços Técnicos Ltda, inscrita no CPF/MF nº 00.877.929/0001-01, que estará rescindindo o **CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 008/2006** a partir de 1º de Agosto de 2006, com fulcro na cláusula 6.2, 'b', conforme notificação que segue em anexo.

Outrossim, informamos que a rescisão é necessária devido a conclusão do Pregão nº 006/2006/MTGás, para contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza, conservação e higiene, com fornecimento de materiais, onde foi recebida proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Atenciosamente,

  
**Geraldo Luiz Araújo**  
**Diretor Administrativo e Financeiro**

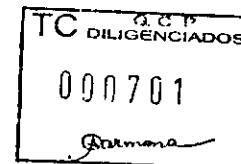
  
**Cleandro Augusto**  
20107106





Governo do Estado de Mato Grosso

COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



70

## NOTIFICAÇÃO

À Empresa

Igualdade Serviços Técnicos Ltda.

Cuiabá/MT.

A COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS, sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, constituída na forma da Lei Estadual nº 7939 de 28/07/2003, com sede Administrativa na Avenida Rubens de Mendonça, nº 2.254, Edifício American Business Center, Sala 704, Bairro Aclimação, Cuiabá, MT, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 06.023.921/0001-56, representada, neste ato, pelo seu Diretor Presidente **Helny de Paula Campos**, portador da cédula de identidade RG nº 025.316 SSP/MT e CPF/MF: 112.328.541-15, e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. **Geraldo Luiz de Araújo**, portador do RG 4.720.774-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 203.167.551-68, residente e domiciliado nesta cidade, vem

## NOTIFICAR

A empresa **IGUALDADE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.877.929/0001-01, com sede na Rua Alexandre de Barros, 145, Bairro: Chácara dos Pinheiros, fone: 3661-9334, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. **Marcos Rogerio Cardim**, portador da cédula de identidade RG nº 18.737.531 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 092.538.388.09, que a partir de 1º de agosto de 2006 estará rescindindo o CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 008/2006, com fulcro na cláusula 6.2, alínea "b", haja vista a conclusão do Pregão nº 0006/2006/MTGás para contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza, conservação e higiene, com fornecimento de materiais, onde foi recebida proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

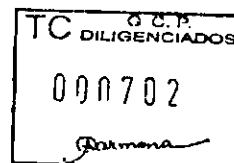
Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
CEP 78050-000 - Cuiabá - Mato Grosso - Fone: (65) 642-4423





Governo do Estado de Mato Grosso

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



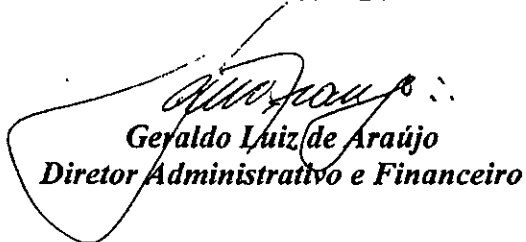
Fica, também, ciente que a Contratada cumpriu com as obrigações contratuais pactuadas.

A Contratante informa que efetuará o pagamento dos serviços prestados pela Contratada, 10 (dez) após a apresentação da nota fiscal com o valor a ser pago.

Cuiabá, 24 de Julho de 2006.



**Helny Paula Campos**  
*Diretor Presidente*



**Geraldo Luiz de Araújo**  
*Diretor Administrativo e Financeiro*

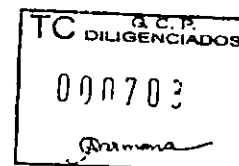






Governo do Estado de Mato Grosso

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



### RESCISÃO DE CONTRATO

O Estado de Mato Grosso representado pela **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**, com sede Administrativa na Avenida Rubens de Mendonça, nº 2.254 - Edifício American Business Center, Sala 704 - Bairro Aclimação, Cuiabá, MT, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob o nº 06.023.921/0001-56, doravante denominada **LOCATÁRIA**, representada, neste ato, pelo seu Diretor **Helny de Paula Campos**, portador da cédula de identidade RG nº 025.316 SSP/MT e CPF/MF: 112.328.541-15 e pelo Diretor Administrativo e Financeiro, o Sr. **Geraldo Luiz de Araújo**, portador do RG 4.720.774-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 203.167.551-68, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado a Empresa **IGUALDADE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.877.929/0001-01, com sede na Rua Alexandre de Barros, 145, Bairro: Chácara dos Pinheiros, fone: 3661-9334, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. **Marcos Rogerio Cardim**, portador da cédula de identidade RG nº 18.737.531 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 092.538.388.09, denominada **CONTRATADA**.

#### I - DO OBJETO DO CONTRATO:

A prestação de serviços de em geral e conservação na sede da MTGás.

#### II - DO PRAZO DO CONTRATO:

O contrato de locação foi firmado no dia 16 de maio de 2006, com término previsto 15 de agosto de 2006.

#### III - DA RESCISÃO

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si justa e acertada a presente Rescisão do Contrato Administrativo nº 008/2006, no qual a contratada se comprometia a prestar sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os serviços de limpeza em geral e conservação na sede da MTGás.

A presente Rescisão é válida a partir de 1º de Agosto de 2006.

#### VI - DO PAGAMENTO

A Contratada compromete-se a pagar o valor correspondente os serviços prestados até a data da rescisão, após 10 (dez) dias da apresentação da nota fiscal, com os valores, dando ao Contratante, o Contratado a mais ampla e geral quitação.

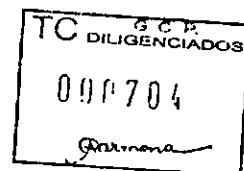
Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2254 - Cj. 704 - Ed. American Business Center  
CEP 78050-000 - Cuiabá - Mato Grosso - Fone: (65) 642-4423





Governo do Estado de Mato Grosso

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



E por estarem justas, contratadas, cientes e de acordo com os termos desta Rescisão Contratual, as partes por si, assinam este instrumento em 02 (duas) vias para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, autorizando a averbação à margem da transcrição mencionada.

Cuiabá, 24 de Julho de 2006.

  
\_\_\_\_\_  
**Helny Paula Campos**  
**Diretor Presidente**  
\_\_\_\_\_  
**Igualdade Serviços Técnicos Ltda**  
\_\_\_\_\_  
**Geraldo Luiz de Araújo**  
**Diretor Administrativo e Financeiro**

1) Testemunha: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

2) Testemunha: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_



Cuiabá MT, 25 de junho de 2006

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

### EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2006

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás  
Contratada: IGUALDADE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA. CNPJ sob nº 00.877.929/0001-01.  
Objeto do Contrato: Prestação de serviços de limpeza em Geral e conservação da Seda da MTGÁS  
Vigência: 15 de agosto de 2006  
Motivo: Interesse da Administração Pública  
Data da rescisão: 1º de Agosto de 2006.  
Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente; Geraldo Lutz de Araújo - Diretor Adm. e Financeiro; Marcio Rogério Cardin - Contratada  
Cuiabá/MT 24 de julho de 2006.

## METAMAT

### COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERAÇÃO

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Companhia Matogrossense de Mineração - METAMAT CNPJ nº 03.020.401/0001-00, convoca os senhores acionistas para reunirem-se em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas cumulativamente, no dia 10 de Agosto de 2006 às 15:00 h na sua sede social, sit: - Gorção Antunes de Barros, nº 2970 - Bairro Carumbe em Cuiabá - Mato Grosso, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:  
ORDENAMENTO - a) Leitura, exame, discussão e votação do Relatório do Conselho de Administração e da Diretoria e das demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2004 e 2005 publicados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 02 de Junho de 2006 as páginas 09 a 14; b) Outros assuntos de interesse da Cia e, EXTRAORDINARIAMENTE - a) Conhecimento, apreciação e discussão de outros assuntos de interesse da Cia

Cuiabá 01 de Agosto de 2006

ALEXANDRE HERCULANO COELHO E SOUZA FURLAN  
Presidente do Conselho de Administração

JOÃO JUSTINO PAES DE BARROS  
Presidente - MTGÁS

## EVENTOS DE PESSOAL

## SECRETARIAS

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia

PORTARIA N. 03/SICME/00024/2006 DE 02/08/2006

O Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração,  
uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

Resolve DEFERIR

Evento 110000/1104 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Processo Numr.: 175518/2006

NOME: 165220015, BERENICE LUIZA ASSIS SANT'ANNA  
A Partir de: 19/07/2006 Até 02/08/2006

Processo Numr.: 172385/2006

NOME: 316100481 REGINA CELIA PAPELO DE JESUS  
A Partir de: 17/07/2006 Até 15/08/2006

PUBLICADA  
REGISTRADA  
CUMPRADA

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia  
em Cuiabá, 01 de Agosto de 2006

Alexandre Herculano Coelho e Souza Furlan  
Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

### UNEMAT

#### FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

UNEMAT - Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

PORTARIA N. 03/UNEMAT/00282/2006

DE: 02/08/2006

O Rector-Presidente da Fund. Universidade do Estado de Mato Grosso  
no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

Resolve: AUTORIZAR

Evento: 377007/4014 - INCLUSAO DE ESTAGIARIOS EM FOLHA DE PAGAMENTO - UNEMAT

Processo Numr.: 1331/06

NOME: (1178230020) ANA CAROLINA ZERETZKI

A Partir de: 01/06/2006 Até 31/05/2007

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58599 - COORDENADORIA REGIONAL DE COLIDER (UNEMAT)

Processo Numr.: 1331/06

NOME: (1317880010) ANDREIA LOPES DOS SANTOS

A Partir de: 01/06/2006 Até 31/05/2007

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58599 - COORDENADORIA REGIONAL DE COLIDER (UNEMAT)

Processo Numr.: 1345/2006

NOME: (1234520025) HELEN ALVARES DE OLIVEIRA

A Partir de: 01/06/2006 Até 10/04/2007

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58297 - DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA (UNEMAT)

Processo Numr.: 1345/2006

NOME: (1234530020) JANE ANTUNES MAGALHAES

A Partir de: 01/06/2006 Até 10/04/2007

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58297 - DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA (UNEMAT)

Processo Numr.: 1335/06

NOME: (1232040026) NEUZA MARCELINA LOPES

A Partir de: 01/06/2006 Até 28/02/2007

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58297 - DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA (UNEMAT)

Processo Numr.: 1341/2006

NOME: (1231840029) REINALDO DE SOUZA MARCHESI

A Partir de: 01/06/2006 Até 14/04/2007

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58297 - DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA (UNEMAT)

Processo Numr.: 1376/2006

NOME: (1222410041) SAMARA TORRES DE OLIVEIRA

A Partir de: 01/06/2006 Até 12/05/2007

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58335 - DEPARTAMENTO DE MATEMATICA (UNEMAT)

Processo Numr.: 1406/2006

NOME: (1317890016) VANILZA DE AGUIAR BIANO

A Partir de: 01/04/2006 Até 31/12/2006

Cargo/Funcao: 35810017 BOLSISTA INTEGRAL

Unidade Adm.: 58319 - DEPARTAMENTO DE LETRAS (UNEMAT)

PUBLICADA,  
REGISTRADA,  
CUMPRADA.

UNEMAT - Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso,  
em Cuiabá, 01 de Agosto de 2006.

Taisir Mahmudo Kanm

Rector-Presidente da Fund. Universidade do Estado de Mato Grosso

UNEMAT - Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso

PORTARIA N. 03/UNEMAT/00283/2006

DE: 02/08/2006

O Rector-Presidente da Fund. Universidade do Estado de Mato Grosso  
no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,

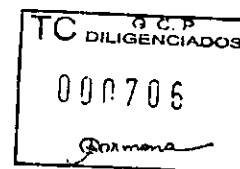
Resolve: DESIGNAR

Evento: 738000/6939 - DESIGNACAO PARA FUNCAO DE GESTAO UNIVERS. DOS PROF  
EDUC. S

Processo Numr.: 1440/2006

NOME: (841750152) JEFERSON COLETO DE ARAUJO

A Partir de: 01/08/2006 Até 31/12/2006



## Anexo – VII

Referente ao item 10 – Publicação no DOE dos extratos do Termo Aditivo ao Contrato de nº 05/2006 e do Contrato nº 014/2006 de forma intempestiva, o que o art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CNPJ Nº	04.028.316/0016-90
End. Praça da República, Nº 101, Bairro: Centro - CUIABÁ-MT	
Objeto	O presente TERMO tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses.
Vigência	O presente TERMO terá vigência de 12 (doze) meses a contar do término do prazo anterior, que é a data de 14 de outubro de 2006.
Valor Total	R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Recursos	Recursos Próprios
Fundamento legal	Artigo 62, § 3º, inciso I da Lei Nº. 8666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Data	Cuiabá-MT 16 de outubro de 2006
Assinam	Senhor ÉDER DE MORAES DIAS - Diretor Presidente da MT FOMENTO e Senhor LUIZ CARLOS ARMANI - Diretor Administrativo - Financeiro da MT FOMENTO e Senhor NILTON DO NASCIMENTO - Diretor Regional e Senhora ELIENE NEVES PAES DE MELO - Gerente de Vendas da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

**ÉDER DE MORAES DIAS**  
Diretor Presidente da MT FOMENTO

**LUIZ CARLOS ARMANI**

Diretor Administrativo - Financeiro da MT FOMENTO

## MT GÁS

### COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GÁS

#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2006

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás  
Contratada: Brasil Telecom, inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0329-32.  
Objeto: Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI), originados de terminais fixos e móveis.  
Vigência: 12 meses.  
Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente; Geraldo Luiz de Araújo - Diretor Adm. e Financeiro; Brasil Telecom - Contratada.  
Cuiabá/MT, 1º de setembro de 2006.

#### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2005

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás  
Contratada: AUTOPETRO CALIFÓRNIA LTDA, "Posto Mãe Bonifácia", inscrita no CNPJ sob nº 01.578.065/0001-81.  
Objeto: Prorrogação de prazo e aumento de quantidade.  
Vigência: 31 de outubro de 2006.  
Assinam: Helny Paula Campos - Diretor Presidente; Geraldo Luiz de Araújo - Diretor Adm. e Financeiro; Autopetro Califórnia Ltda - Contratada.  
Cuiabá/MT, 11 de setembro de 2006.

## EVENTOS DE PESSOAL

## SECRETARIAS

### SAD

### SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N. 03/SAD/00353/2006 DE: 16/10/2006

O Secretário de Estado de Administração  
no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,  
Resolve: DEFERIR  
Evento: 110000/1104 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE  
Processo Numr.: 250076/2006  
NOME..... (786930015) JOAO CARLOS CORREA DE CERQUEIRA  
A Partir de: 18/09/2006 Até 17/10/2006

PUBLICADA,  
REGISTRADA,  
CUMPRE-SE.  
Secretaria de Estado de Administração,  
em Cuiabá, 11 de Outubro de 2006.  
Geraldo Aparecido De Vitto Junior  
Secretário de Estado de Administração

Secretaria de Estado de Administração

PORTARIA N. 03/SAD/00354/2006 DE: 16/10/2006

O Secretário de Estado de Administração  
no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei,  
Resolve: CONCEDER

Evento: 115002/1210 - LICENÇA FÉRMIO - CONCESSÃO

Processo Numr.: 206608/2006  
NOME..... (488630010) ADÃO BATISTA DE SOUZA  
Em..... 29/09/2006

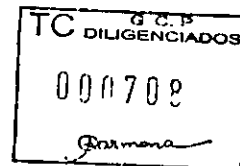
Qtda Dias T S Data de Início Data Término  
90 01/04/1994 31/03/1999

Processo Numr.: 150561/2006  
NOME..... (533640024) ADILCIO MARCIANO DE ALMEIDA  
Em..... 03/10/2006

Qtda Dias T S Data de Início Data Término  
90 05/09/2000 04/09/2005

Processo Numr.: 214163/2006  
NOME..... (90040015) ADILSON BARBOSA DA SILVA  
Em..... 02/10/2006

Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	04/02/2001	03/02/2006
Processo Numr.: 150699/2006		
NOME..... (945050011) ANDRÉIA CASTILHO VALVA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	06/06/2001	05/06/2006
Processo Numr.: 150706/2006		
NOME..... (944930018) ANTONIA DE FATIMA TEIXEIRA CORREA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	01/06/2001	31/05/2006
Processo Numr.: 119647/2006		
NOME..... (278740014) ANTONIO CORREIA DA SILVA		
Em..... 03/10/2003		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	17/09/2000	16/09/2005
Processo Numr.: 150705/2006		
NOME..... (734240058) ARIENE JAMISSARA DE OLIVEIRA ALCANTARA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	14/09/2000	13/09/2005
Processo Numr.: 112283/2006		
NOME..... (797260013) AVANI CARDOSO DE LARA		
Em..... 04/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	12/08/2001	11/08/2006
Processo Numr.: 150568/2006		
NOME..... (944190014) AVELINO DA SILVA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	29/03/2001	28/03/2006
Processo Numr.: 217486/2006		
NOME..... (817850015) BENEDITA PAULINA DA CRUZ		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	29/10/1999	28/10/2004
Processo Numr.: 227295/2006		
NOME..... (80760015) BENEDITO ANTONIO FIRMIANO		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	19/08/2001	18/08/2006
Processo Numr.: 227306/2006		
NOME..... (80960014) BENEDITO FERREIRA TOCANTINS		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	26/11/2000	23/11/2005
Processo Numr.: 208592/2006		
NOME..... (863130011) CELIA HELENA DOS SANTOS SANTANA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	17/03/2000	16/03/2005
Processo Numr.: 227806/2006		
NOME..... (921610017) CLAUDIA DIVINA SILVA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	12/03/2001	11/03/2006
Processo Numr.: 195753/2006		
NOME..... (946030014) CLÁUDIA RODRIGUES MERY		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	25/06/2001	24/06/2006
Processo Numr.: 227773/2006		
NOME..... (92660010) CREHENCE TEODORA SANTANA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	12/08/2001	11/08/2006
Processo Numr.: 227920/2006		
NOME..... (204700019) DEROCI ALVES DA SILVA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	04/03/2000	03/03/2005
Processo Numr.: 208602/2006		
NOME..... (944420010) EDIR FERREIRA DE ALMEIDA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	08/06/2001	07/06/2006
Processo Numr.: 157478/2006		
NOME..... (944410014) EDNEIA DE LANT FERREIRA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	30/03/2001	29/03/2006
Processo Numr.: 157484/2006		
NOME..... (944050018) ELI DINIZ		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	06/06/2001	05/06/2006
Processo Numr.: 227312/2006		
NOME..... (384760015) JORGE ITIRO USSUI		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	01/10/2000	30/09/2005
Processo Numr.: 157961/2006		
NOME..... (323680011) JOSE CARLOS DE BARROS		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	23/03/2001	22/03/2006
Processo Numr.: 157469/2006		
NOME..... (945200013) JOSE MARCIO FARIA LEITE		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	29/05/2001	28/05/2006
Processo Numr.: 157451/2006		
NOME..... (479370044) JUCIANE ALVES DA SILVA		
Em..... 03/10/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	03/04/2001	02/04/2006
Processo Numr.: 157970/2006		
NOME..... (64110010) JUVENILIA SANTOS DA SILVA		
Em..... 29/09/2006		
Qtda Dias T S	Data de Início	Data Término
90	01/07/2001	30/06/2006



## Anexo – VIII

Referente ao item 14 – Até a data de 17/11/06, o conselho Fiscal havia analisado apenas os balancetes do primeiro trimestre da Companhia contrariando o disposto no art. 163, VI, da Lei 6.404/76.

78

TIC G.C.P.  
DILIGENCIADOS  
000709  
Pina

~~Marcio Luiz de Mesquita - Secretário~~

Dario Minore Pireasta - miembro

Cita da Reunião do Conselho Fiscal realizada  
da 17 de janeiro de 2007.

Nos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de 2007, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia Mato-grossense de Gás - Mtgás, sob a presidência do conselheiro Mauro Mendes, que deu início a reunião convidando o conselheiro Márcio de Musquita para secretariar os trabalhos. Constatada a presença de todos os membros, do Conselho foi analisado o Balancete do 2º trimestre, tendo o Conselho manifestado-se favorável a sua aprovação. E para que se produza os demais efeitos legais foi lavada a presente ata que será assinada pelos Membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Mauro Mendes - Presidente

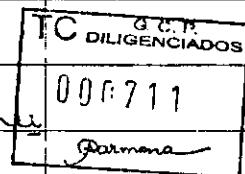
Márcio Luiz de Musquita - Secretário

Dario Munoz Peremoto - membro



Ata da Reunião do Conselho Fiscal realizada em 17 de janeiro de 2007.

40

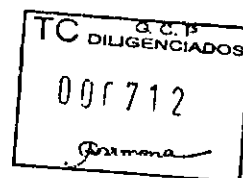


Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de 2007, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Companhia Mato-grossense de gás - Intgás, sob a presidência do conselheiro Mauro Mendes, que deu início a reunião convidando o conselheiro Márcio Luiz de Mesquita para secretariar os trabalhos. Constatada a presença de todos os membros do conselho foi analisado o Balanço do 3º trimestre após a análise dos relatórios solicitados pelo presidente do conselho em 05 (cinco) de janeiro de 2007, tendo o conselho manifestado-se favorável a aprovação do Balanço do 3º trimestre. E para que produza os devidos efeitos legais foi lavrada a presente ata que será assinada pelos membros do conselho fiscal da Companhia.

Mauro Mendes - Presidente

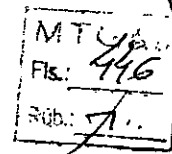
Márcio Luiz de Mesquita - Secretário

Danilo Minero Frazzato - membro

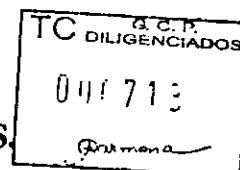


## Anexo – IX

Referente ao item 17 - A data da proposta da Empresa BDO Trevisan Auditores Independentes (17/04/06), vencedora do Convite nº 001/2006, é posterior a data da sessão de julgamento (13/04/06).



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



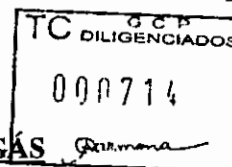
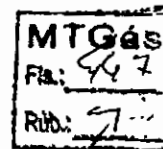
**ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DE ENVELOPES.  
CARTA CONVITE - EDITAL Nº 001/2006.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2006/MTGás.**

Aos 13 (treze) dias do mês de Abril de 2006, nesta cidade de Cuiabá-MT, na sala de licitações da MTGás, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, 2254 – Cj. 704 – Ed. American Business Center, reuniram-se a partir das 14:00 horas, em sessão pública, para receberem os Envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços, os membros da Comissão: **ANGELA MARIA DA SILVA BASTOS ZUBA, PRESIDENTE, KARINA OLIVEIRA MIRANDA e REA SILVIA GARCIA ALVES, MEMBROS PRESENTES**, instituídos e designados pela **Portaria MTGás nº 002/2006**, abaixo assinados, encarregados, nos termos do **Processo nº 002/2006/MTGás**, para dirigirem, examinarem e julgarem, consoante o determinado no **Edital Carta Convite nº 001/2006**, destinada a selecionar a melhor proposta de *empresa que prestará Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005*. Na abertura da sessão registramos a presença das empresas convidadas: **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes**, que enviaram os envelopes de habilitação e proposta via sedex conforme prevê o edital. Todas as empresas foram convidadas na forma da lei, dentro do prazo, conforme se vê nos contra recibos que farão parte do processo licitatório. Prosseguindo, a Presidente da Comissão fez a abertura dos envelopes de documentos, sendo vistados pelos membros da Comissão e após analisados ficou constatado que as empresas **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes** ficaram **HABILITADAS**. As Certidões do FGTS e INSS foram confirmadas sua validade via Internet. Prosseguindo a sessão, foram abertos os envelopes das empresas habilitadas, contendo as propostas de preços, cujos documentos foram vistados pela Comissão, sendo registrados os valores e prazos apresentados pelas empresas: **KPMG – Auditores Independentes Ltda** apresentou proposta no valor de **R\$ 35.500,00 (Trinta e cinco mil e quinhentos reais)**; **BDO Trevisan Auditores Independentes** apresentou proposta no valor de **R\$ 29.298,00 (Vinte e nove mil duzentos e noventa e oito reais)** e **Boucinhas & Campos Sotenconti Auditores Independentes** apresentou proposta no valor de **R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)**. As empresas **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes** ficaram **CLASSIFICADAS** por atenderem as exigências do Edital, oferecendo prazo de conclusão e entrega dos serviços de 10 (dez) dias úteis. Todas as empresas apresentaram a validade das propostas de 60 (sessenta) dias. Os representantes das empresas terão o prazo recursal de dois dias úteis conforme prevê a Lei Federal 8.666/93 para interpirem recurso. Elaborado o quadro comparativo de preços, ficou constatado que o menor valor global apresentado foi da empresa **BDO Trevisan Auditores Independentes respectivamente R\$ 29.298,00 (Vinte e nove mil duzentos e noventa e oito reais)**. Dessa forma e pelo menor valor apresentado, a Comissão declara **VENCEDORA** do certame licitatório a empresa **BDO Trevisan**

\$

\$

*Handwritten signature: D. M. M.*



83

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

**Auditores Independentes** e recomenda-lhe a adjudicação dos serviços. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou os trabalhos da Comissão, da qual lavrou-se a presente Ata, que foi digitada por KARINA OLIVEIRA MIRANDA, Membro, e conforme o ocorrido na sessão vai assinada pelos membros da Comissão e representantes presentes à sessão. Cuiabá, 13 de Abril de 2006.

**PRESIDENTE:**

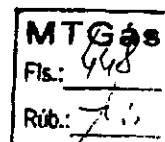
*[Handwritten signature]*

**MEMBRO:**

*Karina Oliveira Miranda*

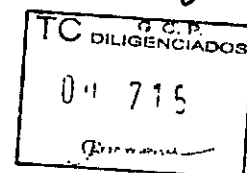
**MEMBRO:**

*[Handwritten signature]*



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

**RELATÓRIO DA COMISSÃO DE JULGAMENTO  
CONVITE - EDITAL N.º 001/2006.**



**REFERÊNCIA:** *seleção de empresa que prestará Auditoria Independente nos moldes da Lei n.º 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.*

Ao Sr. Presidente da MTGás,

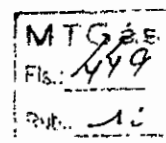
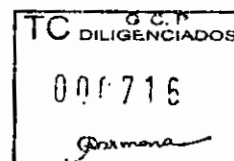
Em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 001/2006, a Comissão de Julgamento da Licitação acima epigrafada foi designada para receber e julgar os documentos de habilitação e propostas de preços no dia 13 de Abril de 2006, às 14:30 horas, das empresas convidadas: **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes.**

Prosseguindo, foram abertos os envelopes de documentos das empresas convidadas, que foram enviados via sedex, sendo vistados pelos membros da Comissão, que após analisados, ficou constatado que as empresas: **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes** ficaram **HABILITADAS** por atenderem as exigências do Edital.

Dando continuidade à sessão, foram abertos os envelopes de propostas de preços das empresas **Habilitadas**, e após analisados e conferidos, ficou constatado que as empresas **KPMG – Auditores Independentes Ltda; BDO Trevisan Auditores Independentes e Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes** ficaram **CLASSIFICADAS**, por atenderem as exigências do Edital.

Elaborado o quadro comparativo de preços, ficou constatado que o menor valor global apresentado foi da empresa **BDO Trevisan Auditores Independentes.**

*Handwritten signature of Rubens de Mendonça*



85

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

A Comissão a declarou **VENCEDORA** da licitação e recomenda-lhe a adjudicação dos serviços.

Será enviado e-mail para todas as empresas comunicando o resultado da licitação.

Cuiabá, 13 de Abril de 2006.

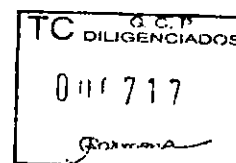
  
**ANGELA MARIA DA SILVA BASTOS ZUBA**  
**PRESIDENTE**

  
**Karina Oliveira Miranda**  
**Membro**

  
**Rea Silvia Garcia Alves**  
**Membro**



COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



**QUADRO DE PREÇOS**  
**CONVITE N.º 001/2006/MTGás.**

**REFERÊNCIA:** SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA empresa que prestará Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

**EMPRESAS PARTICIPANTES:**

MTGÁS	KPMG – Auditores Independentes Ltda	BDO Trevisan Auditores Independentes	Boucinnhas & Campos
PREÇO PROPOSTO	HABILITADA	HABILITADA	HABILITADA
R\$ 37.000,00	CLASSIFICADA R\$ 35.500,00	CLASSIFICADA R\$ 29.298,00  VENCEDORA	CLASSIFICADA R\$ 36.000,00

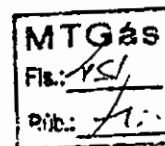
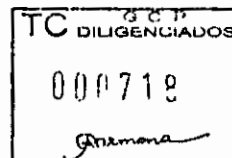
Cuiabá (MT), 13 de Abril de 2006.

  
ANGELA MARIA DA SILVA BASTOS ZUBA  
Presidente da Comissão

  
KARINA OLIVEIRA MIRANDA  
Membro

  
REA SILVIA GARCIA ALVES  
Membro





87

**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**

## **ADJUDICAÇÃO**

**E**

## **HOMOLOGAÇÃO**

**ADJUDICO** os Serviços licitados à empresa: **BDO Trevisan Auditores Independentes** e **HOMOLOGO** o resultado da presente Carta Convite Edital nº 001/2006/MTGás.

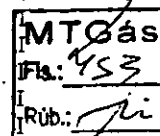
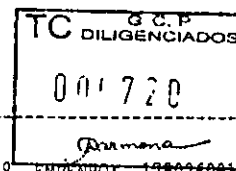
Cuiabá, 17 de Abril de 2006.

  
**Helny Paula Campos**  
**Diretor Presidente**





SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MATO GROSSO  
CGEC-COORDENADORIA GERAL GESTAO CONTABILIDADE ESTADO  
SIAFMT SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA



NOTA DE EMPENHO - EMP DATA: 24/04/2006 PEDIDO: 175026001538 EMPENHO: 17502600148-8

ORGAO : SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO, MINAS E SECRETARIA DE ESTADO DE INDUSTRIA, COMERCIO, MI

UNIDADE : COMPANHIA MATOGROSSENSE DE GAS

PROJ/ATIV. : MANUTENCAO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

REGIONAL: REGIAO VI - SUL

CARACTERISTICAS - RECURSO: NORMAL

TIPO EMPENHO: GLOBAL

FORMA LICITACAO: OUTROS

N.:

ADIANTAMENTO: NAO DATA-LIMITE / / OBRA E SERV.ENG.: NAO ESCRITURAL :NAO CONTRATO/CONVENIO:

CREDOR -

CODIGO : 2601575-7 CGC : 52803244000106

NOME : BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES

ENDEREÇO: AV PAULISTA 2421 8 ANDAR BELA VISTA

SAO PAULO CEP: 01310 U.F.: SP

FORMA DE PAGTO :NOTA DE ORDEM BANCARIA

DEMONSTRATIVO DO SALDO ORCAMENTARIO

DOTACAO ORCAMENTARIA

SALDO ORCAM. ANTERIOR

VALOR EMPENHADO

SALDO ORCAM. ATUAL

17 502 2007.0600 3390.3500 246

37.300,00

29.298,00

8.002,00

VALR TOT DO EMPENHO : R!

29.298,00 ( VINTE E NOVE MIL DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS \*\*\*\*\* )

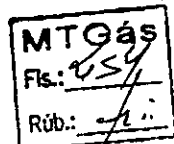
( \*\*\*\*\* )

( \*\*\*\*\* )

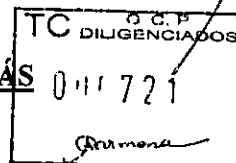
HISTORICO :REF A CONTRATO DE AUDITORIA INDEPENDENTE

DATA AUTORIZACAO DESPESA : / / ORDENADOR DA DESPESA : 0463 - JOSE CARLOS PAGOT

CHEFE DO ORCAMENTO DE FINANÇAS



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



**CONTRATO DE AUDITORIA INDEPENDENTE  
NOS MOLDES DA LEI Nº 6.404/76 NAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM REAIS  
PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2005, QUE ENTRE SI  
CELEBRAM:**

Pelo presente instrumento particular, as **PARTES** adiante qualificadas, assim chamadas quando citadas em conjunto, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato nº 006/06/MTGás, o qual se regerá conforme a Lei Federal 8.666/93, pelos princípios gerais de direito e pelas cláusulas e condições adiante estabelecidas, oriundo do Convite nº 001/06/MTGás.

**PARTES:**

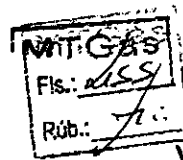
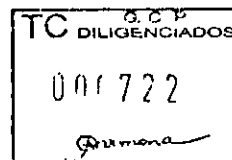
O Estado de Mato Grosso, por intermédio da **COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**, sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, criada pela Lei Estadual nº 7.939 de 28/07/2003, com a sede Administrativa na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 2.254 – Edifício American Business Center, Sala 704 – Bairro Aclimação na cidade de Cuiabá, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob nº 06.023.921/0001-56, doravante denominada **MTGás**, representada pelo seu Diretor Presidente **HELNY PAULA CAMPOS**, portador da cédula de identidade RG nº 025.316 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 112.328.541-15 e pelo seu Diretor Administrativo e Financeiro **GERALDO LUIZ DE ARAÚJO**, portador do RG 4.720.774-6 SSP/PR e inscrito no CPF nº 203.167.551-68, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **BDO Trevisan Auditores Independentes**, com sede na cidade de São Paulo/SP, Rua Bela Cintra, nº 952, 3º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 52.803.244/0001-06, representada pelo Senhor: **EDUARDO AUGUSTO ROCHA POCETTI**, brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº 5.610.378-5-SSP/SP, CPF/MF nº 837.465.368-04, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES**

1.1 - As **PARTES** concordam em adotar, para efeitos deste Contrato, a seguinte definição para os termos abaixo:

1.2 - **PARTES** – como **CONTRATANTE COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGás** e como **CONTRATADA - BDO Trevisan Auditores Independentes**.





## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

### CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. *O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.*

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO LEGAL E A SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS

3.1 – A presente contratação é formalizada sob a égide da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, bem como as Cláusulas deste Instrumento Contratual e do respectivo edital.

3.2 – Este instrumento foi precedido de licitação na modalidade Convite, que levou o nº 001/06/MTGás, tendo sido originada do Processo Administrativo nº 002/06/MTGás.

3.3 – Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente Contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, normas gerais dos contratos através do despacho fundamentado do Diretor Presidente da MTGás.

### CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES

4.1 – Os serviços contratados serão executados conforme item 2.1, seguindo o que prevê a Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76, de acordo com as cláusulas contratuais, respectivo edital e as normas enumeradas na Lei 8.666/93, respondendo cada uma das partes pela inexecução total ou parcial.

4.2 – As normas, manuais, instruções e legislações vigentes para serviços desta natureza deverão ser obedecidas, bem como as recomendações e determinações das Leis Federais, Municipais, Estaduais principalmente as especificações contidas na Lei nº 6.404/76.

4.3 – O responsável pela execução dos serviços de auditoria é o Senhor **Ralf Slavic**, sócio contador.

4.4 – A CONTRATADA deve responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários fiscais e despesas extras como hospedagem e alimentação.

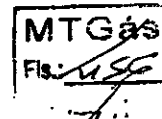
4.5 – A CONTRATADA deve manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições exigidas para a habilitação e o valor da proposta.

4.6 – A CONTRATADA deverá emitir parecer da auditoria independente referente ao exercício de 2005 no prazo estabelecido.

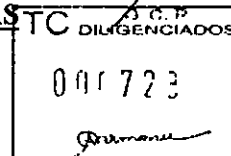
4.7 – Os serviços serão considerados concluídos quando cumpridas todas as exigências contidas na Lei nº 6.404/76 e determinações do edital.

4.8 – Os serviços serão executados na sede da MTGás.

4.9 – A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o



**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



contrato, conforme artigo 76 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1 – A CONTRATANTE reterá o Imposto de Renda e o ISSQN na Nota Fiscal de pagamento da CONTRATADA de acordo com a legislação vigente.

5.2 – Efetuar o pagamento da CONTRATADA, após a entrega final dos serviços ora contratados.

5.3 – Exercer a fiscalização dos serviços contratados sob todos os seus aspectos, por intermédio o setor Financeiro da MTGás.

5.4 – Disponibilizar quando solicitados todos os documentos necessários para a execução dos serviços contábeis.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 – A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços definidos no objeto do presente contrato, sempre obedecendo ao que prevê a Lei nº 6.404/76.

6.2 – A CONTRATADA arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à prestação dos serviços objeto deste contrato.

6.3 – Não transferir no todo ou em parte o objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização do Órgão.

6.4 – Reparar, corrigir ou refazer às suas expensas, no todo ou em parte, os vícios ou erros resultantes da má execução dos serviços objeto deste contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO**

7.1 – Os serviços contratados e executados serão pagos com base no preço integrante da Carta Proposta aprovada, no valor global de R\$ 29.298,00 (Vinte e nove mil duzentos e noventa e oito reais) que será pago em uma única parcela, após a entrega total dos serviços.

7.2 – O presente contrato não sofrerá alteração nem variação até o seu efetivo encerramento, ficando garantidos os valores propostos quando da realização da licitação.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**



TC	G.C.P.	MTGás
DILIGENCIADOS		Fls. 957
001724		Rub.: 7.11
Girama		

93

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

8.1 – O pagamento será efetuado pelo Setor Financeiro da Companhia Mato-grossense de Gás – MTGás, através de Nota Fiscal devidamente atestada pelo Diretor Presidente da MTGás, após a entrega do serviço.

8.2 – O pagamento da fatura, fica condicionado a apresentação pela CONTRATADA dos seguintes documentos:

a) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada, consistindo em certidão ou documento equivalente, emitido por órgão competente e dentro do prazo de validade, expresso nas próprias certidões ou documentos;

b) prova de regularidade para com a Procuradoria da Fazenda Nacional e para com a Procuradoria Geral do Estado, nos casos em que não sejam emitidas em conjunto às regularidades fiscais;

c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27 da Lei 8.036/90), em plena validade relativa à contratada;

d) prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS (artigo 195, parágrafo 3º Constituição Federal) em plena validade, relativa à contratada.

8.3. A contratante reterá na Nota Fiscal o Imposto de Renda, conforme legislação vigente.

8.3.1. Será retido, pelo órgão detentor do contrato de serviços, o percentual relativo ao ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), e recolher, em nome da contratada, ao Poder Executivo Municipal, obedecida à legislação vigente;

8.4. Todas as deduções legais permitidas, deverão, ser devidamente comprovadas e estar consignada na Nota Fiscal, Fatura ou Recibo de forma discriminada.

8.5 - Será observado o prazo de no máximo 30 (trinta) dias para pagamento por parte da CONTRATANTE, contados a partir da entrega dos serviços contábeis contratados.

8.6 – O não cumprimento do previsto no item 8.2 permitirá à CONTRATANTE a retenção do valor da fatura até que seja sanada a irregularidade.

8.7 – O pagamento da fatura não será considerado como aceitação definitiva dos serviços e não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais quaisquer que sejam.

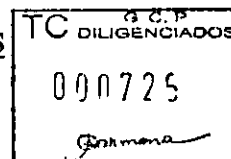
8.8 – O pagamento pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado através de depósito em qualquer agência da rede bancária, desde que vinculada ao sistema de compensação de cheques e outros papéis do Bando do Brasil S/A, para crédito da CONTRATADA em conta corrente indicada pela mesma.

8.9 – A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.





**COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS**



## **CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

9.1 – As despesas decorrentes do contrato correrão à conta de recursos próprios da MTGás, na Unidade Orçamentária: 17502, Região: 0600 do Projeto Atividade: 2007, Natureza de Despesa: 3390.3500, Fonte: 246, para o exercício de 2006.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA**

10.1 – O prazo do contrato será contado em dias consecutivos a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial.

10.2 – Os serviços contratados deverão ser executados e entregue o respectivo Parecer ao Diretor Presidente da MTGás no prazo de 10 (dez) dias úteis.

10.3 – O prazo contratual acima estabelecido poderá ser prorrogado dentro da vigência do prazo anterior, na forma previsto no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO E EXECUÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

11.1 Aceitam as **PARTES** rever as condições contratuais insertas nas cláusulas de fundo técnico, econômico e comercial, caso ocorram alterações supervenientes imprevisíveis, inclusive mudança na legislação contábil, desequilíbrio econômico financeiro que conduza à excessiva onerosidade para qualquer das **PARTES**, impossibilitando o cumprimento de suas respectivas obrigações, desde que a **PARTE** prejudicada não tenha dado origem a essa situação.

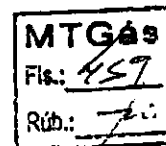
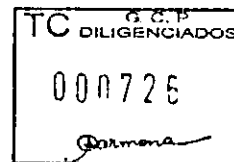
11.2 - A **PARTE** interessada notificará por escrito à outra, indicando as razões que amparam o pedido e solicitando a realização de reunião, a qual se realizará, obrigatoriamente, dentro de quinze dias corridos do recebimento do aviso.

11.3 - As alterações que as **PARTES** acordarem deverão ser formalizadas em termo aditivo.

11.4 – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante termo aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato conforme prevê o artigo 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

11.5 – Poderá ser permitida a repactuação do contrato, de acordo com o artigo 65 da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

12.1. Pela inexecução parcial ou total do objeto desta licitação, a Administração poderá, aplicar sempre por escrito, garantida a prévia defesa, a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, as seguintes sanções previstas nos termos do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento temporário para contratar com a Administração por um prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2. A critério da MTGás, caberá rescisão contratual independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando a empresa:

- a) Paralisar os serviços, sem justa e prévia comunicação à Administração da MT Gás.
- b) Não informar corretamente à Administração da MT Gás, sobre o andamento dos serviços contratados.
- d) Dificultar os trabalhos de fiscalização dos serviços pela MT Gás.
- e) Subcontratar total ou parcialmente o Objeto Contratado.
- f) Outros casos previstos na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que autoriza a rescisão.

12.3. Em qualquer das hipóteses suscitadas, a MTGás não reembolsará ou pagará à empresa contratada qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

12.4. No caso de rescisão unilateral, por inadimplência da empresa Contratada, a mesma caberá receber o valor dos serviços no limite do que já foram executados e atestados pelo setor financeiro da MTGás.

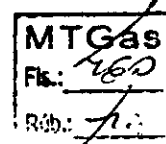
12.5. No caso de rescisão bilateral, à empresa Contratada terá direito a receber somente o valor dos serviços executados e atestados pela fiscalização, e o que lhe couber conforme art. 79 da Lei 8.666/93.

12.6. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciada no "Cadastro de Fornecedores" por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - MULTAS**

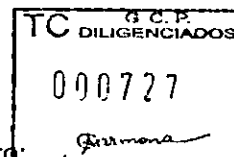
13.1 - À CONTRATADA serão aplicadas pela Companhia Mato-grossense de Gás - MTGás, multas de 0,01% do valor atualizado do contrato, nos seguintes casos;





96

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS



- a) Não entregar os serviços contratados no prazo estabelecido no presente contrato;
- b) A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber desta Companhia, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa;

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

14.1 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, e ficará o contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, se houver ocorrência de uma das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

14.2 - Qualquer das **PARTES** poderá rescindir o Contrato, nas seguintes hipóteses:

14.3 - Por denúncia unilateral, em razão de:

14.4 – Liquidação, judicial ou extrajudicial, falência ou concordata da outra parte, homologada ou decretada;

14.5 - Transferência parcial ou total a terceiros, sem autorização prévia e por escrito da outra parte, dos direitos e obrigações que lhe são atribuídos neste Contrato;

14.6 – Após constituição em mora da outra parte, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias;

14.7 - Violação de qualquer cláusula ou obrigação contratual que não tenha outra penalidade, devendo a parte que se sentir prejudicada Notificar a outra, com prazo de 15 (quinze) dias, para dar cumprimento à cláusula inobservada ou obrigação inadimplida.

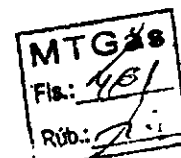
### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TOLERÂNCIA**

15.1 - Toda e qualquer tolerância quanto ao cumprimento pelas **PARTES** dos prazos e condições estabelecidos no Contrato não significará alteração ou novação das disposições ora pactuadas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

16.1 - Para dirimir dúvidas e resolver questões emergentes deste Contrato, as **PARTES** elegem o foro de Cuiabá-MT para as iniciativas judiciais da **MTGás** renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.





97

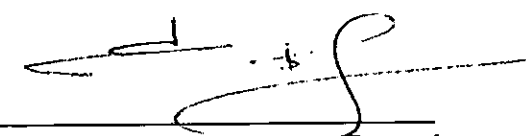
COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

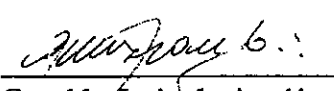
**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONFORMIDADE DAS PARTES**

17.1 - Expressam as **PARTES** a sua conformidade com o teor integral do Contrato, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que são firmadas na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, em 2 (duas) vias de um mesmo teor e para um só efeito.

Cuiabá, MT, 24 de Abril de 2006.

  
Helny Paula Campos  
Diretor Presidente

  
Eduardo Augusto Rocha Pocetti  
Contratada

  
Geraldo Luiz de Araújo  
Diretor Administrativo e Financeiro

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_



## EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2006.

**PARTICIPANTES:** SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SEDER e SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA - SICME.

**OBJETIVO:** Tem por objetivo a execução de JORNADAS TÉCNICAS, com realização de palestras em 60 (sessenta) municípios de Mato Grosso, sob a coordenação direta da SEDER, a fim de repassar conhecimentos técnicos e científicos para produtores, proporcionando o aumento de sua rentabilidade, através de manejos, comercialização, melhoramento genético, sanidade do seu rebanho.

**VALOR TOTAL:** Os recursos financeiros necessários para execução deste Termo de Cooperação são no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

pela SICME, na seguinte dotação:

Projeto Atividade: 3647  
Elemento de despesa: 3390.39  
Fonte: 130

**PRazo:** O prazo de vigência do presente Termo de Cooperação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**DATA DA ASSINATURA:** 17 de abril de 2006.

**ASSINAM:** Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan - Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia, Clóves Felício Vettoraro - Secretário de Desenvolvimento Rural.

P = 17/04/2006

SECRETARIA DE INDÚSTRIA COMÉRCIO MINAS E ENERGIA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 07/2005.

**CONVENIENTE:** FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - FIEMT

**CONCEDENTE:** SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA - SICME.

**OBJETIVO:** Prolongação do prazo de vigência original do Convênio em questão, tendo em vista o atraso no repasse dos recursos financeiros, portanto este convênio passará a ter o prazo de vigência para o dia 30/11/2006, quando deverá ser encaminhada a respectiva prestação de contas.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do convênio original, sendo que, em casos omissos, deverá seguir a Instrução Normativa 01/2005.

**DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO:** 21 de março de 2006

**ASSINAM:** Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan - Secretário de Indústria, Comércio, Minas e Energia.

18/04/2006

Errata referente a publicação do dia 07 de abril de 2006

Comunicamos que se torna sem efeito a publicação do dia 07 de abril de 2006, referente ao 1º Termo Aditivo ao Convênio 015/2005, firmado entre a Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia e a Prefeitura Municipal de Colider.

FTO-3145

## TERMO DE ADESÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA, neste ato representada pelo Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira, MÂRCIO LUIZ DE MESQUITA, adere ao Pregão nº 015/2005/SAD, de Registro de preços nº 019/2005, publicado no Diário Oficial de 27/10/2005, com vigência até 27/04/2006, conforme processo nº 56959/2005, de 31 de março de 2006, com objetivo de fornecimento pela empresa de papel A4 Indústria Gráfica Leonora Ltda. As despesas decorrentes da execução deste Termo de Adesão são estimadas em R\$ 7.240,00 (sete mil duzentos e quarenta reais) e correrão por conta da dotação orçamentária do Órgão: 17101 e 17601; Projeto/Atividade: 1844, 1839, 1849, 2482, 2483, 3646, 2007, 1837; Elemento de Despesas 3000 Fonte: 116, 123, 127 e 130.

Cuiabá, 20 de abril de 2006.

Márcio Luiz de Mesquita  
Secretário Adjunto de Gestão Administrativa e Financeira

FTO-3143

## COMPANHIA MATO-GROSSENSE DE GÁS - MTGÁS

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/06/MTGÁS

Contratante: Companhia Mato-grossense de Gás - MTGÁS

Contratada: BDO Trevisan Auditores Independentes

Objeto: Auditoria Independente nos moldes da Lei nº 6.404/76 nas demonstrações financeiras em reais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005.

Vigência: 10 dias úteis

Valor: R\$ 29.298,00

Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 17302, Região: 0600 do Projeto Atividade: 2007, Natureza de Despesa: 3390.3500, Fonte: 246, para o exercício de 2006.

Assinam: Helny Pauls Campos - Diretor Presidente - MTGÁS e

Representante legal da Contratada

Cuiabá, 24 de Abril de 2006.

FTO- 3131

## INFRA-ESTRUTURA

Extrato de Termo Aditivo e de Re-Ratificação nº 290/2005/04/01-ASJU  
Processo nº 0.841.287-8/2006 - SINFRÁ.  
Objeto do Contrato: Restauração e Revitalização do "Cine Teatro Cultural" - Instituto Cultural tombado para o Patrimônio Histórico e Cultural do Estado de Mato Grosso, situado na Av. Getúlio Vargas, em Cuiabá - MT.  
Objeto do Termo: Aditar ao Instrumento Contratual nº 290/2005/04/01-ASJU, o valor de R\$ 116.234,06 (Cento e Dezesseis Mil, Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Seis Centavos), correspondente a 28,13% do valor do contrato a preços iniciais e Retificar as itens 4.3) PAGAMENTO e 5.2) DOTAÇÃO.  
Partes: GEOSOLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA e SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA.  
FTO-3108

PORTARIA/SINFRÁ/Nº 197/06

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, no

uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INSTITUIR, considerando o que consta do processo nº 0.841.287-8/2006-SINFRÁ, de 11/04/06, uma Comissão constituída pelos servidores adiante nomeados, para apurar o fato ocorrido com o servidor Geraldo Pereira da Silva, anexo pela SEMA, por transporte ilegal de Peixe, utilizando o veículo caminhonete desta SINFRÁ, onde ambos foram apreendidos.

COMISSÃO:

LUIZ TERCIO OKAMURA DE ALMEIDA - PRESIDENTE  
MARCUS ROGERIO FERNANDES - MEMBRO  
JOSE DIRCEU GRANDO - MEMBRO

CUMPRE-SE:

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, em Cuiabá-

MT, 19 de abril de 2006.

FTO-3108

PORTARIA / SINFRÁ/Nº198/2006

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

INSTITUIR, o fiscal para acompanhar, fiscalizar e efetuar modificações, e uma comissão formada pelos servidores abaixo com a finalidade de proceder recebimento dos serviços referentes à Execução de Dragagem de Águas Profundas e Serviços de Complementares de conformidade com o Termo de Convênio nº005/05, assinado em 10/05/05, entre a Secretaria de Estado de Infra Estrutura e a Prefeitura de Água Boa.

COMISSÃO:

FISCAL: ARQTº NELSON ANTONIO MASSA  
MEMBROS: ENGº ARTHUR JORGE DOS SANTOS WAQUED  
ENGº RODINEY ALVES CASTELHANO  
ENGº ELEONORA MARIA NADAF BATISTA

CUMPRE-SE:

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA, em Cuiabá-MT, 24 de Abril de 2006.

FTO- 3132

A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA - ESTRUTURA, através da Superintendência de Obras e Transportes - SUOT, torna público que, pelos expedientes abaixo relacionados, a Ordem de Relação das Obras, conforme estão discriminadas, todas do sistema de Rodovias Pavimentadas.

EXPEDIENTES	SERVIÇOS	INSTRUMENTO CONTRATUAIS	EMPRESAS CONTRATADAS	RODOVIA
SUOT/OR/Nº17/06	RESTAURAÇÃO	00603/00/00 - ASJU	ENSERCON LTDA	MT - 483/130
SUOT/OR/Nº18/06	RESTAURAÇÃO	39604/00/00 - ASJU	T.C.O LTDA	MT - 246
SUOT/OR/Nº19/06	PONTE EM CONCRETO PROTENDIDO	31805/00/00 - ASJU	VIAPONTE LTDA	MT - 255
SUOT/OR/Nº 20/06	PAVIMENTAÇÃO	45904/00/00 - ASJU	LAJE LTDA	MT - 170

Cuiabá, 24 de abril de 2006.

Engº Nilton de Brito

Superintendente de Obras Transportes  
FTO- 3133

## EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 016/06

PROCESSO: 43.261-9/06

OBJETO: O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica e Parceria entre as partes, visando a Conservação de Rodovias não Pavimentadas localizadas no Município de São José dos Quatro Marcos.

OBJETIVO: O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica e Parceria entre as partes, visando a Conservação de Rodovias não Pavimentadas localizadas no Município de São José dos Quatro Marcos.

ORIGINAÇÕES DAS PARTES

2.1 - OBRIGAÇÕES DA SINFRÁ

2.1.1. Fornecer ao Município, a quantidade de 10.000 (Dez Mil) litros de óleo combustível (Diesel), objetivando a conservação de rodovias localizadas no Município, conforme relação constante no projeto básico;

2.2 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.2.1. Para cumprimento do presente Termo, caberá ao Município a responsabilidade de execução dos serviços de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas, relacionadas no Projeto Básico, arcando com outros custos operacionais e administrativos de utilização de suas máquinas e operadores;

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste instrumento é de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

CONVENIENTES: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE

## EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 037/06

PROCESSO: 43.642-9/06

OBJETO: O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica e Parceria entre as partes, visando a Conservação de Rodovias não Pavimentadas localizadas no Município de São José dos Quatro Marcos.

ORIGINAÇÕES DAS PARTES

2.1 - OBRIGAÇÕES DA SINFRÁ

2.1.1. Fornecer ao Município, a quantidade de 10.000 (Dez Mil) litros de óleo combustível (Diesel), objetivando a conservação de rodovias localizadas no Município, conforme relação constante no projeto básico;

2.2 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.2.1. Para cumprimento do presente Termo, caberá ao Município a responsabilidade de execução dos serviços de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas, relacionadas no Projeto Básico, arcando com outros custos operacionais e administrativos de utilização de suas máquinas e operadores;

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste instrumento é de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

CONVENIENTES: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

## EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº. 038/06

PROCESSO: 43.704-8/06

OBJETO: O presente Termo tem por objeto o estabelecimento de Cooperação Técnica e Parceria entre as partes, visando a Conservação de Rodovias não Pavimentadas localizadas no Município de Rondolândia.

ORIGINAÇÕES DAS PARTES

2.1 - OBRIGAÇÕES DA SINFRÁ

2.1.1. Fornecer ao Município, a quantidade de 15.000 (Quinze Mil) litros de óleo combustível (Diesel), objetivando a conservação de rodovias localizadas no Município, conforme relação constante no projeto básico;

2.2 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

2.2.1. Para cumprimento do presente Termo, caberá ao Município a responsabilidade de execução dos serviços de pavimentação asfáltica de ruas e avenidas, relacionadas no Projeto Básico, arcando com outros custos operacionais e administrativos de utilização de suas máquinas e operadores;

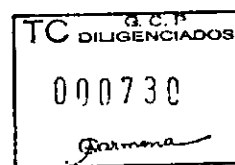
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste instrumento é de 120 (Cento e vinte) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

CONVENIENTES: SECRETARIA DE ESTADO DE INFRA-ESTRUTURA

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA

## EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 035/06

PROCESSO Nº: 26.261-1/05



## Anexo – X

OT1373 ME3

Referente ao item 18 – Ausência da publicação dos atos de adjudicação do objeto da licitação e da sua homologação do Convite nº 001/2006, contrariando o art. 38, XI, Lei 8.666/93 c/c art. 37, Constituição Federal.

001677

Getman

AUTOPETRO CALIFORNIA LTDA

**POSTO MÃE BONIFÁCIA**

Av. Miguel Sutil, 5641 - Duque de Caxias - (65) 3621-1033 - 3621-1137 - Cuiabá-MT

CNPJ 01.578.065/0001-81 - Insc. Est.: 13.173.087-8

### Nota de Abastecimento

Ch. 0172005

№ 31214

Date: 20/12/05

**Nome:**

End.:

Cid:

Est.:

CNPJ:

Insc. Est.:

**Placa:**

Km:

**Frota:**

[illegible]

Gráfica Print - Fone: (51) 3647-7800  
200 bls 50x3 - 27.501 e 37.500 - 09/05